

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Lucas Bezerra

**O trabalho dos cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000:
exploração e produtividade**

RECIFE

2018

Lucas Bezerra

**O trabalho dos cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000:
exploração e produtividade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Juliane Feix Peruzzo

Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

RECIFE

2018

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

B574t

Bezerra, Lucas

O trabalho dos cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000: exploração e produtividade / Lucas Bezerra. - 2018.

189 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Juliane Feix Peruzzo.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2018.

Inclui referências e apêndices.

1. Trabalho assalariado. 2. Produtividade. 3. Questão agrária. I. Peruzzo, Juliane Feix (Orientadora). II. Título

361 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2018 – 087)

LUCAS BEZERRA DE ARAÚJO

**O TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA NA PARAÍBA DOS ANOS 2000:
exploração e produtividade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em: 17/04/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Juliane Feix Peruzzo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Tavares (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba

À Emília Moreira,
pelas décadas de dedicação ao estudo da realidade agrária
paraibana sob a perspectiva dos trabalhadores;

Aos quase trinta mil cortadores de cana-de-açúcar da
Paraíba, na possibilidade de “*roubar da cana a doçura do
mel*”.

AGRADECIMENTOS

“*Sim, já é outra viagem...*”
(Belchior).

As reflexões contidas neste trabalho resultam de uma caminhada coletiva, de escolhas feitas no percurso d’uma vida combinada entre o Sertão e o mar, imensos tão quanto os mais delicados desejos de futuro. A despeito da solitária fase da escrita, na qual em muitas ocasiões entre a noite e o dia tive a música como única companheira, consta nestas páginas um exercício avesso à indiferença e à ignorância. Trata-se mesmo de uma “*viagem de ventania*” embalada por Milton, “*cores, nomes*” com a licença de Caetano e delírios que embrulham a “*experiência com coisas reais*”, segundo o amado poeta Belchior, que fez plano de voo durante o período do mestrado. Um trajeto, enfim, no qual há o acalento de muita gente “*da maior importância*”. Gente que já se foi, gente do meu dia-a-dia, gente que ainda sequer chegou.

De peito aberto, agradeço:

À classe trabalhadora do Brasil, “gente pobre arrancando a vida com a mão”, edificadora de toda riqueza, e que através de seu trabalho financiou meus estudos por meio da bolsa concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

À Josefa Maria e Ernando, meus pais, pela paciência na ausência, pelo aconchego de sempre, por serem o mais doce lugar-reposo do Sertão que há no mundo, mas também do Sertão que há em mim;

À Mariana, brisa leve e brasa ardente, verso ponteadado e amor viajante, agradeço pela força que brota desde os olhos, do riso solto em meio ao carinho dos abraços, do alinhamento no mesmo fronte de batalha. Há muito de Mariana nos trechos mais simples e diretos deste texto;

À Juliane Feix Peruzzo, minha orientadora, pela receptividade de riso aberto desde o primeiro encontro, pelos ensinamentos, pelas valiosas sugestões na elaboração da dissertação, pela generosidade de abraço forte, e até mesmo pelos puxões de orelha que por vezes fizeram-se necessários;

À Maria Augusta Tavares (Guga), a quem devo grande parte de minha formação, pelo acompanhamento sempre afetuoso desde os instantes iniciais da graduação em Serviço Social na UFPB. Com ela aprendi (e aprendo, sempre) sobre uma forma de pensar que faz diferença no que a humanidade poderá vir a ser algum dia. Guga, interlocutora de todos os momentos – na banca de qualificação, inclusive –, é a principal responsável por minha aproximação à temática desta dissertação. Ela representa, no fim das contas, “a linha e o linho”, para ser justo à canção que lhe faz sorrir e fechar os olhos;

À Ana Elizabete Mota, pela preciosidade de suas contribuições desde a banca de qualificação, pela honestidade intelectual, pelo atento olhar à construção da problemática deste estudo, mas sobretudo pelos aprendizados generosos e valorosos sempre presentes em nossas conversas, os quais levarei para o resto da vida;

Aos demais professores e servidores técnico-administrativos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, em especial, à Angela Amaral, com quem tanto aprendi

em sala de aula sobre o Serviço Social e a tradição marxista, mas também por seu papel pedagógico exercido sobre mim durante a experiência do Estágio em Docência, numa relação sempre afetuosa, companheira e atenta. À Marco Mondaini, querido professor, sou grato pelas mais valiosas lições sobre o Brasil e sobre o pensamento social brasileiro;

À André Luiz de Miranda Martins, pela prontidão ao aceitar o convite em assumir a suplência externa da Banca de Defesa;

Ao Levante Popular da Juventude, movimento social no qual milito, e à Consulta Popular, minha organização, pelo ânimo, pela coragem e ousadia necessárias para construir a Revolução Brasileira, pela generosidade nos momentos em que precisei estar ausente das tarefas;

À FETAG-PB e ao MST-PB, pelo apoio fornecido durante a coleta de dados;

À Evelyne Medeiros e Leonardo Nogueira, pela irmandade em vida e pelas tantas ideias que trocamos sobre este trabalho;

Aos/às demais amigos e amigas, por alimentarem a fé na vida, pelo sincero-amor-sincero que me faz seguir adiante. Em especial, sob o risco de esquecer alguns, agradeço à Elida, Lua Marina, Hellena, Samilly, Iuri, Maria, Cinthia, Túlio, Flávia, Lelê, Dorinha, Jéssica Juliana, Jessy, Júlio Ivo, Victor, Felipe, João Paulo, Pedro, Luciana, Bruna, Iale, Iramaya, Erica, Dora, Hélio, Erick, Hiago, Alan, Sávia, Buiú, Caio, Rodolfo e Fermin, uns distantes, mas sempre presentes. Às preciosidades que o Recife me fez amar: Santiago, Iyalê, Monyse, Diva, Louise, Marcel, Tomás, Samara, Simaia, Tássia, Sara e Íris. À Lara e Mateus, hermanitos, pela beleza de nossa amizade, pela acolhida sempre generosa, pelas canções de futuro;

À Jordeana e André, gente rara;

À turma do mestrado (2016) pelas instigantes trocas e pelo companheirismo: Cris, Priscilla, Israel, Lucas Araujo, Dani, Kim, Alcides, Jones e João;

Às/Aos estudantes do curso de Serviço Social do IFCE, onde tive minha primeira experiência docente, agradeço pelo cuidado e pela paciência;

Às colegas do Departamento de Serviço Social da UEPB, pela acolhida generosa em meios às correrias finais da dissertação.

*Madrugou, madrugou
A mancha branca do sol
Acordou o dia
E o dia já levantou*

*Acorda meu amor,
a usina já tocou
Acorda, é hora
de trabalhar, meu amor*

*Acorda é hora
o dia veio roubar
Teu sono cansado
É hora de trabalhar*

*O dia te exige
O suor e o braço
Pra usina do dono
do teu cansaço*

*Acorda meu amor
é hora de trabalhar
O dia já raiou
é hora de trabalhar*

*Madrugou, madrugou
A mancha branca do sol
Acordou o dia
E o dia já levantou*

*Ele sai, ele vai
a usina já tocou
Bom dia, bom dia
até logo, meu amor*

(Bom dia, Gilberto Gil e Nana Caymmi).

RESUMO

Esta dissertação constitui um estudo sobre as transformações contemporâneas do trabalho assalariado no Complexo Agroindustrial Canavieiro da Paraíba. O objetivo consiste em investigar as determinações econômico-produtivas e histórico-sociais que particularizam a exploração do trabalho dos cortadores de cana na década de 2000, em relação à década de 1990. O eixo da análise recai sobre a dimensão da produtividade, pressuposto orientador do novo ciclo restaurador do setor sucroalcooleiro, iniciado no limiar do século XXI por uma conjunção entre determinações internas e externas. Presidida pela dialética entre o “moderno” e o “arcaico”, essa reinvestida produtiva revela algo intrigante na realidade particular de um estado do Nordeste brasileiro: o acirramento da extração de mais-valia sem que isto implique na extensão da jornada de trabalho ou na alteração dos instrumentos de trabalho, o que complexifica relações como mais-valia absoluta/mais-valia relativa, urbano/rural, indústria/agricultura, fundidas pelo amálgama que conta a história do corte manual da cana-de-açúcar. Em vista disso, o debate teórico guia-se a partir dos fundamentos da relação entre trabalho, questão agrária e desenvolvimento desigual e combinado nas realidades brasileira e paraibana. Ao situar o panorama atual do setor sucroalcooleiro em âmbitos nacional e estadual, caracteriza-se a forma e o conteúdo assumidos na atualidade pela exploração do trabalho dos cortadores de cana na Paraíba. Interessa, em suma, identificar a dialética continuidades-descontinuidades que informa o objeto pesquisado. Os instrumentos metodológicos utilizados valem-se da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e da pesquisa de campo desenvolvida por meio de entrevistas e observações junto aos trabalhadores canavieiros e representantes do sindicalismo rural. Os resultados apontam para a existência de um rearranjo na força de trabalho empregada nos canaviais do estado da Paraíba, enfeixado numa crescente seletividade dos trabalhadores, numa política salarial assentada no pagamento por produção, na constituição do ideário do “cortador-colaborador”, no acirramento dos impactos negativos do ciclo agrícola sobre o assalariamento temporário e na alteração da mobilidade do trabalho, agora tendencialmente operada no sentido cidade-campo, isto é, das periferias de pequenas cidades ao corte de cana. Tudo isto, conjuntamente, põe em outro patamar a relação entre exploração e produtividade na agroindústria canavieira da Paraíba.

Palavras-chave: Trabalho assalariado. Produtividade. Questão agrária. Cortadores de cana.

RESUMEN

Esta disertación constituye un estudio sobre las transformaciones contemporáneas del trabajo asalariado en el Complejo Agroindustrial Canavieiro, Paraíba, Brasil. El objetivo consiste en investigar las determinaciones económico-productivas e histórico-sociales que caracterizan la explotación del trabajo de los cortadores de caña en la década de 2000, en relación a la década de 1990. El eje del análisis recae sobre la dimensión de la productividad, presupuesto que orienta el nuevo ciclo restaurador del sector sucroalcoholero, iniciado en el umbral del siglo XXI por una conjunción entre determinaciones internas y externas. Presidida por la dialéctica entre lo "moderno" y lo "arcaico" la reincidencia productiva revela algo intrigante en la realidad particular de un estado de un estado del Nordeste brasileño: el agravamiento de la extracción de plusvalía sin que esto implique en la extensión de la jornada de trabajo o en la alteración de los instrumentos de trabajo, lo que compleja relaciones como plusvalía absoluta / plusvalía relativa, urbana / rural, industria / agricultura, fundidas por la amalgama que cuenta la historia del corte manual de la caña de azúcar. En vista de ello, el debate teórico se guía a partir de los fundamentos de la relación entre trabajo, cuestión agraria y desarrollo desigual y combinado en las realidades brasileña y paraibana. Al situar el panorama actual del sector sucroalcoholero en ámbitos nacional y estadual, se caracteriza la forma y el contenido asumidos en la actualidad por la explotación del trabajo de los cortadores de caña en Paraíba. Interesa, en suma, identificar la dialéctica continuidades-discontinuidades que informa el objeto investigado. Los instrumentos metodológicos utilizados se valen de la investigación bibliográfica, de la investigación documental y de la investigación de campo desarrollada por medio de entrevistas y observaciones junto a los trabajadores cañeros y representantes del sindicalismo rural. Los resultados apuntan a la existencia de un reajuste en la fuerza de trabajo empleada en los cañaverales del estado de Paraíba, encolado en una creciente selectividad de los trabajadores, en una política salarial asentada en el pago por producción, en la constitución del ideario del "cortador-colaborador", en el afán de los impactos negativos del ciclo agrícola sobre el asalariamiento temporal y en la alteración de la movilidad del trabajo, ahora tendencialmente operada en el sentido ciudad-campo, es decir, de las periferias de pequeñas ciudades al corte de caña. Todo esto, conjuntamente, pone en otro nivel la relación entre explotación y productividad en la agroindustria de caña de la Paraíba.

Palabras clave: Trabajo asalariado. Productividad. Cuestión agraria. Cortadores de caña.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estágios de desenvolvimento da industrialização da cana-de-açúcar no Brasil (1870-2016).....	66
Quadro 2 - Estágios da produção canavieira: Nordeste e Zona da Mata paraibana.....	77
Quadro 3 - Unidades produtoras de cana, açúcar e álcool na Paraíba (2017).....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Unidades produtoras de açúcar e etanol na região Nordeste.....	73
Tabela 2 - Cana, açúcar e álcool nos três principais estados produtores do Nordeste (2005-2016).....	73
Tabela 3 - Exportação brasileira de etanol e açúcar por continente-destinatário (por volume de exportação e mil. litros e toneladas, respectivamente)	100
Tabela 4 - Quantidade de cana-de-açúcar produzida (em toneladas) nos dez maiores produtores da Paraíba (2016).....	106

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Greve dos canavieiros em 1989	114
Fotografia 2 - Canavieiros-mirins na Paraíba (anos 1990)	122
Fotografia 3 - Instrumentos de trabalho dos cortadores de cana.....	129
Fotografia 4 - Instrumentos de trabalho dos cortadores de cana/II.....	129
Fotografia 5 - Canavieiros no eito.....	133
Fotografia 6 - Transporte utilizado pelos canavieiros.....	154
Fotografia 7 - Cortadores de cana com seus Equipamentos de Proteção Individual	156
Fotografia 8 - Tendões nos canaviais, destinadas ao intervalo dos trabalhadores	157
Fotografia 9 - Canavieiros no intervalo do almoço.....	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ASPLAN-PB	Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Complexo Agroindustrial
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
FETAG-PB	Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME-PB	Instituto de Desenvolvimento Estadual e Municipal da Paraíba
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIE	Oferta Interna de Energia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto
Pro-Álcool	Programa Nacional do Alcool
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICA	União da Indústria de Cana-de-Açúcar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Nota metodológica sobre a pesquisa de campo	25
2	O CIRCUITO DESIGUAL E COMBINADO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA NO BRASIL	31
2.1	Trabalho, questão agrária e desenvolvimento desigual e combinado	32
2.1.1	<i>A dialética moderno-arcaico enquanto tendência histórica</i>	35
2.1.2	<i>Antinomias da expansão capitalista no campo brasileiro</i>	42
2.2	Do engenho à usina: os trânsitos econômico-produtivos do setor canavieiro	51
2.2.1	<i>A constituição da “economia açucareira” no período Colonial</i>	51
2.2.2	<i>A via modernizante do parque agroindustrial canavieiro</i>	55
3	FORÇA DE TRABALHO, RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E O NOVO CICLO RESTAURADOR DA CANA-DE-AÇÚCAR: BRASIL E PARAÍBA	69
3.1	O Nordeste brasileiro, a cana-de-açúcar e a Zona da Mata paraibana: considerações histórico-econômicas	70
3.1.1	<i>Sobre o lócus da pesquisa: caracterização e contextualização da Zona da Mata paraibana</i>	70
3.1.2	<i>Metamorfoses da força de trabalho na agroindústria canavieira da Paraíba: o significado da transição ao assalariamento</i>	77
3.2	O novo ciclo restaurador da cana-de-açúcar	89
3.2.1	<i>Tendências recentes do setor sucroalcooleiro no Brasil: retomada e auge</i>	89
3.2.2	<i>Configuração atual do setor sucroalcooleiro na Paraíba</i>	101
4	TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA NA PARAÍBA	109
4.1	Panorama das condições e relações de trabalho dos cortadores de cana na década de 1990	110
4.2	Cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000: a intensificação do trabalho entre continuidades e discontinuidades	124
4.2.1	<i>O assalariado rural do corte de cana e o processo de trabalho</i>	124
4.2.2	<i>Política salarial ou o avesso do avesso: o imperativo do pagamento por produção</i> ...	134
4.2.3	<i>O “cortador-colaborador” e as atuais práticas de gestão da força de trabalho</i>	142

<i>4.2.4 Condições e relações de trabalho, produtividade e pauperização</i>	151
<i>4.2.5 O cortador-flutuante: impactos do ciclo agrícola sobre o assalariamento temporário</i>	160
<i>4.2.6 A nova mobilidade do trabalho: o deslocamento cidade-campo</i>	164
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA COM CORTADORES DE CANA	184
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O MOVIMENTO SINDICAL	186
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	188

INTRODUÇÃO



Foto: Sebastião Salgado.

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa as transformações contemporâneas do trabalho assalariado na particularidade de um ramo da produção agroindustrial: a agroindústria canavieira. A delimitação geográfica é o estado da Paraíba – terceiro maior produtor de cana, açúcar e álcool da região Nordeste e um dos dez do *ranking* nacional – e o recorte temporal é este início de século, marcado por um novo ciclo expansivo do setor sucroalcooleiro, mantenedor do Brasil enquanto segundo maior produtor de açúcar do globo e responsável por quase metade da produção mundial de etanol.

A medida em que essa realidade segue seu curso em atendimento às exigências do desenvolvimento capitalista, suas contradições submetem-se ao crivo de continuidades e descontinuidades. É isto o que – mediado pelos caracteres da formação econômico-social brasileira – ressalta no conjunto da produção da cana e de seus principais derivados (açúcar e álcool) em proporções cada vez mais complexas, desde a deflagração do processo usineiro, no trânsito do século XIX ao XX. De lá para cá, entre ciclos econômicos de mercado expansivos e recessivos, as modificações na estrutura produtiva desse setor, sobretudo em seu eixo industrial, convivem de modo contraditório e unitário com traços da herança colonial, como se pode verificar no trabalho na agricultura, no qual se empregam os cortadores de cana, principal sujeito de nosso objeto.

Ao sinalizar essa interação constante entre continuidades e descontinuidades, referenciamos a dialética moderno-arcaico, explicitada enquanto tendência histórico-universal do modo de produção capitalista e ilustração particular da dinâmica produtiva que acomete a agroindústria canavieira no Brasil e na Paraíba. Neste estudo, a percepção da relação entre o “moderno” e o “arcaico” – simbiose dialética, e não dualista¹ – adquire importância em função de sua persistência e de seu aprofundamento na realidade concreta.

Durante a pesquisa, observamos que noções como “desenvolvimento”, “inovação tecnológica”, “mecanização” e “prosperidade” constituem palavras-chave cativas ao empresariado sucroalcooleiro no Brasil contemporâneo. Sob um manto modernizante, sintetiza a exaltação dos avanços científicos, os maciços investimentos em insumos e maquinários com tecnologia de ponta, a suposta preocupação ambiental contida na agenda “sustentável” da

¹ Demarcação que sinaliza, desde já, nossa aproximação à clássica formulação de Francisco de Oliveira (2013), em sua *Crítica à razão dualista*, originalmente publicada em 1972.

energia “limpa e renovável” e um conjunto de mutações que marca a dinâmica da agroindústria canavieira ao longo das últimas décadas, centrada cada vez mais na produção de etanol enquanto alternativa energética aos derivados de petróleo. Propagandas estampadas nos veículos oficiais de comunicação de grandes entidades empresariais, como é o caso da União da Indústria de Cana-de-Açúcar de São Paulo (UNICA) – a maior do país –, divulgam que o setor sucroalcooleiro ingressou numa nova era no raiar deste século: muitíssimo moderna, de padrão internacional tecnologicamente avançado, radicado nas 430 usinas e destilarias de açúcar e álcool espalhadas por todo Brasil.

Ao mesmo tempo, verifica-se uma rota de colisão no meio desse caminho. Trata-se de uma expressão daquela dialética moderno-arcaico. Isso porque o setor agroindustrial aqui posto à análise, notadamente dinâmico, figura-se entre os ramos produtivos que mais registra a presença de trabalhadores em condições escravas, expressas em jornadas exaustivas, trabalho forçado, condições degradantes e servidão por dívida.

Entre 2003 e 2013, segundo dados disponibilizados pela Organização Não-Governamental (ONG) Repórter Brasil (2014), 10.709 trabalhadores das usinas de açúcar e álcool foram resgatados da condição de escravos por fiscais estatais do trabalho. Com base em dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 22% do total de camponeses e trabalhadores rurais em condições escravas no Brasil estão inseridos no universo produtivo da cana-de-açúcar (CPT, 2016).

Como se pode ver, há uma contradição nessa realidade; notadamente desigual e combinada. Por um lado, as aclamadas tecnologias e a modernização existem. Não extirpam, contudo, relações vis no que diz respeito aos padrões de exploração extenuantes da força de trabalho nesse universo. Trata-se de um fato inequívoco, de certo modo reconhecido pela sociedade e que encontra razão nos aspectos substanciais da história nacional, invariavelmente atrelados à cultura canavieira, particularmente no Nordeste.

Em nosso entendimento, essa contradição revela um potencial teórico-interpretativo de relevo na construção do objeto deste estudo, situado na análise das metamorfoses do trabalho dos cortadores de cana na agroindústria canavieira da Paraíba nos anos 2000. Face suas conexões às macrodeterminações do desenvolvimento da sociedade brasileira, possibilita ilustrar de que maneira determinadas tendências de nossa formação econômico-social incidiram na dinâmica de um setor de destaque da produção agroindustrial, *locus* privilegiado da relação-tensão entre o “moderno” e o “arcaico”, entre capital e propriedade fundiária.² O significado

² Essa visibilidade sugere que o desenvolvimento das forças produtivas tende a provocar oscilações qualitativas no processo produtivo. Isso não implica em diminuir a exploração. Ao contrário, pode até potencializá-la no

daí proveniente é central para a compreensão da economia brasileira e, particularmente, da paraibana, cujo papel sobre as relações sociais é central à perspectiva que orienta este trabalho e, por conseguinte, à construção da problemática aqui investigada.

Em comparação a um lapso temporal anterior (a década de 1990), interessa-nos averiguar o que mudou na configuração do trabalho assalariado desempenhado pelos cortadores de cana. Chama atenção nessa trama a manutenção do processo produtivo nas tarefas da agricultura, o uso dos mesmos instrumentos e, apesar disso, um considerável aumento da produtividade,³ aqui entendida enquanto parâmetro privilegiado do processo de acumulação capitalista e, desta feita, um eixo sobre o qual recai nosso objeto.

No início do presente século, as exigências em torno da produtividade na agroindústria canavieira, no Brasil e na Paraíba, não se encontram diretamente relacionadas ao contexto dos anos 1990. Naquela década, o setor experimentava uma intensa crise advinda de um ciclo recessivo no mercado internacional de açúcar e álcool e de uma radical política interna de desregulamentação estatal que ocasionou a falência de algumas usinas e, conseqüentemente, demissão em massa de trabalhadores canavieiros.

Diferentemente dessa situação, os anos 2000 são marcados por uma reinvestida do setor sucroalcooleiro. Esta retomada reúne, no essencial, a expansão territorial de áreas com plantação de cana-de-açúcar e a intensificação da produtividade, ambas elevadas numa proporção de 100% no Brasil, dado intimamente vinculado ao conjunto total da produção de cana-de-açúcar na Paraíba, que cresceu mais de 200% em número de toneladas cortadas entre os anos 1990 e os 2000 (IBGE, 2017; UNICA, 2017).

Nesse estado, existem atualmente nove unidades produtoras de cana, açúcar e álcool. Durante o período safrista, o setor emprega em média 28.000 trabalhadores para o corte de cana. A mecanização ainda não constitui um fato. Segundo a Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (FETAG-PB), o corte continua a ser exclusivamente manual, embora duas usinas possuam suporte para mecanização. Mais de 200% de elevação na produção

trânsito entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Uma combinação, portanto, de dois métodos para o mesmo fim: mais-trabalho. A produção da mais-valia absoluta “[...]se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente” (MARX, 1980, p. 585). Já a mais-valia relativa, por seu turno, pressupõe “[...] um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital” (id. ibid.).

³ “O aumento da produtividade e o da intensidade do trabalho atuam na mesma direção. Ambos aumentam a quantidade produzida num dado espaço de tempo. Ambos reduzem, portanto, a parte da jornada em que o trabalhador precisa para produzir seus meios de subsistência ou o equivalente deles”. (MARX, 1980, p. 606).

estadual, sim, sem sequer uma máquina; dado que hipoteca à política salarial empregada – o pagamento por produção – um peso crucial.⁴

Com referência nas pistas teóricas anunciadas e em tais dados da realidade, o objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar as determinações econômico-produtivas e histórico-sociais objetivas que particularizam a exploração do trabalho dos cortadores de cana na Zona da Mata paraibana nos anos 2000, em relação aos anos 1990. A pretensão, portanto, é responder ao seguinte problema de pesquisa: que expressões teóricas e práticas elucidam a atual configuração do assalariamento da força de trabalho no setor sucroalcooleiro paraibano? São objetivos específicos: i) apreender os fundamentos teóricos da relação entre trabalho, questão agrária e desenvolvimento desigual e combinado nas realidades brasileira e paraibana; ii) situar o panorama do setor sucroalcooleiro no limiar do século XXI em âmbitos nacional e estadual, considerando a unidade contraditória entre forças produtivas e relações de produção; iii) analisar historicamente as condições e relações de trabalho dos cortadores de cana na Paraíba dos anos 1990; iv) caracterizar a forma e o conteúdo assumidos pela exploração dos cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000, especialmente no que tange ao eixo da produtividade.

Nossa hipótese é a existência de um rearranjo na força de trabalho empregada nos canaviais do estado da Paraíba; realidade que embora submetida a determinações novas no interior das contradições inerentes ao desenvolvimento desigual e combinado, realça complexas relações que articulam mais-valia absoluta/mais-valia relativa, urbano/rural, indústria/agricultura, fundidas pelo amálgama que conta a história dessa atividade.

Assentada numa relação orgânica entre exploração e produtividade, tratar-se-ia, assim, de uma reconfiguração requisitada, a princípio, pela esfera da produção, sintonizada à dinâmica expansiva do setor sucroalcooleiro a partir de 2004/2005, logo no primeiro instante do *boom* das *commodities*, fazendo emergir modificações internamente articuladas pelo processo de trabalho e pelos dispositivos de gestão da força de trabalho nos canaviais paraibanos. Cumpre averiguar se há exigências novas aos trabalhadores do corte, a composição interna dessa categoria, as tendências salariais processadas no último período, as novidades nas condições e relações de trabalho. Desvendar essa realidade é o que mais causa interesse ao longo do texto.

A aproximação à temática possui razões acadêmicas e políticas. No que se refere à dimensão da pesquisa, o primeiro contato com a discussão ocorreu logo no início da Graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, situada na Zona da Mata, mesorregião onde as imensas plantações de cana-de-açúcar chamam atenção até

⁴ Entendimento consensual entre os estudiosos que, desde uma perspectiva histórico-crítica, analisam o trabalho na agroindústria canvieira, como Alves (2006), Novaes (2007), Tavares e Trindade (2009) e Guanais (2016).

mesmo numa primeira e rápida viagem. Foi a partir da inserção no Grupo de Pesquisas sobre o Trabalho, no âmbito da iniciação científica, em 2012, que foi possível participar de uma pesquisa sobre a extração da mais-valia absoluta no trabalho dos cortadores de cana, coordenada pela professora Maria Augusta Tavares.

Durante aproximadamente dois anos (isto é, até 2014), esboçamos um panorama inicial recente do setor canavieiro no Brasil, atentando especialmente para suas contradições no que diz respeito às condições e relações de trabalho dos que atuam no corte manual da cana-de-açúcar. Desde então apontávamos a existência de uma relação unitária entre exploração e produtividade na agroindústria canavieira. Naquele trajeto,⁵ a revisão de bibliografia, a análise de documentos, as reuniões do grupo de pesquisa, o acesso a dados sobre as condições e relações de trabalho no corte de cana originaram uma sensibilidade perante um quadro marcado por vidas absurdamente espinhosas, antíteses à própria vida, numa sociedade tão “moderna” - sensibilidade esta transformada e mediada pelo conhecimento, pelo empenho investigativo que se estende até hoje e encontra na dissertação de mestrado um importante momento de síntese.

Já as razões políticas, devem-se à nossa inserção na militância estudantil e popular. A proximidade a determinados sujeitos políticos coletivos cumpriu papel decisivo na escolha e manutenção da temática, reflexo da relação construída junto aos movimentos sociais do campo que compõem a Via Campesina - Brasil, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Portanto, é no interior dessa relação entre formação acadêmica e formação política que nasce a afinidade com a temática do trabalho no corte de cana. Pesquisá-la era a certeza que de algum modo, em alguma medida, seria possível entender melhor o que de fato é a formação econômico-social brasileira. Foi este o ponto de partida, em sua delimitação particular, que conduziu ao conhecimento inicial da imensidão contida no pensamento social brasileiro, especialmente em suas linhagens que tiveram como máxima a “análise concreta de situações concretas”.

Face esses aspectos – sugestivos de que este trabalho é resultado de um processo de sucessivas aproximações ao tema abordado –, é certo que nosso objeto não deriva de uma hipótese formal-abstrata. Pelo contrário, resulta de uma problemática delimitada com base numa realidade marcada por acentuadas desigualdades de dimensões social, econômica,

⁵ A síntese do curso de graduação encontra-se presente no Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “*Tudo planta de cana, para uma só boca de usina*”: questão social e neodesenvolvimentismo na Zona Canavieira da Paraíba, orientado pela professora Cláudia Gomes. Nele, as atenções voltaram-se à análise da dinâmica capitalista do setor canavieiro na Paraíba, atentando para suas inflexões no processo de produção e na configuração da “questão social”.

política e cultural, num lugar economicamente próspero, como é a mesorregião da Zona da Mata paraibana, foco estratégico da economia de tal estado nos setores primário, secundário e terciário.

A importância da pesquisa justifica-se, num pano de fundo mais geral, em função das poucas investigações mais recentemente empreendidas a propósito do mundo do trabalho nos canaviais paraibanos e da necessidade de adensamento de formulações oriundas do Serviço Social brasileiro em torno de temáticas como a formação econômico-social brasileira, a questão agrária e as condições e relações de trabalho na agricultura.⁶ Este trabalho não possui a pretensão de preencher esse vácuo, é claro, mas tão somente lançar uma contribuição ao estudo da situação trabalhadores canavieiros na realidade recente da Paraíba.

A centralidade do objeto repousa sobre o trabalho, em contramão às teses em voga no campo das ciências humanas e sociais que advogam a ideia de que a classe trabalhadora e as meta-narrativas estariam a ingressar num período de decomposição.⁷ Aqui, entende-se o trabalho como “fogo vivo, formador, transitoriedade das coisas, assim como sua modelação no tempo vivo” (MARX, 1980, p. 306). Sua apreensão enquanto categoria dotada de centralidade remete ao eixo da articulação entre produção e reprodução social, nos marcos de uma totalidade social concreta: a sociabilidade burguesa, que evidentemente apresenta novidades no decorrer do desenvolvimento sócio-histórico.

Em virtude dessa posição é que se torna explícita a direção teórico-metodológica pela qual tentamos caminhar, guiada pelo intento de fornecer uma análise totalizante da situação do trabalho dos canavieiros na Paraíba. A proposta analítica é de base qualitativa e enseja solidificar a unidade teoria-prática mediante a combinação entre pesquisa bibliográfica, pesquisa documental (de fontes primária e secundária) e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica compreende estudo teórico, como forma de extração de elementos da realidade sobre os temas aqui tratados. Implica “[...] um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). A bibliografia utilizada orientou-se a partir de eixos centrais, relacionados às seguintes dimensões categoriais: desenvolvimento desigual e

⁶ No âmbito da relação entre Questão Agrária e Serviço Social, é importante fazer referência ao esforço coletivo atualmente empreendido pelo Grupo Temático de Pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental, vinculado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e que reúne pesquisadores empenhados em investigar as mais diversas expressões da expansão capitalista sobre o campo e a cidade.

⁷ Estreada especialmente nos anos 1970 por setores da intelectualidade europeia, essa formulação tornou-se praticamente um mantra, ao passo que logrou alcance significativo a partir de argumentos como o “fim da sociedade do trabalho” (GORZ, 1982) ou a “perda da centralidade sociológica do trabalho” (OFFE, 1984).

combinado, trabalho, questão agrária, histórico da produção canavieira e literatura especializada do objeto de pesquisa.

A pesquisa documental, por seu turno, contemplou a análise de fontes documentais primárias e secundárias que possibilitaram a caracterização do setor sucroalcooleiro brasileiro e paraibano. Dentre os procedimentos fundamentais, destacaram-se: consulta a revistas, jornais e *sites* dos organismos oficiais do Estado (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Censo Agropecuário de 2006); consulta a revistas, jornais e sites dos organismos vinculados ao setor sucroalcooleiro (União da Indústria da Cana-de-Açúcar; Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba...); análise das atas das convenções coletivas dos últimos dez anos; acesso às publicações das seguintes entidades, órgãos e movimentos: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Sem Terra, ONG Repórter Brasil e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

No que diz respeito à pesquisa de campo,⁸ prezamos pelos princípios éticos da profissão e pelas normativas para investigação com seres humanos (Resolução CNS nº 466/2012). Os procedimentos e técnicas envolveram o diário de campo como forma de registro, realização de entrevistas abertas e semiestruturadas. Na maior parte dos casos, valemo-nos do recurso do gravador de voz. Coletado esse material, o conjunto das entrevistas gravadas fora transcrito e organizado num informe parcial de pesquisa.

Afora esta introdução e as considerações finais, nossa exposição encontra-se organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo, “O circuito desigual e combinado da produção canavieira no Brasil”, centra sua atenção nas condições socioeconômicas que explicam a associação entre “moderno” e “arcaico” na agroindústria canavieira, apesar dos avanços científicos e tecnológicos que circunscrevem essa produção estratégica para o desenvolvimento capitalista brasileiro e sua conseqüente inserção dependente no capitalismo mundial. Recorre-se, como anunciado, à tese do desenvolvimento desigual e combinado, bússola para i) fundamentar historicamente a relação entre trabalho e questão agrária no Brasil; ii) apresentar a via modernizante do parque agroindustrial canavieiro; iii) lançar luz sobre a relação entre produtividade e exploração da força de trabalho.

⁸ O projeto de pesquisa foi registrado no Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE, através da Plataforma Brasil, e no Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos (SISNEP). Obteve a devida aprovação, tendo recebido o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 71104017.8.0000.5208.

Como desdobramento desse debate geral de natureza histórica e teórica, o segundo capítulo, “Força de trabalho, relações de produção e o novo ciclo restaurador da cana-de-açúcar: Brasil e Paraíba”, objetiva situar o *lócus* da pesquisa – a Mesorregião da Mata paraibana –, problematizar a dinâmica do trabalho dos canavieiros em seu percurso histórico e apresentar uma interpretação panorâmica da dinâmica recente do setor sucroalcooleiro no Brasil e na Paraíba. Nesse trecho do trabalho, tornam-se visíveis tendências novas processadas na dinâmica capitalista na particularidade do setor em tela. A fusão entre capital agrário e capital industrial passa a obter redimensionamentos, expressos no que caracterizamos como o novo bloco capitalista do capital sucroalcooleiro, composto por três sujeitos principais que operam em conjunto: o agronegócio, as empresas petrolíferas e a indústria automobilística. Daí a crescente estrangeirização das terras e as modificações no perfil do empresariado, por exemplo. Apresentamos, além disso, os dados mais atuais da produção sucroalcooleira na Paraíba.

Já o terceiro capítulo, “Transformações contemporâneas no trabalho dos cortadores de cana na Paraíba”, analisa das redefinições do trabalho dos cortadores de cana do CAI canavieiro a partir das tendências processadas nas décadas de 1990 e 2000. A busca investigativa gira em torno dos aspectos que particularizam a configuração atual da exploração da força de trabalho nos canaviais paraibanos, com foco na dialética continuidades-descontinuidades. O balanço esbarra na dimensão da produtividade, ênfase que permite localizar a unidade entre processo de trabalho e mecanismos de controle e gestão da força de trabalho no universo em discussão.

Os resultados indicam a procedência da hipótese por algumas razões: i) processou-se no último período uma reconfiguração da força de trabalho empregada no corte de cana – isto é, o cenário dos anos 2000 não é exatamente o mesmo dos anos 1990; ii) o pagamento por produção adquire a condição de ingrediente principal da elevação da produtividade, o que intensifica a exploração, apesar de certas melhorias nas condições e relações de trabalho; iii) o empresariado sucroalcooleiro, ao inovar nos mecanismos de consenso, tem instituído o ideário do “cortador-colaborador”, oriundo das práticas de gestão da força de trabalho em vigência; iv) aparece como tendência uma nova mobilidade do trabalho, da cidade para os canaviais, dado que se associa aos impactos do ciclo agrícola sobre o assalariamento temporário.

1.1 Nota metodológica sobre a pesquisa de campo

Embora a aproximação à temática do trabalho na agroindústria canavieira remeta ao período da graduação (2012-2015), somente no segundo ano do mestrado (2017) construíram-

se as condições objetivas necessárias para o primeiro momento frente a frentes com os cortadores de cana. Sem romantismos, muito menos sem o fetiche da empiria pela empiria, é preciso admitir que o contato direto com os trabalhadores era desejo antigo, desde os primeiros instantes na iniciação científica.

Se as leituras e os dados secundários já forneciam ao desenvolvimento desta pesquisa um interessante arsenal de possibilidades, causava certo incômodo não fazer recurso à riqueza heurística em potencial oriunda de um trabalho de campo junto aos trabalhadores canavieiros, mesmo que encaminhado num curto espaço de tempo, como é o caso do célere ritmo de um curso de mestrado. O conteúdo do incômodo era estar geograficamente tão próximo desses trabalhadores e não ouvi-los sobre o núcleo mais basilar de nosso objeto, que embora se delimite ao debate da produtividade, invariavelmente arrasta consigo dimensões outras da vida e do trabalho que são sublinhadas ao logo do texto: como vivem, onde moram, como trabalham, o que pensam sobre a atividade que desempenham e até mesmo o que desejam do futuro, já que o direito ao delírio não está proibido, numa delicada referência à Eduardo Galeano.

Esse aspecto nem de longe escapa (ou deveria escapar) aos debates feitos no âmbito dos estudos sobre o trabalho, que por vezes, ao realçar tanto a crueldade do capitalismo acaba por ignorar elementos importantes da experiência concreta dos trabalhadores, geralmente expressos, no caso brasileiro, apesar de tanto, na fé de que tudo um dia poderá mudar e a vida vir a ser diferente do que é. Uma louca fusão entre a fé e as peijas da vida, como certa vez notou uma professora. É certo que nestas páginas não há nada relacionado à fé ou aos credos professados pelos cortadores de cana. O que nos rege é a objetividade, especialmente em seu enfoque econômico-produtivo, mas que não dispensa relatos que fazem menção à “reprodução espiritual dos trabalhadores” (MARX, 1980).

Nesse percurso metodológico, poucos meses antes de entrar em campo, à busca de inspirações outras, empreendemos uma leitura atenta de *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de F. Engels, originalmente publicado em 1845. Aquelas páginas ganharam-nos por completo. Um poeta poderia fazer recurso à expressão “arrebadora” para sintetizar as mil e uma sensações provocadas por aquele livro, escrito de modo solto e ao mesmo tempo tão rigoroso do ponto de vista teórico, enquanto reprodução ideal do movimento do real.⁹

⁹ Teoria, noutros termos, como “[...] reflexo e ao mesmo tempo projeção; [que] registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa; é ao mesmo tempo receptiva e ativa” (KOSIK, 1969, p. 26). Esta posição, contrária aos idealismos hegeliano e kantiano da filosofia moderna, sintetiza de modo substancial a teoria social inaugurada por Marx e Engels (o materialismo histórico-dialético), corrente do pensamento na qual nos ancoramos para resposta aos objetivos aqui lançados.

Com a leitura do texto de Engels, intrigava-nos ainda mais a inutilidade da falaciosa neutralidade científica, tão servil às classes dominantes e que hoje parece se associar, na conjuntura deste país cinzento, a iniciativas radicalmente antidemocráticas. Apontar sinalizações dessa estirpe não implica em rompimentos com a linha de raciocínio da exposição metodológica de uma pesquisa; inversamente, denota a vivacidade de um debate que envolve até mesmo a forma de fazer ciência no Brasil, haja vista que a perseguição teórica ao marxismo não constitui novidade. Disso temos sofrido. E podemos sofrer muito mais.

Nesse sentido, retomando o fio condutor, seria limitado descrever a pesquisa de campo nos canaviais paraibanos somente sob o manto de formalismos benquistos pela Academia. Neste trabalho, a necessária busca pelo rigor científico não se confunde com a frieza da imparcialidade.

Coerente com esse raciocínio, a análise da produtividade do trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiro da Paraíba nos anos 2000, particularmente na atividade desempenhada pelos cortadores de cana, nem de longe se exaure em números, tabelas, gráficos, documentos de organismos oficiais. Estes dados, embora sejam da maior importância e muito indiquem sobre a realidade, encontram sentido ao se aliarem à história e à vida dos cortadores de cana, reveladoras do graúdo contido no objeto aqui proposto.

O potencial interpretativo oriundo das entrevistas¹⁰ possuiu relevo basilar à construção da problemática real do estudo; não num sentido utilitarista, mas como ferramenta investigativa capaz de contribuir de modo efetivo com o desenvolvimento teórico da hipótese levantada, necessariamente inserida numa realidade em movimento permanente, cujos desdobramentos práticos, quando refletida a luta de classes, não pode ser outro senão a necessária denúncia da penúria em que vivem esses trabalhadores.

Sob essas bases, a pesquisa de campo estruturou-se em dois momentos: primeiro, uma aproximação à direção de FETAG-PB, entidade representativa dos trabalhadores canavieiros da Paraíba; segundo, o contato direto com os cortadores de cana. A Federação intermediou e contribuiu diretamente na viabilização dessa segunda etapa.

As visitas à sede da FETAG-PB, em João Pessoa, envolveram o levantamento de matérias jornalísticas e fotografias do trabalho dos canavieiros na Paraíba, registros das greves e mobilizações já realizadas por essa categoria, o acesso às atas das convenções coletivas e duas entrevistas com o diretor de política sindical da entidade. O contato direto com os trabalhadores, todos vinculados à mesma unidade produtora, fora intermediado pelo movimento sindical.

¹⁰ “O recurso às entrevistas obriga a apreender junto a relação com o trabalho, com a formação, com a política, com o futuro, e não a delimitar os diferentes campos da existência” (BEAUD; PIALOUX, 2009, p. 307).

O primeiro dia em que adentramos nos canaviais foi materialmente simbólico. Era 13 de julho, fim de inverno, às vésperas do início da safra. Um dia incomum, nublado num País embaraçado por mais um Golpe de Estado. Dois dias antes, no 11 de julho, o Senado da República havia aprovado a “reforma” trabalhista para subtrair direitos tão duramente conquistados pelas classes trabalhadoras do Brasil a fim de, com isso, impor limitações cada vez maiores ao atendimento das necessidades sociais. De modo despujado, sob a chancela da “modernização”, rasgaram a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), confirmando tendências há tempos reclamadas pelo pensamento social crítico brasileiro quanto às nossas classes dominantes sociopáticas à mudança social, como costumava caracterizar o mestre-maior Florestan Fernandes.

Naquela ocasião, visitamos a sede de um Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), tendo a oportunidade de conversar com sua diretoria composta em grande maioria por ex-cortadores de cana. Os sindicalistas comentaram, logo nos instantes iniciais da conversa, sobre os impactos daquela “reforma” trabalhista sobre os trabalhadores rurais. Realçaram a angústia em relação aos ataques à previdência social, cuja sentença é que os agricultores contribuam diretamente com o INSS, o que coloca no limbo a estrutura financeira e político-organizativa dos STR’s. Relataram as dificuldades, as possibilidades e a dinâmica frenética de credenciamento de canavieiros para a safra. Um dos diretores soltou a informação que a procura por emprego no corte da cana estava enorme, mais do que em anos anteriores, realidade que referencia o crescimento da taxa de desemprego no Brasil.

As entrevistas com os cortadores de cana foram semi-estruturadas, realizadas em espaço informal. Ao todo, foram sete entrevistados – uma amostra irrisória perante o universo, mas que a partir do critério de saturação tornou possível a construção de algumas sínteses que, associadas aos dados secundários, acabaram por confirmar ou negar algumas tendências. Em cumprimento às normatizações éticas, os trabalhadores foram convidados a participar enquanto voluntários da pesquisa, sendo solicitado tanto a gravação das entrevistas com o gravador de voz quanto a disponibilidade em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – procedimento formal, extensivo a todas as entrevistas.

Os nomes dos cortadores de cana e do sindicalista entrevistados são substituídos por codinomes. Atentos à perspectiva que nos direciona, parece-nos que atribuir codinomes faz muito mais sentido do que atribuir números, como se os sujeitos da pesquisa fossem um dado numérico qualquer. Nos extratos das entrevistas que comparecem neste texto, os trabalhadores são assim chamados: Francisco, Serafim, Binho, Joaquim, Manuel, Miguilim e Chico. Por pura opção, há o Francisco e há o Chico. O Chico, na verdade, referencia os codinomes anteriores,

extraídos da canção “Assentamento”, de Chico Buarque de Holanda, o nosso artista brasileiro, que incluiria essa composição no álbum “Terra”, lançado em 1997, em conjunto com o livro do fotógrafo Sebastião Salgado, cujo título é o mesmo do álbum do compositor.¹¹ A homenagem, neste caso, confunde-se com o elogio. O sindicalista entrevistado, ex-cortador de cana, aparece pelo codinome José; talvez, o mais universal dos nomes de sua geração.

Quanto ao instrumental de pesquisa utilizado no contato com os canavieiros, orientamos a partir de dois eixos centrais: um primeiro, centrado no processo de produção e no salário; e o segundo, dedicado aos aspectos da reprodução da força de trabalho. De modo esquemático, como divisão meramente didática, as entrevistas caminharam pelos seguintes aspectos:

- 1) Produção e gestão da força de trabalho: modalidade de contratação (quem contrata e como); média de toneladas cortadas ao dia (intensidade do trabalho); jornada de trabalho; modalidade de pagamento (forma salarial); procedimento de trabalho no eito; instrumentos de trabalho; equipamentos de proteção individual; formalização da relação de trabalho;
- 2) Condições de reprodução da força de trabalho: alimentação; moradia; saúde; acesso aos programas sociais; desemprego e entressafra.

É este o percurso que nos movimenta na construção da problemática aqui investigada. É a referência de nossas reflexões, e que tem na realidade seu ponto de partida. É a base real convertida em fundamento teórico, mas também em denúncia de um contexto tão desigual.

¹¹ As fotografias que abrem a introdução, os dois primeiros capítulos e as considerações finais são, todas elas, parte do trabalho fotográfico de Sebastião Salgado.

CAPÍTULO I

O circuito desigual e combinado da produção canavieira no Brasil



Foto: Sebastião Salgado.

2 O CIRCUITO DESIGUAL E COMBINADO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA NO BRASIL

As coisas são muitas que vou encontrando neste caminho.
Tudo planta de cana, nos dois lados do caminho.
[...]
Tudo planta de cana, para uma só boca de usina.

João Cabral de Melo Neto, *O Rio*.¹²

Este capítulo discute as condições socioeconômicas que explicam a associação entre o “moderno” e o “arcaico” na agroindústria canavieira, apesar dos avanços científicos e tecnológicos que circunscrevem essa produção estratégica para o desenvolvimento capitalista em âmbitos nacional e mundial. No intuito de cotejar fundamento histórico e teórico ao nosso objeto, partimos do entendimento de que essa apreensão deve ser orientada pela tese do “desenvolvimento desigual e combinado”, enquanto tendência histórico-universal do modo de produção capitalista que repercute de forma particular na organização produtiva e reprodutiva das economias de capitalismo dependente,¹³ como é o caso do Brasil e de sua inserção subordinada e complementar na divisão internacional do trabalho.

O esforço é menos de reproduzir detalhes da ampla trajetória da produção canavieira do que tentar desvendar as bases de sua estrutura e das relações sociais sobre ela fundadas. Trata-se mesmo de uma necessária interlocução com a história, aqui exposta sob a forma de síntese, a fim de viabilizar uma aproximação às mediações sociais do cenário contemporâneo da exploração do trabalho na agroindústria canavieira.

A exposição encontra-se organizada em duas seções associadas ao objeto.

Emprende-se de início uma tentativa de identificação dos nexos entre trabalho, questão agrária e desenvolvimento desigual e combinado, três vetores enfeixados nas relações sociais de produção e reprodução que constituem o circuito produtivo da cana-de-açúcar. A unidade

¹² MELO NETO, J. C. *Melhores poemas de João Cabral de Melo Neto*. Seleção de Antonio Carlos Secchin. 9. ed. São Paulo: Global, 2003.

¹³ “[...] há uma diferença óbvia entre as economias centrais e hegemônicas e as economias periféricas e heteronômicas. Essa diferença consiste em que as segundas são caudatárias das primeiras e se organizam para beneficiar, de uma forma ou de outra, o seu desenvolvimento. Por isso, os vínculos colonial, neocolonial ou de dependência indireta traduzem-se, na prática, por uma inversão da realidade (como se a economia central se reproduzisse na economia periférica ao revés, para alimentar não o seu desenvolvimento, mas o desenvolvimento da economia dominante)”. (FERNANDES, 2008, p. 174).

entre esses vetores, ontem e hoje, expressa uma racionalidade que exhibe as desigualdades estruturais do desenvolvimento histórico nacional, como a concentração de terras (latifúndio), o arcaísmo nos métodos de exploração da força de trabalho, a persistência da condição brasileira de exportadora de *commodities*, às vezes tomadas como dados quase naturais.

Nesse primeiro momento, recorreremos ao diálogo com pensadores clássicos, como K. Marx, V. I. Lênin e L. Trotsky. A partir de ideias gerais lançadas por esses autores sobre a tese que nos referimos, em certa medida mais extensivas do que a realidade particular por eles analisadas, congregamos um esboço interpretativo centrado na concepção de que o “moderno” e o “arcaico” constituem-se enquanto tendência histórico-universal capaz de lançar luz sobre as contradições que informam a gênese e a expansão do capitalismo no campo brasileiro, em geral, e na agroindústria canavieira, em particular.

Em seguida, como desdobramento do diálogo com os clássicos, discutimos os fundamentos históricos da constituição de uma “economia açucareira” no Brasil, seus variados estágios produtivos e a via modernizante de seu parque agroindustrial, típica ilustração de um circuito desigual e combinado. Assim será possível decodificar as razões pelas quais a cana-de-açúcar alçou tamanha centralidade social, política, econômica e territorial.

2.1 Trabalho, questão agrária e desenvolvimento desigual e combinado

No tocante ao trabalho, mesmo sob os comandos do capital financeiro, a lógica (re)produtiva do capitalismo não rompe com práticas comuns a tempos pretéritos. Modalidades de exploração da força de trabalho típicas de formações econômicas anteriores readéquam-se à lógica da acumulação. O ensejo é o de levar a cabo o circuito da produção capitalista, cuja principal meta, como se sabe, reside no lucro, na extração de trabalho excedente.

O acirramento de tais relações, especialmente nas economias de capitalismo dependente, possui consequências de relevo, expressas no modo pelo qual o desenvolvimento capitalista se manifesta. Mediado pelas relações econômico-sociais determinantes da realidade brasileira, o setor canavieiro atua como expressão viva do amálgama entre acumulação e miséria inerente ao capitalismo. Esta característica se articula à centralidade assumida pela agricultura desde os primórdios da colonização, posto ser essa a base econômica mais ampla e estável às requisições do mercado europeu em sua fase de acumulação mercantil, e que persiste até hoje sob novas e velhas determinações.

Num espectro geral, podemos asseverar que os períodos mais significativos da história nacional estão influenciados em maior ou menor medida pela questão agrária.¹⁴ As formas de Estado, a literatura, a política, o estatuto cultural e a organização econômica constituem elementos centrais da vida nacional cuja explicação seria impraticável se não considerada a dinâmica processada no campo.

Na esteira do pensamento social, intérpretes inscritos em perspectivas distintas (e até mesmo antagônicas) questionaram-se sobre a centralidade do “agrário” na constituição do Brasil. Preocupações diversas – como a colonização, o escravismo, as oligarquias, os clãs, o parentesco, a casa-grande, as relações de classe e propriedade, o coronelismo e o compadrio, a revolução burguesa – encontraram-se com o eixo da questão agrária em formulações clássicas¹⁵ como as de Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Caio Prado Júnior¹⁶ (1907-1990), Florestan Fernandes (1920-1995) e Jacob Gorender (1923-2013).

Na concepção desses autores, malgrado suas diferenças teórico-metodológicas,¹⁷ é praticamente um consenso a ideia de que o “agrário” participa do núcleo basilar da vida social. Razões diversas explicam tal fato e relacionam-se, no essencial, à cultura, à economia e à política. Tais dimensões, ao constituírem eixos fundamentais de uma mesma estrutura macrossocial, demandam um cuidado interpretativo que evite generalizações simplificadoras. Algumas precisões interessam ao debate aqui proposto. Não por mera vontade, mas por uma exigência do objeto.

¹⁴ Entendida no plano teórico, da produção do conhecimento, como sendo um conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade (STÉDILE, 2012).

¹⁵ Num balanço sobre a produção histórica e sociológica brasileira, Antônio Candido ([1967] 1995) aponta que são três os livros-chave (e, por assim dizer, *clássicos*) para interpretar a sociedade nacional pós-1930: *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior. Para o crítico literário, há uma mentalidade nesses três autores que está permeada por um sopro de radicalismo intelectual e análise social rigorosos, distantes daquelas concepções anteriores de teor liberal-autoritário, expressas em autores como Oliveira Vianna (1883-1951). A primeira edição desse texto de Antônio Candido é de 1967, num prefácio ao *Raízes do Brasil*. Se escrito pós-1970, *Revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, certamente constaria na lista.

¹⁶ Embora a questão agrária constitua objeto de interesse desses intérpretes em seu conjunto, parece-nos que há certo relevo na produção de Caio Prado Júnior. Em sua vasta obra, a questão agrária aparece como fio condutor das formulações mais generalizantes sobre o Brasil, presente nos clássicos *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), *História econômica do Brasil* (1945) e *A Revolução Brasileira* (1966), bem como nos ensaios escritos pelo autor sobre o campo brasileiro e a reforma agrária, escritos entre 1960 e 1964, reunidos e publicados pela Editoria Brasiliense com o título *Questão agrária*. Isso não implica que os demais autores tenham secundarizado a dinâmica agrária. Mas convém adiantar, desde já, que Caio Prado Júnior é em certa medida mais utilizado em nosso estudo, face sua preocupação sistemática em decifrar as contradições sociais no campo.

¹⁷ Uma didática fundamentação a propósito das diferenças teórico-metodológicas no interior dos clássicos do pensamento social brasileiro pode ser encontrada em coletânea recentemente organizada por Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Secco, intitulada *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. (Cf. Pericás e Secco, 2014).

Fernandes (1973), em suas *Anotações sobre Capitalismo Agrário e Mudança Social no Brasil*, chama atenção para algo que nos parece importante: as análises macrossociológicas em torno da economia agrária brasileira ainda possuem expressivas lacunas, sobretudo no que diz respeito i) a estudos sistemáticos sobre a população brasileira e ii) as formas de trabalho e a evolução do mercado interno, do século XVI aos nossos dias. Retenhamos, em especial, a segunda lacuna.

Nos marcos do capitalismo dependente brasileiro, não é novidade a presença de uma inesgotável precariedade reservada às condições e relações de trabalho no espaço agrário. Trabalhar no campo é praticamente sinônimo de trabalhar precariamente.¹⁸ Isto constitui uma marca que rege todos os momentos vivenciados pelos produtores diretos no campo, sejam estes escravos, lavradores, parceiros, colonos ou assalariados. Esta assertiva é genérica e amplamente difundida.

Entretanto, a análise das formas de trabalho e as particularidades assumidas pela extração de trabalho excedente no campo brasileiro exigem adensamento teórico. A noção de “precarização”, por si só, dada sua abrangência quase infinda, pouco nos diz sobre o concreto das transformações históricas que marcam a exploração do trabalho e a produção de mais-valia no meio agrário, em geral, e na agroindústria canavieira, em particular.

Para tentar avançar nessa problematização, encetamos um suposto: a economia agrária brasileira, no conjunto variado de seus períodos históricos, é expressão das determinações estruturais da economia brasileira em geral. Admitido este ponto de partida, convém ressaltar que as relações sociais de produção e reprodução no campo brasileiro são largamente heterogêneas. Variam de uma região para outra, de um estado para outro, não possuindo uniformidade ou linearidade.

Tal reconhecimento denota num debate objetivo e histórico ainda em aberto às discussões em torno da relação entre trabalho e questão agrária na realidade nacional, centrada na tendência de a economia agrária reproduzir e combinar, especialmente em determinados setores da produção agrícola, formas subcapitalistas/semi-capitalistas e capitalistas de exploração da força de trabalho, numa tensão permanente entre “trabalho livre e semilivre” (FERNANDES, 2008). Este aspecto, em particular, toca no núcleo da discussão em tela, uma vez que a agroindústria canavieira articula uma dinâmica dúbia: de um lado, mobiliza e expande suas forças produtivas mediante incorporação de ciência e tecnologia, sobretudo no ambiente

¹⁸ Realidade igualmente viva, mesmo que sob outras mediações, entre as populações periféricas do espaço urbano. Isto confirma a relação unitária agrário-urbano, tecida em absoluta concordância com a dinâmica interna de funcionamento do capitalismo brasileiro.

industrial; e de outro, preserva um evidente arcaísmo na exploração da força de trabalho na agricultura, na atividade dos cortadores de cana. Longe de conformar uma estrutura dual, essa articulação expressa uma unidade dialeticamente engendrada.

2.1.1 *A dialética moderno-arcaico enquanto tendência histórica*

Desde meados do século passado que as discussões em torno da relação moderno-arcaico suscitam polêmicas importantes no pensamento econômico brasileiro e latino-americano e na tradição marxista. A crescente complexidade assumida pelo desenvolvimento capitalista denotou em configurações histórico-concretas intrigantes na economia, na política e na cultura, cujas contradições internas nem de longe são simples ou de fácil apreensão.

Em tempos distintos, e em formações econômico-sociais variadas, estudiosos inscritos em diferentes posições teórico-metodológicas defrontaram-se com o problema moderno-arcaico. Nessa seara, pelas razões e opções renunciadas, creditamos à noção de “desenvolvimento desigual e combinado” a mais sólida contribuição da tradição marxista no esforço em decifrar esse enigma que atua de modo significativo sobre o objeto analisado nesta dissertação. O movimento do real, em suas “bizarras combinações”, diria Gramsci (2002), nos conduz teoricamente ao enfrentamento desse debate.

A delimitação é condizente com a perspectiva de investigação e exposição que orienta esta elaboração. Amparamo-nos de modo mais central nas contribuições de Marx (2008), Lenin (1982), Trotsky (1977), Fernandes (2006; 2008), Ianni (1992) e Löwy (1998) para apresentar a tese do desenvolvimento desigual e combinado.

Para introduzir o debate, quatro considerações devem ser antecipadas:

i) há diferenças nas formulações dos autores escolhidos para o diálogo, embora estas não suprimam proximidades e as concordâncias mais substanciais que lhes conferem unidade. As categorias as quais recorrem esses autores possuem comum acordo em seu eixo: modo de produção, exploração, classes sociais, historicidade. Os períodos de análise são distintos, assim como as formações econômico-sociais investigadas por cada um. Tampouco as nomações são idênticas, mesmo que sejam próximas. Marx (2008a), na Introdução aos *Grundrisse*, de 1857, fala em “desenvolvimento histórico desigual”, enquanto Lênin (1982) incorpora a noção de “desenvolvimento desigual” e Trotsky (1977), de modo mais sistematizado, sugere a nomação “lei do desenvolvimento combinado”, apropriada por intérpretes brasileiros como Florestan Fernandes e Octávio Ianni;

ii) o desenvolvimento desigual e combinado denota, a nosso ver, uma tendência histórica do desenvolvimento capitalista e de sua inerente propensão à universalização.¹⁹ O vigor analítico dessa noção justifica-se por duas razões: primeiro, pelo fato de contribuir de modo decisivo com a caracterização do imperialismo²⁰ em seus diferentes estágios; segundo, por expressar uma concepção teórico-política que rompe “com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o eurocentrismo” (LÖWY, 1998, p. 01);

iii) por esse motivo, o desenvolvimento desigual e combinado não manifesta de modo ensimesmado uma tendência específica do “capitalismo dependente”. Se é verdade que tal tendência se revela de modo particular nas economias dependentes, sobretudo em função da força dos aspectos do “atraso”, é igualmente constatável que a lógica de funcionamento dessas formações econômico-sociais periféricas compõe uma mesma totalidade social concreta. Portanto, entendemos o “desigual e combinado” na condição de tendência histórico-universal;

iv) por último, em sintonia com os clássicos, adiantamos que a lei do “desenvolvimento desigual e combinado” exhibe-se também nos campos da cultura²¹ e da política. Não se restringe à economia ou às relações técnicas/organizativas da produção capitalista em suas disparidades rítmicas. Ao prezar pela dimensão de totalidade, esta concepção contraria as defesas “etapistas” ou “evolucionistas” (LÖWY, 1998) e suas conseqüentes posições teóricas deterministas e unifatorialistas, como se um único determinante, abstraído isoladamente, fosse capaz de explicar o social.

Em vista desses pressupostos, a teoria ou lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz um esforço interpretativo das movimentações internas da dinâmica capitalista, logo, de suas relações sociais de produção e reprodução. Trata-se mesmo de uma afirmação da historicidade que localiza o capitalismo enquanto totalidade contraditória, síntese de múltiplas

¹⁹ Sobre a configuração do capitalismo enquanto sistema mundial, ver Mandel (1984).

²⁰ O *imperialismo*, em sua acepção clássica, é entendido neste texto nos termos propostos por Lênin (2012), no ensaio escrito entre 1912 e 1916, e publicado em 1917, sob o título *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Para o revolucionário russo, o imperialismo constitui uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo, marcado pela dominância dos monopólios e do capital financeiro, sendo este último o resultado da fusão entre formas distintas de capital (sobretudo, o capital bancário e o capital industrial). Pode-se admitir, em linhas gerais, que as principais características da fase imperialista são: 1) a concentração da produção e a formação dos grandes monopólios; 2) redefinição do papel dos bancos ao assumir, desde então, um papel protagonista na dinâmica capitalista e possibilitar a formação de uma oligarquia financeira; 3) a exportação de capital; 4) a partilha do mundo entre as associações capitalistas; e, por fim, 5) a partilha do mundo em grandes potências.

²¹ “[...] a desigual relação do desenvolvimento da produção material frente à produção artística, por exemplo. De uma maneira geral não tomar o progresso no sentido habitual. Arte moderna etc. Esta desproporção está longe de ser importante e tão difícil de apreender como a que se produz no interior das relações sociais práticas. Por exemplo, a cultura. O propriamente difícil nesse caso é discutir o seguinte: de que modo as relações sociais de produção, como relações jurídicas, seguem um desenvolvimento desigual” (MARX, 1974, p. 29 *apud* IAMAMOTO, 2001, p. 103).

determinações.²² Esta perspectiva é a adotada pelo conjunto de intérpretes aqui postos em interlocução.

Em Marx (1980, 2008b), é flagrante a preocupação sobre as tensões que constituem a contradição entre o movimento expansivo das forças produtivas e o *modus operandi* das relações sociais de produção. Aí reside, em seu pensamento, o cerne do descompasso mais fundamental da sociedade burguesa, que produz e reproduz riqueza e pobreza de modo concomitante, ambas em dimensão ampliada. Um aspecto interessante é que o autor não coteja esta contradição somente a partir dos fundamentos econômicos *stricto sensu*. Em regra, nos diversos momentos em que Marx se debruça sobre isso, a história aparece como aliada de primeira hora, condição necessária no prosseguimento da análise. Tal entendimento viabiliza um prenúncio de sua concepção de “desenvolvimento histórico desigual”.

A esse respeito, numa passagem da *Introdução à crítica da economia política* (1857), preocupado em entender as bases da sociedade moderna, o autor admite que nas mais diversas formações econômico-sociais, “[...] há uma produção específica que determina todas as outras, são as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar e a sua importância. É uma luz universal onde são mergulhadas todas as outras cores e que as modifica no seio de sua particularidade” (MARX *apud* LÖWY, 1998, p. 73).

Nos passos desse raciocínio, a transição histórica de uma sociedade para outra não implica na decomposição ou no definhamento completo e/ou mecânico de aspectos “velhos” que, em tese, contestariam o “novo”. A “luz universal” a que se refere não dissipa nem dispensa, porém, as particularidades que fazem com que um modo de produção não surja ou se desenvolva de modo pronto e acabado. Ele se apropria, a depender de suas necessidades e condições históricas, de lógicas relacionadas à produção e/ou distribuição que podem ser pretéritas. Generaliza, tendencialmente, algumas formas – como é o caso do trabalho assalariado –, sem deixar de reproduzir características também presentes em outras formações sociais, mormente em seus feitiços mais limitadores do desenvolvimento das potencialidades humanas.

Em *Formações econômicas pré-capitalistas*, outro trecho dos *Grundrisse* (1857), elementos dessa estirpe aparecem em destaque. Na exposição, Marx (1991) sublinha que a transformação de dinheiro em capital requisita um processo histórico que tenha apartado as

²² “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (MARX, 2008, p. 256-257).

condições objetivas do trabalho, tornando-as independentes. Todavia, ao passo em que o capital toma corpo e forma, usurpa o conjunto da produção, provocando e acentuando por toda parte a separação entre trabalho e propriedade, entre trabalho e as condições objetivas de sua realização. O fato é que esta arquitetura, por ser rica em determinações históricas, não se esgota de modo endógeno ou autoexplicativo, pois “[...] as formas históricas originais em que o capital aparece, primeiro, esporádica ou localmente, lado a lado com os antigos modos de produção” (MARX, 1991, p. 108).

Sob tais fundamentos, o “desenvolvimento histórico desigual” proposto pelo filósofo alemão recria e alimenta descompassos temporais na unidade entre produção e reprodução social, ilustrando o mais elevado patamar dessa relação dialética, já que sua consolidação “consistiu na separação dos elementos até então combinados; [e] seu resultado não é, portanto, a desaparecimento de um destes elementos, mas uma situação em que cada um deles surja negativamente relacionado com o outro” (ibid., p. 98). Essa inter-relação apenas se agudiza no processo de amadurecimento do capitalismo, uma vez que sua universalização impõe exigências complexas à sua rota produção-circulação-consumo.

Lênin (1982), ao analisar a situação da Rússia, observa essa mesma inter-relação a partir do complexo mercado interno/mercado externo. Em sua ótica, face a tendência de universalização do capitalismo, a forma organizativa da empresa capitalista rompe com barreiras locais e particularismos muito afetos às formações econômicas pré-capitalistas. A necessidade precípua de circulação de mercadorias revela uma tendência “natural” de procura por um mercado externo, procedência esta que expõe novos arranjos em relações como mercado local/mercado externo, campo/cidade, indústria/agricultura – três combinações cruciais no processamento concreto do desenvolvimento desigual.

No caso da Rússia, pode-se tomar como exemplo a desintegração do campesinato e sua progressiva tendência à proletarização.²³ Naquelas circunstâncias histórico-concretas interpretadas por Lênin, o camponês passa a ser incorporado pela lógica do mercado. O acirramento da “generalização” do território russo, sob os estímulos expansivos do capitalismo, forma um contingente massivo de assalariados agrícolas e diaristas que lidam a partir de então com os sequenciais progressos técnicos dos estabelecimentos agrícolas.

Num período de intensas mudanças naquela sociedade, há por um lado os produtores diretos do campo que deixam suas terras, num movimento de êxodo para as cidades; e por outro, uma intensificação das tendências da economia camponesa erigida sob novas bases. Daí em

²³ Esta tendência, já apontada por Lênin e Trotsky, possui pistas interessantes para a análise do campo brasileiro, em geral, e da agroindústria canavieira, em particular. Voltaremos a isso mais adiante.

diante, parcela dos camponeses proletarizados passa a investir em melhorias estruturais nas suas pequenas propriedades: “[...] introduzem arados de ferro, desenvolvem culturas de forragens e a indústria leiteira etc” (ibid., p. 119). Como se pode ver, a movimentação das massas do campo não foi unilateral nessas circunstâncias temporais. Inseriram-se, combinadamente, nas duas movimentações, em tese opostas, operadas pela via particular do desenvolvimento capitalista na Rússia.

É de chamar atenção: logo na agricultura, seio das tradições medievais, experimenta-se tão intensamente sólidas transformações de base capitalista (WOOD, 1998), que abrangem da lógica organizativa da produção às recomposições no interior das classes sociais. Tudo isto para a constituição de um mercado interno. Num compasso histórico desigual, desintegra-se o campesinato para elidir relações servis ou semi-servis na economia agrária russa, em harmonia com a edificação de uma estrutura econômico-social latifundiária e capitalista, diferentemente das sociedades camponesas de outrora. Ganha lugar em meio às novidades as mediações do salário, da concorrência, do emprego das máquinas, da transformação da técnica, da dependência do agricultor ao mercado mundial em expansão.²⁴

Perante esses elementos, Lênin (1982) constata que o desenvolvimento capitalista na Rússia encontrou formas “combinadas” em seu trato com a agricultura. Os ofícios desempenhados pelos trabalhadores são distintos. Há assalariados agrícolas e não-agrícolas, sob as determinações da embrionária indústria mecanizada que supera a lógica artesanal. Um capitalismo agrário que “sacudiu pela primeira vez uma estagnação secular” (ibid., p. 204), na esteira do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que não se limita às cidades, mas espalha-se também pelo campo, a despeito dos desnivelamentos rítmicos.

Essa sucessão de acontecimentos, presente em *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* ([1899] 1982), serve-nos para enfatizar que a lógica interna de funcionamento do capitalismo não produz um desenvolvimento uniforme na agricultura nem na indústria. “Num lugar (num país, numa região, nem estabelecimento agrícola) ele faz progredir um ramo da economia rural; noutra região, impulsiona outro ramo etc.” (LENIN, 1982, p. 204). Basta que tudo isto, sempre de modo auto-articulado, impulsione de modo sempre mais abundante a produção mundial, a socialização do trabalho e a apropriação privada das riquezas.

²⁴ Lênin (1982, p. 148-149) acrescenta o seguinte: “Do emprego de máquinas resultam a concentração da produção e a aplicação da cooperação capitalista na agricultura. [...] A concentração da produção agrícola implica uma ampla cooperação dos operários no trabalho. [...] o aumento da intensidade da agricultura [...] faz crescer em enormes proporções a demanda de mão-de-obra assalariada. É claro, porém, que o número de operários assalariados agrícolas diminuirá [...] quando o desenvolvimento capitalista atingir determinado nível [...]”. Esta citação, embora trate da Rússia, muito faz lembrar o caso brasileiro, que será problematizado logo em breve.

Do exposto, Lênin (1982) avalia, com alicerce nas particularidades da formação econômico-social russa que há, de fato, características “atrasadas” e “adiantadas” que se mesclam no interior de um mesmo processo histórico, ora de modo lento, ora de modo acelerado, exibindo-se no “caráter desigual do desenvolvimento econômico” (LENIN, 1982, p. 375). Este “atraso”, na concepção do autor, realiza-se mediante a presença viva dos retardamentos técnicos de uma determinada região, associando-se à permanente depressão salarial, à predominância do trabalho manual, à exploração primitiva, ao roubo das riquezas naturais e outros métodos de escoamento de mercadorias (ibid., p. 309). Lênin refletia sobre a Rússia pré-revolucionária, mas os elementos por ele apresentados voltarão à tona ao tratarmos da realidade brasileira, de modo mais geral, e da produção canavieira, em particular.

Mas antes desse salto, finalizemos nosso entendimento a propósito do desenvolvimento desigual e combinado em diálogo com o intérprete clássico que mais densamente sistematizou essa tendência histórica: Leon Trotsky. Assim como Lênin, o fundador da IV Internacional analisou as leis íntimas que regem a realidade da Rússia. À época, algo em especial intrigava o revolucionário russo do ponto de vista da investigação: o enigma de um país “atrasado” como a Rússia ter sido o primeiro a levar o proletariado ao poder; demandando, “[...] preliminarmente, procurar a chave deste enigma nas peculiaridades de tal país, isto é, naquilo que o diferencia dos outros” (TROSTKY, 1977, p. 17).

Dadas as conclusões a que chega o autor, sua serventia é mais extensiva, não se limitando à Rússia. Trata-se de uma propositura de abrangência universal, confirmada pelo desenvolvimento concreto do modo de produção capitalista. No centro da análise de Trotsky, localizam-se problemáticas como a relação entre o “atrasado” e o “moderno”, que uma vez empreendida a partir da objetividade histórica totalizante, torna-se sustentáculo para a crítica dirigida ao etapismo daquele contexto político-conjuntural. Se Lênin corretamente identificou a penetração do capitalismo na Rússia a partir das contradições da agricultura, Trotsky, por sua vez, dá um salto adiante no sentido de se debruçar sobre a inserção da economia russa na economia mundial, numa permanente interação dialética entre o particular e o universal.

Trotsky (1977) parte do pressuposto que o capitalismo já havia atingido, na altura daquele tempo, um grau elevado de universalização, traduzindo-se enquanto sistema mundial. Em razão disso, as mudanças qualitativas daí provenientes rompem com as barreiras particularistas, tal como configurado por Lênin. Este dado é uma determinação concreta, que passa a exigir em seu calibre apreciativo uma explicação histórica que não se esgote na presunção mecânica de mera repetição dos ciclos históricos ou das formas de desenvolvimento de diversas nações, como se os acontecimentos pudessem ser encarados como “um

encadeamento de aventuras [ou] um fio de moral preconcebida” (TROTSKY, 1977, p. 15). Exige que se leve em consideração a complexidade das circunstâncias historicamente determinadas, enfeixadas na economia, na política, na cultura, nas práticas das classes sociais, na ação do Estado, nas oscilações temporais e territoriais que distinguem as mais variadas formações econômico-sociais partícipes do desenvolvimento capitalista.

É com base nesse raciocínio que Trotsky (1977) sugere que se deve incorporar na análise concreta da realidade que a desigualdade de ritmos configura uma lei geral do processo histórico, evidenciada com maior vigor e complexidade no destino dos países “atrasados”. E acrescenta:

Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (TROTSKY, 1977, p.25).

Assim, a desigualdade rítmica, associada ao desenvolvimento combinado, põe lado a lado estágios aparentemente contrapostos, imprimindo-lhes um “amálgama” assinalado pela absorção dos caracteres mais avançados das Nações “modernas” e seu ajustamento a formas produtivas, econômicas, políticas e culturais que atestam maior ou menor nível de arcaísmo. As assim chamadas regiões “coloniais” (à época, em referência aos países centrais) ou “semicoloniais” (economias dependentes) não seriam capazes de levar a cabo sua história de modo isolado ou “autônomo”. É como se o desenvolvimento capitalista arrastasse consigo uma superposição dialética entre inovações tecnológicas, políticas e culturais levadas a efeito pelos países “avançados” e relações sociais muitas vezes pré-capitalistas presentes nos ambientes “atrasados” (DEMIER, 2007),²⁵ “atraso” este que se apresenta, enfim, enquanto parte do desenvolvimento capitalista, uno, mas essencialmente desigual e combinado.

De um ponto de vista mais dilatado, parece-nos que as posições centrais desses três autores - expostas em forma de síntese, para que não incorramos no risco de fugir dos objetivos propostos - contêm caráter extensivo, validade teórica e atualidade. Possui um rico potencial interpretativo do capitalismo contemporâneo e das formas assumidas pelo capitalismo dependente brasileiro nos âmbitos da produção e da reprodução.

²⁵ Mais adiante, ao introduzirmos o debate sobre a questão agrária brasileira na segunda metade do século XX, isto tomará mais corpo e forma.

2.1.2 Antinomias da expansão capitalista no campo brasileiro

Feitas as considerações a propósito da dialética arcaico/moderno, interessa-nos de agora em diante articular essa tendência histórico-universal às particularidades da formação econômico-social brasileira, sempre com zelo pela inter-relação entre elementos internos e externos. O objetivo não é outro senão àquele anunciado no início desta seção: relacionar trabalho, questão agrária e desenvolvimento desigual e combinado a partir de dados concretos da realidade que possibilitem a apropriação das macrodeterminações do circuito desigual e combinado da produção canavieira.

É da maior importância reconhecer que as protoformas da inserção privilegiada da monocultura da cana no Brasil só podem ser devidamente analisadas considerando a formação do capitalismo europeu, em seu estágio de acumulação comercial ou, como sugere Marx (1980), de “acumulação originária de capitais”.²⁶ O lugar ocupado pela cana-de-açúcar no desenvolvimento histórico-econômico na realidade nacional constitui-se como exigência do mercado mundial em expansão. É resultado da superação das limitações de fronteiras propagadas e levadas a cabo pelos chamados “descobridores”, que ao desbravarem o que denominavam de “Novo Mundo” passaram a instituir uma política colonial que fez da cana-de-açúcar um fator cativo à consolidação da inserção econômica do colonizador português no mercado mundial em expansão. No conteúdo, veremos que muito disso acaba por ilustrar as ideias há pouco desenvolvidas sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Não faria sentido tratar o desenvolvimento desigual e combinado no Brasil sem remetê-lo aos caracteres centrais do período colonial. Lançar luz sobre as bases da colonização no Brasil constitui uma necessidade do objeto em análise, no sentido de retomar aspectos primordiais contidos no largo acúmulo obtido pelo pensamento social crítico brasileiro.

O *Sentido da Colonização*, uma das principais teses de Caio Prado Jr., pontapé da análise presente em *Formação do Brasil Contemporâneo* ([1942] 1976), expõe a síntese desse processo histórico.²⁷ Do ponto de vista desse autor, era impensável em pleno século XX

²⁶ No Capítulo XXIV de *O Capital*, ao analisar a gênese do capitalismo industrial na “assim chamada Acumulação Primitiva”, Marx (1980, p. 868) assevera o seguinte: “As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio e escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista”.

²⁷ Do ponto de vista do método, logo na apresentação do texto, o autor é preciso ao sinalizar que o maior de seus objetivos nessa obra consiste em expor o percurso investigativo do “sistema colonial na totalidade de seus caracteres econômicos e sociais que se apresenta prenhe de transformações profundas” (PRADO JR., 1976, p. 9, grifo nosso).

entender a configuração da formação brasileira sem apreender as determinações da forte herança colonial. Explorar teoricamente o sentido da colonização significaria ter em mãos uma chave para a devida interpretação do caráter inicial e geral da formação econômica brasileira e, por conseguinte, dos condicionantes estruturais da questão agrária e das condições e relações de trabalho aqui emergidas e desenvolvidas. Assim procedeu o historiador.

A partir desses eixos, insere no rol do pensamento social brasileiro uma interpretação que articula passado e presente. Ao prezar pela dimensão da universalidade e evitar endogenismos, Caio Prado Jr. sustenta a ideia de que a colonização assumiu a condição de capítulo do desenvolvimento do comércio continental europeu. Nesse entendimento, a narrativa da colonização não é simples e limitadamente a chegada e a consolidação dos portugueses no Brasil em “descobrimento”. O autor concebe a colonização como artefato de um processo mundial de expansão do capitalismo em sua fase mercantil. Para os colonos europeus, representantes natos do padrão de dominação externa então imperante, o “Antigo Sistema Colonial” (FERNANDES, 1973), a tarefa máxima que lhes incumbia era tirar o máximo de proveito dessa expansão mercantil. Daí a necessidade de implantação de uma grande empresa colonizadora nos trópicos, cujas condições geográficas extremamente favoráveis à agricultura são inegáveis. Não por acaso,

As colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituíram colônias propriamente de povoamento [...], escoadouro para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará, no entanto, um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados (PRADO JR., 1976, p. 31).

Eis as bases históricas do tipo de colonização “à brasileira”: a colônia de exploração (PRADO JR., 1976). O intuito dos colonizadores era o de constituir entre nós uma empresa comercial, erigida sob a lógica do lucro, mais complexa em relação à antiga feitoria, que explorasse em larga escala os recursos naturais, em proveito do desenvolvimento capitalista na Europa. Povoaram o território de acordo com as necessidades mercantis e estabeleceram uma organização produtiva na qual o alicerce econômico mais vasto e estável para tamanho domínio era a agricultura.

O padrão adotado para a exploração da força de trabalho - a escravidão - é também essencial para entender o “sentido” da colonização. O esforço físico constrangido do escravizado consistia num aspecto revelador do limite de sua própria condição material, de modo que tal estatuto de exploração jamais possibilitaria, segundo Prado Jr. (2000), educar o indivíduo ou prepará-lo para um plano de vida humana mais elevada. O braço escravo era pura capacidade de trabalho. Afinal, em sintonia com nosso objeto:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para **fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros**; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. **É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira** (id., p. 31-32, grifo nosso).

O interesse comercial, já sob um compasso desigual e combinado, guardava consigo a possibilidade de realizar o excedente econômico, a mais-valia contida na mercadoria, embora o trabalho fosse escravo. O que é num plano aparente era exclusivamente comercial pauta-se, na verdade, no momento predominante da produção, sobretudo em função de um fato que não é menor: a economia mercantil aqui gestada não se funda, como de regra, na lógica pequena produção, mas na presença avassaladora de uma estrutura latifundiária sustentada em monoculturas e, portanto, na produção em larga escala.

Forja-se no Brasil a organização de uma economia interna “voltada para fora”, sob as bases de uma vasta empresa agrícola (PRADO JR., 1976; FURTADO, 1995) cujo padrão adotado para a exploração da força de trabalho é devastador para os produtores diretos. Com tais contornos, reveladores do sentido da colonização, o país se constitui no bojo da expansão do capitalismo no cenário internacional, tese esta que contrariou, à época, leituras predominantes na esquerda brasileira.²⁸

Até então, predominava a leitura terceiro-internacionalista (severamente criticada por Trotsky ao apresentar a lei do desenvolvimento desigual e combinado, em *A História da Revolução Russa*), que em sua fase stalinista sugeria uma interpretação dos países

²⁸ Esta formulação possui desdobramentos teóricos no campo debates da questão agrária. Os anos 1960 foram marcados por intensos debates em torno dos fundamentos históricos da estrutura social, política e econômica. Presenciava-se uma conjuntura particularmente agitada em torno das reformas de base, de organização das forças populares. O tema da questão agrária, em razão de sua centralidade no acirramento das lutas de classes (recorde-se a expressividade das Ligas Camponesas, particularmente na zona canavieira do Nordeste), estava no âmago da conjuntura. Por esse motivo, as elaborações em torno do campo brasileiro remeteram às questões de fundo da formação histórico-social, num plano analítico mais geral. O epicentro desse debate foi, sem dúvidas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A dinâmica localizada na luta política requisitou que o Partido desenvolvesse uma interpretação mais consistente sobre a estrutura agrária.

subdesenvolvidos com base no que se pode classificar como “esquema da escada”: modo de produção primitivo – modo de produção asiático – escravismo – feudalismo – capitalismo – socialismo. Nesse modo de pensar, as formações sociais dependentes (“atrasadas”, no linguajar de então) possuiriam uma espécie de “herança feudal” que deveria ser substituída por condições especificamente capitalistas, numa espécie de “evolução” histórica que conformaria um operariado forte através da generalização do trabalho livre, do trabalho assalariado. A mediação estratégica para tal fim seria a etapa “democrático-burguesa” da revolução socialista.

Além de reproduzir um esquematismo evidente, essa proposta estabelece uma hierarquização historicamente inviável entre o operariado e os trabalhadores rurais. O operário representaria, sob esse ponto de vista, a “positividade histórica”, enquanto os trabalhadores do campo assumiriam um papel supostamente secundário para o triunfo operário.

Quanto a isso, Caio Prado Jr. foi contundente na crítica à caracterização “feudal” ou “semifeudal” da formação econômico-social brasileira.²⁹ Tanto em *Formação do Brasil Contemporâneo* ([1942] 1976) quanto em *História Econômica do Brasil* ([1945] 1987), o historiador assevera que a nossa formação desponta o processamento de uma economia de caráter agroexportador, cujo ordenamento da produção é definido pelas demandas comerciais do desenvolvimento capitalista na Europa, em sua fase mercantil.

É em cumprimento a essas exigências que se estrutura o pacto colonial com sua tríade latifúndio-monocultura-escravidão.³⁰ O que Caio Prado Jr. observa, a nosso ver acertadamente, é que o Brasil, e a América Latina em geral, participou decisivamente, de modo contraditório e desigual, de um projeto mais amplo que as dinâmicas processadas no plano interno: o de expansão do capitalismo, desencadeado pelo continente europeu. É óbvio que as colônias de exploração latino-americanas não desenvolveram um modo de produção especificamente capitalista concomitante à Europa. Mas configuraram, contudo, um elo fundamental à expansão do capitalismo.

Deste modo, quanto ao estatuto de exploração da força de trabalho no campo brasileiro, “seria mais acertado e adequado falar em restos escravistas ou servis, e relações semi-escravistas ou semi-servis” (PRADO JR., 1978, p. 67). Duas razões explicativas:

²⁹ Com fidelidade à fonte, o autor declara exatamente o seguinte: “Feudal” tornou-se assim sinônimo ou equivalente de qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho, o que é naturalmente falso [...] escravismo e feudalismo não são a mesma coisa, e no que se refere à estrutura e organização econômica, constituem sistemas bem distintos. E se distinguem sobretudo no que concerne ao assunto de que estamos tratando, isto é, a natureza das relações de trabalho e produção e o papel que essas relações desempenham no processo político-social da revolução (PRADO JR., 1976, p. 42-43).

³⁰ É imperativo reconhecer que o tripé latifúndio/monocultura/escravidão, embora largamente (e corretamente) utilizado pelo marxismo brasileiro, foi originalmente formulado, até onde se sabe, pelo sociólogo Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*.

i) factualmente, não se enxergava na realidade brasileira elementos basilares do funcionamento econômico e produtivo de uma sociedade feudal, como é o caso do sistema de trocas restritas e da predominância da produção local/familiar;

ii) a condição de exploração da força de trabalho (elemento-chave na conformação de um determinado modo de produção) distingue-se em larga medida do ordenamento feudal, de modo que “as brutais formas de exploração do trabalho na agropecuária brasileira não derivam de nenhuma circunstância de ordem institucional ou jurídica, de estatutos pessoais distintos, de enraizadas tradições, como se insinua e dá entender ao falar em ‘relações feudais’” (ibid., p. 68). Há aí um elemento de máxima importância na relação trabalho-questão agrária. Para Prado Júnior, as dolorosas marcas impregnadas na história dos trabalhadores do campo no Brasil são herança da adoção multissecular do trabalho escravo, e não de relações sociais feudais.³¹

Mas a divergência do autor com o “feudalismo brasileiro” não era apenas de ordem teórica. Ao combater essas teses, estava preocupado com suas consequências práticas. Ilustração disso é o debate da reforma agrária. Considere-se, por exemplo, que segundo o “esquema da escada” (delineado anteriormente), os “restos feudais” deveriam ser substituídos por condições tipicamente capitalistas, tal qual previam os defensores do modelo “democrático-burguês” de transição ao socialismo.

Esse debate conduz-nos ao caráter da exploração agrária no Brasil e às relações e condições de trabalho historicamente imperantes no campo brasileiro. A lógica da produção em larga escala, organizada em grandes unidades produtoras – fazendas, engenhos, plantações – representa uma marca medular de nossa formação agrária. Para que o ciclo viabilizador da demanda colonizadora se reproduzisse, o monopólio da terra, associado ao trabalho escravo, constituía um pré-requisito.

Em bases predominantemente mercantis, desenvolveu-se uma estrutura agrária com acentuada concentração da propriedade da terra. Dois aspectos indicam os “sucessos” da exploração agrária no Brasil: 1º) a larga quantidade de terras disponíveis, “em cuja apropriação não concorreu com o número relativamente reduzido dos empreendedores da exploração agrária do País, e que se tornaria sua classe dominante” (ibid., p. 25)³²; 2º) “a disponibilidade de força

³¹ Daí a afirmação levada a cabo pelo autor de que os trabalhadores rurais brasileiros não tiveram a oportunidade de se tornar um campesinato no sentido exato da expressão. Faltou a essa população, ou pelo menos parte significativa dela, tradição camponesa como nos países da Europa (PRADO JR., 1978).

³² Ainda nesse trecho, é interessante o acréscimo do autor em relação aos trabalhadores escravos: “A massa escrava, mais tarde, apenas recém-egressa da escravidão, bem como os imigrantes que a partir do século passado

de trabalho, fornecida aos grandes proprietários pela massa da população rural que se formou e constituiu [...] pela incorporação dos indígenas, pelo tráfico africano” (ibid., p. 26). O modelo de desenvolvimento agrário condensa seu êxito comercial, desta maneira, nas grandes extensões de terras e na facilidade abundante de força de trabalho a baixíssimo custo.

No artigo *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil* ([1960] 1978), Caio Prado Jr. argumenta que a natureza da economia rural brasileira reside no domínio da grande exploração agropecuária, sendo a concentração de propriedade fundiária (o latifúndio) o tipo de estrutura agrária adequada às pretensões desse modelo.³³ É sob essas bases que a agropecuária no Brasil se torna um “bom negócio”, a carregar consigo uma profunda contradição entre a apropriação privada das riquezas e a concentração de pobreza, num verdadeiro “nó” que amarra questão agrária, exploração da força de trabalho e desenvolvimento desigual e combinado.

No que diz respeito à exploração da força de trabalho, se há uma característica que atravessa toda a história dos trabalhadores do campo no Brasil – sejam estes escravos, lavradores ou assalariados – é a extraordinária precariedade das condições de vida e das relações de trabalho. O pauperismo no qual as massas do campo se veem quase que irremediavelmente compelidas expõe a impotência de um desenvolvimento agrário fundamentalmente antinacional e antipopular e as sequelas brutais de uma organização produtiva que tende a corroer a força de trabalho o máximo que possa.

Esse paradoxo constitui-se como fundamental para um devido entendimento da relação entre trabalho e questão agrária no Brasil, “[...] onde o desenvolvimento agrícola e as condições de vida do trabalhador rural não se acham direta e necessariamente relacionados” (PRADO JR., 1978, p. 29). Essa inferência a que chega o pensador tornou-se elementar para os estudos posteriores feitos pelo marxismo brasileiro no que tange à organização produtiva, à estrutura econômica, às relações de trabalho no campo e até mesmo à natureza da revolução burguesa no Brasil.

O que está por trás dessa identificação mais parece uma antecipação do que mais tarde serviria como suporte à tese da “modernização conservadora” contida na formulação de Florestan Fernandes (2006), assim como da incorporação da ideia de “desenvolvimento desigual e combinado” aos estudos sobre a realidade agrária brasileira. Em termos substantivos,

[XIX] vieram reforçar os contingentes de trabalhadores do campo brasileiro, nunca estiveram em condições de seriamente disputar para si o patrimônio fundiário da nação” (PRADO JR., 1978, p. 25).

³³ É fato que a maior parte dos termos utilizados nesta parte do texto remete a temas recorrentes nas análises sobre o universo agrário, particularmente na realidade nacional. Nesse sentido, vale a referência à contribuição de Motta (2005) mediante a organização do *Dicionário da terra*, publicado pela Civilização Brasileira.

estas tendências são reveladoras de uma formação econômico-social amalgamada entre o “moderno” e o “arcaico”, já que em nossa história “[...] fases novas não eliminam as anteriores; ao contrário, coexistem e engendram um sistema econômico capitalista segmentado, no qual as diferentes estruturas compõem um todo” (FERNANDES, 2008, p. 58).

Enquanto tendência geral, o quadro apresentado nada tem a ver com incompatibilidades abstratas. Em concordância com Oliveira (2013), em sua *Crítica à razão dualista*, não há entre nós qualquer espécie de oposição formal entre o “moderno” e o “arcaico”. Ambos se relacionam permanentemente e não encerram distinções isoladas entre si, ainda que alguns pensadores tenham tentado classificar o “desenvolvido” e o “subdesenvolvido” como formas próprias, anacrônicas e ambíguas que não se encontram em sua dimensão estrutural.

Na processualidade contraditória do real, o que se verifica entre o “arcaico” e o “moderno” é uma verdadeira simbiose, “[...] uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (OLIVEIRA, 2013, p. 32). É parte de nossa dialética interna. A articulação entre um e outro mantém sustento, mesmo com o passar dos anos, como requisito universal do modo de produção capitalista que se apresenta em suas faces mais carrascas nas economias de capitalismo dependente. Uma mescla de desigualdades que não é “original” ou “específica” da realidade brasileira, mas que tampouco sua história se explica longe de tamanho contrassenso, articulado pela concentração de renda, propriedade e poder.

Francisco de Oliveira (2013) arremata:

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2013, p. 60).

Deste modo, não se limita à dinâmica processada no universo agrário. Combina no interior de uma mesma totalidade o campo e a cidade, a agricultura e a indústria, a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Constrói tensões que destinam ao nosso processo modernizante uma “via particular”, que não se explica sem a presença do “arcaico” em nenhuma esfera da estrutura econômico-produtiva, social e política. Está impregnada até o osso por esse peso, espaço aberto para que o “passado” seja um passado-presente.

Na interface entre questão agrária e condições e relações de trabalho, Fernandes (2008) destaca o seguinte analisar a modernização da agricultura brasileira:

Mesmo o novo tipo de relação heteronômica, nascido com as influências do capitalismo monopolista, que acelera a absorção de estruturas arcaicas pela industrialização e expansão do consumo de massas, não permite remover todas as fontes de desequilíbrio e de tensão, no nível estrutural (o que exigiria um sistema econômico capitalista autossuficiente e autônomo). Portanto, é pouco provável que o estilo de *modernização do campo*, possível dentro do capitalismo dependente, logre estabelecer equilíbrio dinâmico entre as estruturas arcaicas e modernas (FERNANDES, 2008, p. 72).

Numa articulação entre trabalho e questão agrária, linha e linho sob o compasso do desenvolvimento desigual e combinado no Brasil, pode-se inferir que a economia agrária tende a reproduzir - em maior ou menor grau, conforme as intermediações oriundas das lutas de classes - formas semi-capitalistas ou subcapitalistas de exploração da força de trabalho. Ou seja, por aqui, essas “formas pré-capitalistas” não entram em contradição com o capitalismo. Mesmo quando assalariado, o trabalhador rural – sujeito que mais nos interessa – está propenso a ser tratado como “semilivre” (FERNANDES, 2008). Sob os condicionantes estruturais da dependência, trata-se de uma marca inexaurível do dilema agrário brasileiro, cujas expressões na agroindústria canavieira são esclarecedoras, como veremos adiante.

Isto desponta o círculo vicioso das desigualdades resultantes de formas de produção supostamente antitéticas, mas coexistentes, e seus impactos materiais sobre a vida dos produtores diretos do campo. A combinação entre essas formas produtivas conduz à seguinte conclusão: “sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do ‘cálculo capitalista’” (FERNANDES, 1968, p. 64-65).

Processa-se em nossa economia agrária, simultaneamente, um profundo progresso técnico-científico objetivado na esfera da produção (mediante o investimento em capital constante) e a manutenção de relações e condições de trabalho “arcaicas”. Com efeito, a incorporação de tecnologias na agropecuária brasileira possui a finalidade mais conveniente às classes dominantes que aqui amadureceram: a elevação da produtividade e do nível de concentração de riquezas.

O caráter indubitável desses aspectos adquire ainda mais sentido ao se ponderar as particularidades mesmas do assalariamento da força de trabalho no campo brasileiro. Regra geral, esse processo se efetuou sem alterações mínimas nas relações entre o estatuto do trabalhador e o proprietário. A novidade mais palpável de tal transição incide no fato de que o

pagamento da força de trabalho na agricultura ocorre, a partir de então majoritariamente através do salário, e não mais pelos “benefícios” antes concedidos ao trabalhador escravo ou lavrador – como era o caso, por exemplo, da utilização das terras do proprietário e da participação no produto.

Nesse “novo” arranjo, a lógica de contratação da força de trabalho mais profícua às classes possuidoras era a locação de serviços, inegavelmente instável numa perspectiva minimamente progressista da legislação trabalhista. Tratava-se de um momento de transição da dinâmica produtiva. Seria tolo demais pensar que os “donos do poder” – numa analogia ao clássico de Raymundo Faoro – não tirariam proveito do que mais vantajosamente a tradição escravista lhes propiciara.³⁴

No movimento histórico, o que se apresenta com projeção mais nítida no terreno das relações entre proprietários e ofertantes da força de trabalho no campo brasileiro é um mercado livre de trabalho, mesmo que este arraste consigo as formas “arcaicas” de exploração da força de trabalho. O queremos enfatizar é que não há contradição entre uma coisa e outra. Se a escravidão serviu de base à organização da colonização, é certo que o amadurecimento destas relações veio acompanhado pelo componente salário enquanto modalidade de pagamento, ao contrário do que está previsto na típica condição feudal de intervenção peculiar do estatuto pessoal das partes. Esta demarcação é importante, em especial, diante do desafio que temos ao longo deste trabalho, uma vez que as transformações do trabalho assalariado nos canaviais constituem seu núcleo central.

Talvez a lição mais central desse imbróglio seja o fato de que a introdução de novos arranjos produtivos em ramos estratégicos da economia agrária brasileira, como é o caso da agroindústria canavieira, tende a conservar padrões não-especificamente capitalistas na agricultura. A dialética desse emaranhado, no entanto, confirma que essa tendência se situa no concreto do real como forma e meio de setores especificamente capitalistas (OLIVEIRA, 2013).

O “não-capitalista” guarda em si uma tremenda capacidade de conversão em “capitalista”. E o principal fator que alimenta essa interação não é outro senão a aliança do “poder do atraso”, isto é, a relação orgânica entre propriedade fundiária e capital (MARTINS, 1999). Decerto, enfim, o latifúndio e o trabalho em condições escravas constituem as mais vivas marcas do “arcaico” na realidade nacional.

³⁴ É tanto que, mesmo no Brasil contemporâneo analisado por Prado Jr., a remuneração da força de trabalho assume formas não monetárias, por conveniências práticas da parte dos proprietários dos meios de produção. Sem mais, isto só pode ser desigual e combinado. Nem mesmo a mediação do salário, um artifício supostamente tão moderno, escapa a essa regra.

Explicitadas essas ideias, cabe-nos a tarefa de costurá-las ao desenvolvimento histórico da produção canavieira. É o objetivo do próximo item.

2.2 Do engenho à usina: os trânsitos econômico-produtivos do setor canavieiro

Presente no território nacional desde o século XVI, a monocultura canavieira constitui a primeira atividade econômica desenvolvida pela Coroa portuguesa. Sua história chega a se confundir com a do Brasil. Mediada pela articulação entre trabalho, questão agrária e desenvolvimento desigual e combinado, a “modernização” de seu processo produtivo – indivorciável da pauperização dos trabalhadores nela inseridos – envolve o percurso do engenho à usina, correspondente às requisições específicas dos variados estágios do desenvolvimento capitalista no Brasil.

A reconstituição em forma de síntese dos elementos centrais da trajetória produtiva do setor sucroalcooleiro cumprirá um importante papel na explicitação das macrodeterminações que ratificam há tanto tempo a conjugação entre o “moderno” e o “arcaico” nesse ramo produtivo.

2.2.1 A constituição da “economia açucareira” no período Colonial

No tópico anterior, pincelamos que a estrutura do que se pode nominar de “economia açucareira”³⁵ no Brasil torna-se inteligível somente quando associada às bases fundamentais (econômicas, sociais, políticas e culturais) da política colonial. Isto de fato procede e não se limita ao que a “história oficial” classifica como “ciclo do açúcar”, que vai de meados do século XVI a meados do XVII. Do período de expansão comercial à conformação da empresa agrícola, a cana-de-açúcar assume um papel decisivo, tornando-se elo dos fundamentos econômicos que informam as bases da história nacional.

À época, no início do século XVI, o altíssimo preço do açúcar no mercado europeu fazia da cana um verdadeiro ouro, uma especiaria muitíssimo apreciada. Esta qualidade implicava na valorização e na disputa econômica em torno desse produto que encontrou aqui pelo Brasil, primeiramente no Nordeste, amplas possibilidades de penetração: a privilegiada condição

³⁵ São diversos os estudiosos, a exemplo de Gilberto Freyre (2004), Celso Furtado (1995) e Manuel Correia de Andrade (1994), que utilizam a expressão “economia açucareira” para se referir aos fundamentos econômicos da invasão do colono branco ao território brasileiro.

climática, o solo argiloso e profundamente rico, o massapê,³⁶ as manchas d'água que, segundo Gilberto Freyre (2004), abrangem em sua diversidade o mar, o rio, o riacho e as lagoas esverdeadas.

O cenário no qual emerge e se desenvolve a “economia açucareira”, no mesmo Nordeste que viu nascer Palmares de Zumbi e a cadência literária de José Lins do Rêgo, em tempos distintos, em meio aos montes de cana-de-açúcar. Entre idas e vindas, essa história mantém um núcleo essencial há cinco séculos. “Observado de uma perspectiva ampla, a colonização do século XVI surge fundamentalmente ligada à atividade açucareira” (FURTADO, 2003, p. 48).

Segundo Manuel Correia de Andrade (1994), esta cultura produtiva, advinda do Oriente e adaptada, a princípio, na região do Mediterrâneo, expandiu-se no século XV nas ilhas tropicais do Atlântico e durante o século XVI espalhou-se pela Costa brasileira. De tal modo, em se tratando da situação interna, a política definida por Portugal em nossas latitudes logo obteve uma delineada intencionalidade econômico-produtiva. Aliás, é esta a característica que nos diferenciará das Colônias de Povoamento, segundo aquelas ideias de Prado Jr. (1977) anteriormente tratadas.

No caso do Brasil, os colonizadores vivenciaram uma situação com elementos inéditos, distintos das situações até então por eles enfrentadas na saga pelo “Novo Mundo”. Não encontraram entre nós nada idêntico às chamadas “sociedades tradicionais” da África e do Oriente ou às colônias da América do Norte e das Antilhas, nas quais o estabelecimento de feitorias dava conta das demandas da Metrópole (WANDERLEY, 1978). Em termos objetivos, isto denotava na necessidade de instituição de uma lógica particular de dominação-exploração, que congregasse em torno de si determinadas formas de utilização dos recursos naturais e da força de trabalho.

Uma tríade internamente articulada foi encontrada: latifúndio-monocultura-escravidão (de negros trazidos do continente africano e de povos originários). É isto que dá corpo e forma à estrutura organizativa do Brasil no período colonial. É por tal via que a cana-de-açúcar se consagra na economia nacional desde o século XVI, instituída com vistas à satisfação da acumulação comercial na Europa. Uma mercadoria destinada daqui para lá – informação que reitera, inclusive, a crítica desenvolvida no item anterior à tese do “feudalismo brasileiro”.

³⁶ No clássico *Nordeste*, originalmente escrito entre o Engenho Queimadas e o Recife entre 1936-37, Freyre (2004, p. 47) descreve que “o massapê é acomodaticio. É uma terra doce ainda hoje. Não tem aquele ranger de areia dos sertões que parece repelir a bota do europeu [...], com o mesmo enjoo de quem repelisse uma afronta ou uma intrusão. A doçura das terras do massapê contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas do sertão”.

De modo sistemático, cinco exigências eram necessárias para dar consequência prática ao desenvolvimento da “economia açucareira” logo nos primórdios do período colonial: i) expropriar as terras dos povos indígenas; ii) escravizá-los (o que nas tensões e conflitos também ocasionou em extermínio desses povos); iii) importar força de trabalho da África, também submetida ao sistema de escravidão;³⁷ iv) construir as unidades produtoras (no caso, os Engenhos de Açúcar); v) desenvolver uma estrutura para a exportação do produto. Daí o investimento em capital constante para a abertura de Portos, construção de estradas carroçáveis e os aperfeiçoamentos nas navegações oceânicas (ANDRADE, 1994).

Estímulos haviam de sobra para tamanhos investimentos. Investir na cana-de-açúcar em terras como as brasileiras era algo certo, que naquela conjuntura não se submetia às possibilidades de fracasso econômico. E assim procederam. Numa passagem de *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado (1995, p. 17) destaca que “parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países Baixos. [...] Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação de mão-de-obra escrava”.

Enquanto pilar fundamental de nossa estrutura econômica “voltada para fora”, o processo expansivo da cana-de-açúcar ocasionou impactos sociais, culturais e territoriais. As transformações eram um tanto expressivas. De modo quase repentino, as matas foram destruídas, erguendo-se em seu lugar edificações antes impensáveis.

Expostos de modo breve tais elementos, convém apresentar as bases gerais das relações de produção contidas na cana-de-açúcar durante o período em discussão, que concentrou o engenho enquanto unidade produtora. Constitui um pré-requisito para que possamos apreender, no interior de um mesmo processo, o desenvolvimento histórico da produção canavieira em seu circuito desigual e combinado.

Se estabelecida a mediação com o grau de desenvolvimento das forças produtivas registrado no século XVI, pode-se considerar que os engenhos possuíam uma estrutura relativamente complexa de organização. Afora sua exigência por grandes extensões de terra, demandava um conjunto de máquinas e aparelhamentos, já com certos traços de organização fabril. Suas instalações correspondiam às variadas fases da fabricação do açúcar: “desde o esmagamento das canas até o encaixotamento e o transporte do açúcar para os postos de

³⁷ Conforme Wanderley (1979, p. 21), “desde o início da colonização, a força de trabalho é recrutada entre os índios; sua captura constituindo, aliás, uma das prerrogativas dos donatários. Uma série de dificuldades, no entanto, terminou por ameaçar o aprovisionamento regular desta mão-de-obra. A solução da importação de escravos africanos [...] se impõe desde o primeiro tempo”. É exatamente por isto, segundo Antonil (1969), que se pode dizer que os escravos eram as mãos e os pés dos senhores.

embarque” (WANDERLEY, 1979, p. 21), o que insinua um nível razoavelmente adensado na divisão social do trabalho.

Segundo indicam Freyre (2013) e Holanda (1995), as principais instalações dos engenhos eram: a) a casa grande (residência do senhor de engenho e sua família, *locus* do poder político-econômico; b) a senzala (onde precariamente habitavam os escravos); c) a casa dos “trabalhadores livres” (brancos assalariados, que assumiam a tarefa de capatazes); d) a moenda (máquina utilizada para processar/triturar o açúcar); e) a capela (na qual os escravos eram geralmente obrigados a assistir as missas, mando de seus senhores); f) o curral (lugar de criação dos animais do engenho); e, por fim, g) o grande canavial, destinado ao plantio da cana-de-açúcar.

Assim, em termos econômicos, a exploração da terra estava sujeita à força de trabalho nela utilizada, numa história que se reitera em seus elementos mais essenciais, até o século XIX, quando o país passa a se associar de modo mais direto ao mercado mundial manufatureiro. No lapso temporal que compreende do século XVI ao XIX, é evidente que há traços que obtiveram maior nível de complexidade ao longo do tempo, inclusive no que diz respeito às formas de extração do excedente econômico, que mesclam o escravo, depois os parceiros, parceiros/lavradores “obrigados”³⁸ e homens livres.³⁹

Em síntese, é essa a organização que vigora na produção canavieira até meados do século XIX. São no interior dos aspectos sumariados que se localizam os fundamentos da constituição de uma economia açucareira no Brasil. A própria crise do pacto colonial, dilatada ao longo daquele século, implicará em redefinições de relevo no campo da produção e no estatuto adotado para a exploração da força de trabalho nos canaviais.

O setor passa a experimentar, então, uma reorientação em suas relações de produção. Desenvolve-se a industrialização da cana-de-açúcar na realidade nacional, que resulta na efêmera experiência dos engenhos centrais e das duradouras usinas de açúcar, cujas transformações conduzem Gadiel Perruci (1978) a caracterizá-las como o período da “revolução tecnológica do açúcar”. Tudo se torna mais complexo na jornada que possui em sua síntese a “via modernizante” do parque agroindustrial canavieiro.

³⁸ Estes, apesar da condição dependente, “gozavam de certos benefícios que os distinguiam da massa da população livre: eram proprietários de escravos e cultivavam a cana de açúcar, isto é, participavam de uma maneira positiva da economia da região” (WANDERLEY, 1979, p. 29).

³⁹ Os senhores empregavam alguns homens livres em suas propriedades. Estes cumpriam uma função importante no encaminhamento das tarefas administrativas e especializadas nos Engenhos. Contribuíam, inclusive, com o controle sobre os escravos (WANDERLEY, 1979).

2.2.2 A via modernizante do parque agroindustrial canavieiro

“– Levei a vida dando ponto em açúcar, conheço meu ofício [...]. Pois veja o senhor: o galego chegou, começou a contar lorota, a mexer em frasco, e tudo que os mestres faziam, sem barulho, sem visagem nenhuma, ele fazia tomando nota em livro, fazendo manobras [...]. Passei ali a vida toda desde menino. Fui tudo, até trabalhei na esteira. Mas para ser maltratado por galego não ficava. Queria bem até o diabo da usina porque faz gosto a gente trabalhar naquele mundo. Sou franco, só saio de lá contrariado. Vou ver o que faz aqui na usina do doutor. Soube que é uma coisa pequena, um arranjo com ferro-velho. Porém com açúcar no preço que está, toda usina é boa. Seu menino, nunca vi usineiro ganhar tanto dinheiro como nos tempos que correm. Eles nem sabem aonde colocar tanto cobre” (José Lins do Rego).⁴⁰

Assim disparata um velho cozinhador de açúcar de engenho, assaltado pela contradição entre o susto e o orgulho perante a “modernidade” da então novíssima usina (de codinome Catunda) que punha fim aos engenhos, aos banguês e já ultrapassava até mesmo a efêmera experiência dos engenhos centrais. Esse trecho, extraído de *Usina* (1936), clássico romance do “ciclo do açúcar” do paraibano José Lins do Rego, é como uma nítida imagem da economia açucareira nordestina entre fins de XIX e início do século XX.

Consolidavam-se, à época, as usinas de açúcar, num aprofundamento da articulação entre indústria e agricultura, anteriormente ensaiadas na experiência passageira dos Engenhos Centrais, já consonantes a princípios gerais da economia capitalista, como livre mercado e competitividade. Estes tinham como objetivo centralizar a produção em termos industriais. Originalmente, “foram criados para conciliar as relações de produção agrária tradicional com as mais modernas técnicas de fabricação de açúcar, separando-se as duas fases da produção açucareira e modernizando apenas a organização do setor industrial” (PERRUCCI, 1978, p. 113).

Num ritmo intenso, em busca das resoluções do “problema modernizante”, desenvolve-se a lógica da usina de açúcar, que passa a substituir os engenhos centrais e dar completude à “revolução tecnológica do açúcar” (PERRUCCI, 1979). Um contexto de ebulição. Estava em curso, entre tantas máquinas, um novo modelo de organização produtiva no “promissor” setor canavieiro do Brasil, tão benquisto pelo mercado mundial, e que logo teria de resolver sua crise interna conforme as requisições mesmas do amadurecimento capitalista.

Segundo Furtado (2003), não mais fazia sentido econômico-produtivo (e até mesmo cultural) aquela vida de engenho: a presença dos antigos mestres, dos feitores-mor, dos caldeireiros. Em tese, o aceitável na inovadora lógica da usina é um corpo técnico com

⁴⁰ REGO, 2012, p. 80-81.

formação, apto a exercer determinadas tarefas a partir de sua qualificação profissional. Caso dos “galegos” mencionados na citação literária que abre este tópico: homens bem formados, vindos da cidade, contadores de lorotas, que tudo faziam “tomando nota em livros”.

O cozinheiro de açúcar, segundo conta o romance, estava à procura de emprego. Sua tarefa, “arcaica”, fora dispensada pela “moderna” Usina [Catunda], que à época era a maior unidade produtora de Pernambuco, responsável por 50% da produção brasileira do açúcar destinado ao mercado externo. Este trabalhador, que viu aquele antigo engenho se transformar num universo de máquinas, teve de sair dali em diante do conforto do seu próprio canto, seu lugar-comum de cultura sedentária, para uma verdadeira viagem que passou a lhe exigir conhecimentos e habilidades completamente novas, cheias de técnicas e cálculos.

O relato do cozinheiro caía como um reclame popular. O reclame não era outro senão as práticas de racionalização do trabalho empregadas pela usina, entendidas pelo cozinheiro de açúcar enquanto “parte com o diabo”, já que punham na berlinda sua reprodução material e a possibilidade de continuar a viver no campo. Racionalizar, mais que um verbo, era uma palavra de ordem daquele tempo.

É este o pontapé de um rito modernizante,⁴¹ corolário da dinâmica desigual e combinada apresentada no tópico anterior, que abarca de modo inevitável a relação entre condições/relações de trabalho e questão agrária no desenvolvimento histórico da produção canavieira no território nacional, atraindo para si desde o primeiro instante a contradição entre modernização e pauperização. A contradição modernizante mantém-se num ritmo tão acirrado, que outro personagem de *Usina*, o comerciante de cereais, chega a declarar o seguinte: “[Usina] dá dinheiro, é verdade, mas para a burra dos grandes. O que lucra o povo com isto?, me diga o senhor que tem família” (REGO, 2012, p. 81).⁴²

A usina de açúcar repõe as contradições históricas engendradas por um setor da produção agrária organicamente vinculado ao tripé latifúndio-monocultura-escravidão. “Fábricas modernas”, segundo Andrade (2009), enquadradas na lógica da Grande Indústria (MARX, 1980), isto é, adensada em termos especificamente capitalistas.

⁴¹ Num paralelo entre esse processo histórico e a produção literária de José Lins do Rego, convém fazer referência ao prefácio de José Luiz Passos à 21ª Edição de *Usina*, publicada em 2012. O título do texto é “O rito da modernização impossível”.

⁴² Responde Florestan Fernandes (2008, p. 86): “Em consequência, as massas rurais despossuídas estão entre dois fogos: sofrem por perderem as poucas garantias sociais inerentes aos padrões de relações tradicionalistas e paternalistas, em crise; e sofrem por não saberem como impor o respeito às garantias sociais inerentes aos padrões de relações seculares e racionais, em emergência. [...] Na verdade, as formas extremas de desigualdade socioeconômica, cultural e política, imperantes no mundo agrário brasileiro, constituem requisitos *sine qua non* para a reprodução social do trabalho não-pago, semipago ou pago de modo ultradepreciado.”

Ao contrário da longa história dos engenhos, as usinas possuem a base do seu processo de acumulação na extração da mais-valia obtida através do assalariamento da força de trabalho, fazendo com o que o capital industrial, fundido ao agrário, finque por completo suas raízes na produção canavieira, realizando-se enquanto relação social. Estas mutações são parte e expressão da configuração assumida pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sobretudo a partir do início do período republicano, a partir de exigências político-econômicas que impõem definitivamente a industrialização da cana-de-açúcar, tencionada desde então, conforme sinaliza Wanderley (1979, p. 50), por dois fatores fundamentais: “os limites estruturais do mercado do açúcar e as consequências da vinculação mantida entre o capital industrial e a propriedade fundiária”.

Octávio Ianni (1984) caracteriza a usina como uma como uma “fábrica fora do lugar”, que não está na cidade, mas no campo; que conjuga capital agrário e capital industrial, um subsumido ao outro. Em *A classe operária vai ao campo*, há uma descrição precisa e da maior importância:

Na usina, a cana-de-açúcar é industrializada, transformada em açúcares e álcoois, seguindo as exigências e a lógica da produção industrial (...). **Na usina, a força de trabalho e a divisão social do trabalho organizam-se produtivamente, segundo os movimentos e os andamentos do capital industrial.** Pouco a pouco as exigências da usina se esclarecem e se impõem nos canaviais, sobre os fazendeiros, os plantadores e os operários rurais (...). **Ao desenvolver-se no campo, a usina incute no verde dos canaviais uma vibração e uma aspereza que nada têm a ver com a doçura da cana-de-açúcar** (IANNI, 1984, p. 52, grifo nosso).

Desde que surgiu, no início do século XX, o processo usineiro obtém projeções ascendentemente complexas no terreno da produção e de suas articulações mais amplas com a economia. Representa a consolidação do capital industrial no espaço agrário, que a partir de então passaria a ter o absoluto controle da totalidade do processo produtivo da cana-de-açúcar. Cumpre assinalar, nesse sentido, que embora a presença da lógica industrial no campo brasileiro pareça ser algo iniciado no pós-1960 com a chamada “revolução verde”, há determinações pretéritas sem as quais se tornaria teoricamente limitado dar respostas aos objetivos aqui propostos.

As protoformas da agroindústria canavieira no Brasil – isto é, os primeiros passos de sua emergência e expansão, que compreende a transição dos engenhos centrais às usinas⁴³ – relacionam-se às mudanças operadas na ação estatal e na macroeconomia entre os anos 1910 e 1930, inseridas nas tendências e contradições internas e externas do desenvolvimento capitalista. Entendamo-nos quanto aos principais fatos históricos.

No lapso temporal que compreende a crise do patriarcado rural nordestino (LEAL, 1948) e do latifúndio tão somente açucareiro, o ritmo da produção nacional das modernas usinas cresceu de modo acelerado, revelando um ciclo expansivo que se generalizou num momento de retração das exportações internas, em especial na conjuntura imediatamente posterior à crise de 1929. A expressão mais aguda disso é certamente a crise da monocultura do café. Há inflexões que informam a transição “pelo alto” da Primeira República ao início do Governo Getúlio Vargas, em 1930, cuja importância na discussão ora empreendida é indubitável.

O contexto histórico-conjuntural do fim dos anos 1920 ao início dos 1930 configura na realidade nacional um processo de transição da “política restrita” (típica da República do café-com-leite, encharcada de localismos) para a “política de massas” (IANNI, 1987). Na imersão de uma crise profunda como a de 1929, gera-se um vácuo na direção política do aparelho estatal, que passa a desenhar as condições objetivas para uma recomposição do bloco no poder.⁴⁴ Esta transição, mais uma vez “pelo alto”, conforma um Estado de compromisso (de composição de classes), sob a forte liderança de Vargas, que habilidosamente congregara em torno de si a burguesia industrial nascente, setores das classes trabalhadores (as camadas médias, em particular) e as oligarquias tradicionais. Assim, as relações de classe e frações de classe nesse quadro conjuntural tornaram-se ainda mais intrincadas: campo - cidade, produção agrária - produção industrial, capital - propriedade fundiária; uma chuva de possibilidades que referencia a lei do desenvolvimento desigual e combinado, isto é, seu acirramento face à expansão capitalista no plano interno.

Até o esgotamento da República Velha, o setor agrário destinado à exportação foi o principal ator político-econômico do bloco no poder. Pós-1930, é a burguesia industrial quem processualmente assume este posto. Isso não implica alegar mecanicamente que os grandes latifundiários tenham saído do bloco no poder. O setor agrário foi em larga medida o responsável pela sustentação objetiva das importações de insumos e maquinários necessários

⁴³ Ainda sobre essa transição, Perruci (1979, p. 123-124) afirma que “com a posse da terra e com a cultura de suas próprias canas, o usineiro tende a se tornar inteiramente independente dos fornecedores, eliminando, assim, a contradição que existia nos engenhos centrais”.

⁴⁴ Conceito sistematizado pelo marxista grego Nicos Poulantzas (1936-1979), para quem o “bloco no poder” sintetiza o êxito da unidade de frações burguesas em torno de determinados interesses.

ao processo de industrialização substitutivo de importações,⁴⁵ afora que sua taxa de lucro permaneceu ascendente, mesmo que em ritmo de menor crescimento. Assistia-se a um rearranjo no interior das forças sociais dominantes, em sintonia às exigências advindas da conjuntura internacional. Tratava-se de um deslocamento dos grandes proprietários rurais, das tradicionais oligarquias, na direção do Estado. Permaneceram no bloco no poder, mas de forma relativamente subordinada.

Ocorre no Governo Vargas (1930-1945) um giro no âmbito da estratégia econômica, estreitando-se a relação entre Estado e planejamento (IANNI, 1987). O Executivo passou a canalizar forças no crescimento econômico pela mudança na estrutura produtiva, reduzindo, supostamente, a vulnerabilidade externa⁴⁶ pela via da industrialização, com plano econômico, política comercial protecionista, política industrial proativa, subsídios ao investimento privado na indústria de transformação, política fiscal expansionista (que alarga a demanda agregada) e, em especial, uma notável preferência pelo capital privado nacional (GONÇALVES, 2013).

No interior desse quadro conjuntural, o Estado estimulou o processo expansivo da articulação entre agricultura e indústria, constituída internamente como uma totalidade na qual os dois setores se influenciam e se determinam de modo mútuo. É exatamente o caso do ramo produtivo aqui estudado: a agroindústria canavieira, na qual a usina se impôs como seu principal núcleo. Costurado pela dependência estrutural que constitui nossa formação econômico-social, o Estado brasileiro entrelaça-se – entre créditos, subsídios e incentivos econômico-financeiros – a estrutura medular do processo usineiro, favorecendo as condições para fabricação, distribuição, consumo e exportação da cana processada, açúcar e álcool, nacional e internacionalmente.

A ação estatal é convocada, portanto, a operar de modo sistemático na produção sucroalcooleira, em termos de uma política centralizada na esfera federal, tomando para si a tarefa reguladora do comércio e da atividade produtiva do ramo agroindustrial em expansão. É bem verdade que entre nós o princípio da intervenção do Estado na economia sucroalcooleira não constituía exatamente uma novidade. “Pelo contrário, pode-se afirmar que esta economia

⁴⁵ Trata-se de uma medida bastante defendida pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no século XX, como caminho para superar o subdesenvolvimento latino-americano. Em termos simplórios, o processo substitutivo de importações significa o país começar a produzir o que antes importava, com intervenção do Estado. Para a versão marxista da teoria da dependência, esse recurso esbarra nos condicionantes estruturais da dependência. A propósito, ver texto de Theotonio dos Santos (1998), intitulado *Teoria da Dependência: balanços e perspectivas*.

⁴⁶ De acordo com Gonçalves (2013, p. 111), “(...) vulnerabilidade externa é a capacidade, em razão inversa, de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos”.

sempre dependeu de decisões oficiais e [...] o próprio processo de industrialização só pôde ser iniciado graças ao apoio direto do Estado” (WANDERLEY, 1975, p. 56).

Tal postura, no intuito de alargar a produção e atender especialmente às exigências da indústria automobilística em crescimento, ganhou maior fôlego com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933. Um marco na trajetória do setor sucroalcooleiro no Brasil, o IAA profissionalizou a intervenção do Estado nessa cadeia produtiva com o objetivo de equilibrar produção e consumo. O grande anseio era prevenir crises de superprodução. Para tanto, estimulou-se a implantação de destilarias de álcool de anidro, com significativos incentivos tarifários e fiscais. Com abrangência em todo país, o Instituto dividia-se em duas grandes macrorregiões canavieiras, ainda hoje utilizadas: Norte-Nordeste e Centro-Sul.

Iamamoto (2001) destaca que a política desenvolvida pelo IAA, notadamente dedicada à preservação da produção nordestina, acabou resultando num efeito reverso: o fortalecimento da agroindústria paulista. A concentração urbano-industrial, um amplo mercado consumidor e o surto de industrialização tributaram com esse movimento. Como consequência, sobretudo a partir do Governo Dutra (1946-1951), os grupos empresariais da agroindústria canavieira de São Paulo lograram um fortalecimento político-econômico que chegou ao nível de deslocar o eixo do setor da região Norte-Nordeste para a região Centro-Sul.

Instituem-se novidades no padrão de produção e reprodução do capital que passa a ser, também, “agroindustrial”. É como se a rotulação do “engenho”, do senhor, em sua aura mais tradicional, não mais agradasse aos “modernos” agroindustriais do ramo sucroalcooleiro de São Paulo. Desejavam, decerto, ofuscar a imagem vinculada ao “atraso” – não por mera vontade, mas também pela pressão popular e pela reconfiguração político-econômica interna. Almejavam algo mais “moderno”. “Burgueses agroindustriais”, que pouco mudam para quase tudo permanecer como está.

A ação estatal coordenada pelo IAA, em parceria com esse setor heterogêneo das classes dominantes, possibilitou o crescimento da importância relativa e absoluta da cana-de-açúcar no Nordeste e no Sudeste, de acordo com os quereres do mercado regional, por um lado; e do mercado externo, por outro. À medida que esse ramo agroindustrial se desenvolvia, mudanças de monta foram acarretadas na composição da força de trabalho e nas forças produtivas em geral no campo brasileiro; redefinições estas que não se limitaram à produção de cana, açúcar e álcool. Afetaram, pois, e de maneira significativa, outras atividades agrícolas, que sofreram as influências do padrão predominante do universo da cana-de-açúcar. Não era pouca coisa que

estava a acontecer. Estava a se consolidar a ultrapassagem da lógica manufatureira à da “grande indústria”, isto é, à subsunção real do trabalho ao capital⁴⁷ (MARX, 1969).

Dentre as contradições originadas com esse processo, uma merece peculiar atenção: o crescimento dos investimentos em maquinário no eixo Centro-Sul, especialmente em São Paulo.⁴⁸ Esse rearranjo, que interviu na divisão social (e técnica) do trabalho, limitou-se, contudo, a atividades específicas como a fabricação de açúcar e álcool - isto é, o trabalho “industrial”, no ambiente interno da usina. É por isso que há uma contradição de primeira ordem naquele fenômeno vivido e observado pelo antigo cozinheiro de açúcar, para retomar mais uma vez o exemplo inicial desta seção. A tarefa que aquele trabalhador desempenhava transformou-se praticamente por inteiro, face as mudanças no processamento do açúcar, porque era parte de um rol de tarefas submetidas ao crivo da indústria. Todavia, no corte da cana, isto é, no trabalho na agricultura, como veremos mais adiante, a baixa composição orgânica de capital⁴⁹ continuou e prevalecer, mormente no Nordeste.

A relação indústria-agricultura na produção canavieira é, no entanto, infinitamente mais complicada. Encontra-se atada como um nó. Este nó, entre o trabalho da indústria e o da agricultura, traduz um elo, talvez o mais forte, da via modernizante do parque agroindustrial canavieiro na realidade nacional. E constitui-se enquanto nó porque articula mutuamente o “moderno” e o “arcaico”.

Deve-se atentar, desta maneira, para o fato de que o “moderno” e o “arcaico” na produção canavieira não se encontram de modo abstratamente separado, como se as tarefas da

⁴⁷ Marx (1969), no Capítulo Inédito d'O Capital, ao se debruçar sobre os resultados de processo de produção imediato, faz a seguinte anotação: “A característica geral da *subsunção formal*, a subordinação direta do processo de trabalho ao capital subsiste, seja qual for, tecnologicamente falando, a forma como se desenvolva tal processo. Sobre esta base, contudo, emerge um *modo de produção específico*, e não apenas tecnologicamente, *que transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho e as suas condições reais: o modo de produção capitalista*. A subsunção real do trabalho no capital só se opera quando ele entra na cena” (MARX, 1969, p. 89). Portanto, com “a subordinação real do trabalho no capital efectua-se uma revolução total no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário. [...] Desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata” (id. Ibid).

⁴⁸ Torna-se imperativo fazer referência à monografia completa elaborada por Octavio Ianni, intitulada *A classe operária vai ao campo*. Trata-se de uma referência clássica nos estudos da sociologia rural e da questão agrária, fruto de uma minuciosa e exaustiva pesquisa do autor sobre a particularidade da produção canavieira no município de Sertãozinho, localizado na região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Publicada originalmente no Caderno nº 24 do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), a edição utilizada para esta dissertação foi a publicada pela Editora Brasiliense, em 1984, num conjunto de textos de Ianni organizados sob o título *Origens agrárias do Estado brasileiro*.

⁴⁹ Entende-se por composição orgânica do capital a relação existente entre o capital constante (meios de produção, matéria-prima, instrumentos de produção...) e o capital variável (investimento em força de trabalho). Tendencialmente, quanto maior for o crescimento do capital constante em comparação ao do capital variável, maior será a composição orgânica do capital (MARX, 1980). Assim, a lógica da acumulação capitalista envolve, em regra, mais investimentos destinados à compra de meios de produção que do capital destinado à compra da força de trabalho.

indústria (processamento do açúcar e do álcool) fossem as mais modernamente evoluídas e as da agricultura fossem as mais tacanhamente atrasadas e, por isso mesmo, despidas de regras especificamente capitalistas. Pensar assim implicaria equívocos de relevo desde os pontos de vista teórico e histórico. Parece-nos suficiente ponderar, por exemplo, os maciços investimentos em matéria-prima e instrumentos de produção no raiar do século XX na economia canavieira; ou, para ser mais preciso, a tendência ao assalariamento da força de trabalho que passa a se acenar nos canaviais, inclusive no corte manual da cana-de-açúcar, aspecto que será problematizado mais adiante.

Basta reter, aqui, que aquele inédito ciclo expansivo da produção canavieira no Brasil, sintetizado na implementação das usinas de açúcar, representou um adensamento das relações capitalistas no universo agrário brasileiro, mesmo que sem superar aspectos tidos como “atrasados”, vivificados em simbioses inerentes à lógica capitalista, como rural/urbano e mais-valia absoluta/mais-valia relativa. Ao passo que interviu nas relações produtivas no campo, o novo ramo agroindustrial aferia, de modo indireto, contraditório e desigual, um novo impulso ao espaço urbano, a conformar uma totalidade que revela desde então interfaces entre a questão agrária e a questão urbana. Ianni (1984, p. 44) declara que:

A rigor, desde que se desenvolveu a agroindústria açucareira, ela deslocou para a cidade uma parcela significativa da população agrária. À medida que se aprofundou e generalizou, o processo de generalização inerente à expansão da economia açucareira provocou um rearranjo das forças produtivas e transferiu para a cidade uma parte significativa da mão-de-obra rural [...]. Além de expulsar uma parte da mão-de-obra, a agroindústria transferiu para fora das terras da usina e dos canaviais uma parte significativa da sua mão-de-obra permanente e temporária.⁵⁰

Com base nesses passos, entre um contexto marcado pela expulsão dos trabalhadores do campo para a cidade e a maturação da via não-classica da revolução burguesa no Brasil (FERNANDES, 2005), que “moderniza” para “conservar”, a agroindústria canavieira tornou-se preeminente no espaço agrário nacional, arrastando consigo as “relações de interdependência e antagonismo entre o campo e a cidade, agricultura e a indústria, os operários e os burgueses” (IANNI, 1984, p. 46).

No interior do ciclo substitutivo de importações, as orientações do Estado para o setor canavieiro pós-1950 expressaram a consolidação de novas bases intensivas e extensivas para a acumulação de capitais, inclusive no eixo agroindustrial. Em sintonia com as novidades da

⁵⁰ A mobilidade do trabalho nas relações urbano-rural, campo-cidade, parece-nos inerente à dinâmica capitalista. Na situação particular do CAI canavieiro, empreendemos esse debate no capítulo 3 deste trabalho.

configuração do desenvolvimento capitalista mundial no Segundo Pós-Guerra, o Estado brasileiro adquire uma nova qualidade e extensão. “Nesse período, desenvolve-se um novo estágio do processo de internacionalização da economia nacional. Passa o país a figurar como um dos núcleos dinâmicos do circuito monopolista na periferia dos centros econômicos mundiais” (IAMAMOTO, 2001, p. 127).⁵¹

Logo em seguida, o início dos anos 1960 foi palco de variações importantes no mercado mundial do açúcar. Prova disso são os rebatimentos da Revolução Cubana (1959) à produção de açúcar no Nordeste brasileiro, sob o comando dos Estados Unidos da América (EUA). Com o embargo econômico à Ilha Socialista, em 1961, fruto do rompimento das relações diplomáticas, o mercado norte-americano realocou sua “ilha” produtora de açúcar. Diante disso, a potência imperialista resolveu admitir novos fornecedores, a título precário e experimental (SILVA, 1971). Foi graças a essa medida que se procedeu a ampliação das exportações oriundas do Nordeste, destinadas aos EUA.

Nessa situação histórica, na acelerada dinâmica das lutas de classes, os trabalhadores rurais demonstraram potencial político-organizativo através das Ligas Camponesas, bastante influentes na zona canavieira nordestina. Em face desses acontecimentos, os usineiros mostraram-se cautelosos entre 1962 e 1964. A conjuntura brasileira estava agitada e os rumos do país relativamente incertos. A proposta das Reformas de Base, fruto da pressão das forças populares ao governo de João Goulart (1962-1964),⁵² assustou a burguesia brasileira, que costumeiramente nunca perdeu privilégios e detesta ter suas regalias atenuadas. Como se sabe, tal processo de ascensão das lutas de massas gestou a “prevenção burguesa” que resultou no Golpe de 1964, marco fundante da forma aberta da autocracia burguesa (FERNANDES, 2005; NETTO, 2011).

Nesse período, o comportamento dos preços do açúcar exprimiu a principal pauta discutida pelo setor industrial desse ramo. Em 1967, estreia-se um novo ciclo estimulado pelas despesas governamentais, “pela utilização da capacidade instalada e por investimentos na indústria de bens de capital. Na indústria açucareira, a preocupação com a expansão transcende a mera expansão da área cultivada” (JATOBÁ et all., 1985, p. 57). Ocorre, com isso, uma política de fusão e realocação das usinas para “expandir a capacidade instalada das usinas, acreditando-se que uma fábrica com capacidade inferior a 500.000 sacas não seria econômica”

⁵¹ Segundo Szmrecsányi (1979), os preços do açúcar no mercado internacional decresceram e o governo brasileiro se viu impelido a subsidiar as exportações brasileiras desse setor. Daí a centralidade que o setor canavieiro passou a assumir na pauta exportadora e no abastecimento do mercado interno, tudo a um só tempo.

⁵² Para um balanço desse período, ver livro intitulado *O governo João Goulart*, de Moniz Bandeira (2001).

(Op. Cit. p. 59), medida que expandiu a capacidade total da produção e modificou a economia de muitas microrregiões.

Os anos 1970, por seu turno, trouxeram à tona determinações inéditas. Na primeira metade dessa década, em específico a partir de 1973, com a crise do petróleo e as ações encaminhadas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), nações majoritariamente importadoras arcaram com algumas consequências. Os preços correntes do petróleo cru no mercado mundial passaram de 1,9 US\$/barril, em 1972, para 11,2 US\$/barril, em 1974, uma alta superior ao montante de 550% (COPERSUCAR, 1989). O Estado brasileiro, preocupado com a possibilidade de desequilíbrios na balança comercial derivados das importações de petróleo, passou a destinar esforços materiais para difundir o uso do álcool para o abastecimento de automóveis, enquanto alternativa à dramática situação energética mundial.

Em 1975, tempos de “milagre econômico”, no governo ditatorial de Ernesto Geisel, através do Decreto nº 76.593, registra-se outro marco na trajetória histórica do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro: a instituição do Programa Nacional do Álcool (Pro-Álcool), apresentado pelo Poder Executivo como uma opção energética adequada para o país. Propunha-se a substituição progressiva da gasolina pelo etanol, até mesmo como uma medida que viabilizasse uma inserção mais consolidada do Brasil no mercado internacional.

Esse programa desenvolveu contradições que não são irrelevantes ao debate econômico nacional. De um modo mais geral, por um lado, o Pro-Álcool contribuiu efetivamente na diversificação da matriz energética brasileira, ao passo que abateu a dependência do petróleo e reduziu a pressão sobre a balança de pagamentos. Contudo, por outro lado, estruturou-se com base no fornecimento direto de créditos e incentivos fiscais ao setor sucroalcooleiro, provendo as consequências práticas de continuidade à aliança Estado-empresariado (IANNI, 1984), nos passos da monopolização da economia nacional.

O período de sua vigência, que durou duas décadas (1975-1995), pode ser analisado em três momentos particulares, conforme sugerem Targino, Filho e Moreira (2010):

- 1) 1975-1979: trata-se da fase de instalação do programa. Segundo informações da revista Biodieselbr, a produção de álcool nesse quadriênio cresceu 566% (de 0,6 bilhões litros/ano, em 1975, para 3,4 bilhões litros/ano, em 1979);
- 2) 1980-1986: período de ascenso do Programa, de seu êxito produtivo. “Em 1987, a produção atingiu 12,3 bilhões de litros, 15% a mais que o previsto e com uma frota nacional de 76% dos veículos movidos a álcool” (id., p. 114).

- 3) 1987-1995: fase de descenso e restrição a subsídios creditícios. Durante esses anos, o preço do barril do petróleo decresceu, associado a um contexto de crise externa da economia nacional, com pressões dos organismos financeiros internacionais. Incorpora-se a orientação macroeconômica neoliberal, desregulamenta-se o setor, extingue-se o IAA. O Estado “sai” de cena para que a “mão invisível” opere.

Com tais arranjos, o Pro-Álcool cumpriu o papel de grande impulsionador da abusiva expansão do monocultivo da cana-de-açúcar no Brasil do século XX,⁵³ impregnando consigo uma contradição considerável: **de um lado, o processo de modernização do setor canavieiro; de outro, a intocável estrutura agrária brasileira, erigida sob o latifúndio, acompanhada de relações de trabalho degradantes.** Em suma, associou um discurso futurista com ciência e tecnologia de ponta à manutenção de marcas fundamentais de um passado cruel, que insiste em se reatualizar.

Já em meio às requisições da inserção do neoliberalismo nos países latino-americanos, o Estado facilita ainda mais o ingresso do capital estrangeiro (a exemplo das empresas tecnologicamente mais avançadas), dando completude a um ciclo já iniciado há algum tempo. Até mesmo o jornal *Folha de São Paulo* revela que no ano de 1995, no governo FHC, em completo declínio do Pro-Álcool, a previsão de financiamento do Governo junto aos usineiros foi de 200 milhões de dólares. Somado a isso, visto que os lucros oriundos de petróleo estavam em baixa, a desativação do IAA, existente desde 1933, foi a resposta do Governo. Isso tornou insustentável a manutenção do Pro-Álcool (SANT’ANA, 2012). Portanto, é no limiar da quadra histórica neoliberal que pela primeira vez o Estado é retirado do processo de regulação do setor canavieiro no país, embora permaneça financiando-o, submerso numa contradição inexorável.

O conteúdo do quadro abaixo (01) demonstra uma síntese dos principais períodos/estágios da via modernizante do parque agroindustrial canavieiro no Brasil:

⁵³ Os impactos desse ciclo expansivo sobre o solo e sobre o trabalho foram absurdos, expressos numa pressão perversa à agricultura alimentar, já que a ordem era, na prática, não se plantar nada de raiz longa, como macaxeira e inhame. Daí o estímulo produtivo à culturas como feijão, arroz, milho, mamão, acabaxi... todas estas de raiz curta.

Quadro 1 - Estágios de desenvolvimento da industrialização da cana-de-açúcar no Brasil (1870-2016)

Período histórico	Conjuntura nacional	Estágio “modernizante” da cana-de-açúcar
1870-1930	Estágio terminal da crise do pacto colonial; proclamação da República; República Velha; alternância oligárquica do café-com-leite	Engenhos Centrais e primeiras Usinas de Açúcar
1933-1945	Movimento de 30; República Nova; hegemonia da burguesia industrial nascente; Governo Vargas; Estado Novo; incidências internas da Segunda Guerra Mundial.	Intensificação da criação Usinas de Açúcar; regulação estatal da produção/exportação canavieira; instituição do Instituto do Açúcar do Alcool (IAA)
1950-1974	Desenvolvimentismo clássico; aceleração da industrialização e do êxodo rural; Golpe de 1964; Ditadura Empresarial-Militar.	Manutenção das Usinas; crise no setor; quedas no contingenciamento da produção.
1975-1995	Ditadura Empresarial-Militar; crise da ditadura; retomada de organizações populares de massa; redemocratização “incompleta”; inserção do neoliberalismo.	Manutenção e incremento na modernização das Usinas; expansão da produção de álcool; reformulação da política energética; instituição do Programa Nacional do Alcool (Pro-Álcool)
1995-2002	Neoliberalismo ortodoxo; desregulamentação estatal intensa; privatizações; desemprego em massa.	Falência de usinas; intensa crise do setor sucroalcooleiro nacional.
2003-2016	“Neodesenvolvimentismo”; retomada parcial da intervenção estatal; crescimento econômico; <i>boom</i> das <i>commodities</i> .	Novo ciclo restaurador da cana-de-açúcar; retomada e auge; centralidade no etanol; “energia limpa e renovável”; incentivos creditícios; estrangeirização das terras.

Elaboração própria. Julho/2017.

É válido reconhecer que o conjunto de mutações no qual se insere a produção canavieira no Brasil ao longo do século XX, período privilegiado de sua investida modernizadora, não procedeu sem conflitos, tensões e resistências. Até mesmo porque, a despeito das modificações internas no âmbito da organização, gestão e modalidades de pagamento da força de trabalho, algo se mantém intacto até hoje nesse setor: a contradição entre a incorporação de desenvolvimento científico e tecnológico em parcelas do processo produtivo e as formas reconhecidamente despóticas de exploração da força de trabalho, num amálgama de temporalidades históricas diferenciadas, tal qual apresentado na primeira parte deste capítulo a partir da interlocução com Marx, Lênin e Trotsky.

Apreendidos em suas macrodeterminações, esses processos, partícipes de um circuito desigual e combinado, não deixam dúvidas quanto as socioeconômicas em que procede a associação entre o “moderno” e o “arcaico” na cadeia produtiva em discussão. Há, de fato, um salto modernizante no setor sucroalcooleiro entre os séculos XIX e XX. E dialeticamente, no interior desse salto, persiste uma constante: a vida aperreada, sofrida e demasiadamente precária dos trabalhadores submetidos. De aspereza em aspereza, esvai-se o doce da cana-de-açúcar.

CAPÍTULO II

Força de trabalho, relações de produção e o novo ciclo restaurador da cana-de-açúcar: Brasil e Paraíba



Foto: Sebastião Salgado.

3 FORÇA DE TRABALHO, RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E O NOVO CICLO RESTAURADOR DA CANA-DE-AÇÚCAR: BRASIL E PARAÍBA

Não se vê no canavial
nenhuma planta com nome,
nenhuma planta Maria,
planta com nome de homem.

É anônimo o canavial,
sem feições como a campina.
É como um mar sem navios,
papel em branco de escrita.

João Cabral de Melo Neto, *O vento no canavial*.

Diante do levantamento histórico contido no capítulo anterior, não resta dúvida quanto ao fato de que a via modernizante do parque agroindustrial canavieiro no Brasil carrega consigo a contradição entre potentes inovações tecnológicas e a conservação de relações produtivas degradantes. Em síntese, é este o principal contrassenso que aciona o circuito desigual e combinado da produção canavieira, cujo fluxo contínuo de desenvolvimento possui em sua historicidade a dialética arcaico-moderno.

Desenhada em âmbito nacional até os anos 1990, a produção da cana e de seus derivados adquire um novo patamar quantitativo e qualitativo no início dos anos 2000, período em que se concentra a delimitação temporal desta pesquisa. Nessa direção, este capítulo objetiva assinalar o miúdo das antinomias entre forças produtivas e relações de produção na agroindústria canavieira, especialmente no estado da Paraíba. Com isso, referimo-nos aos efeitos provocados por esse arranjo sobre a força de trabalho dos cortadores de cana. A fim de atender a essa pretensão, a exposição encontra-se disposta em dois eixos. Primeiro, contextualizamos o leitor sobre o *locus* da pesquisa em seus componentes histórico-econômicos para, a partir disso, problematizar as transformações que historicamente marcam o trabalho dos cortadores de cana na Paraíba. Logo em seguida, apresentamos um esboço da dinâmica recente do setor sucroalcooleiro no Brasil – caracterizada enquanto novo ciclo restaurador –, apreendendo-a também em suas particularidades no estado da Paraíba. Trata-se de um passo cogente, uma vez que prepara o terreno para explicitar as condições em que se gestam as modificações contemporâneas do trabalho assalariado no corte manual da cana-de-açúcar.

3.1 O Nordeste brasileiro, a cana-de-açúcar e a Zona da Mata paraibana: considerações histórico-econômicas

3.1.1 Sobre o lócus da pesquisa: caracterização e contextualização da Zona da Mata paraibana

A delimitação geográfica de nossa investigação – o estado da Paraíba – situa-se numa realidade mais ampla: o Nordeste brasileiro. Esta região,⁵⁴ por vezes interpretada como “atrasada” ou “área-problema”, assume papéis histórica e economicamente determinados pelo processo de acumulação e reprodução do capital. Em função da lei do desenvolvimento desigual e combinado, dispensa acepções homogeneizantes na medida em que sua estrutura e seu desenvolvimento assinalam empiricamente o fato de que a concentração e centralização do capital não se subordina a um ritmo unívoco em todo país.

Uma redução de complexidade – da qual Gilberto Freyre possui sua parcela de responsabilidade –, construiu uma determinada “imagem social”⁵⁵ da região, como se tudo o que nela ocorresse fosse em demasiado específico, ensimesmado. Daí deriva, como propõe Bernardes (2007), um conjunto de estereótipos e determinismos, dentre os quais pode-se elencar expressões como “paraíbas”, “cabeças-chatas”, “baianos”, personagens caricaturados que fazem menção, no plano macrossocial, ao “atraso” como polo de oposição ao “moderno”, constituindo generalizações que não se limitam e jamais se limitaram ao Nordeste, de que é exemplo o coronelismo, brilhantemente analisado em dimensão extensiva por Vitor Nunes Leal ([1948] 2012), em *Coronelismo, enxada e voto*.

Assim, não procede a caricatura que reduz essa região, por um lado, às paisagens litorâneas e, por outro, às secas de um Sertão que seria inóspito. Como critica Andrade (1998, p. 23), “[...] o Nordeste é caracterizado ora como a área das secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento de crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população”.

⁵⁴ “A região pode ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas. [...] Tendo isto em vista, pode-se dizer que a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos” (CORRÊA, 1986, p. 45-46).

⁵⁵ Dois importantes textos exerceram influência sobre a construção dessa “imagem”: *Cangaceiros e Fanáticos*, de Rui Facó, e *Geografia da fome*, de Josué de Castro.

No decorrer do século XX, a suposta oposição entre o “moderno” e o “arcaico” ganharia outra complexidade através da ação estatal com o chamado “planejamento regional”, estimulador da expansão da industrialização, cuja máxima reside na experiência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), inicialmente coordenada pelo economista Celso Furtado no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). É necessário reconhecer, inclusive, que a noção de região Nordeste, tal como difundida hoje, somente foi instituída nesse século, quando em 1940 o IBGE define, pela primeira vez, a divisão do Brasil em cinco regiões, imprimindo ao Nordeste a síntese de uma região marcada pela seca e pelo clima semiárido.⁵⁶

Sob o aporte categorial da crítica da economia política, as contribuições seminais de Manuel Correia de Andrade serão decisivas em busca de uma reinterpretação do Nordeste. O ponto inicial pode ser remetido à publicação de *A terra e o homem no Nordeste*, em 1963, ano agitado na conjuntura nacional em torno da “questão agrária” especialmente através do espraiamento das Ligas Camponesas, o que se soma ao movimento pelas reformas de base durante governo João Goulart (1962-1964).

À época, o geógrafo pernambucano – bastante influenciado pela produção historiográfica de Caio Prado Júnior –, já concebia o Nordeste numa perspectiva totalizante, entendendo-o enquanto parte da questão nacional, articulando elementos internos e externos que combinavam economia e política a um só tempo. Consolida-se aí uma compreensão mais ampla que possibilita analisar o Nordeste a partir da dimensão da desigualdade, o que ultrapassa a pobreza vista a partir de si mesma. Com essa contribuição, já atualizada por outros estudiosos, compreende-se melhor o Nordeste propriamente dito, do Maranhão à Bahia, a partir de sua inserção da “divisão inter-regional do trabalho” ou do “desenvolvimento desigual inter-regional”,⁵⁷ como certa vez caracterizou Francisco de Oliveira (1987).

Nessa direção, em sintonia com o debate feito no capítulo anterior, abre-se margem para afirmar que, mesmo com o adensamento geral de relações capitalistas no Brasil, diferenciações

⁵⁶ Em *Nordeste: alternativas de agricultura*, Andrade (1989, p. 68) realça que “o Nordeste não é inviável, ele dispõe de recursos naturais suficientes para manter uma população do nível da atual, se estes recursos forem racionalmente explorados e se houver uma maior participação dos trabalhadores na renda produzida pelo seu trabalho. Os governos necessitam ter uma visão social para corrigirem as distorções que se aceleram e aumentam nos períodos de seca. Os recursos públicos necessitam ser empregados em benefício do grosso da população e não de acordo com os interesses dos grandes grupos econômicos. Para isto é necessário que se desenvolva uma política popular”.

⁵⁷ Uma atualização desse debate, em sua relação com a “questão social”, tem sido elaborada por Evelyne Medeiros Pereira em sua tese de doutoramento, em estágio de finalização e provisoriamente intitulada *A dialética do desenvolvimento desigual inter-regional: a questão social no Nordeste brasileiro dos anos 2000*, orientada pelo prof. Marcelo Braz no Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ).

de monta são preservadas em diferentes partes do território. Os mecanismos asseguradores de tal tendência são límpidos:

- a) a divisão territorial do trabalho, que define o que será produzido aqui e ali;
- b) o desenvolvimento dos meios e técnicas de produção e a combinação das relações de produção originadas em momentos distintos da história, que definem *o como* se realizará a produção; c) a ação do Estado e da ideologia que se especializa desigualmente, garantindo novos modos de vida e a pretensa perpetuação deles; d) a ampla articulação entre [...] as regiões criadas ou transformadas *pelo e para* o capital (CORRÊA, 1986, p. 44-45).

Sob tais parâmetros, há uma diversificação regional erigida economicamente, em certo grau, a partir de pressupostos naturais e geográficos, numa divisão consagrada em quatro partes principais: Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte. Posto nosso objeto de estudo, aqui interessamos a caracterização da Região da Mata e do Litoral Oriental, que se estende “[...] desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, sempre ocupando as terras situadas a leste da região nordestina. No Rio Grande do Norte e na Paraíba ela apresenta pequenas extensões, sendo a mata propriamente dita às várzeas dos rios que deságuam no Atlântico” (ANDRADE, 1999, p. 26).

Pode ser considerada como a mais significativa porção do Nordeste, pois concentra o maior contingente populacional, “[...] assim como porque nela se localiza a parte mais importante de seu parque industrial e sua atividade agrícola de *plantation*” (id., p. 31). Daí o insulamento tão acentuado da monocultura canavieira, em razão da qualidade do solo, da umidade do ar e das taxas pluviométricas anuais satisfatórias a esse plantio, tal como demonstramos ao reconstituir os trânsitos econômico-produtivos da cana-de-açúcar no Brasil no primeiro capítulo.

Ainda hoje, como resultado mesmo da via modernizante do parque agroindustrial canavieiro, mantém-se forte a produção da cana e de seus derivados na economia da Zona da Mata. Qualquer um que passe pela rodovia translitorânea (BR-101) nas intermediações de Paraíba, Pernambuco e Alagoas, por exemplo, encontrará às margens esquerda e direita da estrada as extensões de cana que causam impacto, surpresa ou coisa parecida. A cana hegemoniza a paisagem o torna homogêneo o espaço no plano da aparência (LIMA, 2013). Os três estados a que nos referimos, aliás, são os principais produtores do ramo na região inteira, que reúne ao todo mais de oitenta unidades produtoras, como pode ser observado no quadro abaixo:

Tabela 1 - Unidades produtoras de açúcar e etanol na região Nordeste

Estado	Quantidade de unidades produtoras
Maranhão	05
Piauí	01
Ceará	05
Rio Grande Norte	04
Paraíba	09
Pernambuco	26
Alagoas	24
Sergipe	06
Bahia	07
Total	87

Fonte: Lima (2013); Guia Oficial de Compras do Setor Sucroalcooleiro – Ano IV (2010).

Dentre os três principais produtores, Alagoas continua sendo o que mais produz, seguido por Pernambuco e Paraíba. Observado o evolutivo dos últimos dez anos, essa tendência permanece com a mesma configuração – na produção e moagem da cana, na produção de açúcar e na produção de etanol, como atestam os números da tabela:

Tabela 2 - Cana, açúcar e álcool nos três principais estados produtores do Nordeste (2005-2016)

Estado	Safrá 2005/2006			Safrá 2015/2016		
	Cana processada (em mil. ton.)	Açúcar (em mil. ton.)	Etanol (em mil. m ³)	Cana processada (em mil. ton.)	Açúcar (em mil. ton.)	Etanol (em mil. m ³)
Alagoas	22.254	2.080	546	16.382	1.228	378
Pernambuco	13.798	1.227	326	11.394	822	350
Paraíba	4.209	116	268	5.586	129	344

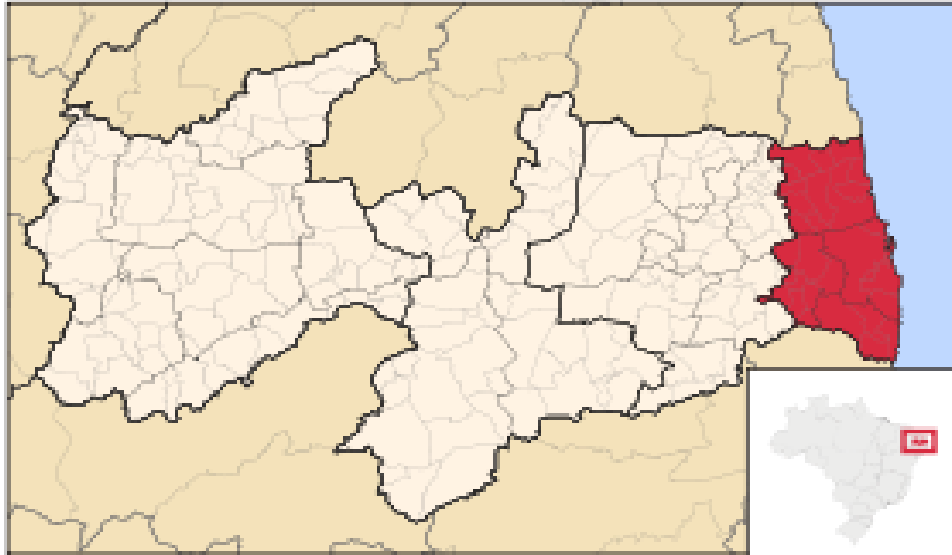
Fonte: UNICA (2017); MAPA (2017).
Elaboração própria – Março/2018.

Esta tríade Alagoas-Pernambuco-Paraíba, dada sua importância quase absoluta no setor sucroalcooleiro do Nordeste, é caracterizada por Lima (2013) como “Zona da Cana” nordestina, termo que segundo o autor faz muito mais sentido, já que a Mata fora há tempos destruída e o que resta continua sofrendo a mesma agressão da expansão territorial e produtiva da cana-de-açúcar. Há, portanto, uma crescente substituição da “paisagem da Mata Atlântica” pela “paisagem canavieira”, em resposta às demandas por exportação de *commodities*.

Inserida nesse contexto mais amplo do Nordeste e da “Zona da Cana” nordestina, a Zona da Mata paraibana – foco de nossa pesquisa – coincide com a Mesorregião da Mata Paraibana, constituída por um agrupamento de trinta municípios distribuídos em quatro microrregiões: João Pessoa, Litoral Norte, Litoral Sul e Sapé. Trata-se da mesorregião com maior densidade populacional do estado (253,7 hab./km²), distribuída nos 5.232,396 km² que compõem sua

abrangência territorial, limítrofe com a Mata Pernambucana, o Agreste Paraibano, Leste e Agreste Potiguar (IBGE, 2017). O mapa abaixo (01) demonstra a porção do território estadual que corresponde à Zona da Mata.

Figura 1 - Mapa da Mesorregião da Mata Paraibana



Fonte: IBGE (2017).

Da política colonial ao capital financeiro da cena contemporânea, esse território carrega as marcas da intensa exploração da força de trabalho, sempre impregnada pela monocultura e pelo latifúndio, numa saga marcada pela acentuada reprodução de desigualdades sociais. Historicamente, predomina nessa mesorregião – equivalente a 13,5% do total do território do estado – a influência da cana-de-açúcar sobre a paisagem e sobre as relações sociais.

O desenvolvimento da Zona da Mata paraibana representa o desenvolvimento mesmo da produção canavieira tal como expusemos. Acompanha suas evoluções e reestruturações, seus ascensos e descensos. Ainda no século XVI, conforme os quereres da Coroa, a cana-de-açúcar passou a ser predominante na organização econômico-produtiva da Zona da Mata,⁵⁸ no compasso da “economia voltada fora” detalhada por Prado Jr. (1976). Era insuficiente para os colonizadores a posse das grandes extensões de terra. “Necessário era derrubar a mata, instalar os engenhos, as casas-grandes, as senzalas, plantar os canaviais e as lavouras de mantimento” (ANDRADE, 2004, p. 62). Estava em questão, na ideologia e na prática que explica o “sentido da colonização”, o proveito econômico de um solo tão fértil.

⁵⁸ Numa interação entre economia e política, *Guerras e Açúcares* (EDUSC, 2004), de Regina Célia Gonçalves, expõe com detalhes o estabelecimento da economia açucareira na Paraíba entre os séculos XVI e XVII.

Em concordância com Moreira e Targino (1997), desde o século XVI que o território hoje reconhecido como Zona da Mata constitui-se em um espaço de exploração, numa agregação entre variáveis socioeconômicas, políticas e culturais. A serventia do território paraibano aos interesses coloniais representou, assim, o avanço da monocultura da cana-de-açúcar, iniciada em Pernambuco e logo em seguida desaguada na várzea dos rios da Paraíba.

A organização inicial do espaço agrário litorâneo, a exemplo do que ocorreu em toda fachada oriental do Nordeste, baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo, na divisão das terras em grandes unidades produtivas conhecidas por Engenho e no trabalho escravo. Tratava-se de um espaço construído e organizado para atender às necessidades de acumulação do capital mercantil. Daí ele ser tido como um "*espaço alienado*", ou seja, um espaço produzido para atender necessidades externas (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 18).

Por razões insuspeitas, a “história oficial”, inclusive no campo historiográfico, pouquíssimo discute as bases fundamentais dessa processualidade multissecular, numa omissão coerente com os interesses políticos, econômicos e ideológicos que advogam. Tudo para parecer que “foi sempre assim” ou para exaltar como heróis personagens que, ao representarem as camadas dirigentes da sociedade, planejaram e encaminharam a constituição de um modo de organização da vida econômico-social notadamente penoso às classes trabalhadoras.

Regra geral, a história da Zona da Mata paraibana é contada sem referências significativas à “apropriação do espaço pelo elemento colonizador, o qual se deparou em vários momentos com a resistência da população nativa. Essa população, segundo pesquisas recentes, agrupava-se em três grandes nações: Tupi, Cariris e Tarairiús”⁵⁹ (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 28). No plano histórico, reconhecer este aspecto acaba por refutar as teses que postulam calma entre os três principais atores do Brasil daquele período: o colono branco, o negro e o indígena.⁶⁰

No interior dos entrechoques entre esses atores, localizam-se as protoformas mais iniciais do que posteriormente viria a ser a divisão espacial contemporânea do território

⁵⁹ “Organizados em uma economia comunitária, os índios cultivavam a mandioca, o milho, o fumo e algodão e praticavam a caça, a pesca e a coleta. Para tanto, a terra era mais que o celeiro natural, era a própria razão de existência da comunidade” (MOREIRA & EGLER, 1985:16 *apud* MOREIRA & TARGINO, 1997: 27).

⁶⁰ Exemplo desses conflitos – que indicam a centralidade da luta pela terra no Brasil – é a pouco conhecida Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris. Para ser breve, já que nosso objetivo não é detalhar essas movimentações, basta dizer que se trata de uma longa batalha de resistência indígena à política colonial. Espalhou-se do Litoral canavieiro ao Sertão no Nordeste brasileiro entre fins do século XVII e as três primeiras décadas do século XVIII, cujo desfecho negativo foi o extermínio de parcela dos povos indígenas ou sua fuga para outros territórios Brasil a dentro (MOREIRA; TARGINO, 1997), especialmente para o Agreste e para o Sertão. Sobre a Guerra dos Bárbaros, ver Puntoni (2002).

paraibano, dividida em quatro mesorregiões, cada uma correspondente ao predomínio de determinado ramo produtivo da exploração agrícola: o Litoral (açucareiro), o Sertão (pecuarista-cotonicultor), o Agreste (policultor-pecuarista) e a Borborema (caprinocultor-cotonicultor).

Na Zona da Mata,⁶¹ o plantio era realizado inicialmente nas várzeas de rios como o Paraíba, o Mamanguape, o Una, o Gramame, o Miriri e o Camaratuba (MOREIRA; TARGINO, 1997). Em seus arredores, foram instalados os primeiros Engenhos. No ano de 1634, “[...] dos 18 Engenhos existentes na Paraíba, dois situavam-se na área de Mamanguape junto aos rios Camaratuba e Miriri. Os demais distribuíam-se pelo vale do Paraíba, aproveitando a extensa rede de afluentes deste - Tibiri, Tambiá, Inhobim e Gargaú” (MELO, 1994, p. 43).

Longe de possuir um peso somente na esfera da produção/economia, a cana também afeta outras importantes esferas da vida social, estendendo sua influência nas arenas da política e da cultura. De um lado, expressa a configuração das elites dominantes nessa região sob uma relação umbilical com tal monocultura. De outro, revela as reações e resistências das classes subalternas na Zona da Mata, tanto às imposições “arcaicas” quanto “modernas” (hoje exibidas no *agrobusiness*) da usinagem do capital.

Se a Guerra dos Bárbaros a qual fizemos referência é uma demonstração do inconformismo e da organização coletiva na Colônia, sucedem-se em tempos posteriores iniciativas e experiências de relevo como as Ligas Camponesas, o sindicalismo rural e movimentos das últimas décadas como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), cujas influências político-sociais nas áreas canavieiras são expressivas.

Na tônica dessas organizações, consta o combate ao latifúndio, a denúncia da precariedade das condições de vida e a luta pela reforma agrária e por direitos sociais e trabalhistas. Em Sapé, terreno importante na Mata paraibana, mantém-se acesa, mesmo a contragosto do domínio político local, a memória de sujeitos como João Pedro Teixeira e Nêgo Fuba, militantes históricos das Ligas Camponesas que foram tombados pelo latifúndio açucareiro. Já na transição entre a Mata e o Brejo, no município de Alagoa Grande, o exemplo da sindicalista Margarida Maria Alves continua a inspirar a militância social de todo país através de ensinamentos como “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”. No passado e no presente, são muitas as expressões de resistência organizada aos ditames dos senhores dos canaviais paraibanos. E em conexão com os fatos da história, é importante demarcar que nunca

⁶¹ Uma caracterização detalhada das demais mesorregiões consta em Moreira e Targino (1997).

houve margem para a pura aceitação passiva dos subalternos na Mata paraibana, nem em tempos de Engenho nem em tempos de Usina.

Sopesando essas mediações centradas nas lutas de classes, o conteúdo do quadro abaixo (02) sintetiza os principais estágios da evolução econômico-produtiva da mesorregião em análise. Seu foco, a cana-de-açúcar, é espelho daquele movimento mais amplo de desenvolvimento da produção canavieira no Brasil que fora apresentado no primeiro capítulo. As variações entre um período e outro são informadas pelas relações sociais e relações técnicas de produção de cada estágio, tendencialmente subordinadas a condicionantes externos.

Quadro 2 - Estágios da produção canavieira: Nordeste e Zona da Mata paraibana

Período histórico	Estágio produtivo do setor canavieiro
Século XVI-final do século XIX	Domínio dos Engenhos
1880-1920	Engenhos Centrais
1920-1975	Expansão das Usinas de Açúcar
1975-1999	Ascenso e declínio do Proálcool, com centralidade em usinas e destilarias.
2004-dias atuais	Retomada do setor sucroalcooleiro.

Fonte: Moreira e Targino, 2011.
Elaboração própria – Outubro/2017.

A configuração contemporânea da Zona da Mata paraibana, do ponto de vista social e econômico-produtivo, será desenvolvida a medida em que o objeto requirir, especialmente em face de seus principais atores: o trabalhador, o empresário e o Estado. A síntese aqui exposta serve-nos tão-somente para situar historicamente e geograficamente o leitor na delimitação espacial desta pesquisa.

3.1.2 Metamorfoses da força de trabalho na agroindústria canavieira da Paraíba: o significado da transição ao assalariamento

Ainda que a presença da cana-de-açúcar seja uma constante na Zona da Mata paraibana, nem de longe são homogêneas as formas com as quais ou a partir das quais têm procedido historicamente as relações sociais de produção e reprodução em seu universo. De maneira oposta, acompanha com todas implicações e derivações aqueles passos da via modernizante apresentados anteriormente.

Isto se aplica, inclusive, quando o assunto são as modalidades de exploração da força de trabalho, pois há uma diversidade de categorias de trabalhadores que compõem a totalidade produtiva da agroindústria canavieira. Pelo menos desde a instalação das usinas, essa

diversidade pode ser sistematizada em três principais núcleos de trabalhadores: i) os que atuam na administração ou na gerência; ii) os da indústria; iii) os da agricultura (a categoria mais massiva).

As subdivisões dessas categorias são vastas: o cortador de cana, o fiscal, o operador de máquinas, o motorista de caminhão e trator, o técnico agrícola, o engenheiro, o assistente social, o contador, o administrador etc. Em meio a essa diversidade interna, são igualmente distintas as condições e relações de trabalho contidas em cada um dos referidos núcleos básicos.

Trata-se, na verdade, de disparidades no consumo capitalista da força de trabalho, explicada mediante o acirramento da divisão social e técnica do trabalho e das repercussões no âmbito do trabalho oriundas da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Os métodos de exploração, modos de contratação, níveis e pagamentos salariais, as condições de reprodução material, os critérios para a contratação de cada cargo em específico... tudo isso sofre variações na trajetória da produção canavieira. Uns são agrícolas, outros são industriais. Uns recebem por produção, outros por tempo. Enquanto uns vivem num maior grau de estabilidade, outros oscilam continuamente entre a estabilidade e a instabilidade, ou entre a instabilidade relativa e a instabilidade absoluta, já que estabilidade no trabalho tem se tornado algo cada vez mais raro no capitalismo contemporâneo.

Evidente que os técnicos de nível superior – advogados, administradores, engenheiros, contadores, assistentes sociais... – são os atores da força de trabalho nesse universo que apresentam a condição mais regular. Trata-se de um quadro de funcionários localizados na esfera do trabalho improdutivo,⁶² altamente qualificados para gerir e encaminhar o funcionamento da unidade produtora. Cuidam da burocracia, das pendências jurídico-legais, da contratação e demissão de trabalhadores, dos procedimentos de orientação necessários para que tudo funcione do modo mais eficiente à finalidade da razão empresarial (ou, no palavreado deles, à “missão” ou “responsabilidade social” da usina ou destilaria).

Já os trabalhadores que atuam no ambiente industrial pouco se diferenciam dos operários de qualquer outra indústria (ANDRADE, 1994). São amparados pela legislação do trabalho no mesmo patamar dos operários urbanos. Quase sempre moram em cidades próximas às unidades produtoras ou em “vilas operárias” que aqui ou acolá ainda existem. Possuem uma

⁶² “Um trabalhador pode ser trabalhador assalariado, jornaleiro etc. Tal acontece sempre que falta o segundo elemento. Todo o trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo o assalariado é um trabalhador produtivo. Quando se compra o trabalho para o consumir como *valor de uso*, como *serviço*, não para colocar como *fator vivo* no lugar do valor de capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. O seu trabalho é consumido por causa do *valor de uso* e não como trabalho que gera *valores de troca*; é consumido *improdutivamente*” (MARX, 1969, p. 95).

organização política-corporativa representada pelo sindicato e o processo de trabalho compreende o conjunto das tarefas que permeiam o processamento industrial do açúcar e/ou do álcool: são os *operários do açúcar*, tal qual analisou o antropólogo José Sérgio Leite Lopes em seu clássico *O vapor do diabo*, que embora publicado originalmente em 1976 conserva uma atualidade preciosa.

Os trabalhadores da agricultura, enfim, particularmente sua maior parcela (inserida no corte manual da cana-de-açúcar), possui uma trajetória peculiar. Além da negação histórica de direitos⁶³ que os acometem, participam do ciclo produtivo da agroindústria canavieira numa atividade reconhecidamente degradante, exaustiva, cuja tônica reincide sobre a herança colonial, numa tensão aguda entre o peso da tradição e as novidades do presente – isto é, entre o “arcaico” e o “moderno”.

Em regra, são trabalhadores sem escolaridade e qualificação profissional, cuja inserção nos canaviais parece-lhes a única possível para a garantia da reprodução material. Trata-se mesmo de um coletivo de trabalhadores que lutam pela sobrevivência diária, que por vezes chegou (e ainda chega) a se confundir com a fome, a satisfação básica do direito à alimentação, condição mínima para a manutenção vital.

Considerar essa condição heterogênea dos trabalhadores da agroindústria canavieira exige, por outro lado, identificar o que há de unitário entre estes, sobretudo entre os operários da indústria (empregados no processamento de açúcar e álcool) e os cortadores de cana, tendo em vista que são os que atuam no processo imediato da produção e possuem em comum a “condição operária”, em sintonia com a trilha analítica proposta por Ianni ([1982] 2012) ao analisar *A formação do proletariado rural no Brasil*.⁶⁴ É esta a unidade da condição proletária na produção agroindustrial canavieira: “a unidade da condição operária no interior da produção se molda através de indivíduos com inserções específicas na divisão social do trabalho, fazendo com que a condição de assalariados agroindustriais se forme como uma unidade de diferenças” (IAMAMOTO, 2001, p. 148).

Desses três atores (o administrativo, o operário industrial e o trabalhador da agricultura), aqui nos interessa prioritariamente o último, no intento da elaboração de uma análise que permita ilustrar a partir de determinações concretas do real a combinação entre o “arcaico” e o “moderno” no desenvolvimento histórico da exploração do trabalho nos canaviais paraibanos.

⁶³ É importante lembrar que os trabalhadores rurais, em geral, foram postos à margem dos direitos trabalhistas conquistados no início dos anos 1940. Direitos como férias remuneradas, aviso prévio e salário mínimo, contemplados na CLT, foram restringidos aos trabalhadores urbanos.

⁶⁴ Para uma análise minuciosa a propósito dessa diferenciação uma entre trabalhadores industriais e trabalhadores agrícolas, ver Iamamoto (2001).

Eis o nosso suposto: **contemporaneamente, no trabalho da agricultura no Complexo Agroindustrial Canavieiro, o “arcaico” se expressa nos métodos de exploração da força de trabalho e o “moderno” se exhibe na expansão do assalariamento.** Um está contraditoriamente implicado no outro.

Para apreender essa problemática com zelo pela historicidade, faz-se necessário recuperar os caracteres que discriminam as relações sociais entre o trabalhador rural e o processo de apropriação privada da terra. A despeito das particularidades locais que existem, esse estado não pode ser endogenamente submetido à análise, pois reflete em si as tendências nacionais das quais é parte e expressão.

Pelos motivos realçados do início da dissertação até o presente momento, é certo que o primeiro modo de exploração nos canaviais paraibanos, como de resto, consistiu na utilização do trabalho escravo – primeiro indígena, posteriormente incrementado pelos negros oriundos de países da África.⁶⁵ Como a lógica organizacional e produtiva dos Engenhos espalhados pela Zona da Mata demandava um quantitativo acentuado de trabalhadores nas atividades manuais da *plantation* açucareira, logo compareceu a necessidade de certa variação na divisão social e técnica do trabalho nessas unidades produtivas que mais lembravam a produção manufatureira. Perante tais variações, o estatuto de exploração da força de trabalho também denotou num relativo grau de heterogeneidade desde aquela época, ainda que as massas fossem predominantemente escravizadas.

Dito de outro modo, o trabalho escravo não possuía exclusividade no conjunto da produção canvieira desde o período colonial, mesclando-se de modo diverso, mesmo nos engenhos, entre categorias distintas de trabalhadores: os que cortavam cana, o caixeiro, o cozinheiro-de-açúcar, o banqueiro e o mestre-purgador que atuavam no processamento do açúcar, o feitor-mor, o feitor de campo e o feitor de moendas que operavam na fiscalização ou nas tarefas administrativas. Enquanto aos primeiros cabia escravidão num primeiro momento, aos segundos e aos últimos já calhava em proporções mínimas a condição de “parceiro” ou mesmo de assalariado, revelando quão longínqua é a associação entre o “moderno” e o “arcaico” no circuito desigual e combinado da produção canvieira.

Um aspecto, no entanto, é destacadamente curioso nessa teia diversa: escravo somente nas tarefas pesadas da agricultura. Na plantação, na colheita, na abertura de estradas para o

⁶⁵ Com os pés e a cabeça na Zona da Mata, Andrade (1998, p. 74) analisa que “os escravos eram frequentemente submetidos a maus-tratos, a castigos corporais, podendo ser batidos com chicotes, varas ou correias de couro, ser postos a ferro ou no tronco ou até ser acorrentados pelos pés ou pelo pescoço; não convinha, entretanto, aos senhores matar ou mutilar os cativos que lhes haviam custado muito dinheiro, embora que às vezes isso acontecia.

espraiamento da monocultura, “[...] sempre sobre o controle de feitores e a pregação de padres” (ANDRADE, 1994, p. 201). No âmago “arcaico” do latifúndio, o igualmente “arcaico” trabalho escravo, articulando numa mesma unidade a forma de propriedade da terra e o método de exploração da força de trabalho.

A submissão naquele contexto, bem se sabe, não era consentida como nos dias de hoje. O controle do trabalho era garantido pela força e acompanhada pelos credos da Igreja Católica, num percurso cuja paisagem era triangular: o engenho, a casa-grande e a capela (FREYRE, 2004). Isto tudo com violência pura (quando não, com extermínio), a vivência numa senzala insalubre e um calendário agrícola pesado, composto de duas safras anuais.

Na rotina de trabalho, competia aos escravos absolutamente tudo que envolvia a produção agrícola e fabril. Preparavam o próprio alimento, desempenhavam as tarefas domésticas de limpeza do engenho e faziam a manutenção dos instrumentos de trabalho. O cotidiano era mais ou menos o seguinte:

A jornada de trabalho levava a exaustão física, fornecendo a quem a observasse, uma imagem de pesadelo no qual fogo, suor, negros, correntes, rodas e caldeiras ferventes, misturavam-se indistintamente (ROBLES; QUEIROZ, 1987, p. 27)

[...] Homens e mulheres eram empregados nas duras fainas do campo e nos trabalhos da indústria. Apenas no campo, as mulheres não trabalhavam com o machado; no plantio e na limpa do canavial os escravos eram postos a trabalhar com o nascer do sol e se recolhiam à senzala à noite, terminando a faina com o pôr do sol. Na colheita da cana, cabia a cada negro cortar, por dia, trezentos e cinquenta feixes de 12 canas que eram amarrados por uma escrava. Assim, cada cortador de cana era acompanhado na sua faina por uma amarradora. Essa quantidade era o suficiente para a fabricação de uma forma de açúcar (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 48).

Para ser breve, o processo de trabalho dos escravos na atividade canavieira no período colonial era desenvolvido em cinco etapas: o preparo do solo, o plantio, a limpa, a colheita, o transporte de cana para a casa da moenda no engenho (ANDRADE, 1994).

Com a crise da política colonial e a Abolição da Escravatura, em fins do século XIX sob a pressão do imperialismo inglês, assistiu-se a uma crise produtiva da “economia açucareira”. Enquanto a monocultura e o latifúndio deveriam ser mantidos em função do lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho, o estatuto de exploração da força de trabalho careceria de ser modificado, substituído pelo “trabalho livre”, uma vez que o modo de produção capitalista dava saltos largos em sua universalização. Se a Abertura dos Portos, em 1808, já apontava para mudanças desse tipo, a proibição do tráfico em negreiro (1850) e a Lei Áurea (1888) estimularam ainda mais essa transição.

Os senhores de engenho foram impelidos, então, ao reordenamento de suas estratégias de gestão e controle da força de trabalho. A princípio, passaram a facilitar a moradia dos trabalhadores em suas terras. Daí o surgimento do chamado “sistema de morada” e dos lavradores. Os moradores (ou lavradores) representavam um contingente de trabalhadores despossuídos do controle dos meios de produção e que “[...] recebiam do proprietário um pedaço de terra, o ‘sítio’, onde cultivavam lavouras de subsistência e criavam animais, com o compromisso de darem de três a quatro dias de trabalho semanais ao proprietário, mediante uma remuneração muito inferior à do mercado” (ANDRADE, 1994, p. 202-203).

Nesse caso em particular, o que chama atenção é que a remuneração combinava formas monetárias com não-monetárias. O morador recebia uma remuneração formal (monetária, com pagamento por tarefa) cujo *quantum* era sempre inferior à remuneração complementar (não-monetária), representada pela “concessão” de um teto para morar e pela parcela da produção de gêneros alimentícios que plantava e colhia para si nas terras do senhor.

Em situação similar à do morador, também existia a figura do “cambão”. Estes trabalhadores, submetidos a um nível de sujeição ainda menos autônomo em relação aos moradores, não recebiam nada em dinheiro. A remuneração relacionava-se exclusivamente ao uso da terra na safra e na entressafra.

No caso dos moradores,⁶⁶ em época de safra no corte da cana, procedia uma tendência notável no âmbito do trabalho: uma mobilização familiar para o desempenho das atividades do corte. Não somente os homens destinavam-se aos canaviais. Mulheres e filhos costumavam acompanhá-los, não por livre e espontânea vontade, mas pela garantia da sobrevivência. Nesses casos, não apenas um membro da família obtinha remuneração, mas todos os que se integrassem em alguma tarefa da cadeia produtiva canavieira, o que otimizava o total dos rendimentos familiares.

Se tais elementos já assinalam a forma e o conteúdo da metamorfose do escravo em lavrador⁶⁷ na produção canavieira, há outro componente da maior importância que não pode escapar à análise: enquanto na condição escrava o impulso à intensificação do trabalho restringia-se ao uso da força, o “morador” era estimulado ao aceleração de seu ritmo produtivo através da modalidade de remuneração, que naquelas circunstâncias regulava-se com

⁶⁶ Uma análise fecunda sobre os moradores de engenho no Nordeste Oriental pode ser acessada no trabalho de Christine Dabat (2007), intitulado *Os Moradores de Engenho*, publicado pela Editora da UFPE.

⁶⁷ No entendimento de Andrade (1994), os pequenos lavradores viriam a ser o núcleo de uma “classe média rural” dominada pela aristocracia do açúcar, mantida na condição de classe até o processo de ampla proletarianização, imposta nos últimos anos pela concentração fundiária derivada da transição dos Engenhos às Usinas, que coincide com a substituição em larga escala do trabalho escravo pelo trabalho “livre”.

base no método de “pagamento por tarefa”. A quantia a ser recebida dependeria do nível de rendimento diário do trabalhador.

Perante o exposto, em consequência com as indicações de Fernandes (2008), pode-se afirmar que a transição do escravo ao lavrador é a transição de um método “arcaico” para um método “semi-arcaico” de exploração da força de trabalho na produção canavieira. Duas razões sustentam essa afirmação: a mais geral, que reside na intensificação das bases intensivas e extensivas do desenvolvimento capitalista brasileiro com suas reiteradas formas “semi-capitalistas” ou “subcapitalistas” de extração do excedente econômico, e a mais específica: a combinação entre formas de remuneração não-monetárias e monetárias num quadro de adensamento na divisão do trabalho na agroindústria canavieira.

Em resumidos termos, são essas as relações presentes no âmbito do trabalho até o advento do processo usineiro. Com a instalação das usinas de açúcar, vimos que muita coisa muda e muita coisa permanece, inclusive no *modus operandi* da exploração do trabalho. Como a usina aparecia na condição de novidade moderna nos marcos de um período inédito no país, os métodos de exploração também teriam de acompanhar em maior ou menor grau as inovações da lógica produtiva a partir de então prevalente.

Nessa situação, os lavradores foram mais que convidados a se retirarem dos sítios dos possuidores dos meios de produção. Com uma mão na frente e outra atrás, foram forçados a migrar para cidades e vilas em torno das Usinas, numa angústia análoga àquela do cozinheiro de açúcar do romance de José Lins do Rego. Era o anúncio de tempos de “liberdade”, da ampla produção-circulação-consumo de mercadorias, já que sob as determinações da via particular de nossa revolução burguesa esses trabalhadores seriam a partir de então “livres” como os pássaros – sem propriedade e sem proprietário. Entra em cena, portanto, pouco a pouco, a figura do assalariado nos canaviais paraibanos. E é somente a partir do devido entendimento das mediações sociais que informam a transição escravo-lavrador-assalariado que se torna possível apreender a fundo as determinações mais recentes dos trabalhadores canavieiros da Paraíba.

Com a introdução da “fábrica moderna” que representa a usina de açúcar, a força de trabalho coloca-se à disposição para troca, para a venda por um preço aferido de modo indistinto em relação às demais mercadorias, nos exatos termos da lei do valor.⁶⁸ Nem de longe isso significa pouca coisa para o trabalhador e muito menos para o usineiro, posto que a força de trabalho em condições de assalariamento possui uma qualidade singular na “imensa coleção de mercadorias”: a de produzir valor, valorizá-lo, sendo capaz de criar um montante muito além

⁶⁸ A mercadoria força de trabalho pouquíssimo se distingue das demais. Sua particularidade restringe-se, fundamentalmente, ao seu valor de uso. Cf. Marx (1980).

do que o necessário para reproduzi-la (MARX, 1980). Constitui, desta maneira, base da razão de ser do conjunto dos capitalistas, dentre os quais não ficariam de fora os herdeiros legítimos de uma razão de ser no Brasil Colônia: a “economia açucareira”. Ao contrário, emplacariam (e emplacaram) afoitamente o prosseguimento desse circuito desigual e combinado recolocado em novas bases qualitativas – que inovam, de fato, sem deixar de conservar.

Em âmbitos nacional e estadual, contradições novas assaltam a dinâmica da produção canavieira. Passam a vigorar formas especificamente capitalistas até então desconhecidas nesse universo. Nem escravo nem lavrador, mas trabalhador “livre”; ou um intenso trânsito da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital na produção canavieira. De um lado, uma pequena quantidade de compradores da mercadoria força de trabalho (usineiros, por intermédio de empreiteiros que subalugavam a força de trabalho); do outro, uma larga quantidade de vendedores de tal mercadoria (os canavieiros, em especial, o exército de cortadores de cana). Eis que a regra principiadora do trabalho assalariado não escapa à configuração do trabalho na cadeia produtiva em análise. Com a consolidação de relações sociais desse tipo, encaminha-se mais uma metamorfose do trabalho nos canaviais: o trabalhador da agricultura, do corte da cana, que era escravo e depois foi lavrador, torna-se um “sujeito livre”.⁶⁹ No cru da realidade, calha-nos ainda hoje a ironia de Engels (2010):

“Bela ‘liberdade’, que deixa ao proletariado, como alternativa à aceitação das condições impostas pela burguesia, a chance de morrer de fome, de frio, de deitar-se nu e dormir como animal selvagem! Belo ‘equivalente’, cujo montante é inteiramente deixado ao arbítrio da burguesia! E se o operário for suficientemente louco para preferir morrer de fome a se submeter às ‘justas’ propostas dos burgueses, seus ‘superiores naturais’? Ora, é fácil encontrar outro que as aceite, pois há muitos proletários no mundo e nem todos são insensatos o bastante para preferir a morte à vida” (ENGELS, 2010, p. 118).

Desvinculado dos meios de produção, o cortador de cana assume, então, o posto de proprietário: proprietário de sua força de trabalho. Joga-se no mercado do senhor usineiro, a procura de um comprador da “mercadoria especial” que possui e está disponível à venda. Isto eliminou a figura do “morador”. Na forma nova, é mercador frente a mercador, numa relação intermediada no plano aparente por um negócio entre iguais, que supostamente expressariam

⁶⁹ Numa perspectiva totalizante das formações econômico-sociais, Rosa Luxemburgo (1969, p. 301) sugere que: “Nem na Antiguidade nem na Idade Média a força de trabalho se tornou uma mercadoria apesar da sua produtividade e da sua exploração. O que há de particular nas relações atuais do trabalhador assalariado com o empresário, o que as distingue da escravatura e da servidão, é a liberdade pessoal do trabalhador. A venda da força de trabalho é um negócio privado do homem, é voluntária e assenta na total liberdade individual. Põe como condição ao trabalhador não possuir meios de produção. Se os tivesse, produziria ele próprio as mercadorias e não venderia a força de trabalho”.

“vontades livres”. O assalariamento, em geral percebido como a relação mais desenvolvida até hoje (contrastada às feições que assumiu anteriormente, como escravo e lavrador), demonstra possuir perversidade em todos os eixos que lhe compõem.

Noutros estatutos de exploração, os cortadores de cana eram evidentemente pobres, o que é distinto de ser proletário. Com exceção dos inteiramente desprovidos do acesso à terra, ser pobre no espaço agrário acarretava aspectos particulares que se expressavam, antes, em certa sensação de segurança, liberdade e solidariedade. Cada um desses conceitos, quando submetidos ao crivo dos procedimentos da racionalidade, podem ser contestados. Isto não invalida, contudo, o fato de a introdução do assalariamento ter modificado um modo de existência, até mesmo de pensar e agir, interferindo no conjunto das relações sociais estabelecidas no seio vivido pelos trabalhadores ora analisados.

Sugerir a caracterização do cortador de cana enquanto proletário não significa, decerto, propor uma separação tampouco uma comparação entre o rural e o urbano. Todavia, ao atribuir tal característica a esses trabalhadores abre-se para nós a possibilidade de analisar a dialética rural-urbano na formação do proletariado: por um lado, a miséria provocada pelo desenvolvimento das forças produtivas; e por outro, a miséria urbana causada pela migração campo-cidade.

O proletário urbano já nasce em meio a relações mediadas pelo mercado. Ele sabe desde cedo que tudo é mercadoria, inclusive sua força de trabalho. Possui conhecimento das regras, e sabe que sem dinheiro não conseguirá suprir a mais básica de suas necessidades, que é comer. Enquanto isso, por muito tempo o trabalhador rural produzia quase tudo que consumia, resultante de seu próprio trabalho. A solidariedade, há pouco mencionada, expressava-se nas possibilidades de troca direta entre parentes, compadres e vizinhos. No limite, em certas ocasiões, comprava-se na feira, onde o mercado não tem a figura do atravessador e podia-se pechinchar.

Com isso, ao tempo em que negamos o maniqueísmo dessa transição, confirmamos as diferenças significativa na vida e no trabalho do cortador de cana antes de se tornar um assalariado rural. Com a disseminação dessa modalidade, ele é arrancado do seu modo de existir. Dele se exige, desde então, mais força física, maiores jornadas de trabalho, maior intensidade, sob a alegação de ter um salário, coisa que antes não tinha.

Em tempo de usina, a força de trabalho do canavieiro passa a equivaler o necessário para que o vendedor de tal mercadoria tenha o necessário para reproduzir-se na mesmíssima condição. Referimo-nos à sobrevivência, à reprodução material. E nos marcos da sociedade

moderna, sobrevivência confunde-se com salário, expressão monetária da mercadoria força de trabalho, isto é, o seu preço, que representa uma bizarra alíquota de seu valor.

Sendo correto esse raciocínio, admitamos sob todos os aspectos a inexistência da relação de identidade entre a remuneração do salário e a quantidade de trabalho empregada no processo produtivo nos canaviais ou em qualquer outro ramo da produção capitalista. Em *Salário, Preço e Lucro*, Marx ([1865] 2004) assegura que “[...] os salários dos trabalhadores não podem exceder o valor das mercadorias por eles produzidas [...]. Seus salários estarão limitados pelos valores dos produtos, mas os valores dos produtos não serão limitados pelos salários”. A esse respeito, como será constatável adiante, a atividade de quem se emprega no corte manual da cana-de-açúcar é exemplar dessa configuração.

A metamorfose do canavieiro em assalariado rural encontra ampla explicação no arcabouço categorial da crítica da economia política. As regras mais gerais empregadas no canavial passam a ser as modernas regras capitalistas. Preocupa ao usineiro a produção de mais-valia,⁷⁰ “lei geral” deste modo de produção cuja máxima é extrair lucro do valor gerado pelo trabalho não pago. Quanto mais trabalho não pago, melhor para o empresário-usineiro, sedento pelo presente diário que o canavieiro lhe oferece. O desejo do primeiro é extrair da força de trabalho o máximo que possa, mesmo quando a degradação das condições e relações de trabalho atinge níveis exorbitantes e, no limite, fúnebres.

Observemos que somente se aprofunda na pele do assalariado aquela pressão da qual o lavrador já era objeto: a pressão pela produtividade sob a interposição do modo de remuneração da força de trabalho. No raciocínio dos usineiros, como qualquer outro capitalista, as mercadorias veiculadas em sua propriedade (açúcar e álcool) devem obrigatoriamente propiciar-lhes vantagens, benefícios imediatos expressos na elevação da taxa de lucro. Não seria diferente com a mercadoria força de trabalho. O trato é o mesmo. Para tanto, o assalariado deve trabalhar mais que o necessário à sua reprodução material, produzindo muito mais do que o recebido sob a forma salário.

Na situação concreta da moderna produção canavieira, ao tempo em que o trabalho vivo transforma-se em capital, o empresário-usineiro se encarrega de traçar um modo de gestão e

⁷⁰ Com vistas à autovalorização do capital, conformam-se, no interior desse processo, dois métodos para a extração do mais-valor: i) mais-valia absoluta: consiste, grosso modo, no “prolongamento da jornada de trabalho para além do ponto em que o operário tinha produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, e a apropriação deste sobretrabalho pelo capital” (MARX, 1980, p. 585). Desta feita, gira em torno do alargamento da jornada de trabalho; ii) mais-valia relativa: neste caso, em se tratando da jornada de trabalho, com o objetivo de incrementar o sobretrabalho, tende-se a encurtar o tempo de trabalho socialmente necessário “[...] por intermédio dos quais o equivalente do salário do trabalho é produzido em menos tempo” (MARX, 1980, p. YZ).

controle da força de trabalho. Dentre as demandas daí provenientes, organizadas em conformidade com processo de produção efetivo, inclui-se a produtividade.

O que influi sinalizar aqui e agora é que desde a deflagração do processo de assalariamento no ramo agroindustrial canavieiro, no Brasil e na Paraíba, procede com intensidade uma tendência ao pagamento por produção. Assalariamento, nessa situação concreta, confunde-se com salário por produção. Isto reflete, ao mesmo tempo, uma estratégia de dominação do capital sobre o trabalho e um mecanismo de adensamento da taxa de lucro, o que sanciona a unidade entre a esfera da produção e da gestão da força de trabalho.

No mundo da usinagem do capital, enfim, as palavras de ordem são delimitadas com rigor: racionalização, competitividade, rentabilidade, contenção de gastos no processo produtivo. Pouco ou nada lhes comove o empobrecimento, o “atraso” das relações de trabalho no corte da cana e a intensificação da produtividade mediante arranjos que mais parecem instigar adoecimento e morte. As comoções do empresário-usineiro, idênticas a dos demais capitalistas, são as comoções do próprio bolso.

Ante esse conjunto de acontecimentos, não resta dúvida de que a era das usinas inaugura uma nova configuração do trabalho na produção canavieira. As reestruturações econômico-produtivas elencadas no capítulo anterior, articuladas ao desenvolvimento dos modos de expropriação do trabalhador, apontam para transformações de relevo na totalidade do processo produtivo usineiro. O investimento em capital constante e o movimento expansivo de assalariamento da força de trabalho ratificam modificações na composição orgânica do capital na agroindústria canavieira.

Entretanto, para manter coerência ao nosso ponto de partida, cumpre balizar o que há de “moderno” e o que há de manutenção do “arcaico” nesse percurso. Na articulação entre força de trabalho e relações de produção, o que é necessariamente “novo” e o que é exatamente “velho”?

De modo sistemático, em se tratando da dialética moderno-arcaico entre relações de produção e força de trabalho na produção canavieira na Paraíba e no Brasil, pode-se apontar para a seguinte síntese:

a) a modernização da produção canavieira, no instante em que assume uma feição trágica e associa capital e propriedade fundiária, imprime um processo de proletarização, já sinalizado por autores como Octávio Ianni e Manuel Correia de Andrade nas décadas de 1970-80;

b) tal tendência à proletarização, intensificada a partir do Pro-Álcool,⁷¹ expressa o movimento expansivo de uma forma “moderna” de exploração da força de trabalho que possui em si um elemento civilizatório comparado aos padrões pretéritos: o assalariamento. Segundo Moreira e Targino (1997), o número de trabalhadores assalariados (sobretudo temporários) na Zona da Mata paraibana cresceu em proporções aceleradas nessa onda modernizante que implantou destilarias autônomas, já com a primazia do álcool. Numericamente, entre 1970-80, na microrregião de João Pessoa o trabalho assalariado nos canaviais elevou-se na taxa de 62,7%. No Litoral Norte, 35,2%. E no Litoral Sul, microrregião de maior disseminação do Proálcool, o crescimento foi estrondoso: 223,2%;

c) o “moderno” trabalho assalariado convive, todavia, com o “atraso” dos métodos de exploração, como é o caso do pagamento por produção, confirmando o suposto contido no início desta seção e que será enriquecido com novos elementos nas páginas subsequentes;

d) esse novo tipo de trabalhadores nos canaviais, os assalariados, continuam subjugados à reprodução de episódios que muito recordam a condição escrava, portanto, “arcaica”. No geral, o processo de trabalho no corte de cana é praticamente o mesmo de outrora: cortar a cana, reuni-la em feixes, empilhá-las, amarrá-las. No fim das contas, o sol que queima a pele do escravo é o mesmo que queima a do assalariado. Na situação do segundo, que indiscutivelmente apresenta um salto em relação ao primeiro, não há chicote de capataz, mas há uma saga árdua para compor um salário que viabilize o mínimo para a reprodução material;

e) o conjunto dessa disritmia exhibe na arena do trabalho o circuito desigual e combinado da produção canavieira no Brasil e na Paraíba, porque a contradição entre a expansão científico-tecnológica e a manutenção de métodos de exploração “arcaicos” ou “semi-arcaicos”, ao contrário de constituir uma hipótese de pesquisa ou uma novidade, informa antes uma característica inerentemente histórica do modo de produção capitalista, cujos desdobramentos nas economias dependentes são reconhecidamente nefastos. Sob as determinações estruturais em vigor, é impensável escapar disso. É o velho novo e o novo no velho;

f) no caso da agroindústria canavieira, especialmente no Nordeste, incluindo a Zona da Mata paraibana, as reservas “arcaicas” destinadas às tarefas da agricultura são proporcionais às reservas “modernas” destinadas à indústria;

g) tornou-se ainda mais ampla a heterogeneidade interna dos trabalhadores do Complexo Agroindustrial Canavieiro da Paraíba, não só do ponto de vista geral, mas numa

⁷¹ Na análise de Torres (2009), isso se associa em grande medida à chamada “revolução verde”, iniciada nas décadas de 1960/1970, apoiada em mudanças tecnológicas no processo produtivo, substituindo muitos trabalhadores por máquinas, sobretudo na limpa da cana, no combate a pragas e doenças e no preparo do solo.

dimensão particular do trabalho na agricultura: o corte manual da cana-de-açúcar. Em tal atividade, os trabalhadores subdividem-se, no geral, entre assalariados agrícolas fixos (menor parcela) e temporários (maior parcela, contratada somente para o período da safra).

No desenrolar desses elementos estruturais e de longa duração, parece-nos que a relação entre força de trabalho e relações produtivas no setor canavieiro paraibano exhibe-se, enquanto reflexo da situação nacional, num fogo cruzado entre o “moderno” e o “arcaico”. As concretudes desse fogo cruzado não são outras senão as aqui elencadas.

Em síntese, a dialética moderno-arcaico na agroindústria canavieira da Paraíba, no que diz respeito ao trabalho dos cortadores de cana, se expressa na relação entre a expansão do assalariamento (uma forma moderna) e os métodos de exploração até hoje empregados (arcaicos), uma vez que o investimento em ciência e tecnologia (logo, em capital constante) restringe-se ao ambiente industrial, o que atesta, na agricultura, a prevalência da mais-valia absoluta.

3.2 O novo ciclo restaurador da cana-de-açúcar

Construímos até aqui os fundamentos teóricos e históricos que embasam a associação entre o “moderno” e o “arcaico” e as contradições entre forças produtivas e relações sociais de produção na agroindústria canavieira. Em termos históricos e econômicos, também situamos o leitor sobre a delimitação espacial desta pesquisa. De agora em diante, amparados por essa base, resta-nos a tarefa de analisar a dinâmica contemporânea, suas principais tendências no que diz respeito à configuração mais geral do setor sucroalcooleiro a fim de, em seguida, discutir com maior precisão suas repercussões sobre o trabalho dos cortadores de cana na Paraíba.

3.2.1. Tendências recentes do setor sucroalcooleiro no Brasil: retomada e auge

Em março de 2003, logo no início do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, foram comemorados os cinquenta anos da Volkswagen no Brasil. Uma grande festa, realizada em São Paulo (SP), reuniu empresários da indústria automobilística e do setor sucroalcooleiro, o novo Presidente da República e o então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, para lançar o primeiro veículo com tecnologia *Flex* no país: o *Gol Total Flex 1.6*. Algum prenúncio havia ali.

Sob um tom modernizante e hipoteticamente “sustentável”, argumentava-se o sucesso dessa tecnologia no mundo. Ao mesmo tempo, renovava-se a promessa de dias melhores para os empresários da cana, do açúcar e do álcool, após a crise dos anos 1990. Este fenômeno se explica por um conjunto de determinações internas e externas, dentre as quais se sobressaem, em nosso modo de entender:

i) a proporção da crise na esfera petrolífera e a consequente elevação do preço do barril, articulado a um cenário de escassez desse produto, expressa na chamada *crise energética mundial*;

ii) a elevação do preço do açúcar e do álcool no mercado internacional, no interior do *boom* das *commodities* – a elucidar uma tendência à “reprimarização” de economias dependentes (OSÓRIO, 2012);

iii) os tratados internacionais, como o Protocolo de Kyoto (1998), que exige a redução da emissão de gases que agravam o efeito estufa, como é o caso do gás carbônico;

iv) o amplo desenvolvimento e disseminação da tecnologia bicomcombustível (*flex fuel*), que requisitou um estrondoso aumento da demanda por álcool; dentre outras.

As raízes desse ciclo, no entanto, são pretéritas. Desde os anos 1970 – em virtude da crise e de suas sequenciais redefinições econômicas, produtivas e geopolíticas no desenvolvimento do capitalista –, discutia-se a difusão de alternativas aos derivados do petróleo. Isto por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, o fato de a esfera petrolífera ter assumido um peso preponderante no contexto da crise⁷² (HARVEY, 2005); e em segundo, a tendência do capitalismo ao longo do século XX em localizar na indústria automobilística um eixo de sua organização produtiva, assinalada por Gounet (1999) como “civilização do automóvel”, fenômeno típico do segundo pós-guerra.

O capital precisava dar respostas rápidas àquele momento recessivo. Diante disso, não custou muito tempo para que as grandes multinacionais da indústria automobilística reordenassem suas estratégias produtivas, de gerenciamento e gestão da força de trabalho. De maneira ágil, as montadoras desenvolveram um arcabouço com capilaridade de mercado e

⁷² A eclosão dessa profunda crise, rastejante e prolongada, associa-se ao exaurimento do padrão de acumulação taylorista-fordista. A propósito das determinações que balizaram esse contexto – afora as quedas na taxa de lucro, a intensificação da concentração e centralização de capitais, a hipertrofia na “bolha” financeira e o espraiamento do neoliberalismo (ANTUNES, 2009) – o crescimento vertiginoso do preço do petróleo e os embargos de exportação por parte dos árabes incidiram significativamente no reordenamento político e gerencial do capital, inegavelmente.

tecnologia de ponta. Daí a ideia de um veículo que possibilitasse a um só tempo o consumo de gasolina e de um combustível novo, “alternativo”,⁷³ até mais rentável, com base no álcool. Eis que o etanol – uma substância que pode ser utilizada em sua forma pura (álcool) ou misturada à gasolina (álcool anidro) – toma a cena. Para o capital, uma iniciativa “racional”, repleta de novidades e possibilidades do êxito lucrativo que reconstrói sob novas bases, intensivas e extensivas, a histórica monocultura da cana-de-açúcar no Brasil.

Com base nessas determinações, a agenda do etanol oriundo da cana-de-açúcar tomou fôlego na realidade nacional no trânsito à segunda metade dos anos 2000, no interior do *boom* das *commodities*. Nesse cenário, há a retomada e o auge do lugar de destaque dos derivados da cana na pauta exportadora e na dinâmica do mercado interno. Com a centralidade assumida pelo etanol, o início de século demarcou um novo ciclo restaurador do setor sucroalcooleiro.

No plano internacional, destacam-se as oscilações e a alta nos preços do petróleo incentivado por um contexto de tensões político-econômicas no Oriente Médio, à busca por fontes energéticas renováveis, o aumento do consumo da tecnologia *Flex* na China e na Índia e a agenda de “sustentabilidade ambiental” (LIMA, 2013; CARVALHO & CARRIJO, 2007). Já na conjuntura interna, aproveita-se o momento político e econômico favorável ao mercado de etanol. Desencadeia-se, especialmente a partir de 2005, “(...) um forte movimento do agronegócio canavieiro em diferentes frentes de expansão no território nacional, fazendo emergir novas (re)configurações geográficas e espaciais, tanto no âmbito do capital como do trabalho, tendo como grande aliado o Estado” (SOARES apud LIMA, 2013, p. 22).

O setor sucroalcooleiro é o ramo do agronegócio brasileiro que mais cresceu na década de 2000, ainda que a soja tenha sido a cultura mais plantada. Em 2005, a taxa de crescimento da produção de soja foi 1,3%, enquanto a produção de derivados da cana cresceu 26,7% (OMC, 2005). Este dado, de 26,7% ao ano, choca-se profundamente com a taxa média de crescimento anual do período de desregulamentação do Pro-Álcool, que girava em torno de parcos 5,7% ao ano (SHIKIDA; JÚNIOR, 2017). Por consequência, o ritmo de crescimento do etanol também tem sido extraordinário, contexto no qual o Brasil se mantém na condição produtora de 45% do etanol do mundo.

Lima (2013), ao analisar a estreita relação desse ciclo restaurador com a indústria automobilística, demonstra que no ano de 2009 quase 100% da venda de veículos no país foi

⁷³ Ao trilhar os caminhos da Revolução Verde do agronegócio, o etanol alçou legitimidade a partir do argumento de que “polui menos”. Para os que advogam essa posição, parcela significativa do gás carbônico lançado na atmosfera durante a produção é absorvido, em nosso caso, pela própria cana-de-açúcar no momento da fotossíntese – como se a totalidade do espaço se restringisse às áreas com plantação de cana.

do tipo *Flex*. Das vendas totais, somente 8,6% foi de automóveis movido a álcool ou à gasolina. De cada 100 veículos vendidos apenas 9 não incorporaram, nesse ano, a tecnologia bicomcombustível. Em meio a essas exigências produtivas, apenas em 2008, às vésperas do estopim da crise, o Brasil exportou 5.122,14 m³ de etanol – o maior quantitativo na exportação mundial de etanol –, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).⁷⁴

Por um lado, a produção de álcool oriundo da cana-de-açúcar incidiu positivamente na balança comercial nacional pela seguinte razão: equilibrou os preços dos combustíveis (consequência prática à chamada política de “popularização” do automóvel) e atenuou relativamente a importância do petróleo na segunda metade da década 2000, algo que não é insignificante numa economia dependente e que sofre, por isto, permanentes imposições imperialistas na esfera produtiva. Na outra face da moeda, porém, estão os irreparáveis danos sociais e ambientais provocados pela expansão da monocultura canavieira, particularmente expressas na exploração do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar.

Em termos objetivos, para que tamanho crescimento do setor sucroalcooleiro tomasse forma era necessário **i) ampliar territorialmente a produção** e **ii) intensificar a produtividade**. Foram estes os ingredientes do êxito da receita empresarial. Entre 2003 e 2015 a área destinada à plantação praticamente duplicou: de 5,3 milhões de hectares para 10 milhões de hectares (UNICA, 2015), tendo como principal eixo a região Centro-Sul (Sudeste/Centro-Oeste, na Mata e no Cerrado), cujo tamanho das lavouras, em dados comparativos, chega a ser cinco vezes superior ao tamanho do estado de Sergipe.

No relatório de acompanhamento da safra 2015/2016, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) reconhece que a cultura da cana-de-açúcar permanece em expansão. De acordo com esse documento, a região Norte/Nordeste manteve praticamente a mesma área para a safra de 2015 – em certa medida por conta da seca, que exigiu encerrar a colheita antes do previsto pelos usineiros. Já os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul aumentaram conjuntamente suas áreas de produção num total de 329,9 mil hectares.

Esses números, notavelmente estrondosos, tornaram-se possíveis graças à articulação orgânica e estrutural entre Estado e Capital. Em comparação aos anos 1990, reatou-se um fio interrompido, já que no último triênio da década 2000 o investimento atingiu a marca de 23 bilhões de dólares em 76 projetos para a construção de usinas de açúcar e etanol, e cerca de 10 bilhões de dólares na produção de açúcar (NEVES *et al.*, 2010).

⁷⁴ Cf. <<http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em 20 de jul. 2016.

Dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC) revelam que durante os governos Lula (2003-2010) os usineiros obtiveram 28,2 bilhões de reais em empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Só em 2010, por exemplo, foram R\$ 7,4 bilhões que financiaram desde o cultivo da cana-de-açúcar (R\$ 953 milhões) até a fabricação de açúcar e etanol (R\$ 5,6 bilhões) e a cogeração de energia (R\$ 665 milhões)” (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2011, p. 20).

Ao angariar crédito a juros mínimos, o agronegócio sucroalcooleiro constrói uma dívida não paga pelos seus proprietários, mas pelo Estado brasileiro e pelos assalariados em geral. Para Ramos (2011), sobretudo a partir da “modernização” do setor com a compra de máquinas para a colheita, os empréstimos fornecidos pelo BNDES configuraram uma dívida dos usineiros no montante de 40 bilhões de reais, apenas em 2009. Ano após ano, o empresariado da cana suplica perdão e rolagem da dívida ao Estado, mesmo lucrando milhões e arrecadando incentivos fiscais. E o Estado perdoa, cumprindo, em tal ocasião, seu papel de “comitê executivo para os negócios da burguesia” (MARX; ENGELS, 2012).

Essa configuração leva-nos a sinalizar que na dinâmica do capitalismo contemporâneo a cana-de-açúcar vai para além das fronteiras da questão agrária. Articula-se de modo uno, em proporções cada vez contundentes, à questão energética, costurando um ligamento que mantém em seu núcleo aspectos de combinação entre o desenvolvimento agrário e a política agroenergética – ou, como sustentam os “intelectuais orgânicos” da burguesia sucroalcooleira no Brasil, uma “política bioenergética”.⁷⁵ Estamos a tratar de dois componentes - terra e energia - que assumem uma posição estratégica no desenvolvimento das forças produtivas; em particular, num país que atualmente é o máximo produtor de cana-de-açúcar e um dos maiores produtores de petróleo e gás natural do planeta.

A esfera da produção, relacionada à geração de valor, ratifica essa ponderação. Nesta sociabilidade, a articulação entre o “agrário” e o “energético” constitui parte central da reprodução do capital, que a utiliza como forma de alavancar os índices de produtividade do trabalho no intuito de obter mais-dinheiro, produzindo uma extraordinária concentração de riquezas, à custa de uma brutal exploração dos trabalhadores, inclusive àqueles que historicamente estão subordinados a condições de trabalho que são limítrofes ao suportado pelo humano, como é o caso dos cortadores de cana-de-açúcar (IAMAMOTO, 2001; ALVES, 2006).

Esse cenário arrasta consigo o enredamento próprio do atual estágio do desenvolvimento capitalista. Quando se analisa o empresariado da cana, por exemplo, não se trata mais tão

⁷⁵ Convenhamos que o prefixo “bio”, que significa vida, em nada se associa a esse modelo que representa um projeto de morte.

somente do fazendeiro oligarca, do usineiro tradicional. Embora essa figura não tenha desaparecido, trata-se agora de um complexo que envolve em seu âmago a relação entre setores distintos do capital nacional e internacional, intercruzados no emaranhado da cadeia produtiva em questão: o agronegócio, a indústria automobilística e as empresas petrolíferas. Campo e cidade nas estruturas de dominação e apropriação. Produção agrícola e produção industrial, uma imbricada à outra. Capital e propriedade fundiária. Terra e energia, mais uma vez.

O componente energia, aliás, em função do papel que ocupa no desenvolvimento das forças produtivas,⁷⁶ demanda mediações na análise aqui trilhada. Possui cariz estratégico, participe da disputa hegemônica, de permanente interesse das classes sociais em luta.⁷⁷ Ao contrário do que pode sustentar certo pensamento sectário de matriz primitivista ou ambientalista – que por vezes chega a negar a relevância da ciência e da tecnologia –, parte-se do entendimento que a geração de energia traduz avanços significativos à satisfação das necessidades sociais historicamente construídas. Na medida em que gera riqueza, possui a capacidade de estar a serviço da humanidade, desde que realocada em outros patamares.

Na sociabilidade em vigor, que possui na alienação um componente elementar, é evidente que a energia não fugiria às determinações da “imensa coleção de mercadorias” (MARX, 1980). Fulcral à reprodução do capital, é utilizada como forma de acelerar a produtividade do trabalho. As grandes disputas por petróleo e gás natural provam exatamente isso. Não é do acaso que a questão energética tem instigado conflitos e guerras desde o século passado, dado seu peso econômico e geopolítico.⁷⁸

No instante em que a energia é afirmada na condição de mercadoria – assim como a terra –, é negada enquanto bem público. Daí decorrem disparidades alarmantes, típicas de uma sociedade erigida pela primazia do lucro. A lógica da “energia como mercadoria” está presente na totalidade do processo que a envolve: na geração, na transmissão e na distribuição. Ao se prezar pelo lucro e pelo dito “progresso” econômico, distancia-se de qualquer preocupação real

⁷⁶ Afinamo-nos com Lukács (2008, p. 161-162) nesse pano de fundo mais geral, ao ponderar que: “(...) o desenvolvimento das forças produtivas provoca diretamente um crescimento das capacidades humanas, mas pode, ao mesmo tempo e no mesmo processo, sacrificar os indivíduos (classe inteiras)”. Por isso, “o desenvolvimento das forças produtivas e necessariamente também o desenvolvimento das capacidades humanas, mas – e aqui emerge plasticamente o problema da alienação – o desenvolvimento das capacidades humanas não produz, obrigatoriamente, aquele da personalidade humana”.

⁷⁷ Durante a escrita deste capítulo, em meios aos sequências ataques do Golpe de Estado em curso, quatro usinas hidrelétricas do estado de Minas Gerais foram leiloadas a um preço medíocre de 12 bilhões de reais. A informação revela que há uma retomada do neoliberalismo ortodoxo no Brasil, interessada, por razões óbvias, em pôr nas mãos das empresas privadas setores estratégicos da economia até então coordenados pelo Estado.

⁷⁸ Cf. <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151203_conflitos_mundiais_petroleo_lgb_gch>. Acesso em 18 mar. 2018.

com consequências sociais e ambientais – até mesmo porque, no caso dos trabalhadores canavieiros, eles não comem o que produzem.

Em tempos de capital fetiche (IAMAMOTO, 2007), a produção energética está cada vez mais amarrada ao grande capital internacional vinculado à especulação. Nos dias de hoje, visualiza-se a olho nu o crescimento acelerado das grandes corporações empresariais na exploração sobre nossas riquezas, de acordo com os fins do atual modelo energético. As transnacionais controlam o setor e por consequência apropriam-se privadamente de seus resultados.⁷⁹

Partícipes do processo da mundialização, as estruturas do Estado-nação são tendencialmente capturadas pelas grandes empresas privadas. Até mesmo as poucas agências reguladoras estatais que ainda existem estão a serviço dos interesses capitalistas. Eis porque o problema central da energia é a política energética adotada, que em se tratando de uma economia dependente fundada no “atraso” do latifúndio, jamais será desconexa do modelo de desenvolvimento agrário encaminhado. Com exatidão, isto denota uma estreita relação com a produção de cana-de-açúcar, atualmente destinada, em termos majoritários, ao etanol - e, portanto, à produção energética.

Colocados os termos nos devidos lugares, torna-se importante delimitar que no caso brasileiro o modelo energético submerge consigo duras marcas herdadas da formação econômico-social do país. Ao conjugar traços autoritários e tecnocráticos, nos marcos da quadra histórica neoliberal, a política energética e agroenergética em curso, centrada na viabilização da transferência de valor⁸⁰ - e, por seu turno, na reprodução da dependência estrutural que nos acomete -, é amplamente determinada pela agenda do capital financeiro e de seus mecanismos de intervenção.

⁷⁹ Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as principais corporações mundiais que dominam esse ramo hoje são: Suez Tractebel, AES, Odebrecht, Queiroz Galvão, Iberdrola, Vale, Alcoa, Billiton, Alstom e Siemens. Cf. <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atual-modelo-energ-tico-brasileiro>>. Acesso em 12 dez. 2016.

⁸⁰ Conceito que tem sido discutido especialmente pelos pesquisadores mais contemporâneos vinculados à versão marxista da Teoria da Dependência, num intuito de aprofundar aquilo que Ruy Mauro Marini, um dos fundadores dessa corrente do pensamento social crítico latino-americano, chamara de *trocas desiguais* entre as Nações do centro e as da periferia. Em termos gerais, a transferência de valor procede por meio da exportação estrutural de recursos mediante dividendos, remessas de lucros, royalties e pagamento de juros. Numa explicação mais encorpada, Carcanholo e Saludjian (2014, p. 05) destacam que: “A lei do valor, no plano da economia mundial, implicaria que economias que possuem capitais com produtividade abaixo da média mundial tenderiam a produzir mais valor (valor individual mais elevado por conta da menor produtividade na produção da mercadoria em questão) do que realmente conseguem se apropriar (uma vez que a venda tende a se dar pelo valor de mercado, isto é, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria, que inclui também os capitais que produzem com maior produtividade, ou seja, com valor individual menor). Este desnível na produtividade de mercadorias que são produzidas tanto em uma (economia central) quanto em outra (economia dependente) permite um primeiro mecanismo de transferência de mais-valia produzida na última que é apropriada/acumulada na primeira”.

Em especial desde o período da instituição do Pro-Álcool, o Brasil vem diversificando sua matriz energética. O Estado tem se empenhado, junto ao empresariado, em ampliar a produção e a oferta de energia nuclear, de gás natural e, destacadamente, de fontes renováveis de energia, como é o caso do etanol. Conforme dados do Ministério de Minas e Energia (MME), a atual Oferta Interna de Energia (OIE) do Brasil é composta por 58,8% de fontes não renováveis e 41,2% de fontes renováveis⁸¹ (BRASIL, 2016).

Na vastidão da questão energética, interessa-nos a demarcação de sua interface com a agricultura: a assim chamada “política agroenergética”, alistada à produção de “bioenergia”, cujo foco é o etanol. Parece-nos impossível entender a restauração do setor sucroalcooleiro nos anos 2000 sem fazer referência a esse fenômeno; ou, mais que isso, sem analisá-lo no sentido de identificar suas principais contradições e tendências, bem como suas consequências imediatas e históricas sobre os trabalhadores.

Face às movimentações do mercado internacional, o Estado brasileiro tem se empenhado de modo rigoroso no aprofundamento da difusão de alternativas aos derivados do petróleo. Comprou-se por completo, sob o engodo da “energia limpa”, a tese do etanol como “menino dos olhos”, satisfazendo aos anseios da indústria automobilística, do agronegócio e das empresas petrolíferas, uma vez que perante a crise energética mundial estas têm investido esforços noutras fontes de combustível. O Estado, portanto, reingressa em cena. Não necessariamente para regulamentar, como no caso do IAA e do PROÁLCOOL, mas para incentivar o reerguimento do setor e, com isso, inserir de modo mais competitivo a nossa economia no mercado internacional.

No interior da tendência à reprimarização, os holofotes voltaram-se largamente para a produção de cana, açúcares e álcoois, numa permanente conjugação entre economia e política. No campo da política externa, por exemplo, elaborou-se uma linha que possuía como ponto condutor a ampliação das exportações. Por vezes, o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, encarregou-se pessoalmente em fazer negociações, acordos e viagens, com o desígnio de consolidar parcerias estratégicas para o setor sucroenergético.

Na agenda interna, as movimentações jurídicas e político-econômicas caminharam em direção ao fomento da *Agenda de Agrocombustíveis*. Um documento oficial, em específico, estabeleceu as orientações gerais para a movimentação do governo brasileiro. Trata-se das *Diretrizes de Política de Agroenergia* (2005),⁸² construídas de modo interministerial,

⁸¹ Do total, 16,9% é proveniente dos derivados da cana-de-açúcar (BRASIL, 2016).

⁸² O Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011), elaborado pela Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA, reitera operativamente essas diretrizes.

abrangendo quatro pastas estratégicas: i) Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ii) Minas e Energia; iii) Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; iv) Ciência e Tecnologia.

Com certo teor futurista e desenvolvimentista, alimentado na promessa de geração de emprego e renda - o que não é de todo uma inverdade, posto que haja mais de um milhão de trabalhadores empregados nesse setor, dos quais 300 mil, em média, são cortadores de cana-de-açúcar (REPÓRTER BRASIL, 2014) -, esse documento discute a crise energética mundial e propõe fontes de energias sucedâneas ao carbono fóssil, principal base energética há aproximadamente duzentos anos. Nessa perspectiva, o texto exalta as benesses geográficas e naturais do país para o crescimento de fontes energéticas renováveis. Tenta aliar a construção de uma alternativa à dramática situação energética do planeta aos “quereres” do mercado internacional, sob o argumento da “sustentabilidade”.

Nos termos do próprio documento:

O País é reconhecido pela sua liderança na geração e implantação de tecnologia de agricultura tropical, associada a uma agroindústria em franca expansão. Isso viabilizou a implantação do parque sucroalcooleiro, reconhecido como o mais eficiente do mundo, em termos de tecnologia de processo e de gestão (BRASIL, 2005, p. 06).

As *Diretrizes...* não deixam margens de dúvida no que diz respeito aos princípios sob os quais está assentada. Na íntegra, a tônica é a do mercado com responsabilidade social e ambiental [*sic*]. Volta e meia, propagandeia o Brasil para o capital externo como um “bom lugar” para se investir no ramo sucroalcooleiro, com o adendo de que o Estado facilitará ao máximo as condições para isso.

Isto representa uma novidade em relação ao século passado. Até os anos 1990, a participação de empresas estrangeiras na indústria da cana-de-açúcar no Brasil era ínfima, até mesmo insignificante – sobretudo se comparado a outros setores estratégicos da economia. De 2005 para cá, na esteira daquilo que Emília Moreira (2011) identifica como processo de “estrangeirização das terras”, a participação do capital externo no setor sucroalcooleiro “nacional” elevou-se de maneira absurda. São 25 empresas de fora que aceleraram na velocidade máxima seus investimentos no Brasil, valendo-se das circunstâncias econômicas conjunturais favoráveis, especialmente a partir de 2008. São cinco grupos dos Estados Unidos (*Adecoagro*, *ADM*, *Brazil Ethanol*, *Bunge* e *Cargill Inc*), três do Japão (*Mitsubishi*, *Mitsui* e *Sojitz Corporation*), três da França (*Louis Dreyfus*, *Tereos* e *Sucden*), dois da China (*Noble Group* e *Kuok*), dois da Inglaterra (*Clean Energy* e *Infinity Bio-Energy*) um da Espanha

(*Abengoa*), um da Suíça (*Glencore*), um da Índia (*Sugars*) e um da Noruega (*Umo*) (COSAN, 2011).

Estas grandes empresas apossaram-se das terras do país para lucrar à custa de nossos recursos naturais e do uso de condições e relações de trabalho em condições escravas, tal como analisamos. Com determinações novas, a dimensão assumida por essa configuração radicaliza a questão agrária (em seu nó com a questão energética), sendo esta uma manifestação multissecular da “questão social” no Brasil.

Em se tratando da conjuntura brasileira nos anos 2000, não é de se estranhar que medidas político-econômicas extremamente favoráveis ao capital venham acompanhadas da semântica da “conciliação de classes”,⁸³ intermedida pelo Estado, como se tudo fosse bom para todos, indistintamente. No texto das *Diretrizes...*, outros motivos também são justificados como relevantes pelo governo brasileiro. De exemplo, o crescimento do emprego formal no campo, a diminuição do êxodo rural e a relativa queda nos índices das desigualdades regionais.

Outro aspecto que chama a atenção na análise desse documento é a coesão e a coerência entre a proposta empregada e os eixos estruturantes da economia nacional. Na visão oficial do Estado, a materialização da expansão da agroenergia implica o alinhamento de diversas políticas localizadas na esfera macroeconômica, como no caso das políticas tributária, agrária, creditícia, fiscal, energética, de ciência e tecnologia, ambiental, industrial, de comércio internacional e de relações exteriores. Todas estas políticas devem, de maneira internamente articulada, falar a mesma língua e rezar o mesmo credo. Exemplo disso são os moldes tributários que privilegiam projetos empresariais de agroenergia que estão em fase embrionária e supostamente carecem de “incentivos estatais” para sua viabilização econômica. Acontecimentos da cumplicidade entre o Estado e o Capital. O documento arremata sem mais nem menos que:

A consecução de metas ambiciosas na agroenergia pressupõe investimentos ponderáveis em logística, uma política de atração e fixação de capitais internacionais, a segurança patrimonial e contratual dos investidores, as condições para ampliação da oferta de matéria-prima e uma política de Ciência e Tecnologia que consolide o Brasil na fronteira da tecnologia do agronegócio tropical. Essas intervenções necessitam ter o caráter de perenidade, pois a maturação das metas na agroenergia ocorre, necessariamente, no longo prazo. A competitividade dos produtos da agroenergia, no nosso mercado interno e no internacional, é função direta dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico e em logística (BRASIL, 2005, p. 04).

⁸³ A esse respeito, no campo do marxismo, há um acúmulo amplo, heterogêneo tanto em termos da análise de conjuntura quanto em suas consequências políticas. Ver Castelo (2013), Gonçalves (2010), Stédile (2015) e Boito Jr. (2014).

Nesse ínterim, ainda no contexto das *Diretrizes...*, há quatro vetores fundamentais que se envolvem no processo de implementação: i) álcool; ii) biodiesel; iii) florestas energéticas cultivadas; iv) resíduos agroflorestais. Interessa-nos de modo direto, nesta ocasião, o álcool (o etanol oriundo da cana-de-açúcar) – pelo objeto aqui tratado, é claro, mas também pelo peso econômico desse vetor na dinâmica econômica nacional.

Em linhas gerais, é viável afirmar que o lugar ocupado pelo etanol na atual política de agroenergia do Brasil baseia-se no sustentáculo que possui como pilares fundamentais a demanda interna e a demanda externa. De acordo com Moreira e Targino (2009), a demanda interna é garantida por meio de dois mecanismos básicos: i) a obrigatoriedade da mistura do etanol na gasolina, num percentual de 25%; ii) no alargamento da produção de automóveis com a tecnologia bicomustível. A demanda externa, por seu turno, demonstra-se crescente a partir 2008, com a elevação do preço do petróleo.⁸⁴

O aprofundamento de uma política estatal-empresarial voltada para o etanol foi motivo direto para o crescimento vertiginoso das plantações de cana-de-açúcar nas regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)⁸⁵, a produção canavieira atingiu em 2013 seu recorde: 670 milhões de toneladas (IBGE, 2014), um aumento de aproximadamente 142% em relação ao início dos anos 2000 (MAPA, 2014). É tanto que, desde 1975, quando da instituição do PROÁLCOOL, o ritmo da produção praticamente só cresce, intensificando-se de modo particular nos anos 2000.

Do ponto de vista das requisições internacionais, o mercado europeu é elucidativo. Entre 2006 e 2010 o consumo de combustíveis “renováveis” na zona do euro saltou de 5,9 milhões de toneladas para 12,6 milhões de toneladas, representando uma alta de 113%. Os Estados Unidos, por sua vez, projetam para 2022 um consumo de 136 bilhões de litros de biocombustíveis, um volume três vezes maior em relação ao consumo atual do Brasil, que é de aproximadamente 25 bilhões de litros (safra 2010) (CONAB, 2014).

Mesmo com a crise, essa dinâmica mantém-se em alta de lá para cá, afora uma relativa queda no açúcar ou no etanol entre 2013 e 2015 por razões climáticas ou negociações político-econômicas com outros países. Os dados abaixo, relacionados à exportação, extraídos de organismos oficiais, ratificam o ciclo restaurador da produção sucroalcooleira.

⁸⁴ O preço do petróleo entre 2008 e 2017 possui oscilações que apresentam mediações novas para o debate. Contudo, os limites deste trabalho não nos permitem avançar, agora, em tal questão.

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar>>. Acesso em 24 nov. 2017.

Tabela 3 - Exportação brasileira de etanol e açúcar por continente-destinatário (por volume de exportação e mil. litros e toneladas, respectivamente)

Continente/Produto	Etanol			Açúcar		
	2012/2013	2014/2015	2015/2016	2012/2013	2014/2015	2015/2016
Ásia	552.323	840.838	944.986	13.343.514	12.983.036	13.369.284
Europa	126.915	10.836	130.616	4.168.733	2.402.755	1.846.790
América	2.923.909	745.560	995.347	2.399.076	2.123.242	1.969.502
África	114.189	69.006	88.144	7.974.235	7.261.809	7.587.054
Total	3.717.485	1.666.389	2.159.242	20.736.246	24.803.503	24.862.464

Fonte: SECEX (2016), UNICA (2017).

Elaboração própria. Março/2018.

Postos em relação, esse conjunto de dados aponta para a unidade que conjuga o êxito de mercado do setor sucroalcooleiro nos anos 2000 e sua propaganda ideológica fundada no mito da “energia limpa”, conforme apontado em momento anterior. Exaltado por essa aura e pelas facilidades historicamente moldadas por um país como o nosso para a produção e exportação de produtos primários, a cana-de-açúcar continua a assumir a condição de “menino dos olhos” das políticas de Estado da última década, tornando-se o núcleo da política agroenergética. Convém saber, no entanto, quanto custa tudo isto aos trabalhadores que atuam nesse setor. Há, sem sombra de dúvida, um “custo social” da restauração sucroalcooleira no Brasil contemporâneo.

Sistematicamente, podemos configurar quatro principais tendências do setor sucroalcooleiro no período em análise: a) elevação na dinâmica de concentração e centralização de capitais, integrando capitais já formados e suprimindo empresários de menor porte; b) valorização da propriedade fundiária (IAMAMOTO, 2001), ao passo em que se assegura a lógica sócio-espacial de produção e reprodução típica da sociedade moderna, além de expandir territorialmente a cultura da cana-de-açúcar para regiões que até então a desconheciam, como a Amazônia e o Cerrado; c) estrangeirização das terras (MOREIRA, 2011), fazendo com que parte das propriedades sequer pertençam ao capital interno; d) intensificação do trabalho, ao passo em que acirra as expressões da “questão social” nesse universo, conforme sinaliza Tavares (2009), a atingir particularmente os trabalhadores que atuam no corte manual da cana-de-açúcar.

Articuladas de modo unitário, as tendências em voga reatualizam o circuito desigual e combinado da produção canavieira no Brasil. O mais alto grau modernizante atingido pelo setor efetivamente não abre mão da herança “arcaica” que o constitui. Como desdobramento desse cenário, a realidade parece indicar, ainda, dois movimentos da maior importância:

1º) num movimento misto capital local/capital estrangeiro, consolidou-se no Brasil um bloco capitalista da “energia limpa”. Trata-se de uma profunda aliança entre três tipos de capitais, que se inter cruzam no “êxito” produtivo do setor sucroalcooleiro: 1) a indústria automobilística, cuja pretensão óbvia é a permanência desse modelo de elevada produção de carros, pré-requisito para a elevação de sua taxa de lucro; 2) as empresas petrolíferas, que almejam, perante a crise energética mundial, atenuar a dependência do petróleo; 3) o agronegócio, no intuito de continuar monopolizando a produção mundial de produtos agrícolas;

2º) no que tangencia as tendências em torno das forças produtivas e das relações de produção no interior desse setor, a configuração atual põe em patamares mais elevados as exigências de produtividade, tornando mais complexas as relações rural/urbano, moderno/arcaico, indústria/agricultura.

Este movimento será problematizado em seus pormenores no capítulo a seguir e interessa à construção real da problemática do objeto aqui proposto. É no interior dessa dinâmica que se tornará viável responder às determinações das diversas estratégias e mecanismos de utilização da força de trabalho na particularidade da zona canavieira da Paraíba, que encontra no aumento da produtividade um eixo absolutamente fundamental. Antes disso, porém, torna-se importante expor as incidências desse panorama nacional sobre o estado da Paraíba.

3.2.2 Configuração atual do setor sucroalcooleiro na Paraíba

No global, a dinâmica do setor sucroalcooleiro paraibano nos anos 2000 acompanha o ritmo das tendências nacionais que foram operadas. Converte-se enquanto ilustração particular do cenário geral. Todavia, esta afirmação não autoriza a análise da realidade da Paraíba de modo estanque, até mesmo porque está em debate um estado situado no Nordeste brasileiro, região marcada por traços de heterogeneidade e complexidade (BACELAR, 1993) nos marcos da expansão capitalista no Brasil. Admiti-las implica o reconhecimento de particularidades das estruturas produtivas erigidas nas mais distintas regiões, conforme as demandas da acumulação de capital.

A nova onda expansiva experimentada pelo setor sucroalcooleiro nos anos 2000 apresenta diferenças significativas em relação aos ciclos anteriores. Não somente no que diz respeito ao universo do trabalho, mas também aos elementos internos da organização capitalista nesse ramo. É no contexto deste início de século que se consolida, de fato, a reestruturação produtiva no CAI canavieiro.

Nota-se que enquanto no eixo Centro-Sul as usinas e destilarias avançaram na aquisição de maquinários, inserindo a colheita mecanizada, preserva-se no eixo Norte-Nordeste a predominância do corte manual, revelando um desdobramento prático do conteúdo assinalado pela primeira seção deste capítulo. Em matéria divulgada no jornal *Folha de São Paulo* (03 jul. 2017) que no Centro-Sul o “boia-fria” é personagem ultrapassado e que os saltos tecnológicos, supostamente sustentáveis, têm atingido avanços nos mínimos detalhes da totalidade produtiva, como no caso dos caminhões robotizados, que dispensam o motorista. Enquanto isso, no Norte-Nordeste a colheita mecanizada não atinge sequer 4% do total da produção.⁸⁶

Sob o prisma da chamada “questão regional”, este elemento demanda uma investigação mais cuidadosa. Por enquanto, na condição de ilustração, basta reter que as evidências empíricas insinuam uma inequívoca distinção na estrutura produtiva do setor sucroalcooleiro entre estados do Sudeste e um estado como a Paraíba, situado no Nordeste – dado que confirma a atualidade tese de Oliveira (1987) sobre o “desenvolvimento desigual inter-regional”.

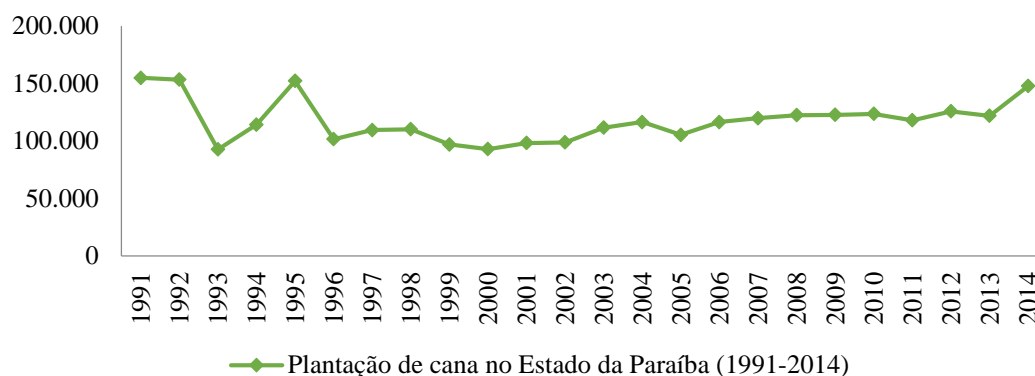
Quando o mercado da cana-de-açúcar se encontra em estado de euforia, essa diferença qualitativa no âmbito da produção apresenta-se de modo ainda mais aberto. É a situação deste início de século, antítese e síntese da crise enfrentada pela economia açucareira durante toda a década de 1990, quando a quantidade de cana produzida na Paraíba caiu pela metade: de oito milhões de toneladas, em 1990, para quatro milhões, em 2000 (TARGINO et al., 2010).

Nesse estado, especialmente a partir de 2004, as taxas de crescimento voltaram a um ritmo célere. Os métodos empregados nesse estado seguiram a mesma receita nacional: ampliação das áreas com cultivo + intensificação da produtividade.

Os números expostos no gráfico (01) abaixo apresentam a evolução da área plantada com cana-de-açúcar, em hectares, entre o período de crise e o novo ciclo restaurador.

Gráfico 1 - Área plantada com cana-de-açúcar na Paraíba (1991-2014), em milhares de hectares/ano.

⁸⁶ Disponível em: <<https://www.novacana.com/n/cana/colheita/totalmente-mecanizada-lavoura-cana-caminhao-motorista-030716/>>. Acesso em 21 fev. 2018.

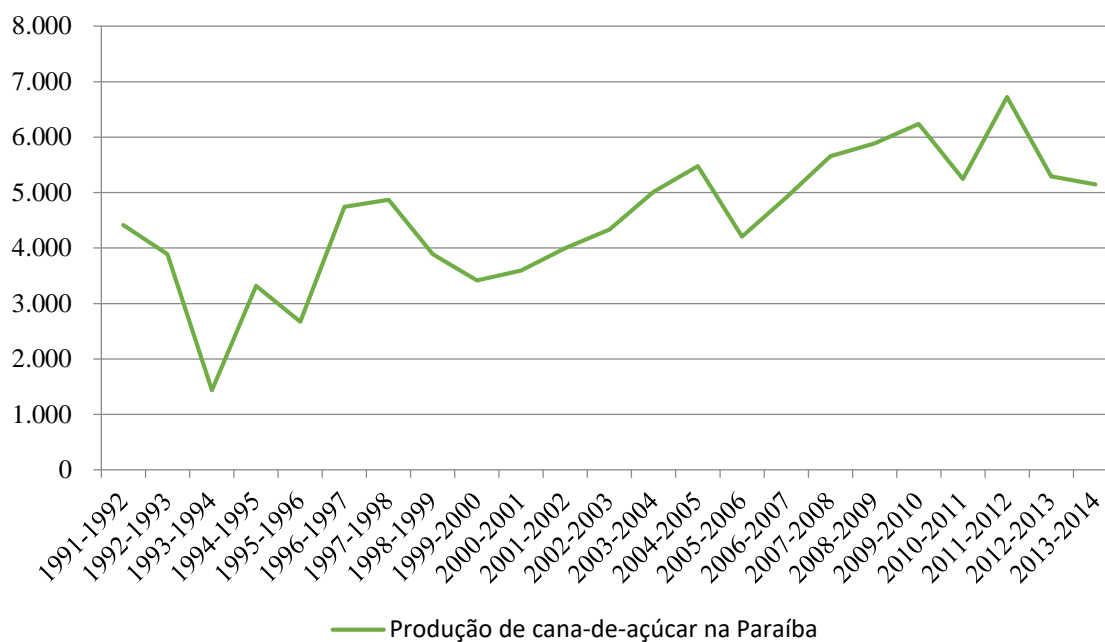


Fonte: UNICA (2015)
Elaboração própria. Abril/2016.

Entre 2003 e 2014, a elevação de área plantada com cana-de-açúcar no estado cresceu 32,4% (de 111.716 ha para 147.975 ha). A previsão de produtividade por hectare deu um verdadeiro salto: passou de 43.180kg por hectare para 46.675kg por hectare, ou seja, 8,10% a mais do que no ano de 2013. Já a área destinada à colheita do produto em 2014 foi de 122.070 ha, sendo que o rendimento médio foi de 49.927kg por ha. Isso porque a produção de cana na Paraíba sofre a limitação da extensão da principal área física produtora, além de algumas dificuldades relacionadas à topografia, clima, fertilidade do solo e baixo nível tecnológico empregado em ramos da linha produtiva, segundo demonstram Paixão e Fonseca (2011).

A projeção ascendente verificada no plantio e na colheita também se expressa nos índices relacionados à produção (de açúcar e etanol) e à exportação. Numa comparação entre este início de século e os anos 1990, a magnitude do aumento é patente. O gráfico 02 demonstra, safra a safra, a evolução da produção especificamente da cana na Paraíba.

Gráfico 2 - Evolução da produção de cana-de-açúcar na Paraíba (em milhões de toneladas)



Fonte: UNICA (2015)
Elaboração própria. Abril/2016.

Vejam os que entre o pico mais acentuado do declínio do Pro-Álcool (safra 1993/1994) e a safra de 2013 a produção aumentou **268%**. A elevação é estrondosa. Segundo a Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2013, realizada pelo IBGE, foram produzidas 6.094.359 toneladas do produto em 2013, dado que reflete um aumento de 3,9% em relação a 2012. Os dados da pesquisa do IBGE revelam, ainda, que o valor da produção em 2013 atingiu em dinheiro R\$ 386 milhões.

Tais números são valiosos à economia paraibana, chegando a corresponder o equivalente a $\frac{1}{4}$ do PIB estadual (TARGINO et al., 2010). Em função disso, conforme as atuais “regras do jogo”, aprofunda-se a relação entre Estado e capital, ambos interessados na nova onda expansiva do setor sucroalcooleiro na Paraíba. Alimentados pela política nacional de agroenergia, a produção canavieira tem recebido ao longo desse estágio incentivos materiais significativos, expressos nas inúmeras isenções fiscais e no quase compulsório acesso ao crédito para investimento fornecido por bancos que possuem interferência estatal, como Banco do Brasil (BB) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Nessa direção, a Paraíba, subordinada às regras gerais do novo ciclo restaurador da cana-de-açúcar, possui

o crescimento da demanda interna [...] assegurado através de dois mecanismos básicos: a obrigatoriedade da mistura do etanol na gasolina, em um percentual de 25%, e a expansão da frota dos automóveis *flex fuel*. A demanda externa apresenta-se crescente na atual conjuntura de elevação do preço do petróleo e mesmo esse voltando ao patamar de preço aceitável, como já ocorrido (em

2009), o governo brasileiro lança esforços para vender esse produto no exterior, aumentando assim as exportações (TARGINO et al., 2010, p. 124).

O crescimento da produção, da exportação e a elevação da produtividade do trabalho têm se convertido em tendências inequívocas da dinâmica capitalista no setor sucroalcooleiro na Paraíba. Os proprietários de usinas e destilarias permanecem na condição de importantes atores do poder político-econômico no cenário estadual.⁸⁷ Disputam o Parlamento,⁸⁸ o Executivo e o Judiciário, característica obtém realce ao longo dos últimos anos, já que os empresários desse ramo gozaram de maior prestígio político em decorrência de suas sucessivas vantagens econômicas, embora esta articulação seja muito mais complexa do que parece. Discuti-la, aliás, remete obrigatoriamente à necessidade de apreensão das modificações recentes no perfil do empresariado. Trata-se de uma caracterização repleta de lacunas e que demanda o empreendimento de pesquisas em torno desse segmento da burguesia agroindustrial.⁸⁹

A conformação empresarial/patronal do agronegócio sucroalcooleiro da Paraíba dos anos 2000 demonstra algumas novidades em relação aos anos 1990. Ao analisar as fontes documentais, e mesmo durante a pesquisa empírica, tivemos dificuldade em delimitar com maiores detalhes tal configuração. Conseguimos sistematizar, no entanto, as unidades produtoras em funcionamento, os municípios em que estão localizadas e seus respectivos grupos proprietários.

Quadro 3 - Unidades produtoras de cana, açúcar e álcool na Paraíba (2017)

Nº	Unidade	Município	Grupo Empresarial/Proprietário
01	Japungu Agroindustrial S/A	Santa Rita	Grupo Japungu/Família Cavalcanti Mello
02	Agroval Agroindústria Vale do Paraíba Ltda.	Mamanguape	Grupo Japungu/Família Cavalcanti Mello
03	Destilaria Miriri S/A	Santa Rita	Grupo Miriri/Família Cavalcanti de Morais Sobrinho
04	Companhia Usina São João	Santa Rita	Família Ribeiro Coutinho

⁸⁷ Ao acompanhar as notícias do setor sucroalcooleiro paraibano durante a elaboração da dissertação, acessamos uma situação que ilustra com exatidão esse aspecto: em janeiro de 2018, o Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) participou de uma reunião com os usineiros na ASPLAN-PB. Na ocasião, o senador reiterou seu apoio aos usineiros e apresentou propostas que podem ser visualizadas na íntegra na seguinte matéria: <<http://www.paraibaradioblog.com/2018/01/29/cassio-reitera-apoio-ao-setor-sucroalcooleiro-da-paraiba/>>. Acesso em 15 fev. 2018.

⁸⁸ Cf. <<http://www.portaldolitoralpb.com.br/nome-de-representante-da-tabu-surge-para-concorrer-nas-eleicoes-de-2016-em-caapora/>>. Acesso em 04 jan. 2016.

⁸⁹ Abre-se a partir deste estudo a possibilidade de investir, noutra oportunidade, maiores esforços investigativos sobre as atuais relações empresariais que regem o setor sucroalcooleiro e os impactos destas redefinições sobre o processo de acumulação.

05	Una Açúcar e Energia Ltda. – Filial	Sapé	Grupo Una/ Luiz Antônio B. de Queiroga Cavalcanti e Luiz Humberto Martins Leite
06	Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S/A – Biosev	Pedras de Fogo	Louis Dreyfus Commodities
07	Pemel – Empreend. Agroind. e Com. Ltda.	Rio Tinto	*
08	Agroindustrial TABU Ltda.	Caaporã	Família Araújo
09	Usina Monte Alegre S/A	Mamanguape	Grupo Soares de Oliveira
10	Destilaria Macaíba	Areia/Alagoa Nova	Empresa Brasileira de Bebidas Ltda.

Fonte: FETAG (2017); UNICA (2017).

Elaboração própria. Outubro/2017.

*Não identificado.

Destas, seis produzem somente etanol: Miriri, Pemel, Japungu, Louis Dreyfus Commodities, Tabu e Una; duas aplicam produção mista, de açúcar e álcool: São João e Monte Alegre; e somente uma produz exclusivamente açúcar: a Agroval (MAPA, 2016; PAIXÃO, 2011).

Observados os índices produtivos, verifica-se que o município de Santa Rita (com três unidades produtoras), por muito tempo conhecido como “Rainha dos Canaviais”, cede lugar à Pedras de Fogo, que possui somente uma unidade. A substituição justifica-se, hipoteticamente, pelo processo de estrangeirização das terras. É no mínimo intrigante que a única usina pertencente ao capital externo na Paraíba seja a que mais produz. É o que se pode constatar a partir da tabela (04) abaixo, organizada a partir dos dez municípios que mais produzem cana-de-açúcar no estado:

Tabela 4 - Quantidade de cana-de-açúcar produzida (em toneladas) nos dez maiores produtores da Paraíba (2016)

Município	Quantidade (t)
Pedras de Fogo	1.300.000
Santa Rita	990.000
Sapé	935.000
Rio Tinto	654.500
Mamanguape	506.000
Cruz do Espírito Santo	387.000
Juripiranga	280.000
Caaporã	239.250
Alhandra	189.000
Mataraca	170.500

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal (2016).

Elaboração própria. Fevereiro/2018.

De modo geral, as informações aqui reunidas possibilitam uma visão panorâmica da dinâmica do setor sucroalcooleiro hoje, no Brasil e na Paraíba. Revela as alternativas construídas pelos empresários num contexto em que se abre uma janela de oportunidade para a ampliação de suas bases intensivas e extensivas, radicalizando tanto a estrutura latifundiária quanto a monocultura.

Se sob certa angulação esta caracterização econômica já possibilita listar as principais tendências que acometem o novo ciclo restaurador da cana-de-açúcar, é igual correto ponderar que a efetiva realização de tais tendências somente obtém um sentido mais preciso quando considerada a configuração do trabalho. A riqueza contida nos dados apresentados durante esta seção será da maior importância quando, na exposição desta pesquisa, ganhar centralidade a discussão em torno das transformações do trabalho assalariado no CAI canavieiro da Paraíba nas décadas de 1990 e 2000.

CAPÍTULO III

Transformações contemporâneas no trabalho dos cortadores de cana na Paraíba



Foto: Márcio Pimenta.

4 TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA NA PARAÍBA

Se você me perguntar como é a gente daqui, serei forçado a responder:
‘a mesma de toda parte’. Como a espécie humana é uniforme!
A maioria sofre durante todo o tempo, apenas para poder viver,
e os poucos lazeres que lhe restam são de tal modo cheio de preocupações,
que ela procura todos os meios para aliviá-las.
Oh, destino do homem!

J. W. Goethe, *Werther*.

[...]
Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
branco e puro
com que adoço meu café nesta manhã em Ipanema.

Ferreira Gullar, *O açúcar*.

Ao longo do capítulo anterior, demonstramos que o conteúdo do trânsito ao assalariamento na agroindústria canavieira da Paraíba nem de longe se restringe aos saltos tecnológicos. Adquire materialidade na expropriação do trabalhador e nas sequenciais vantagens econômicas obtidas pelo empresariado ao adotar o “moderno” assalariamento enquanto estatuto de exploração da força de trabalho nos canaviais.

A esta altura, o leitor já está ciente de características inerentes à nossa temática de estudo: a inter-relação entre capital agrário, industrial e financeiro, a tendência majoritária à exportação, o mercado interno residual, a crescente capitalização do campo, a estrangeirização das terras, as particularidades das tendências do setor sucroalcooleiro no Brasil e na Paraíba etc.

Em prosseguimento, o objetivo deste capítulo consiste em analisar as redefinições do trabalho dos cortadores de cana do CAI canavieiro da Paraíba na cena contemporânea, identificando as continuidades e descontinuidades entre as décadas de 1990 e 2000. Configura-se, de tal modo, como contribuição para a atualização da temática do trabalho dos canavieiros na Paraíba, face aos poucos trabalhos inscritos na temática nos últimos anos, e expressa, ao mesmo tempo, a síntese da pesquisa de campo realizada junto ao sindicalismo rural e aos próprios cortadores de cana na Zona da Mata paraibana.

A busca investigativa gira em torno das mutações recentes da exploração da força de trabalho nos canaviais. Em sintonia com a crítica da economia política, o balanço desse processo esbarra na dimensão da produtividade, ênfase que nos permite localizar, como derivação do objetivo deste capítulo, o conteúdo atual da unidade entre processo de trabalho e mecanismos de controle e gestão da força de trabalho.

O esforço teórico-analítico consiste, no essencial, em discutir o que era e o que é o trabalho dos cortadores de cana na agroindústria canavieira desse estado. A partir de agora, ganha espaço a reciprocidade entre a pesquisa empírica, a análise documental e a interlocução com a bibliografia que se deteve em caracterizar os dois períodos histórico-conjunturais aqui delimitados. Em consonância com a centralidade do trabalho assalariado na construção do objeto, o foco são as condições e relações de trabalho em sua interface com a produtividade.

O capítulo estrutura-se em dois momentos principais. Primeiro, apresentamos o panorama do trabalho dos cortadores de cana da Paraíba na década de 1990. Preocupa-nos, em especial, as condições e relações de trabalho. Com “o que era” em mãos, o segundo momento discute “o que é” o trabalho dos canavieiros nos anos 2000, imerso no novo ciclo restaurador da cana-de-açúcar. Esta segunda grande seção subdivide-se em seis eixos inter-relacionados, postos em devida unidade e centrados i) no processo de trabalho e na caracterização geral dos trabalhadores canavieiros; ii) na política salarial; iv) nas práticas de gestão da força de trabalho e na construção do ideário do “cortador-colaborador”; v) nos impactos do ciclo agrícola sobre o assalariamento temporário; e, por fim, vi) na nova mobilidade do trabalho observada nos canaviais paraibanos, presidida sob o fluxo cidade-campo.

4.1 Panorama das condições e relações de trabalho dos cortadores de cana na década de 1990

Os campos estavam prenhes de fruta, mas na estrada marchavam homens que morriam de fome. Os celeiros estavam repletos, mas as crianças cresciam raquíticas [...]. As grandes companhias ignoravam quão estreita é a linha divisória entre a fome e a ira. E o dinheiro, que não podia ser empregado na melhoria dos salários, gastavam-se em bombas de gás, em carabinas, em agentes e espões... Nas estradas os homens deslocavam-se como formigas, à procura de trabalho e de comida. E a ira começou a fermentar...

John Steinbeck, em *As Vinhas da Ira*.

Ainda sob os escombros da ditadura empresarial-militar, Milton Nascimento e Fernando Brant, dois mestres compositores da música popular brasileira, denunciaram as condições de

trabalho e a pauperização das classes trabalhadoras no Brasil em versos como os seguintes: *“Luto para viver. Vivo para morrer. Enquanto minha morte não vem, eu vivo de brigar contra o rei. Saio do trabalho, ê. Volto para casa, ê. Não lembro de canseira maior. Em tudo é o mesmo suor”*. Esse trecho, presente na música *Escravos de Jó* - que fora censurada num primeiro momento pela ditadura -, elucida pela via poética o dia-a-dia vida-e-trabalho de milhões de brasileiros. Ao escutá-la, durante a escrita deste trabalho, foi impossível não a remeter à caracterização das condições e relações de trabalho que assolaram os canavieiros na década de 1990. Ao tempo em que os dados eram analisados, a música insistia em perturbar a cabeça. A realidade era, e em larga medida continua a ser, exatamente o que está dito na composição. Mais parece o espelho de uma história na qual a luta diária pela sobrevivência confunde-se com o cansaço d’uma vida inteira.

Os cortadores de cana certamente testemunham a face mais perversa do conservantismo de nosso processo modernizante, nunca desencarcerado do robusto peso da herança colonial. É tanto que uma pesquisadora dos migrantes da lavoura da cana-de-açúcar, num balanço dos anos 1990, caracteriza-os como “errantes do fim do século” (SILVA, 1999). Errantes sujeitos à antecipação da morte, sempre em busca do acerto da vida. Errantes debelados ao desespero da fome e do desemprego. Sujeitos ao acaso. Errantes de lugares tantos na sede pelo trabalho que lhes afiança despertar os olhos e tomar o café preto para enfrentar a labuta do dia seguinte. Errantes completamente pilhados pelo trabalho. Sobreviventes da sobrevivência.

Em última instância, o ônus resultante desse processo revela as principais preocupações deste tópico: identificar quem eram esses trabalhadores, em que condições e relações de trabalho inseriam-se, em que níveis se dava a sede do capital sucroalcooleiro pela produtividade do trabalho. Decerto, como dito, somente a partir da resolução dessas questões será razoável apreender as transformações processadas de lá para cá.

Cumprе sustentar, logo, que a configuração assumida pelo trabalho na agroindústria canavieira da Paraíba na década de 1990 não escapa ao quadro geral da situação nacional naquele período. Seu teor recai no espraiamento do neoliberalismo e num amplo processo de reestruturação da produção capitalista que chega ao universo agrário e pouco a pouco penetra o CAI canavieiro. Enquanto essas duas respostas – neoliberalismo e reestruturação produtiva – do capitalismo à sua crise andavam a galopes noutros países desde os anos 1970,⁹⁰ anunciando

⁹⁰ A crise iniciada nos anos 1970 guarda particularidades em relação às crises cíclicas mais recorrentes na dinâmica capitalista. As alterações qualitativas por ela provocadas possuem maior grau de intensidade, uma vez que o capital é impulsionado a reordenar suas estratégias político-gerenciais para conseguir obter as taxas de lucro de antes. Num esforço de síntese, Antunes (2009) aponta os traços que estão na base desse momento histórico, são eles: (a) queda da taxa de lucro; (b) esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista; (c) hipertrofia da esfera

a nova ordem mundial, somente nos 1990 assumem vigor na economia nacional. Trata-se de um processo intenso, que segundo Mota (2009) provoca impactos sobre o processo de acumulação, as mudanças verificadas na gestão do trabalho e as implicações no modo de ser e de viver da classe trabalhadora; e mais: sua chegada na realidade brasileira é dotada de particularidades remetidas à nossa formação econômico-social.

A agroindústria canavieira, no Brasil em geral e na Paraíba em particular, participa processualmente desse novo *modus operandi* da produção capitalista. A reestruturação produtiva, como de praxe, consolidou-se enquanto possibilidade num período de crise. Igualmente acontece no setor sucroalcooleiro nacional, que por fatores internos e externos atravessava uma profunda estagnação nos anos 1990 em função da desregulamentação estatal, já aplicada enquanto parte da reforma gerencial do Estado. Reestruturação para livrar-se da crise, no intento de preparar o terreno para o reascenso no mercado e para recomposição da taxa de lucro. Esta era a ambição.

No estado da Paraíba, os resultados da crise do setor sucroalcooleiro foram relevantes. No início dos anos 1990, antes dos primeiros sinais recessivos, a cana-de-açúcar era responsável por 45,7% da produção agrícola estadual (MOREIRA; TARGINO, 1997). Com o declínio do Proálcool, em meados dessa década, usinas declararam falência e angariaram um endividamento que, segundo o empresariado, deveria ser paga conjuntamente com o Estado brasileiro. Postura compreensível, já que a esfera estatal historicamente tem patrocinado sem embargos o empresariado da cana-de-açúcar no Brasil. A redução de incentivos fiscais e creditícios foi proporcional à decadência desse ramo produtivo na particularidade da Paraíba. Aos trabalhadores, restou um acentuado grau de desemprego e o acirramento de formas nefastas de exploração da força de trabalho, dimensão privilegiada na construção teórico-analítica de nosso objeto. Ao situar esse contexto, um dirigente da FETAG-PB explica que:

“Você sabe que a crise das usinas no tempo de Fernando Henrique foi grande. Quando se acabou o Proálcool, lembro como se fosse hoje, era muita Usina falindo ou sobrevivendo naquela decadência, tá certo?!” (José, sindicalista).

“Quando umas Usinas faliram teve muita demissão sem previsão de contratação” (José, sindicalista).

financeira; (d) maior concentração e centralização de capitais; (e) crise do *Welfare State*; (f) incremento acentuado das privatizações. Em meio a esse contexto, o capital gesta novas formas de acumulação, cuja máxima reside no padrão toyotista, o chamado modelo japonês, cuja experiência não surge exatamente nos anos 1970, como pode parecer. Sua lógica de organização na empresa Toyota data os anos 1950. O que afirmamos, aqui, é que sua supremacia, iniciada nos anos 1970, está expressa na condição de resposta do capital à sua crise. Numa palavra, referimo-nos à reestruturação produtiva do capital, que incorpora esse padrão produtivo, impondo-o como universal. Na sua origem, o principal objetivo do padrão toyotista consistiu em tornar as empresas japonesas tão competitivas quanto as norte-americanas, opondo-se, em tese, à “rigidez” do fordismo.

O desemprego relatado pelo sindicalista serve-nos como ponto de partida, uma vez que as dimensões da precarização social do trabalho nos canaviais paraibanos dessa época possuem outros contornos um tanto austeros. A situação era tão dramática que as condições e relações de trabalho nos canavieiros paraibanos entre fins das décadas de 1980 e 1990 foram vastamente pesquisadas e politicamente denunciadas. No meio acadêmico, cumpriram importante papel pesquisas como as de Moreira (1994), Moreira e Targino (1997) e Adissi (1997). Na luta política, iniciativas coletivas do MST, da CPT e da FETAG-PB foram da maior importância no enfrentamento ao latifúndio voraz que se faz presente na Zona da Mata paraibana. Essa marca do peso político-econômico dos latifundiários, aliás, foi recorrente em relatos na pesquisa de campo. Numa certa ocasião, um dirigente sindical que cortou cana entre 1988 e 1989 e participou da direção de uma importante greve dos canavieiros em 1991, relatou o seguinte:

“Na greve de 91, eu já estava no Sindicato [dos Trabalhadores Rurais de Sapé]. A perseguição era muita. Num dia, num esqueço nunca, veio um ônibus do Exército perseguir os trabalhadores. Estávamos na faixa de mil trabalhadores. Hoje eu tenho 51 anos. Nunca tinha visto aquilo na minha vida: ônibus do Exército no canavial. Dizem que isso acontecia muito no tempo das Ligas Camponesas. Eu mesmo nunca tinha visto. Pediram meus documentos. Me ficharam. Tava só eu, o motorista e ainda bem que o advogado do Sindicato tava com a gente. Os usineiros ficaram incomodados demais. Nós canavieiros paramos foi tudo. E durou foi um mês. Cada dia que passava, eu dava graças à Deus por estar vivo. O medo de morrer era grande” (José, sindicalista, ex-cortador de cana).

Da luta política, na forma e no conteúdo, é possível extrair em grande medida a situação dos trabalhadores. A greve a que se refere é parte de um intenso ciclo de mobilizações dos canavieiros entre os anos 1980 e 1990 no Nordeste e no Sudeste do país. Dentre as contradições da expansão das forças produtivas no universo canavieiro, sintetizada na expansão do Pro-Álcool, a organização dos trabalhadores rurais da agroindústria canavieira experimentou (no bojo da ascensão das lutas de massas no Brasil) relevantes experiências político-organizativas que enfrentaram o latifúndio empresarial sucroalcooleiro. Em 1982, sob forte apoio do movimento sindical, das organizações populares e da Teologia da Libertação, ocorreu o 1º Encontro de Assalariados da Zona Canavieira da Paraíba. Entre 1982 e 1983 iniciaram-se as Campanhas Trabalhistas. Em 1984, enfim, teve lugar a primeira greve dos canavieiros no estado, cuja participação foi massiva⁹¹ (MOREIRA e TARGINO, 1997).

⁹¹ Durante a campanha salarial estabeleceu-se um acordo coletivo no qual constavam reivindicações extremamente significativas perante a situação daquele período. As exigências dos trabalhadores eram: a) elaboração de tabela

Em plena fase áurea do Pro-Álcool, essa greve integra uma mobilização dos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, envolvendo mais de 400 mil trabalhadores canavieiros. Na Paraíba, a greve durou dez dias. Em tese, o movimento saiu vitorioso nas negociações, mas perante os sequenciais descumprimentos do patronato greves similares ocorreram em 1989 e em 1991.

Fotografia 1 - Greve dos canavieiros em 1989



Fonte: Memorial da Democracia.

Em nossa avaliação, esse último relato do sindicalista fornece um elemento de **confirmação da tendência à proletarização nos canaviais**, situado na esfera política, resultante das condições econômico-sociais utilizadas para a exploração da força de trabalho. A reação dos trabalhadores, diferentemente de períodos marcados pelo banditismo rural e pelo messianismo (IANNI, 2012), eleva-se a um patamar superior sustentado, no caso da Paraíba, primeiro mais intensamente pelas Ligas Camponesas e logo em seguida pelo sindicalismo rural. Na situação concreta dos anos 1990, um dado é relevante nesse sentido: grande parcela da base desse sindicalismo rural é assalariada. E o maior quantitativo da categoria de trabalhadores rurais localiza-se, por sua vez, nas zonas canavieiras na Mesorregião da Mata paraibana.

de tarefas; b) fixação da jornada de trabalho em oito horas; c) salário igual para todo trabalhador acima de 16 anos; d) contagem do tempo de deslocamento do trabalhador (ida e volta) como parte da jornada de trabalho; e) remuneração do domingo; f) remuneração em dobro para o trabalho aos domingos; g) pagamento do salário integral em caso de falta por doença ou acidente de trabalho; h) licença maternidade; i) lei do sítio (até dois hectares para cada morador há um ano na propriedade); j) estipulações de moradia, escola, transporte seguro na contagem do montante salarial (MOREIRA; TARGINO, 1997). Pode-se perceber, desde já, ainda sem muitas informações o nível de exploração ao qual esses trabalhadores estavam submetidos.

Somente no interior desse quadro pode-se situar o trabalhador canavieiro no lapso temporal em análise. As reivindicações contidas nas iniciativas coletivas não apontavam outra coisa senão as condições e relações de trabalho predominantes à época. Denunciavam o limite do absurdo. Muitas são as variáveis explicativas desse cenário: neoliberalismo, reestruturação produtiva, crise do setor sucroalcooleiro, desemprego, retração nos direitos e na política social, agravamento das condições de vida. Mas em tudo isso, no que toca os cortadores de cana, a pauperização crescente, em termos absolutos, é o principal ponto de unidade.

“Eu acho que naquele tempo [anos 90] era tudo mais difícil do que de um tempo para cá. Não sei se lembra, porque você é novo, mas a miséria era grande demais” (José, sindicalista).

Os dados socioeconômicos do período são, de fato, alarmantes. Revelam uma acentuada taxa do que os organismos governamentais classificam, com base exclusiva na renda, como “extrema pobreza”. Nas zonas canavieiras, não havia instalação de luz elétrica, saneamento básico, água encanada. As políticas sociais destinadas às populações desses locais eram, como de resto, ínfimas. A taxa de analfabetismo girava em torno de 80%. Expectativa de vida, em média, de 50 anos. Nas famílias de trabalhadores do corte de cana-de-açúcar, a renda média total atingia apenas 40% do salário mínimo, malgrado o piso salarial dos canavieiros fosse, segundo as Convenções Coletivas, o de um salário mínimo nacional mais 10% de acréscimo (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Na agroindústria canavieira, a miséria do trabalho – sempre contrastada à riqueza do empresário-usineiro –, profundamente atrelada à insegurança de um futuro próximo, sujeita-se tanto a conjunturas de crise quanto a eventuais caprichos do empresariado. Os assalariados da cana, numa situação análoga à da classe operária na Inglaterra do século XIX analisada por Engels, sofrem “[...] todas as combinações possíveis das circunstâncias e deve ser grato à sorte se, por algum tempo, conseguir salvar sua pele” (ENGELS, 2010, p. 155).

A força de trabalho empregada no corte manual da cana-de-açúcar da agroindústria canavieira da Paraíba dos anos 1990 era basicamente composta por i) trabalhadores rurais despossuídos da terra e ii) pequenos agricultores (sitiantes e minifundistas). Tanto os primeiros quanto os segundos, ávidos pela reprodução material, com pouca ou nenhuma escolaridade e sem qualificação profissional,⁹² costumavam destinar-se aos canaviais no período da safra.

⁹² A problemática da qualificação de trabalhadores no capitalismo contemporâneo é objeto da pesquisa de Amaral (2005), em sua tese de doutoramento intitulada *Qualificação dos trabalhadores e estratégias de hegemonia: o embate de projetos classistas*, defendida na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Muitos vinham do Sertão e do Agreste. Eram os chamados “corumbas”. Se os relativamente supérfluos⁹³ despossuídos da terra já possuíam a pré-disposição permanente ao cumprimento das necessidades do empresário-usineiro, os pequenos agricultores tinham a sorte de a safra da cana-de-açúcar na Zona da Mata coincidir com os períodos de estiagem e seca no Sertão. Nesse sentido, a organização natural do clima caía como um presente nas mãos dos trabalhadores que não possuíam outra alternativa em seus lugares de origem. Bom inverno no Sertão, bom verão no Litoral: assim pensavam os trabalhadores-migrantes.

Eram intensos os fluxos migratórios do Sertão e do Agreste para o Litoral durante a safra da cana. Os “corumbas” não eram poucos. Correspondiam à maior parte do total de empregados na safra. Segundo Moreira e Targino (1997), esses movimentos do interior para as zonas canavieiras não sucediam de modo planejado. Eram anárquicos, espontâneos, mas cumpriam seu fim conforme os interesses da usinagem do capital. A parcela que chegava individualmente por aqui, na Zona da Mata, alojava-se em vilas de canavieiros (muitas vezes dentro das próprias propriedades) ou alugavam habitações minúsculas nas periferias das cidades próximas ao trabalho.

Com a disseminação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, esse contingente de trabalhadores, precários até o osso, continuaram a lidar com algo que para eles não era novidade: a informalidade.⁹⁴ Ao tempo em que os usineiros e fornecedores de cana não lhes garantiam direitos trabalhistas mínimos, acabavam por economizar ainda mais com os custos do trabalho, acentuando assim a taxa de lucro e a taxa de mais-valia. Foi a partir disso que ganhou destaque a figura do “clandestino”, que nada mais é do que um trabalhador que não possui a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada, despedido do mínimo amparo trabalhista do Estado e do empresariado.

Ao operar dessa forma, a usinagem do capital ganhava por mais uma via: a da política. Os “clandestinos” eram praticamente imobilizáveis. De um lado, parcela dos trabalhadores eram minifundistas e cultivavam suas culturas (principalmente arroz, feijão e milho) nos lugares de origem; do outro, os despossuídos da terra, quando empregados na cana, não ensejavam a mínima tensão com seus patrões, uma vez que aquele emprego já era um tanto instável e tinha fim anunciado. Mas o núcleo central da incapacidade de mobilização reside mesmo é na impossibilidade de os “clandestinos” organizarem-se no meio sindical, tanto pela ausência

⁹³ “[...] a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 1980, p. 731).

⁹⁴ As tendências da informalidade e da precarização do trabalho no Brasil durante os anos 1990 são amplamente analisadas por Tavares (2004), em *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*, publicado pela Cortez Editora.

formal de um vínculo empregatício quanto pela certeza de que logo em breve retornariam ao lugar-comum no Sertão ou no Agreste. De certo modo, os migrantes enxergavam o confronto com os patrões como uma tarefa dos trabalhadores locais, moradores da Zona da Mata. Referindo-se a essa situação, aquele mesmo sindicalista afirma que:

“Ficou muito difícil o movimento naquele tempo [anos 90]. Parece que tudo parou na greve de 91. Quem ainda fazia um movimento grande era o Movimento dos Sem Terra. Nós aqui do sindicato tínhamos dificuldade demais para mobilizar trabalhador, porque os canavieiros eram grande parte clandestinos. E para mobilizar clandestino...” (José, sindicalista).

Outra parcela dos trabalhadores, especialmente os da própria Zona da Mata, eram usualmente recrutados para o corte de cana por meio dos “gatos”, homens que a mando do empresário-usineiro perambulavam pelas zonas canavieiras e pelo interior do estado não somente para encaminhar a contratação, que não era feita pela usina, mas que intermediavam até mesmo o pagamento dos cortadores de cana. Os pagamentos procediam por meio de diárias. Ao fim do dia, o canavieiro recebia o ínfimo preço de seu dia de trabalho. As usinas, desresponsabilizadas do pagamento direto dos salários, repassavam um montante de dinheiro para os “gatos” que distribuía a recompensa dos trabalhadores conforme as toneladas de cana cortadas por cada um. A política salarial era, portanto, terceirizada: da usina para o “gato”, do “gato” para o trabalhador. Não havia qualquer espécie de regulamentação. Por isso, os “gatos” enquadram-se com precisão naquilo que Marx (1980) chamara de parasitas que subalugam o trabalho, pois sua existência se traduzia na elevação da expropriação do trabalhador.

Os trabalhadores recrutados pelos “gatos” moravam no interior das propriedades, em alojamentos insalubres. Eram verdadeiros galpões, que mais pareciam lugar para hospedar bicho do que gente. Com construção de alvenaria, os vasos sanitários eram externos. A água para beber e tomar banho era guardada num tanque. Outros alojamentos, no entanto, chegavam a ser piores, cobertos de telha, mas com paredes de pau-a-pique “[...] tampadas por sacos de plástico para embalar adubos, sem sanitários e sem depósitos de água. Nesse último caso, o galpão serve também de depósito para agrotóxicos, sobre os quais os trabalhadores armam suas redes” (MOREIRA; TARGINO, 1994, p. 14).

Para a quantidade de trabalhadores que hospedavam, os galpões eram minúsculos. Não se sabia o que era cozinha, o que era quarto. Apenas um vão, tão amplo quanto fechado e sufocante. Não havia sequer energia elétrica. Insetos tinham de sobra. Do lado de fora, um fogão a lenha. Nas panelas, junto com o arroz e o feijão, a poeira e fuligem de cana misturavam-se à comida (id.).

“A estrutura dos alojamentos também era muito ruim. Precário demais. Era lona preta” (José, sindicalista, ex-cortador de cana).

Sob tais condições, a heterogeneidade da força de trabalho nos canaviais era imensa: homens, mulheres, crianças e adolescentes. Tudo isto cabia nos critérios do empresário-usineiro para a contratação. Na totalidade do processo produtivo, havia tarefa para cada um destes. Uma pesquisa coordenada pela profa. Emília Moreira entre 1993 e 1994 em cinco municípios da Zona da Mata paraibana (Sapé, Santa Rita, Pedras de Fogo, Cruz do Espírito Santo e Caaporã) expôs no cru a situação do trabalho precoce na agroindústria canavieira. Os resultados dessa pesquisa, contidos num relatório intitulado *Os cara-pintadas do suor e da fuligem da cana*, obtiveram repercussão nacional. Uma matéria chegou a ser veiculada no jornal *Folha de São Paulo*, cujo impacto serviu como instrumento de denúncia das atividades desempenhadas por crianças e adolescentes nos canaviais da Paraíba. Muitos desses meninos e meninas eram filhos de trabalhadores e trabalhadoras do corte, que por vezes não tinham onde deixar sua própria prole. Tê-los por perto era, em muitas ocasiões, a única condição, aproveitada pela usinagem do capital como mecanismo de adensamento da exploração.

Conforme esse relatório (Moreira et all. 1994, Moreira, 2002), era corriqueiro encontrar crianças e adolescentes no desempenho de atividades manuais intensas e perigosas. É o caso do trabalho no lambaio, uma tarefa realizada à noite, das 18h00 às 06h00, com o objetivo de recolher a cana que cai das colheitadeiras. Em postura curvada, a criança ou o adolescente corria atrás da máquina, subordinando-se ao seu ritmo, lançando novamente a cana naquele equipamento com rodas, célere e barulhento, que lhe roubava logo o sono, típico horário dos sonhos. Isto ocorria sem segurança alguma. Os canavieiros-mirins estavam abertamente sujeitos ao desastre de acidentes. Estar onde estavam era, para ser justo, um atentado à própria vida.

A situação das mulheres canavieiras também guardava consigo aspectos particulares da exploração. Face às requisições patriarcais contidas na divisão sexual do trabalho,⁹⁵ essas trabalhadoras tinham suas jornadas de trabalho duplicadas ou triplicadas. Além do duro do dia nos canaviais, durante à noite tinham que dar conta dos afazeres domésticos, da comida à limpeza, do cuidado com os filhos ao cuidado com os maridos.

⁹⁵ Em concordância com Cisne (2014), a divisão sexual do trabalho não é harmônica nem neutra. Utiliza-se das desigualdades socialmente fundadas entre homens e mulheres, são assimétricas e produzem relações de dominação. Na análise de Souza-Lobo (2011, p. 152), “A ideia de que a divisão sexual do trabalho não só separa e articula produção e reprodução, mas estrutura as relações no trabalho produtivo, permite recolocar a questão da relação entre dinâmica das relações capitalistas de trabalho e a força de trabalho feminina sob o ângulo que integra dois níveis, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais”.

No levantamento bibliográfico e documental para esta pesquisa, tivemos dificuldade em localizar trabalhos acadêmicos ou depoimentos diretos sobre o trabalho desempenhado pelas mulheres no CAI canavieiro da Paraíba. No entanto, uma pesquisa realizada pela CPT – Alagoas ainda nos anos 1990 revela uma situação que, a nosso juízo, guarda semelhanças com o trabalho feminino nos canaviais paraibanos. Assim relata uma cortadora de cana:

“Acordo às 2h da madrugada, pegamos o ônibus às 4h e largamos lá pelas 15h, 16h, dependendo da cana. Quando eu chego em casa é muita luta ainda, viu... eu vou arrumar a minha casa né, e a casa do meu pai”.⁹⁶

Resguardadas as devidas proporções, o desastre do trabalho infantil⁹⁷ e do trabalho feminino nos canaviais dos anos 1990 é extensivo ao dos demais trabalhadores. Articuladamente, a exploração da força de trabalho congregava a elevação dos índices de produtividade, uma política salarial sustentada no pagamento por produção e a ampla precarização das condições/relações de trabalho de homens, mulheres, crianças e adolescentes. Nenhum limite social médio da exploração da força de trabalho dos canavieiros procedia sem envolver um vínculo entre esses três elementos, arrojados em unidade, desenvolvidos de modo concomitante à via modernizante do parque agroindustrial canavieiro no Brasil, sobretudo a partir do Pro-Álcool.

Considerando as leis da produção capitalista, um determinante para avaliar as dimensões aí envoltas é a jornada de trabalho,⁹⁸ associada à elástica noção de “meios de subsistência necessários”. Esta justaposição, pertinente ao nosso objeto, permite visualizar a intimidade entre o básico para a reprodução do trabalhador, expresso no salário, e os limites da jornada de trabalho, numa equação que trilha duas interpretações avessas: a do capitalista e a do trabalhador. Rosa Luxemburgo (1969) retrata-as seguinte forma:

O capitalista situa-se no seu ponto de vista de comprador de mercadorias, declarando: está muito bem que eu tenha que pagar a mercadoria “força de trabalho” pelo seu valor, como qualquer comprador honesto, mas qual é o valor da força de trabalho? Muito bem! Dou ao meu operário exatamente o necessário para viver [...] se eu desse uma moeda a mais, já não seria um comprador honesto, mas um imbecil, um filantropo que dá presentes de seu

⁹⁶ Extraído de <<https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/2478-a-realidade-desumana-das-mulheres-canavieiras-em-pernambuco>>. Acesso em 20 nov. 2017.

⁹⁷ Conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), no início dos anos 1990 a utilização da força de trabalho de crianças e adolescentes representava 10,8% do total de empregados temporários na área rural.

⁹⁸ “A jornada de trabalho não é, portanto, constante, mas uma grandeza variável. É verdade que uma de suas partes é determinada pelo tempo de trabalho exigido para a contínua reprodução do próprio trabalhador, mas sua grandeza total muda com o comprimento ou a duração do mais-trabalho. A jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas em si e para si, indeterminada” (MARX, 1980, 188).

bolso àquele a quem comprou uma mercadoria [...]. Do mesmo modo, procuro comprar a força de trabalho tão barata quanto possível e ficamos perfeitamente pagos se dou ao meu trabalhador o mínimo necessário para viver (LUXEMBURGO, 1969, p. 315).

O assalariado, em contrapartida, não reivindica nada mais do que o valor pleno de sua “mercadoria especial”. Requisita sem mais nem menos que o capitalista pague o montante geral da mercadoria vendida.

Não desejo, portanto, mais do que os meios de subsistência necessários? Mas, quais são os meios de subsistência necessários? Mas, quais são os meios de subsistência necessários? Tu dizes que a fisiologia e a experiência dão a resposta mostrando o mínimo de que um homem tem necessidade para viver. Entendes, pois, por “meios de subsistência necessários”, a necessidade absoluta, fisiológica (LUXEMBURGO, 1969, p. 316).

O empresário-usineiro é radicalmente fiel à perspectiva que representa. Como possui um vasto contingente de força de trabalho disposta ao corte manual de cana-de-açúcar, não hesita em alargar sua margem de manobra na delimitação crescente dos “meios de subsistência necessários” e na extensão da jornada de trabalho. Na razão empresarial, os custos com a reprodução do trabalhador devem se restringir à alimentação (gêneros alimentícios baratos, cujas propriedades nutricionais sejam fornecedoras de energia física, como é o caso do feijão e da farinha de mandioca) e à habitação. O vestuário entrava por tabela no orçamento do trabalhador, já que nesse período as usinas sequer disponibilizavam fardamento e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Com o parco salário da época, era impossível pensar algo fora desses três componentes situados no limite do fisiológico: alimentação, habitação e vestuário.

A jornada de trabalho, por sua vez, costumava totalizar dez horas/dia. Os cortadores de cana saíam de casa logo cedo, às vezes antes do sol raiar, e retornavam somente ao fim do dia. Diante disso, pode-se supor o acentuado nível de trabalho não-pago presente na esfera da produção, combinada entre a intensificação da capacidade produtiva individual do trabalhador e a elevação do tempo de trabalho excedente. Uma jornada de trabalho desse porte, ao tempo em que incrementa aspectos da mais-valia absoluta, leva a crer que se estabeleça uma confusão na vida dos trabalhadores entre o que é vida e o que é trabalho. Uma coisa se mistura à outra, quase indistintamente.

Marx (1980), no capítulo VII d'O Capital, a propósito da jornada de trabalho, comenta sobre o limite mínimo e o limite máximo da jornada de trabalho. Enquanto o limite mínimo é indeterminável, o limite máximo é duplamente determinado: primeiro, pelo limite físico do trabalhador; segundo, pelos limites morais, já que este mesmo trabalhador demanda tempo para

satisfazer suas mínimas necessidades espirituais e sociais. Essa noção possui validade no caso deste estudo, tanto pelo primeiro quanto pelo segundo determinante do limite máximo. Por um lado, o cortador de cana vivencia a exaustão e o cansaço de um trabalho duro; e por outro, é praticamente impossibilitado do lazer e do convívio familiar e comunitário.

No que tange à política salarial, desde então prevalece o pagamento por produção, isto é, por tonelada cortada. Por analogia, essa modalidade de salário enquadra-se no “salário por peça” (MARX, 1980). Nesse caso, a qualidade do trabalho é controlada de acordo com o resultado. O resultado possui um valor unitário, sobre o qual o trabalho constrói referência para antever seu montante salarial. Isto viabiliza ao capitalista, no caso o empresário-usineiro, uma medida da intensidade de trabalho e o incremento da taxa de mais-valia.

É evidente que esse tipo de política salarial aplicado nos canaviais guarda consigo o elemento da produtividade, uma vez que tanto a qualidade quanto a média de intensidade do trabalho são regidas pelo pagamento por produção. “Dado o salário por peça, é naturalmente interesse pessoal do capitalista empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho” (MARX, 1980, p. 640). Num contexto de crise interna do setor, como o que se vivia nos anos 1990, disseminou-se o máximo que se pôde esse tipo de pagamento salarial. Garantia aos usineiros uma pressão salarial para baixo que, além de conter custos, possibilitava o atendimento de suas necessidades médias no mercado competitivo do açúcar e do álcool em plena recessão.

Apreendidas para além de suas particularidades ensimesmadas, a jornada de trabalho e o pagamento por produção contribuem para revelar o conjunto das condições e relações de trabalho dos canavieiros da Paraíba na década de 1990.

Comparado a períodos relativamente anteriores, não havia muitas novidades no processo de trabalho.⁹⁹ A repetição de sempre, sob o sol de sempre. As usinas não forneciam equipamentos de trabalho (facão e enxada), transferindo esse custo aos canavieiros. Para delimitar a quantidade de trabalho, a unidade de medida de cumprimento utilizada no corte e no plantio era a braça, que representava 2,20 metros. A unidade de peso mais comum era a tonelada. Os instrumentos de medição, a vara e a balança manual (TORRES, 2009).

Como de costume, esse trabalho corrosivo ainda era realizado, como dito, sem a distribuição dos EPI's, incitando a elevação dos índices de acidente no trabalho. A ausência

⁹⁹ Para uma análise esmiuçada dos processos de trabalho agrícola canavieiro nos anos 1990, cf. tese de doutoramento de Adissi (1997), intitulada *Processos de trabalho agrícola canavieiro: proposição de uma taxonomia das unidades produtivas e análise dos riscos a ela associados*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFRJ.

completa de proteção no trabalho acabava por provocar doenças como o câncer de pele e demais danos à saúde como distensões musculares, dores na coluna e no corpo em geral, câimbras, febres repentinas e hérnia de disco.

Como se não bastasse, os cortadores de cana ainda estavam sujeitos a outros riscos no meio dos canaviais, como os derivantes do contato direto com agrotóxicos e da picada de insetos. Segundo Moreira e Targino (1994), os usineiros ou fornecedores de cana raramente se responsabilizavam por esses problemas de saúde. Entrava na conta das “lamentáveis eventualidades”, ainda que o acidente de trabalho significasse, em alguns casos, a impossibilidade do trabalhador executar sua rotina por certo período. Se a atenção básica já era inexistente, sobretudo na situação dos “clandestinos”, mais remoto ainda seria pensar em pagamento de indenizações ou licença médica.

Outro agravante das condições e relações de trabalho na década de 1990 é a forma pela qual os trabalhadores deslocavam-se de casa para os canaviais. Eram transportados no que ficou conhecido como “gaiolão”, tipo de transporte que não possuía segurança mínima. Trata-se do mesmo carro em que se carregam bois. Os canavieiros, inclusive os mirins, costumavam permanecer em pé durante todo o percurso, entre ladeiras e buracos das estradas carroçais.

“Antes, rapaz, os canavieiros iam para o trabalho era em carro de boi... Eram tratados quase como escravo mesmo, lembro muito bem. E o tanto de criança que tinha? Era de dar dó. Denunciamos, denunciemos...” (José, sindicalista).

A imagem abaixo (02), recolhida de arquivos da FETAG-PB (mas também disponível na *web*), ilustra a real situação: trabalhadores velhos e trabalhadores mais jovens, até mesmo crianças, sem EPI, sem direitos, inseguros, encostados num “gaiolão”, com o cansaço estampado nos corpos que insistem na sobrevivência.

Fotografia 2 - Canavieiros-mirins na Paraíba (anos 1990)



Fonte: FETAG-PB; Internet; Torres (2009). Dez./2017.

As condições de alimentação, por seu turno, mantinham esse mesmo compasso. A política salarial em vigor, como analisada há pouco, não fornecia as condições adequadas para um consumo alimentar saudável por parte dos cortadores de cana. Estes saíam de casa com a marmita numa mão e os instrumentos de trabalho noutra. Como nos relatou um sindicalista: “Nos 90, quando eu já estava no sindicato, os canavieiros levavam era uma marmita para o corte que só tinha feijão e farinha”. O intervalo para o almoço variava entre trinta e sessenta minutos. Exatamente assim, nesse ritmo, sem qualquer expectativa de solidariedade do empresário-usineiro. Esses trabalhadores bem sabem que só contam com a solidariedade de seus iguais, “que sabem, por experiência, o que é a fome e que a qualquer momento podem encontrar-se na mesma situação” (ENGELS, 2010, p. 127-128).

Em se tratando de um panorama geral, acreditamos que esses são os principais aspectos da realidade que configuram o trabalho assalariado no CAI canavieiro da Paraíba ao longo da década de 1990. Como se pôde ver, a contradição caminhou o tempo inteiro na articulação entre forças produtivas e relações de produção, elucidando a combinação entre o “moderno” e o “arcaico”. A expansão do moderno assalariamento denota, de fato, uma tendência concreta. Seu conteúdo, no entanto, não despreza a arcaica herança de condições e relações de trabalho típicas de períodos anteriores, dentre os quais se inclui a escravidão.

Construído o que “era”, cabe de agora em diante refletir o que “é” o trabalho assalariado nos canaviais paraibanos nos anos 2000. Ao lado da dialética moderno-arcaico também há uma

dialética continuidades-descontinuidades. É o velho no novo, o novo no velho. De posse do conteúdo exposto até aqui, será esse o nosso interesse no tópico a seguir.

4.2 Cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000: a intensificação do trabalho entre continuidades e descontinuidades

4.2.1 O assalariado rural do corte de cana e o processo de trabalho

Sendo o assalariado rural cortador de cana o principal ator desta pesquisa, torna-se imperativo problematizar a configuração atual de seu trabalho. O intento é o de assinalar quem são esses trabalhadores, ou pelo menos os traços gerais que lhes constituem enquanto categoria profissional. Institui um dado relevante não só pelo fornecimento de suas características socioeconômicas centrais, informadas a partir de dados concretos da realidade, mas sobretudo pela relação que estabelece com o processo de trabalho vigente nos canaviais paraibanos.

Trata-se de uma relação de unidade (processo de trabalho/composição socioeconômica dos cortadores de cana), parametrizada pela usinagem do capital sob o argumento de que o processo de trabalho em voga é condizente com o “perfil” de trabalhadores por ela exigido. Nesse raciocínio, o modo de ser e de viver dos cortadores de cana autorizaria seus patrões a enquadrá-los em exigências que seriam incompatíveis em relação a outras profissões.

O ponto de partida para o desenvolvimento dessa problematização pousa seu eixo na seguinte síntese: **os cortadores de cana da agroindústria canavieira da Paraíba são trabalhadores rurais assalariados, do sexo masculino, com pouca ou nenhuma escolaridade, sem qualificação profissional, periféricos em relação ao mundo e à região do país, cuja imensa maioria participa da população economicamente ativa somente durante alguns meses do ano – o período safrista, geralmente iniciado em agosto e finalizado em março.** Alguns indicadores, relacionados à faixa etária, ao sexo, ao nível de escolaridade e ao lugar originário, por exemplo, contribuem na sustentação dessa assertiva.

Com aporte na bibliografia estudada e na pesquisa empírica, podemos afirmar que, tendencialmente, empregam-se nos canaviais trabalhadores jovens. Conforme Torres (2009), a faixa etária varia predominantemente entre 19 e 40 anos. Os que estão entre 30 e 40 compõem a parcela mais expressiva. A média etária atual demonstra-se cada vez mais premida, limitada a uma força de trabalho relativamente jovem/adulta, o que guarda relação direta com as exigências empresariais de produtividade, amparadas pela máxima “quem corta mais”.

Até mesmo em termos fisiológicos, os homens encontram-se no auge de suas aptidões entre os 20 e os 40 anos. O desdobramento dessa delimitação etária nos índices de produtividade interessa numericamente às usinas e destilarias. As exigências em tempos de crise e recessão temporária (década de 1990) não coincidem, é claro, com as encaminhadas em tempos de retomada e auge produtivo (anos 2000). Como apresenta José:

“Eles [os empresários] já preferem uns mais novos assim de trinta e poucos anos, do que uns mais velhos, mais velhos mesmo, que já num cortam mais tanta cana por dia, né?! A idade uma hora bate...” (José, sindicalista).

“É muito homem para lá de vinte anos. Tem muito mesmo é com trinta, trinta e poucos anos...” (José, sindicalista).

Assim, importa ao setor sucroalcooleiro se o trabalhador possui a disposição física necessária ao trabalho em que se emprega. Trata-se de um critério previamente definido, que suprime de antemão os supostamente “inaptos” para o exercício de tal função. Se comparada aos anos 1990, essa tendência inaugura, em associação a outros determinantes, uma crescente seletividade da força de trabalho, que se exhibe de modo fundamental em duas variáveis: o trabalho feminino e o trabalho infantil. Sob razões diferenciadas, ambos foram eliminados da agroindústria canavieira da Paraíba.

Por um lado, as mulheres cortadoras de cana arcaram de maneira imediata com as consequências do rearranjo provocado pelo novo ciclo restaurador. Na transição dos anos 1990 aos 2000, a demissão em massa de mulheres tornou-se palavra de ordem da usinagem do capital. As justificativas apresentadas foram orgânicas, naturais, relacionadas à força física, às habilidades e às destrezas necessárias para as metas definidas pelos setores de produção, administração e planejamento etc., a revelar um traço patriarcal reforçador das diferenciações impostas pelo capitalismo quanto ao ritmo e à intensidade do trabalho entre homens e mulheres.

Segundo a FETAG (2017), hoje inexistente trabalho feminino no corte de cana na Paraíba. Parcela considerável dessas trabalhadoras – que sempre cumprem, cabe anotar, jornadas duplas ou triplas de trabalho – foram absorvidas pela cultura do abacaxi.¹⁰⁰ Outras, no entanto, empregaram-se em atividades do comércio, do setor de serviços, do trabalho doméstico ou, quando não, defrontaram-se (e defrontam-se) com a situação de desemprego. Encaixam-se, deste modo, nas tendências atuais de feminização no mundo trabalho.

“As mulheres, já tá com uns quinze anos que não trabalham mais em corte de cana aqui na Paraíba. A maioria delas foi transferida para a cultura do

¹⁰⁰ Cultura que ocupa um espaço importante na organização econômica da Mesorregião da Mata paraibana, a maior produtora nacional de abacaxi.

abacaxi. Ali por Santa Rita, então”... (José, sindicalista).

Já no que alude ao trabalho de crianças e adolescentes,¹⁰¹ emblemático nos anos 1990, também se constata completa erradicação (FETAG, 2017). Isto se deve, por um lado, às denúncias públicas protagonizadas por setores organizados da sociedade, cuja pressão sobre o Estado e sobre o empresariado resultou em conquistas efetivas ao expor aquela situação calamitosa; e por outro, a serviços específicos de combate ao trabalho infantil (caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI) e a dispositivos político-econômicos como os programas de transferência de renda, ampliados pelos governos capitaneados pelo PT, mediante os quais produziram-se, apesar de sérias limitações,¹⁰² impactos objetivos de dimensão positiva sobre as famílias trabalhadoras até então dependentes unicamente das imposições socioeconômicas do negócio da cana.

Com a transferência de renda, muitas famílias viram-se desobrigadas a destinar seus filhos ao trabalho nos canaviais, além da fiscalização do MTE ter coagido em larga medida essa possibilidade. Esta mudança, representativa de um salto civilizatório e progressista, é amplamente percebida pelos canavieiros, uma vez que estes, adultos de hoje, tiveram o primeiro contato com a atividade do corte ainda quando crianças e adolescentes.

“ Não tem mais uma criança no corte de cana. Foi um movimento grande. Era sindicato, professores da Universidade, movimentos, entidades... todo mundo empenhado para acabar com trabalho infantil, ainda mais no corte de cana” (José, sindicalista).

Afora essas duas variáveis, que historicamente compuseram as funções do trabalho coletivo na produção canavieira, há outro aspecto em relação ao “perfil” que chamou nossa atenção durante a pesquisa de campo e não poderia escapar ao momento da exposição, sobretudo em virtude de sua magnitude histórica. Consiste no seguinte: em certo momento da pesquisa de campo, estivemos numa usina que estava a recrutar cortadores de cana para a safra. Havia ali uma fila com mais ou menos cem trabalhadores à espera da submissão aos procedimentos médico-laboratoriais requisitados pela legislação para o rito contratual. Daquela centena, pelo menos noventa eram negros, constatação que confirma um importante elemento de mediação histórico-social para esta pesquisa. Sanciona o quão o trabalho no corte da cana-

¹⁰¹ Sobre o trabalho infantil, seus fundamentos e sua relação com a sociabilidade, ver Padilha (2013).

¹⁰² Referências críticas de relevo às limitações dos programas de transferência de renda (ou sobre sua centralidade na política de assistência social) podem ser localizadas em forma de síntese nas produções contidas em duas coletâneas organizadas pela professora Ana Elizabete Mota e publicadas pela Editora Cortez, intituladas, respectivamente, *O Mito da Assistência Social* (2008) e *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia* (2012).

de-açúcar delinea a herança viva do período colonial, complexificada ao longo do tempo pelas determinações desiguais e combinadas do desenvolvimento capitalista e impregnada pela dimensão étnico-racial que denota a composição da classe trabalhadora brasileira.¹⁰³

Na conjugação entre esses elementos que prognosticam a crescente seletividade da força de trabalho, pode-se admitir que a composição da categoria dos cortadores de cana na década de 1990 era mais elástica, enquanto na década de 2000 é mais restrita.

No que tangencia à escolaridade e à qualificação profissional – que nunca fora exigência real para contratar cortador de cana –, constata-se num plano geral que os trabalhadores são, no limite, alfabetizados. Este dado foi reiterado pela Diretoria de Assalariados da FETAG-PB. Do coletivo de entrevistados, somente um concluiu o ensino médio. Quando estimulados à frequentarem a escola depois de adultos, muitos sentem-se envergonhados. Segundo Torres (2009), em sua pesquisa junto aos canavieiros da Zona da Mata paraibana, os índices de analfabetismo ainda são elevados e todos que foram à escola estudaram na rede pública de ensino. Nos relatos em nosso campo, costumam referenciar dificuldades de acesso que tiveram à época em que eram mais novos. Muito disso se explica mediante as circunstâncias conjunturais nas quais cresceram, entre fins de 1980 e início dos anos 1990, período de instabilidade político-econômica, a princípio, e logo em seguida de franca e nefasta expansão neoliberal no Brasil.

Por consequência, os cortadores de cana costumam visualizar a atividade que desempenham como o único trabalho possível, uma vez que as cobranças relacionadas ao nível de escolaridade têm sido cada vez mais recorrentes na dinâmica do capitalismo contemporâneo. Associada às particularidades da formação da sociedade nacional – o Brasil ainda possui cerca de 13 milhões de analfabetos, segundo o IBGE (2017) –, esta dinâmica é tão cruel que impõe aos trabalhadores um sentimento de culpa e auto-constrangimento. Sentem-se responsáveis por não serem letrados. É a individualização da responsabilidade da instrução e do “subir na vida”.

“Vontade de fazer outra coisa eu tenho. Mas agradeço a Deus o emprego que eu tenho, meu filho. Eu reclamo, assim, porque não é fácil, né? Mas é isso mesmo. Às vezes eu acho que nasci para cortar cana” (Joaquim, cortador de cana).

A face contemporânea da usinagem do capital não despreza aquilo que rebaixa por si só o custo da força de trabalho, como é o caso do nível de escolaridade exigido. Este fator age como um mecanismo de compensação do gasto capitalista com capital variável, pressionando-

¹⁰³ Aproximações interessantes entre “questão social” e questão racial no Brasil constam em Ianni (2004).

o para baixo. Analfabetos, jovens fortes e moradores da periferia (negros, em sua ampla maioria) são bem-vindos aos portões largos das usinas e destilarias, desde que sejam disciplinados e dispostos a serem “bons cortadores”.¹⁰⁴ Ao absorver um contingente de trabalhadores com essas características, o empresariado sucroalcooleiro julga-se no direito de alargar as margens das condições de exploração e expropriação; entende isto, a bem da verdade, quase como pretexto ou justificativa para subordinar os trabalhadores a um nível de intensidade do trabalho que é sinônimo de cansaço e exaustão em proporções limítrofes.

Tal configuração – um tanto antitética à própria vida – encontra amplo potencial explicativo na análise do processo de trabalho. Sob o prisma marxiano, o processo de trabalho é inerente à atividade criativa, pertencente exclusivamente ao mundo dos homens e mulheres, comum a todas as formas de sociabilidade. Compreende o conjunto das condições materiais necessárias à produção de valores de uso. Inclui-se aí a energia humana despendida, os instrumentos e as ferramentas de trabalho, a terra, matéria-prima etc.

No entendimento de Marx (1983, p. 150), “os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”. A totalidade de tais elementos conforma o que se denomina por “forças produtivas”. As determinações histórico-concretas que particularizam a sociabilidade capitalista imprimem uma feição diferenciada ao processo de trabalho. Sob o comando da lógica da mercadoria, configura parte substancial do consumo da força de trabalho pelo capitalista: por um lado, porque “o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho” (Ibid., p. 154) e, por outro, porque “o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto” (Id., p. 154). Assim sendo, o exercício de apreender o processo de trabalho em sua totalidade informa uma condição necessária para decifrar a teia de relações sociais de produção e reprodução que costura a exploração do trabalho nos canaviais na contemporaneidade, cada vez mais sintonizado à subordinação da agricultura à lógica do capital.

As variações do processo de trabalho no corte manual da cana-de-açúcar são em larga medida determinadas pelo grau de desenvolvimento científico e tecnológico de cada unidade produtora (IAMAMOTO, 2001). Em usinas e destilarias com colheita mecanizada, realidade comum ao eixo Centro-Sul, a situação é uma. Já em unidades cuja produção é predominantemente manual, caso do Nordeste brasileiro e da Paraíba em particular, a

¹⁰⁴ Ainda no final daquela década, Silva (1999) já assinalava, em seu estudo sobre os “errantes”, que “a produção da figura do ‘bom cortador’ [ideia que será retomada mais adiante] contém germes de uma verdadeira segmentação do emprego de homens, fortes, jovens [...]. Os fracos, os mais velhos, as mulheres, são descartados deste modelo” (SILVA, 1999, p. 206).

configuração assume outros contornos. Isto se relaciona, na prática, aos métodos de extração da mais-valia no trabalho rural. Enquanto em estados do Centro-Sul a mais-valia relativa aparece em maior evidência,¹⁰⁵ na Paraíba traços da mais-valia absoluta continuam a possuir um peso crucial, o que somente corrobora com o debate anterior que fizemos sobre o “desenvolvimento desigual inter-regional”.

Na Paraíba, o corte de cana continua a ser predominantemente manual. Duas usinas (Japungu e *Louis Dreyfus*) possuem suporte para a mecanização, mas não o utilizam. O processo de trabalho agrícola canavieiro hoje, assim como nos 1990, continua a depender basicamente da destreza e da intensa energia física dispendida pelo trabalhador, malgrado as significativas mudanças que marcam o conjunto do setor sucroalcooleiro nas últimas décadas.¹⁰⁶

Fotografia 3 - Instrumentos de trabalho dos cortadores de cana



Fotografia: Lucas Bezerra – Pesquisa de campo (2017).

Fotografia 4 - Instrumentos de trabalho dos cortadores de cana/II

¹⁰⁵ No eixo Centro-Sul, unidades produtoras que antes empregavam 8 mil trabalhadores durante a safra passaram a contratar, após a adoção da colheita mecanizada, somente 2.500 cortadores de cana (PAIXÃO, 1994 apud IAMAMOTO, 2001).

¹⁰⁶ Entre estas mudanças destacam-se: o desenvolvimento científico e tecnológico - e, por conseguinte, a mecanização -, as incidências oriundas de um longo período de descenso na luta geral dos trabalhadores (somadas a um *déficit* organizativo) e as formas mais recentes de gestão do trabalho, com base nas determinações da última reestruturação produtiva do capital, que estabeleceu a supremacia da acumulação flexível (HARVEY, 2005).



Fotografia: Lucas Bezerra – Pesquisa de campo (2017).

Quanto a **predominância do corte manual**, foi possível identificar ao longo da pesquisa que:

a) os empresários alegam com frequência, em seus veículos oficiais de comunicação, a dificuldade de inserção de colheitadeiras mecânicas em solos com muito declive, acidentados, como é o caso de grande parcela territorial da Zona da Mata paraibana;¹⁰⁷

b) esse argumento, embora seja verdadeiro, guarda consigo uma vantagem econômica intencional por parte desses atores: pressionar para baixo o custo da força de trabalho. Incrementam a taxa de mais-valia também a partir dessa via, regulando com mão de ferro a política salarial através do pagamento por produção.¹⁰⁸ Nessa equação, os gastos capitalistas com a força de trabalho podem representar um quantitativo inferior ao que seria destinado em dinheiro (na forma de capital constante) para a aquisição e manutenção do oneroso maquinário da colheita. Uma colheitadeira custa em média R\$ 1,1 milhão de reais, enquanto se pagava até pouco tempo (dois anos atrás) algo em volta de seis reais para um trabalhador cortar mil quilos de cana-de-açúcar;

c) a vantagem econômica não se encerra por aí. Há ainda uma relação com a qualidade do corte. O corte manual é reconhecidamente mais exato que o corte mecanizado, sobretudo quando o interesse do empresário é a produção de álcool. A mão possui uma exatidão que a

¹⁰⁷ Cf. <<http://www.senarpb.com.br/noticia/dificuldades-em-aderir-a-mecanizacao-da-colheita-de-cana/>>. Acesso em 13 fev. 2018.

¹⁰⁸ Dada a centralidade do pagamento por produção na análise de nosso objeto, comparecerá a seguir um tópico específico a respeito disso.

máquina não possui para identificar o ponto certo à extração da sacarose, por exemplo. Nesse caso, quantidade e qualidade são indivorciáveis;

d) os próprios trabalhadores e suas entidades representativas, como é o caso da FETAG-PB, contraditoriamente resistem à inserção da colheitadeira mecânica. Postura compreensível, mediata, já que a possibilidade de garantia mínima das condições de sobrevivência desses trabalhadores longe dos canaviais poderia (e pode) chegar a ser pior que “o limite do amargo”. A possibilidade de mecanização relaciona-se ao medo do desemprego, mais corriqueiro aos safristas que já lidam com esse dilema durante alguns meses do ano, é idêntico a um pesadelo.

“Na situação que está, eu vou lhe dizer uma coisa: é melhor que não tenha mecanização. Se tiver mecanização, dá em desemprego. Quando os trabalhadores escutam falar que as Usinas vão usar as colheitadeiras, eles já ficam assustados, porque com certeza têm medo de serem demitidos. [...] Conseguir emprego num está fácil, ainda mais, né, quando não se tem muito estudo” (José, sindicalista).

Como demonstra o fragmento de entrevista, os últimos valem-se da possibilidade de mecanização como ameaça direta à mobilização dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho. Os cortadores de cana tornam-se constrangidos pelas máquinas. É o que ocorre na relação capital/trabalho nas duas unidades agroindustriais que possuem suporte para mecanização no estado da Paraíba. Isto é tão verdadeiro que desde que a inserção do maquinário se tornou uma possibilidade, neste início de século, não há registro de sequer uma greve dos canavieiros na Paraíba. Um duplo ganho empresarial: na economia e na política.

A manutenção em 100% do corte manual na agroindústria canavieira da Paraíba (FETAG, 2017) é reveladora de algo de ampla importância: a produtividade do trabalho. Com base no raciocínio da crítica da economia política, há duas maneiras basais que instigam a elevação do índice de produtividade: i) a intensificação da exploração da força de trabalho; ii) o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, fruto do investimento em capital constante (MARX, 1980). Esta articulação não é estanque. Adequa-se e readéqua-se de acordo com as necessidades da acumulação, o padrão de reprodução do capital imperante, as peculiaridades históricas que variam de uma formação social para outra. Um aspecto, no entanto, confere-lhe coesão: o fato de o capitalista procurar, de modo quase indefinido, fazer com que a força de trabalho renda o máximo.

Na situação em tela, os usineiros investem parcela de seus capitais em bens de produção (trabalho morto, capital constante), mas não deixam de investir no capital variável que produz e concomitantemente valoriza o próprio valor de forma “competente”, “satisfatória”. O recurso

ao “arcaísmo” do corte manual na relação do capital para com a força de trabalho encontra dessa forma um sentido absolutamente produtivo.

Feita essa ponderação, face a persistência e a atualidade do corte manual, o processo de trabalho encaminha-se há pelo menos quatro décadas através comprimento do eito, “retângulos com 6 metros de largura, em 5 ruas (linhas em que são plantadas a cana), por um comprimento que variava por trabalhador, que era determinado pelo que ele conseguia cortar em um dia de trabalho” (ALVES, 2006). O comprimento varia de cortador para cortador, pois está sujeito à destreza, à habilidade, ao nível de intensidade do trabalho de cada um. Na sistematização prática, organizam-se turmas de trabalhadores que operam de modo simultâneo, em observância aos lotes de cana que são divididos por estradas, numa “atividade repetitiva, extenuante, realizada a céu aberto sob o sol, na presença da fuligem e poeira, num período de trabalho que varia de 8 a 12 h/dia” (LIMA, 2013, p. 104).

Analisado historicamente, o processo de trabalho agrícola canavieiro revela um campo de tensão permanente entre a burguesia sucroalcooleira e os cortadores de cana. Pelo menos desde a década de 1980, registra-se que o sistema de corte configura um objeto da discussão do processo de trabalho. Naquele contexto, a principal pauta levada a cabo pelos trabalhadores era a incorporação pelas usinas do sistema de cinco carreiras; enquanto os usineiros insistiam no sistema de sete carreiras. Embora à primeira vista isso pareça pouco, pesquisas realizadas à época revelaram que o segundo sistema denota a intensificação do trabalho para a arrumação das canas em proporção significativa, afora a contenção de custos dos patrões no recolhimento mecanizado. (ADISSI; COSTEIRA NETO, 1987).

Observada a última década, pode-se sublinhar que a quantidade de carreiras cortadas permanece na pauta de reivindicações dos trabalhadores canavieiros. No início dos anos 2000, o acordo era o sistema de sete carreiras. No entanto, pesquisa realizada por Adissi et all. (2004) sustenta que esse acordo, firmado legalmente, vinha sendo sistematicamente desrespeitado pelos usineiros mediante a adoção de um sistema ainda mais intenso, o de nove carreiras, organizado em duplas de trabalhadores.

Essa denúncia chegou a provocar uma fiscalização mais rígida por parte do MTE. Os empresários alegam que o pagamento das 4,5 carreiras para cada cortador, com referência nos preços convencionados no sistema de cinco carreiras, compensa os esforços de deslocamentos requisitados pelo sistema de nove carreiras.¹⁰⁹ Já para os trabalhadores, esse argumento é falacioso: ora em termos de desgaste físico, ora em termos salariais.

¹⁰⁹ O sistema de nove carreiras só não é prejudicial aos trabalhadores quando praticado no espaçamento de um metro, embora a fadiga dos trabalhadores seja similar em todos os espaçamentos.

Encontra-se convencionado, hoje, o sistema de sete carreiras. Não como artifício, mas como realidade asseverada durante a pesquisa de campo, tanto pelo movimento sindical quanto pelas conversas com os trabalhadores. Legalmente firmado através da Convenção Coletiva 2017/2018, o sistema de sete carreiras representa um acordo intermediário entre capital e trabalho, entre os sistemas de nove e cinco carreiras. Nas entrevistas, quando indagados sobre o processo de trabalho, os cortadores de cana o explicaram do seguinte modo:

“É sete carreiras. Aí a gente tá fazendo 38 braças de 2 metro e 20. Isso pra duas pessoas. 7 carreiras uma dupla. Dá 38 compassos no dia. Nesses quatro anos, é tudo de sete carreiras” (Chico, cortador de cana).

“É sete carreiras, né!? Daí de sete a gente pega a quadra inteira, o eito. Aí divide, o fiscal vai acompanhando. É assim” (Manuel, cortador de cana).

Fotografia 5 - Canavieiros no eito



Fotografia: Lucas Bezerra – Pesquisa de campo (2017).

Do exposto, é fundamental reter que os usineiros alavancam a produtividade e buscam ao mesmo tempo operar uma redução com os gastos em capital variável na agricultura. Isto se tornará ainda mais evidente durante a análise da política salarial e das atuais práticas de controle e gestão da força de trabalho nos canaviais. O que mais importa concluir, agora, é que a conjugação entre a caracterização socioeconômica dos cortadores de cana e o processo de trabalho potencializa a apreensão das transformações da mercadoria força de trabalho na agroindústria canavieira da Paraíba, intensificando o significado do assalariamento rural discutido no capítulo anterior. De fato, enquanto tendência, tudo isso leva a admitir que **a forma e o conteúdo material assumidos pelo trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar adquire**

uma feição cada vez mais proletária, posto que as unidades produtoras se comportam como verdadeiras fábricas, centradas na extração da mais-valia.

Esta condição proletária está expressa no conteúdo e no modo concreto de subordinação ao capital. São verdadeiros operários agrícolas que em conjunto com os operários industriais do *vapor do diabo* (LOPES, 1976) constituem a totalidade do processo produtivo usineiro e heterogeneidade interna da condição operária nessa agroindústria. Ambos desempenham funções produtivas do processo imediato de produção, favorecem a reprodução ampliada do capital, sujeitam-se às imposições da lei do valor e, por conseguinte, do exército industrial de reserva.

Livres e despossuídos, em conformidade com as necessidades médias do capital, os trabalhadores arcam com as fraturas do circuito produção-circulação-consumo, inerente ao movimento do capital. O ônus que daí deriva aprofunda-se na política salarial centrada no pagamento por produção, nos novos mecanismos de gestão e nas condições e relações de trabalho em vigência.

4.2.2 *Política salarial ou o avesso do avesso:¹¹⁰ o imperativo do pagamento por produção*

A política salarial praticada pela agroindústria canavieira detém um peso crucial na análise de nosso objeto. A modalidade de remuneração da força de trabalho aclara a articulação entre intensidade, produtividade e pauperização e, por isso mesmo, fornece as bases para a apreensão das transformações recentes do trabalho assalariado no corte manual da cana-de-açúcar na Paraíba. Trata-se de uma chave explicativa da retomada produtiva do capital sucroalcooleiro, principalmente em função de seus impactos negativos sobre a força de trabalho.

Ao mencionarmos a política salarial, referimo-nos à forma concreta por ela assumida no corte de cana, isto é, ao pagamento por produção, entendido enquanto modalidade análoga ao salário por peça (MARX, 1980). Outras pesquisas na temática trilham a mesma proposta categorial, como os empreendidos por Alves (2006), Tavares e Trindade (2009) e Guanais (2016). Dessa maneira, sob os preceitos da subsunção real do trabalho ao capital, o assalariamento no corte manual da cana-de-açúcar é presidido pelo pagamento por tonelada

¹¹⁰ Analogia à música “Sampa” (1978), de Caetano Veloso, que embora aborde dilemas típicos de um grande centro urbano, possui uma dimensão poética extensiva igualmente interessante para fazer menção às desgraças do espaço agrário brasileiro.

cortada, lógica na qual o salário do trabalhador depende diretamente da quantidade de mercadorias por ele produzidas.

“A usina paga é por produção, rapaz. Pagam o que a gente corta de cana. Tem dia que a gente não tira é quase nada e ainda assim fica é cansado”
(Francisco, cortador de cana).

Para Marx (1980), o salário por peça é tão somente uma forma modificada do salário por tempo. A fórmula que determina o preço do tempo de trabalho permanece inalterada: jornada de trabalho = preço diário da força de trabalho. Um dos aspectos incongruentes dessa modalidade consiste no fato de que a qualidade média do trabalho é controlada pelo resultado, proporcionando ao capitalista uma média da taxa de mais-valia e, portanto, de produtividade, intensidade e duração do trabalho. Torna-se, assim, “um terrível instrumento de descontos salariais e de trapaça capitalista” (MARX, 1980, p. 639).¹¹¹

Estendido ao capitalismo contemporâneo, o salário por peça conjuga intensidade do trabalho e tendência ao rebaixamento salarial, com apêndice da duração do trabalho. Consegue transitar entre os diferentes métodos de extração da mais-valia. No caso da usinagem do capital, pode ser utilizado tanto em unidades produtoras que recorrem à combinação máquina/força de trabalho viva para o corte de cana quanto pelas que se valem exclusivamente do corte manual. Em ambas situações, que mesclam mais-valia absoluta e mais-valia relativa na totalidade do processo produtivo, o pagamento por produção funciona como mola propulsora da produtividade.

Segundo Iamamoto (2001, p. 231), “uma vez estabelecida esta forma de pagamento, torna-se interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, como a única possibilidade de ampliar seus rendimentos”. Por consequência, se estabelece um indicador mediano da intensidade física requisitada ao cortador de cana. Para aferir o montante dos salários, a tonelada possui um preço de acordo com o tipo ou a qualidade da cana, embora as variações entre uma de boa qualidade e uma de má qualidade sejam inexpressivas em termos monetários.¹¹² O preço é estabelecido numa reunião entre capital e

¹¹¹ Até mesmo Thomas Malthus, expoente do pensamento econômico burguês, declara o seguinte: “Confesso que vejo com desgosto estender-se cada vez mais o uso do salário por peça. Trabalho realmente duro, durante 12 ou 14 horas por dia ou por tempo mais longo, é demais para qualquer ser humano” (MALTHUS, 1814 apud MARX, 1980, p. 644).

¹¹² A Convenção Coletiva 2016/2017 entre canavieiros e empresários da cana do estado da Paraíba define que o preço da cana esteirada com produtividade até 70 hectares custam 8,14/tonelada, enquanto a cana com produtividade superior a 70 hectares custa 8,59: uma diferença de 45 centavos.

trabalho, a chamada Convenção Coletiva¹¹³ anual, que estabelece as tarefas para o regime de produção e “consensua” o salário de acordo com as atividades exigidas pela safra.¹¹⁴

Francisco Alves (2006), em seu artigo *Por que morrem os cortadores de cana?*, defende a tese de que o salário por peça é responsável pela morte de cortadores de cana. Sob o fundamento “quanto maior a produtividade melhor é o salário”, quanto mais cana corta o trabalhador maior é a possibilidade de exaustão, acidentes de trabalho, doenças contraídas em decorrência do corte.

Um elemento que nos parece central quanto a essa modalidade de pagamento baseia-se no fato de que sua utilização encerra ao trabalhador a possibilidade de acesso ao total de sua produção diária. O controle numérico, que interfere no montante do salário, escapa-lhe por completo. Dado que o processo de trabalho é organizado por metros, mas aferido por tonelada, os assalariados do corte manual sabem quantos metros cortaram no transcurso de uma jornada de trabalho, mas não têm conhecimento do valor por eles produzido, tanto por não participarem da conversão metro/tonelada como porque o valor do metro só é fixado depois que a cana passa pela balança da usina, que fica longe do eito.

Desde os anos 1980 que essa situação, associada ao processo de trabalho, é objeto de discussão e embate na relação capital-trabalho na agroindústria canavieira. De tão emblemática, motivou importantes greves e mobilizações, tanto no Sudeste como no Nordeste (BEZERRA; TAVARES, 2016). Embora essas experiências organizativas tenham refletido em conquistas concretas, como o acesso dos trabalhadores à “balança da trapaça”, os cortadores de cana continuam sem ciência exata do conteúdo exato dessa conversão. Isto por duas razões: em primeiro lugar, porque a ida à balança seria vista como “desconfiança” da idoneidade da empresa; em segundo lugar, porque o deslocamento à balança demandaria tempo. Tempo, no raciocínio de trabalhadores subjugados ao pagamento por produção, significa mais cana cortada e alguns reais a mais no dia de recebimento do salário. Temem perder o emprego que, embora adverso, é o garantidor da reprodução material destes e de suas famílias.

Até este momento, já se sabe que o imperativo é o pagamento por produção. Dar maior conteúdo a isto, porém, demanda que se se leve em consideração aspectos mais práticos do encaminhamento da política salarial na agroindústria canavieira da Paraíba. Importa saber, ao analisar a dinâmica dos anos 2000, a média salarial recebida por um cortador de cana nesse estado, o preço da tonelada e em que o panorama salarial atual se diferencia dos anos 1990.

¹¹³ A primeira Convenção Coletiva da lavoura canavieira no estado da Paraíba data de 1984.

¹¹⁴ Estudos de fôlego a propósito das Convenções Coletivas na Paraíba podem ser encontrados em Adissi & Spagnol (1989) para o debate dos anos 1980/1990 e em Soares (2014) para o debate dos anos 2000.

De relance, vale antecipar que na cena contemporânea dos canaviais paraibanos, diferentemente da década de 1990, tende a prevalecer o trabalho formal ao invés do informal. Esta foi uma das primeiras constatações na pesquisa empírica, ora no contato com o movimento sindical, ora nas entrevistas com os trabalhadores. Traduz um movimento de inflexão em relação ao período anterior. As Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) são assinadas para o período da safra, conformando uma modalidade contratual por tempo determinado.

“Até que é rígida a fiscalização do Ministério do Trabalho quanto a assinatura das carteiras [de Trabalho e Previdência Social]. A Federação e os sindicatos também pressionam. Hoje não existe um trabalhador no corte que não seja contratado bem direitinho. É tudo certo, o contrato por tempo determinado” (José, sindicalista).

Malgrado a sazonalidade, essa formalização sem dúvida representa um avanço, uma tendência progressista. Embora a regra seja o pagamento por produção, os cortadores de cana possuem, hoje, um piso salarial previamente fixado na CTPS. Como consta na Convenção Coletiva de 2017, analisada para esta pesquisa, o piso atual corresponde à quantia de R\$ 910,00/mês, sendo R\$ 30,33 por dia trabalhado.

Também de modo distinto do período anterior, o pagamento do salário é efetuado mediante recibo, fornecendo-se uma cópia ao empregado com identificação da empresa. Lá consta a remuneração com parcelas discriminadas, a quantia líquida paga, os dias trabalhados, as horas extras, os descontos efetuados (inclusive para a Previdência Social) e o valor correspondente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Com isso, extirpa-se a figura do intermediário que encaminhava os pagamentos. Os cortadores possuem obrigatoriamente uma conta bancária para a qual é destinado seu salário.

Em nosso modo de entender, localiza-se nessa informação uma chave para identificar as mediações que envolvem a relação capital bancário-capital agroindustrial no setor sucroalcooleiro neste início de século. Parece-nos que os usineiros encontraram nos bancos um aliado mais interessante que os antigos “gatos” – os quais, no fim das contas, também eram trabalhadores. Agora, os cortadores de cana possuem eles mesmos um cartão bancário, acesso a linhas de crédito etc.

“O salário cai direto na conta. Tenho o cartão. No dia que o dinheiro sai eu vou buscar. O banco é lá na cidade mesmo” (Manuel, cortador de cana).

No entanto, o mencionado salário-base de R\$ 910,00 (reajustado em janeiro de 2018 para R\$ 954,00, de acordo com o salário mínimo vigente) funciona, na prática, como um

artifício. Isto porque o salário por produção elimina o salário-base. A referência ora para as exigências das usinas, ora para as necessidades dos trabalhadores, espelha-se no preço da tonelada, que por sua vez é verificado segundo uma exigência média de produtividade por hectare. O mais usual costuma ser o padrão de 70 toneladas por hectare. O preço unitário da tonelada é R\$ 8,14, segundo a Convenção Coletiva de 2017. Portanto, os cortadores de cana na Paraíba ganham, em média, 8 reais por tonelada de cana cortada.

A média atual da produtividade por cortador é de seis toneladas/dia, conquanto existam trabalhadores que, segundo a FETAG-PB, cheguem a cortar cortam vinte toneladas de cana numa jornada de trabalho.

“Tem canavieiro que corta cana demais. Conheço uns que fazem quinze, até vinte toneladas por dia” (José, sindicalista).

“Ah, meu filho, tem dia que eu corto muito mais que seis toneladas de cana. Muito mais. É cana muita [ri]. Tem dia que eu corto é 14.000 quilos” (Miguilim, cortador de cana).

Se o cortador produz em torno de seis toneladas/dia sua diária será de aproximadamente R\$ 48,00; um montante, portanto, superior ao do salário-base. Os cortadores “optam”, em função das determinações impostas pelo capital, pelo salário por produção. Não há muita margem à escolha. O tão propalado (e mísero) salário-base torna-se falácia, à qual o trabalhador declina, pressionado pelo mercado.

“Não tem trabalhador que queira o salário fixo. Tem o salário fixo, decidido nas Convenções Coletivas [...]. Mas no geral, todo mundo trabalha mesmo é por produção, por tonelada cortada” (José, sindicalista).

Resultado: intensificação do trabalho, sem melhorias efetivas de salário. A intensidade do trabalho é desproporcional à diferença salarial entre salário fixo e por produção. Os índices de produção e produtividade passam a crescer em projeção ascendente, às custas do desgaste físico dos trabalhadores, expresso nas seis milhões de toneladas anualmente processadas, média dos últimos anos que salta aos olhos do empresariado sucroalcooleiro.

Em tais condições, o cortador de cana obriga-se a trabalhar exaustivamente, impondo-se a duas metas: a manutenção de seu emprego e a satisfação de sua sobrevivência básica. A segunda depende da primeira. Para atingi-las, é compulsório ser, no mínimo, medianamente produtivo. É o avesso do avesso, supondo o preenchimento da totalidade do tempo de sua jornada para a obtenção de maior produtividade, o que atinge, segundo Iamamoto (2001, p.

217), “[...] os limites máximos da resistência física, resultando no esgotamento das energias e nos desgastes do corpo, traduzido no reclamo recorrente do cansaço”.

Em vista disso, institui-se um desequilíbrio entre salário e esforço físico – extensivo a outras categorias de trabalhadores –, uma vez que a política salarial adotada pelo setor sucroalcooleiro paraibano transforma o que seria pagamento de custos da força de trabalho em maior intensidade do trabalho, logo, em maior produtividade.

Observada a evolução recente dos salários pagos a esses trabalhadores, ao longo dos últimos dez anos, pode-se apresentar o seguinte quadro:

Tabela 06 – Panorama salarial dos cortadores de cana na Paraíba 2008-2017, com referência na relação salário-base/salário-mínimo nacional

Ano/Safra	Piso salarial (em R\$)	Salário-mínimo nacional (em R\$)
2008/2009	482,00	415,00
2010/2011	528,00	510,00
2012/2013	700,00	622,00
2014/2015	746,00	788,00
2016/2017	910,00	937,00

Fonte: FETAG-PB; DIEESE.
Elaboração própria. Dezembro/2017.

À primeira vista, numa análise dos números pelos números, poder-se-ia então argumentar que os aumentos salariais foram estrondosos, já que a elevação entre 2008 e 2017 registra um total de 88,8% no piso salarial e de 72 % no preço da tonelada cortada. É preciso reconhecer que há um crescimento real no salário desses trabalhadores. Este dado é inequívoco. No entanto, torna-se insuficiente – e até mesmo sujeito a distorções – se não mediado pelo contexto econômico do Brasil no lapso temporal em que ocorrera.

O trabalho no corte da cana, dadas as condições socioeconômicas dos que nele se empregam, possui como parâmetro o mínimo para a manutenção vital, definido pela legislação nacional através dos dispositivos de consenso. Mesmo com a pressão do movimento sindical, os usineiros costumam pagar somente aquilo que a lei lhes exige: o mínimo. Chegam a pagar até mais do que isso, sim, desde que o trabalhador tenha um rendimento produtivo médio ou elevado, ação pela qual o empresariado mobiliza as estratégias de controle que dispõe. Aliás, é isto o que geralmente ocorre.

Parece-nos, desta forma, que o ponto de referência do piso salarial dos cortadores de cana é o salário mínimo estabelecido pelo Estado brasileiro. Quando relacionados, as proximidades sequenciais entre salário-base e salário-mínimo nacional sugerem que o piso

salarial dos cortadores de cana tende a acompanhar o ritmo do salário mínimo nacional, distanciando-se de qualquer projeção que leve em consideração a intensidade do trabalho nos canaviais.

Igualmente, se constata uma valorização real do salário mínimo, especialmente entre 2008 e 2012, cujo aumento se traduz num montante correspondente a 49,8% e se insere num quadro nacional de crescimento econômico, controle da inflação e ampliação do mercado interno consumidor. De certo modo, os cortadores de cana, como o conjunto dos assalariados formais brasileiros, arcaram com benefícios imediatos daí derivados¹¹⁵ (DIEESE, 2017), o que não justifica nem diminui a crítica à estrutura produtiva de baixos salários da economia brasileira, profundamente desigual tanto entre indivíduos/famílias quanto, e estrondosamente, entre capital e trabalho.

Destarte, é manifesta a insatisfação dos trabalhadores com a quantia salarial que recebem. Julgam ser muito trabalho para pouco retorno financeiro, muito desgaste para pouco dinheiro. Mesmo com os avanços progressivos contidos nos dados de aumento salarial, sustentam que o que ganham não satisfaz sequer demandas imediatas. Um trabalhador empregado há mais de uma década na mesma usina relatou o seguinte:

“Estou no corte faz treze anos. Sempre trabalhei pra [Usina]. De lá pra cá, a melhoria é muito pouca. O salário da gente quase não aumenta. Trabalho três, quatro anos, só aumenta trinta, quarenta reais. Aí a gente vai comprar comida e não dá pra nada” (Manuel, cortador de cana).

Tendo a sobrevivência chantageada pelos baixos salários, o cortador de cana não poderia deixar de enfatizar em seus relatos a insuficiência do que ganha. Nas entrevistas, foi comum citarem necessidades que lhes parecem basilares, como moradia, alimentação e saúde, mas que o salário não as resolve. É o que ressalta nos extratos abaixo:

“O dinheiro não dá para pagar escola para o filho, não dá para comprar uma fruta, uma coisa assim diferente, né. A vida é apertada. O salário não dá para quase nada. Antes do fim do mês, acaba”. (Manuel, cortador de cana).

“O salário é apertado demais. Tenho mulher e filho... Dois filhos, então. Lá em casa só eu que trabalho. Às vezes, no domingo, tenho vontade de levar a mulher pra almoçar. Mas fico pensando: se eu levar ela pra almoçar hoje, pode faltar comida pro fim do mês. E não dá para ficar sem ter o que comer, né?” (Binho, cortador de cana).

¹¹⁵ No miolo dessas iniciativas contraditórias que fazem apologia ao neodesenvolvimentismo mantém-se atual e relevante o ideário do “cidadão-consumidor”, analisado e criticado por Ana Elizabete Mota em *Cultura da crise e seguridade social* (1995).

Enxergam a crueldade da modalidade de exploração a qual estão submetidos, mas concomitantemente constroem-se em relação ao pagamento por produção, aceitando-o. E o acatam, enfim, porque lhes possibilita, apesar do desgaste, um salário um pouco maior que o mínimo. É a garantia do “seguir vivendo”.

“[...] do jeito que me pagam eu acho é bom. Porque eu tenho que botar comida na mesa em casa. Então, estou aqui trabalhando, recebendo meu dinheiro que é pouco, mas dá pelo menos para seguir vivendo” (Manuel, cortador de cana).

A despeito do sofrimento provocado pelo pagamento por produção e pelas condições e relações de trabalho às quais se submete, o cortador de cana de certo modo abona o peso da modalidade salarial que lhe é imposta, não percebendo na maior parte das vezes a dimensão do contraditório e o círculo econômico vicioso arquitetado pelo empresário. Na margem de vida e trabalho a qual estão comprimidos, é raro uma consciência que escape às artimanhas do pagamento por produção. O que está em jogo são as necessidades imediatas de reprodução da vida.

Embora existam algumas iniciativas de organização coletiva, predomina uma tendência à assimilação dos dispositivos de consenso, estimulada pela modalidade salarial e intensificada pelos mecanismos de manipulação do capitalismo contemporâneo, às vezes confundidos com promessas. Os impactos subjetivos são expressivos, especialmente a partir de afirmações que guardam um fatalismo do qual o trabalhador não pode fugir. Naturalizam e eternizam a condição de vida, de modo que as possibilidades de melhoria lhes parecem algo remoto e improvável (BEZERRA; TAVARES, 2016).

Isto não elide, é certo, as possibilidades de resistências e até mesmo importantes iniciativas levadas a cabo no último período. Uma ação significativa ocorreu em 2014, sob a organização das mulheres do MST. Num 8 de março, ocuparam as plantações de cana do grupo francês *Louis Dreyfus*, em Pedras de Fogo. Destruíram plantações do monocultivo e, em seu lugar, plantaram uma diversidade de culturas: batata doce, macaxeira, inhame e feijão.

Na situação em que se encontram os canavieiros, a contradição é pulsante e a experiência concreta desses trabalhadores mescla-se, em suma, entre o consentimento e a rebeldia (IAMAMOTO, 2001). Assim se posiciona um sindicalista que, embora não confronte o pagamento por produção, reconhece as mazelas provocadas por essa modalidade de salário:

“Mas eu tenho que falar a verdade, né?! E a verdade é que o pagamento sendo assim, por tonelada, os empresários ganham muito mais dinheiro. Ninguém é menino para não saber disso” (José, sindicalista).

Este cenário, na congregação dos elementos reais que lhe compõem, permite-nos afirmar que o pagamento por produção acaba por configurar certo fetichismo, alimentado pelas práticas administrativas da unidade agroindustrial. Esse fetichismo encontra concretude a medida em que, ao articular objetividade e subjetividade, impõe ao cortador de cana uma confusão entre intensidade do trabalho e sobrevivência, fazendo-lhe crer que a segunda está sujeita a primeira. E sujeita-se, de fato, pois a tonelada cortada, quase possuidora de qualidades mágicas, torna-se a medida para a composição do salário. Isto gera, conseqüentemente, uma ânsia tremenda na rotina de trabalho do cortador de cana, cujo ônus irremediavelmente se abate sobre o seu corpo.

Evidencia-se com isso que **a política salarial vigente na agroindústria canavieira da Paraíba desgasta a vida dos trabalhadores, acirra a exploração, incrementa a taxa de mais-valia e atua como um dispositivo de controle e desmonte do trabalho.** Com base nela, o empresariado sucroalcooleiro elabora estratégias que ampliam o trabalho excedente. Isto se manifesta, como veremos mais adiante, na figura do “cortador-colaborador”, através da unidade entre os mecanismos de controle e gestão da força de trabalho.

Decerto, essa tendência particular processada no interior da agroindústria canavieira revela uma articulação às tendências contemporâneas do capitalismo. Tem sido recorrente, como já sinalizado, o recurso a formas de exploração da força de trabalho que, em tese, já estariam suplantadas. Especialmente após a última reestruturação produtiva, deflagrada na década de 1970, o capital tem retomado esses métodos, injetando-lhes um rótulo “moderno”, “novo”, “inovador”. É o que discutiremos a seguir.

4.2.3 O “cortador-colaborador” e as atuais práticas de gestão da força de trabalho

O tempo é tudo,
o homem não é nada –
quando muito é a carcaça do tempo.

Marx, em *A miséria da filosofia*¹¹⁶.

¹¹⁶ Marx, 1982, p. 58.

A chave-analítica do desenvolvimento desigual e combinado, utilizada ao longo desta dissertação, mescla-se e exibe-se nas tendências do trabalho na contemporaneidade. Atinge os mais diversos ramos da produção capitalista, na indústria e na agricultura, no campo e na cidade. No que toca a agroindústria canavieira, os registros aqui efetuados apontam novidades em seu *modus operandi*. Ainda que em ritmo descompassado, as determinações que a acometem envolvem os desdobramentos da última reestruturação produtiva, sintetizada em seu escopo geral nas mutações no processo de acumulação, na gerência sobre a força de trabalho e no modo de ser e de viver da classe trabalhadora (ANTUNES, 2009; MOTA, 2009).

O setor agroindustrial permite ilustrar que as bases dessas transformações remetem aos anos 1970, catalisados pela crise capitalista e suas sequenciais mudanças na ordem econômica mundial. Tendo por foco a recomposição das taxas de lucro, o capital tornou-se impelido a reordenar suas estratégias destinadas à produção de mercadorias e às modalidades de gestão da força de trabalho. Não mais fazia sentido insistir no padrão fordista-keynesiano – assentado na linha de montagem, na produção e consumo em larga escala etc. – que tanto lhe satisfizesse entre o segundo pós-guerra e o início daquela década. Necessário era adotar novas medidas na economia e na política, no quadro hierárquico das nações e do mundo do trabalho (MOTA, 1995), corporificadas no chamado modelo japonês (o padrão toyotista) e no neoliberalismo.

As consequências de tais diligências são amplamente conhecidas: o incremento do desemprego estrutural mediante a diminuição dos postos de trabalho, a radicalização da precarização do trabalho através da desregulamentação e da terceirização, a disseminação do trabalho polivalente, da “pejotização”, do empreendedor individual, dentre outras que afetam diretamente o trabalho e os trabalhadores na contemporaneidade. Tudo isso a fim de atender aos requisitos de uma “nova racionalização”, expressa na chamada acumulação flexível¹¹⁷ (HARVEY, 2005), que ao reconfigurar a divisão social (e técnica) do trabalho retoma antiquadas práticas de exploração da força de trabalho análogas ao salário por peça e ao trabalho doméstico e artesanal.

Nesta direção, mais nos interessa aspectos sinópticos dessa dinâmica que interferem em nosso objeto do que definições ou detalhamentos, contidos em vasta bibliografia (GUNET, 1999; HARVEY, 2005; ANTUNES, 2009; MOTA; AMARAL, 2000; DRUCK, 2009). Num espectro amplo, as mutações do trabalho assalariado na agroindústria canavieira se explicitam

¹¹⁷ Segundo Harvey (2005, p. 140), a acumulação flexível é “marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho e dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

nas políticas neoliberais e nos dispositivos de controle sintonizados com a flexibilidade, medidas que põem noutra patamar a dimensão penosa de uma atividade que já era insuportável – o corte manual da cana. Em função disso, mais importa à esta pesquisa a apreensão da unidade entre a exploração do trabalho e seus mecanismos de gestão na agroindústria canavieira da Paraíba.

Entendemos que na cena contemporânea do trabalho dos cortadores de cana mesclam-se aspectos fordistas e toyotistas. E mais: o pior do fordismo e o pior do toyotismo, na produção e na gestão. O potencial heurístico abarcado nessa hipótese contribui para ilustrar a tese de que o trabalho na agroindústria canavieira da Paraíba, apesar das mudanças, atribui um peso desmedido ao capital variável, o que confirma, em sua associação às nossas particularidades históricas, a prevalência de relações como arcaico/moderno, mais-valia absoluta/mais-valia relativa e rural/urbano no cerne do CAI canavieiro. Dar consequência a essa reflexão demanda algumas mediações. Três parecem-nos mais centrais.

A primeira delas reside na compreensão de que a reestruturação produtiva a que nos referimos, enquanto resposta à crise, configura-se enquanto “[...] expressão particular de um movimento geral e não a determinação que funda uma nova ordem” (MOTA, 1995, p. 67).

Não obstante esse fenômeno sócio-histórico assuma dimensões universalizantes enfeixadas na mundialização do capital (CHESNAIS, 1999), é multifacetada e desigualmente combinada sua inserção nas mais variadas formações econômico-sociais, nos Estados nacionais e nos mais distintos setores da produção capitalista. Por isso nossa insistência, desde o início deste estudo, com as particularidades da sociedade nacional. Aí habita a segunda mediação.

Já a terceira diz respeito diretamente ao ramo da produção em que se insere o objeto. No caso do CAI canavieiro, o movimento de reestruturação, iniciado somente no interior da crise que o acometeu nos anos 1990, afetou o conjunto do processo produtivo na indústria e na agricultura. Uma vez que o trabalho dos cortadores de cana é parte do processo de produção agroindustrial, pode-se apontar a existência de inovações tecnológicas que envolvem o plantio, o preparo do solo (a irrigação), a colheita e o deslocamento da cana. O foco dessas inovações guarda morada na elevação da produtividade – mesmo que em quase nada tenha alterado o processo de trabalho imediato no corte.

No espectro geral da reestruturação produtiva e em suas feições particulares na agroindústria canavieira da Paraíba, constitui eixo-comum a necessidade de estabelecer um movimento simultâneo entre a diminuição dos custos gerais da produção e a elevação da produtividade.

Convém retomar, exatamente agora, um dado apresentado no segundo capítulo. Na ocasião, quando da análise dos reflexos do ciclo restaurador da cana-de-açúcar na Paraíba, sinalizamos que entre os anos 1990 e os anos 2000 a elevação da produção chegou a atingir um *quantum* de 268%. A esta altura, convém explicar o que oportunizou, na prática, tamanho crescimento. Se o alargamento da extensão territorial com plantações de cana constitui um vetor, suas repercussões no que tangencia a forma e o conteúdo materiais do trabalho desempenhado pelos cortadores de cana são igualmente importantes.

Pode-se supor, com razão, que o processo de trabalho – organizado segundo os preceitos de larga escala, vale dizer – e a política salarial praticados no CAI canavieiro da Paraíba constituem os dois principais fatores que respondem a esse questionamento na esfera da produção. O nível de destreza e intensidade física exigidos ao cortador de cana, associados aos movimentos repetitivos que executam durante a jornada de trabalho, podem ser facilmente remetidos ao gorila amestrado de Taylor, para quem a “animalidade” do homem ao mundo industrial deveria ocorrer como uma adaptação quase natural ou psicofísica.¹¹⁸ No sentido desta analogia, Alves (2006, p. 95) afirma que o cortador de cana pode ser comparado a um “[...] atleta corredor fundista [...] Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento e 6 de largura [...] despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes por dia” (ALVES, 2006, p. 95).

Desta feita, assinalamos a existência de caracteres taylorista-fordistas no núcleo da produção canavieira. Os indícios são evidentes: os movimentos repetitivos, o caráter despótico do controle do trabalho (no tempo e nos movimentos efetuados pelos cortadores de cana), a separação embrutecedora entre concepção e execução, a padronização dos instrumentos etc.

Tal aproximação cortador de cana/produção fordista não implica, porém, uma relação de exclusividade. Mescla-se com outros modos de organização técnica do trabalho, constituindo

¹¹⁸ Em *Americanismo e Fordismo*, Gramsci (1980) é enfático ao criticar a troncha ideia desenvolvida por Taylor sobre gorila amestrado em seus estudos sobre a administração científica. Diz o pensador sardo: “[O fenômeno americano] é também o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem. (...) Efetivamente [com a frase sobre o 'gorila amestrado'], Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana; desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que apenas é mais intensa que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada com a criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e, indubitavelmente, superior. Verificar-se-á, inevitavelmente, uma seleção forçada, parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court* (GRAMSCI, 1980, p. 396-397).

um “hibridismo”¹¹⁹ que demanda pesquisas centradas exclusivamente nesse aspecto. O que está sendo sustentado aqui é tão somente um realce ou predomínio de elementos taylorista-fordistas. Certamente atuam sobre esses trabalhadores, na configuração do processo de trabalho, formas e conteúdos presentes na cooperação,¹²⁰ na manufatura e nos desdobramentos variados da grande indústria – métodos de extração da mais-valia relativa, mas que não consentem de centralidade em situações ainda presididas pela mais-valia absoluta.

Ora, se há um processo de reestruturação produtiva em curso no CAI canavieiro, é praticamente inevitável que a flexibilidade exigida pelo padrão toyotista na esfera da gestão não requisite, ao mesmo tempo, a flexibilidade do trabalho e dos trabalhadores. É mister ponderar que a agroindústria canavieira, em busca da sintonia aos novos tempos globais, submete-se aos processos de institucionalização da flexibilização e das “modernas” formas de precarização social do trabalho no Brasil, o que restaura e reconfigura num patamar de maior complexidade a antiga precarização - histórica e estrutural - do trabalho na realidade nacional. Não é à toa que o curso desse processo coincide com os brutais ataques às leis de proteção ao trabalho, ocasionando seu desmonte.

Uma primeira influência do padrão toyotista no âmbito da gestão localiza-se no eixo da modalidade de contratação. Segundo a FETAG (2017), os canavieiros são comumente contratados para o cargo de “trabalhador rural”. Pelo menos é o que consta na função a eles designada na CTPS. Isto contribui para que inexista uma definição precisa das tarefas a serem executadas pelos trabalhadores. Contrata-se para uma função ampla e, por conseguinte, emprega-se o trabalhador em qualquer uma das etapas do processo produtivo demandado pelas usinas e destilarias, sem distinção ou equiparação do salário ao esforço físico por ele despendido nas mais variadas atividades.

Em nosso entendimento, essa tendência encontra íntima relação com o chamado trabalho multifuncional/polivalente.¹²¹ Ao advogar e disseminar essa modalidade de contratação, o empresariado a enquadra sob o verniz da “inovação”, atribuindo teor positivo à amplitude da categoria “trabalhador rural” quando lhe interessa, na verdade, igualar trabalhos sociais particulares; e com isso, abafar os contornos assumidos pela exploração da força de trabalho na atividade do corte manual.

¹¹⁹ Ou “padrão compósito”, como sugeriu Trindade (2014) ao analisar o trabalho na indústria têxtil.

¹²⁰ Sobre a dimensão cooperativa do trabalho na colheita, ver Yamamoto (2001).

¹²¹ Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a formação polivalente é definida como modalidade destinada a dar aos participantes a mais ampla formação em vários ofícios relacionados com a profissão escolhida, a fim de ajudá-los a adaptar-se às características do trabalho. Tem por objeto prepará-los a adaptarem-se à evolução técnica futura, assim como as outras oportunidades profissionais que poderão apresentar-se e abrir-lhes perspectivas de carreira.

Contraditoriamente, ao tempo em que assinam as carteiras de trabalho para o cargo de trabalhador rural, aponta-se como tendência que as usinas e destilarias têm recorrentemente tratado os trabalhadores enquanto “colaboradores”. Aí reside a segunda tendência. Este fenômeno parece-nos específico dos anos 2000 e não comparece em estudos dos anos 1990. Entendido enquanto novidade, revela a penetração consolidada, porém tardia, da reestruturação produtiva na agroindústria canavieira, até mesmo do ponto de vista ideológico.

Na agroindústria canavieira da Paraíba, é comum os setores de produção e de recursos humanos referirem-se aos trabalhadores como “colaboradores”, sendo este modo de tratamento uma exigência de seus superiores. Sob a coordenação dos setores administrativos, os cortadores de cana são cadastrados num sistema operacional de gestão integrada. Denominado Procedimento Operacional Padrão (POP), o sistema é padronizado e serve de orientação sobre os procedimentos das tarefas de cada dia, comportando um controle detalhado de produção com informações sobre quando e quanto deve ser mínima ou medianamente produzido. Por meio do sistema POP, os trabalhadores recebem instruções de segurança do trabalho [*sic.*] e a notícia das atividades a serem realizadas durante o dia. O POP, sob certas mediações, é uma verdadeira analogia ao *kanban*.¹²²

A partir desses elementos, torna-se possível apontar a emergência e o desenvolvimento do que caracterizamos neste estudo como o ideário do “cortador-colaborador”, ilustração particular da concepção mistificadora de “colaborador”¹²³ difundida pelo capitalismo contemporâneo. O termo faz referência à farsa da relação amigável entre capital e trabalho, no linguajar adotado pelo primeiro.¹²⁴

O “**cortador-colaborador**” refere-se a um determinado tipo de sujeito, previamente desejado pelas unidades produtoras com base em critérios objetivos e subjetivos. Em termos objetivos, deve enquadrar-se naquelas exigências apresentadas ao se discutir a caracterização dos trabalhadores (homens, preferencialmente jovens, com pouca instrução e sem qualificação profissional); enquanto que em termos subjetivos deve ser portador de um saber-fazer fiel à empresa, sentindo-se parte dela e de seus resultados, como se o sucesso do usineiro significasse, do mesmo modo, o sucesso do trabalhador.

Ao operar como um mecanismo ideológico que diferencia as remunerações, o ideário

¹²² Instrumento de controle sobre a força de trabalho inaugurado pelo toyotismo. O *kanban* nada mais é do que uma sinalização coordenada pelas empresas sobre as tarefas “em andamento”, “executadas” ou “pendentes”.

¹²³ Segundo Antunes (2015), o capital pretende, ao criar o “colaborador”, interiorizar e radicalizar a reificação na subjetividade do trabalho, que ele é parte de uma objetividade — a empresa — na qual é “colaborador”, e não opositor.

¹²⁴ Para aprofundamento nessa discussão, consultar Sennett (1998) e Beaud e Pialoux (2009).

do “cortador-colaborador” tende a instigar que as bandeiras do empresário sejam convertidas em bandeiras dos trabalhadores. Ocultar a noção trabalhador *versus* patrão conforma-se enquanto objetivo empresarial prioritário e a falácia “colaboracionista” – uma verdadeira pedagogia do consenso – insinua uma relação afável, gentil e notadamente “flexível” entre capital e trabalho.

Edifica-se, como derivação desse processo, uma nova moral conferida aos cortadores de cana. O desempenho individual, e nunca coletivo, associa-se a noções díspares como disposição e preguiça. O “cortador-colaborador” nunca é o preguiçoso, sempre estereotipado pelo maniqueísmo bom ou ruim, campeão ou derrotado. Em todos os casos, bom ou ruim segundo os preceitos empresariais, o cortador de cana encontra-se inerentemente subordinado à quantificação.

“Bom” ou “campeão”, nessas circunstâncias, é o que corta muita cana sem hesitações e reclamações; oposto ao “ruim”, que reclama ou tenta se encostar no trabalho alheio, no intento de trapacear a quantidade por ele produzida. O diploma que o “cortador-colaborador” não obteve em escola ou universidade, obtém ficticiamente no canavial: o *diploma de bem-comportado*, de quem *reza pelo bem do patrão e diz que tudo tem melhorado*, na crítica de Gonzaguinha.¹²⁵

A moral requisitada pela usinagem do capital possui uma objetividade cristalizada na permanente disposição física e na tendencial aceitação das condições impostas, visto que um trabalhador, cortando muita cana, angaria recursos materiais que dificilmente seriam obtidos num cenário de menor rendimento produtivo. No relato de um sindicalista:

“Tem trabalhador que corta tanta cana, mas tanta cana, que já tem é sua moto, sua casa própria... Tem uns que até carro já tem. Vou lhe dizer uma coisa... tem cortador de cana que passa é bem” (José, sindicalista).

Pode-se notar que o padrão preferencial do empresariado incita que o saber-fazer venha sempre acompanhado por um determinado modo-de-ser, estimulado pelo conteúdo do *marketing*, notadamente ideológico, que impõe aos trabalhadores uma relação mais parecida com devoção que com assalariamento. O objetivo é que os cortadores de cana visualizem na empresa seu principal polo de parceria e amparo, como se todos fossem indistintamente jogadores de um mesmo time. Os rebatimentos de dimensão política são calamitosos, pragmáticos, retirando-lhes a noção de que o empresário-usineiro representa, na verdade, seu

¹²⁵ Música: Comportamento Geral. Compositor: Gonzaguinha. Álbum “Luiz Gonzaga Jr.”, 1973.

polo de oposição.¹²⁶ As reestruturações capitalistas operam pesadamente sobre a consciência dos trabalhadores. E neste caso não tem sido diferente: é a noção de “parceria” em detrimento da noção de confronto.

Numa análise prospectiva, como se pode visualizar, substitui-se aquele padrão notadamente despótico dos anos 1990 por um aparentemente benéfico ao trabalhador, como quem quer avisar: “a gente cobra, mas luta pelos trabalhadores”. Assim, o empresariado inova nos mecanismos sugestivos de consenso, numa remanescente busca pela “qualidade total”, satisfazendo aos anseios produtivos expressos no incentivo brutal à intensificação do trabalho, articulada entre o processo de trabalho e o pagamento por produção. Daí a unidade, em torno de um mesmo fim, entre produção e gestão da força de trabalho na particularidade da agroindústria canavieira da Paraíba.

Exemplo sagaz dessa unidade entre produção e gestão no caso em debate é o chamado “fácio de ouro”, título conferido aos “melhores cortadores” – isto é, os que beiram a morte por cortarem mais cana durante um mês. Trata-se de uma estratégia empresarial alastrada entre os trabalhadores, cuja tônica recai sobre o estímulo à elevação da produtividade. Daí provém um verdadeiro vislumbre na consciência dos cortadores de cana, situado no raciocínio de que a “colaboração” com o patrão representa ao fim do mês a “auto-colaboração” por meio do salário, quando em verdade teve potencializada a usurpação de seu próprio trabalho por meio do incremento na taxa de mais-valia.

Quanto mais competitivos, mais rápidos serão os golpes de podão, capazes de lhes darem o título de ‘podão de ouro’. Os portadores desse prêmio terão no final da safra, poupado o suficiente para a compra da moto, mercadoria desejada (...) Caso seja jovem, solteiro, será visto como vitorioso (...) Caso sejam casados, o dinheiro poupado poderá ser empregado na construção da casa em alvenaria... (SILVA, 2006, p. 128).

Uma modalidade como essa – o “fácio de ouro” – tende a satisfazer os anseios capitalistas por diversos ângulos que articulam em ser cerne a unidade entre produção e gestão. Na medida em que opera como mecanismo de elevação de produtividade, exige dos trabalhadores um ritmo notadamente competitivo, o que acaba por tornar a figura do fiscal cada vez menos importante. Os próprios trabalhadores regulam o ritmo e a intensidade, tarefa

¹²⁶ D’Incao (1983) já demonstrava situações dessa natureza desde a década de 1970, quando analisou a situação dos boias-frias. “A concorrência pelo trabalho (...) aparece também como um grande obstáculo à união dos ‘boias-frias’. Preocupados com a garantia de trabalho, nos períodos em que não há colheita, eles assumem os valores do empregador e competem com os próprios companheiros. Isto se revela, contudo, apenas no discurso daqueles que possuem melhores condições para enfrentar a concorrência com os demais: os mais moços e de melhor saúde. Valorizam a figura do ‘fiscal’ em detrimento da dos companheiros, e se promovem como bons trabalhadores, razão pela qual não lhes falta trabalho” (D’INCAO, 1983, p. 143).

que noutros tempos cabia ao capitalista ou aos seus representantes técnicos. O “cortador-colaborador” converte-se, desta feita, no supervisor-de-si-mesmo.

A proposição aqui lançada (do ideário do “cortador-colaborador”) enquanto reprodução do movimento da realidade assume um agravante de acordo as características da unidade produtora. Nas que mais avançaram no processo de reestruturação, o supervisor-de-si-mesmo traduz um sujeito cada vez mais ativo. É o caso, por exemplo, das usinas e destilarias partícipes da tendência de estrangeirização das terras, cujos proprietários sequer são brasileiros. Muitos deles, aliás, nunca sequer pisaram nessas propriedades. Gera-se uma relação nova: trabalhadores que jamais viram, conheceram e pouco ouviram falar sobre seus patrões. O patrão tornou-se, nessas circunstâncias, um personagem incógnito, desconhecido. Um dos entrevistados narrou o seguinte:

“Estou aqui faz tempo, como falei, né. Treze anos. Trabalhei para um Grupo que era daqui. Antes eu conhecia meu patrão. De vez em quando ele passava por nós pra observar como o corte andava. Mas agora o grupo é de estrangeiro. Trabalho para a empresa nova. Eu mesmo nunca vi meu patrão. Não sei nem quem é” (Manuel, cortador de cana).

Associada ao desconhecimento do próprio patrão, inclui-se a dimensão competitiva do “facão de ouro” a que nos referimos. Esta disputa limita-se às relações estabelecidas entre os próprios trabalhadores. O “facão de ouro” propõe uma concorrência que esgarça os cortadores de cana não somente em suas desgastadas condições físicas, mas também em suas reações político-organizativas, analisadas em estudos como os de Guanais (2016) e Thomaz Jr. (2002). Em certos casos, a concorrência interna converte-se numa luta fratricida pelo “mais produtivo”, tornando-se um verdadeiro empecilho à ação coletiva, o que por mais uma vez favorece a usinagem do capital.

Assim sendo, o “facão de ouro”¹²⁷ configura uma consequência direta da política salarial praticada, malgrado sua implementação seja coordenada pela esfera da gestão. Analisada historicamente, a adoção de estratégias desse tipo não é recente. Sigaud (1970), ao investigar as condições e relações de trabalho dos canavieiros pernambucanos na década de 1970, já demonstrava a existência de competitividades em torno do ritmo produtivo do trabalho.

Na realidade paraibana, a FETAG (2017) admite que as nove unidades produtoras se valem desse dispositivo. A distribuição de cestas básicas e eletrodomésticos (como geladeira, máquina de lavar e micro-ondas) costumam ser o prêmio dado a esses estimados “cortadores-

¹²⁷ Para uma análise de seus impactos sobre a saúde dos canavieiros na Paraíba, ver pesquisa de Soares (2014) na particularidade do município de Cruz do Espírito Santo.

colaboradores”. A natureza dos prêmios adquire uma dupla dimensão: eleva e produtividade e reproduz a condição familiar almejada pela usinagem do capital, liberando esse tipo de trabalhador para as demandas requisitadas pelo empresariado.

“As usinas ainda fazem aquelas premiações todo mês, né?! Isso para os homens que cortam mais cana. A maioria dá é eletrodoméstico. Uma vez ou outra, uma vez ano, tem umas que até moto sorteiam” (José, sindicalista).

Sob tal panorama, amarra-se a produção e a gestão da força de trabalho na agroindústria canavieira da Paraíba. Uma encontra-se refletida na outra, ainda que sob o manto do que à primeira vista possa parecer pura contradição. Aquela possível antinomia entre produção híbrida com predomínio de aspectos taylorista-fordistas e gestão com notáveis influências toyotistas acaba por erigir uma relação de unidade na diversidade.

As transformações verificadas na gestão não implicam necessariamente um giro na esfera da produção. Tudo se subordina à razão de ser empresarial, geradora de composições estranhas, que mesclam um pouco de tudo e assim edificam o que mais parece um bicho sem forma, um “ornitorrinco”, em alusão à tese de Francisco de Oliveira (2012) sobre a sociedade brasileira no limiar deste século. O “ornitorrinco” pode explicar muita coisa de nossa realidade, inclusive o emaranhado das relações de produção no setor canavieiro, notadamente dialético, entre o “moderno” e o “arcaico”, linha de cujo linho constrói-se nossa pesquisa.

Refletidos o processo de trabalho, a política salarial e o atual modelo de gestão da força de trabalho no CAI canavieiro da Paraíba, torna-se oportuno apresentar o quadro geral das condições e relações de trabalho dos cortadores de cana nos anos 2000. Com base nisso, será possível elucidar com maior exatidão a relação de unidade mais presente na agroindústria canavieira: produtividade e pauperização, acumulação e miséria.

4.2.4 Condições e relações de trabalho, produtividade e pauperização

A esta altura, um aspecto é fato: o “moderno” agronegócio sucroalcooleiro possui no “arcaico” corte manual da cana a expressão mais visível de sua degradação. A precarização do trabalho, entendida enquanto fenômeno novo e velho, mostra-se com realce na dinâmica da agroindústria canavieira. A prática executada pelos cortadores de cana mantém-se enquanto sinônimo de sofrimento.

“É repetitivo. É o dia todinho cortando cana. Trabalho num falta não. E vou lhe dizer uma coisa: é pesado. Não é manso, não” (Serafim, cortador de cana).

“Minha vida é cortar cana, meu filho. É cana e mais cana. Meu trabalho é esse. Enquanto eu tiver aqui, eu tenho é que cortar cana. Para poder comer, né? Eu e minha família” (Serafim, cortador de cana).

“Trabalhar a gente trabalha muito. Mas o resto da vida...” (Manuel, cortador de cana).

As condições e relações de trabalho reservadas ao cortador de cana não causam grandes surpresas, dadas as características já assinaladas. A única possibilidade de sobrevivência fora dos canaviais seria a posse da terra, um meio de produção a eles inacessível, inclusive pela concentração fundiária, que está na base histórica da sociedade brasileira, embaralhada à produção da cana-de-açúcar.

Neste sentido, o movimento da realidade demanda o empreendimento de uma análise que ultrapasse os continuísmos de longa duração, já amplamente problematizados. Sob certa angulação, o debate a propósito do “cortador-colaborador” caminha na intenção analítica cujo propósito versa em desvencilhar o que é exatamente novidade no “mundo do trabalho” nos canaviais. Logo nos primeiros momentos da pesquisa de campo, um dirigente sindical nos confirmou o suposto de que seria mecânico e reducionista analisar o trabalho dos cortadores de cana nos anos 2000 como mera continuidade dos anos 1990 – ou ainda, como pura intensificação do trabalho, como se certas mediações fossem dispensáveis, o que consistiria num esquerdismo míope. O sindicalista disse-nos o seguinte:

“Não dá pra tratar o trabalho dos canavieiros colocando num mesmo pé de igualdade o que já foi com o que é hoje. Vou lhe dizer a verdade: já foi muito pior. Na época que cortei cana, mais ou menos ali por 88 e 89, a situação era bem difícil. Nos 90, quando eu já estava no sindicato, os canavieiros levavam uma marmita para o corte que só tinha feijão e farinha. E vou lhe dizer uma coisa: entre feijão e farinha numa marmita e arroz, feijão, macarrão e carne noutra... tem muita diferença” (José, sindicalista, ex-cortador de cana).

O castigo do trabalho degradado no canavial muda de forma, mas conserva sua essência.¹²⁸ O ponto de arranque para a discussão dessas mutações certamente não deve ignorar ênfases de dimensão objetiva que aparecem de modo reiterado nos relatos dos trabalhadores sobre a experiência concreta por eles vivenciada no corte manual. No relato do sindicalista, também ex-cortador de cana, a reivindicação é mínima: o direito à proteína e à diversificação dos carboidratos, o que lhes aproxima à noção de fartura, enquanto o feijão com farinha dos

¹²⁸ Fonte privilegiada de dados para a problematização desse debate seria a publicação do Censo Agropecuário/2016, ainda não divulgado, em razão dos desdobramentos assumidos pelo Golpe de Estado emplacado nesse mesmo. As razões são politicamente suspeitas.

anos 1990 representaria, segundo o relato, escassez e miséria. Reivindicação mínima, mas não irrisória.

Perante esse quadro, parece-nos claro como a luz do dia que qualquer avanço minimamente civilizatório faz diferença aos cortadores de cana. Não custa recordar *en passant* os carros de boi em que eram carregados nos anos 1990. De lá para cá, há aspectos que continuam vivos na rotina vida-trabalho dos cortadores de cana na Paraíba e outros passaram por inflexões que, embora não afetem a estrutura da produção canavieira, representam no plano objetivo condições menos insalubres e desastrosas para quem possui naquela rotina sua condição de sobrevivência.

E por falar em rotina, as diferenças não são das mais emblemáticas entre as décadas 1990-2000. A labuta permanece tendo seu ponto de partida na madrugada. O café preto coado, parceiro de primeira hora, cumpre o papel de despertador. É o preparo do corpo. A comida que levarão para o trabalho deve ser rapidamente encaminhada, pois se feita na noite anterior corre razoável risco de já estar estragada na hora do almoço. As esposas, em geral, inserem-se de modo decisivo nessa demanda conexa à reprodução da força de trabalho – e assim, de certo modo, continuam vinculadas à totalidade do processo produtivo da agroindústria canavieira.¹²⁹ É necessário ao conjunto daquelas famílias – para que possam reproduzir-se na mesma condição – que os homens leve a marmita para o canavial, e que de preferência contenha arroz, feijão, macarrão e carne, dando-lhes “sustância”, como costumam dizer.

Religiosamente, nas proximidades de suas casas, os trabalhadores aguardam o transporte que os conduz à lavoura. O cansaço conjuga-se como uma fusão entre aspectos variados, como nos relatou um trabalhador:

“Levanto ainda é de madrugada, no escuro, pra fazer o almoço. Não dá para eu ou a mulher fazer quando chego do trabalho, de tarde, porque a comida estraga para o dia seguinte. Aí umas 4h a manhã eu já estou de pé. 5h, mais ou menos, o ônibus já passa. Quando eu vou chegar em casa, cansado, já é umas 3 ou 4 da tarde” (Serafim, cortador de cana).

A rotina repetitiva manifesta-se no miolo do processo de trabalho em que se encontram imersos. A jornada de trabalho, concebida em dimensão ampliada – isto é, considerando os deslocamentos de ida e volta de casa para o trabalho –, permanece extensa, pois os trabalhadores demandam cerca de dez ou onze horas por dia em função do trabalho.¹³⁰ Não sobra, assim,

¹²⁹ Sobre o trabalho feminino na realidade brasileiro, cf. Saffioti (2014).

¹³⁰ Em pesquisa empírica realizada com os canavieiros da Zona da Mata paraibana, Torres (2009, p. 138) extrai a seguinte síntese quanto a relação entre deslocamento para o trabalho e jornada de trabalho: “Se o percurso no

tempo para o desenvolvimento de determinadas potencialidades humanas e para a satisfação de esferas da sociabilidade que importam a estes trabalhadores. No raciocínio e na prática empresarial, tudo o que não é trabalho entra no cômputo das futilidades; afinal, seus proprietários são movidos por um “impulso cego, desmedido, em sua ferocidade por mais-trabalho, [atropelando] não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho [...]”. (MARX, 1980, p. 211).

Atente-se que há no último relato de Serafim um diferencial concreto em comparação aos anos 1990: os antigos “gaiolões” foram trocados por ônibus. O deslocamento de casa ao trabalho, relativamente demorado, não mais ocorre num amontoado em pé, inseguro, além de desconfortável em demasia. Possuem o direito mínimo de fazer esse percurso sentados num veículo que, mesmo precário na maioria dos casos, possui condições razoáveis de deslocamento se comparado aos “gaiolões”.

Fotografia 6 - Transporte utilizado pelos canavieiros



Fotografia: Éricson Torres – Pesquisa de campo (2006).
Extraída de Torres (2009).

Dois trabalhadores explicaram-nos a relação entre deslocamento aos canaviais e jornada

ônibus durar mais de uma hora, o trabalhador tem direito de receber como hora extra de trabalho. Eles contam que o ônibus passa pela manhã entre 5:30h e 6:00h. Dos 35 entrevistados, sete afirmaram viajar às vezes em pé, às vezes sentado. A média de pessoas que os ônibus transportam fica em torno de 51, embora às vezes transporte até 65 canavieiros até o local de trabalho segundo eles afirmam. Quando questionados se existe local para os instrumentos de trabalho no ônibus, a grande maioria afirmou que os instrumentos vão na mala do ônibus e sete entrevistados que as vezes os instrumentos vão juntos aos trabalhadores dentro do ônibus o que tem provocado alguns cortes com as ferramentas”.

de trabalho da seguinte maneira:

“Trabalho no corte faz 9 anos. Entrei aqui no dia 8 de maio de 2006. Já faz muito tempo. Moro no sítio. Daqui pra lá dá 9 quilômetros. Todo dia venho pra cá. O ônibus passa logo cedo. Hoje mesmo o ônibus chegou lá em casa 5 da manhã. [...] quando vou chegar em casa, já é 4 horas da tarde” (Manuel, cortador de cana).

“Nós do sítio somos os últimos a chegar em casa e os primeiros a sair. De lá pra cá, primeiro o ônibus passa no sítio pra depois passar na rua. E na volta, primeiro na rua pra depois chegar no sítio” (Joaquim, cortador de cana).

Como desdobramento disso, no transcurso do dia-a-dia nos canaviais, os danos contidos nas condições e relações de trabalho resultam da configuração mesma do processo de trabalho. Aquilo que já apresentamos superficialmente, exhibe aqui sua feição mais cruel, isto é, de impactos repentinos sobre os trabalhadores.

Segundo o Relatório do Encontro dos Trabalhadores Canavieiros do Nordeste (2005, p. 07), “no plantio e no corte da cana é frequente os cortadores sentirem câimbras¹³¹ e dores no corpo”. Em face do calor e das vestimentas (composta por botas, perneiras com tiras de aço, calça *jeans*, camisa de manga comprida, boné e óculos), preferem cortar o máximo de cana o mais cedo possível. Depois da hora do almoço, o calor nos canaviais torna-se insuportável.

“É claro que é um trabalho pesado, né?! O sol é quente pegando fogo, eles usam umas vestimentas pra se proteger [os EPI's] que aumenta mais ainda o calor. Não é moleza não, tá certo?” (José, sindicalista).

“É melhor cortar cana de manhã, né! Quanto mais cedo, melhor. Depois de meio dia eu só falto não aguentar, porque o sol é quente demais e a gente se veste desse jeito” (Serafim, cortador de cana).

Afora o calor do sol e a forma das vestimentas, ambos entediantes, localiza-se nesse trecho da entrevista com o dirigente sindical outro elemento novo: os trabalhadores que tinham de usar suas próprias roupas, despidas de qualquer proteção, agora recebem os EPI's.

“Quando não distribuía os EPI's, até um tempo desse, tinha trabalhador que ia cortar cana de sandália havaiana, o que você sabe que é um perigo” (José, sindicalista).

Isto representa no plano material uma conquista da ação organizada dos trabalhadores no último período, reivindicação bastante recorrente na análise das atas das Convenções

¹³¹ “As câimbras começam, em geral, pelas mãos e pés, avançam pelas pernas e chegam ao tórax; [...] provocam fortes dores e convulsões, dando a impressão de que o trabalhador está tendo um ataque nervoso” (ALVES, 2006, p. 95).

Coletivas e confirmada durante a pesquisa de campo. Nos anos 1990, independentemente das vontades singulares, o vestuário constituía um custo a mais no já apertado orçamento do trabalhador canavieiro.

“Antigamente a gente trabalhava com a roupa própria. Até quando eu cheguei aqui trabalhei dois a três anos com roupa própria. Tudo era meu, eu que tinha que arrumar. Depois eles começaram a dar a bota, a biqueira, os materiais que a gente precisa pra cortar cana...” (Joaquim, cortador de cana).

“A segurança no trabalho tá até boa. Comparado ao que já foi...” (Binho, cortador de cana).

A foto abaixo demonstra os EPI's utilizados pelos trabalhadores da usina em que enfocamos a pesquisa:

Fotografia 7 - Cortadores de cana com seus Equipamentos de Proteção Individual



Fotografia: Lucas Bezerra – Pesquisa de campo (2017).

Segundo relato dos cortadores no próprio lugar de trabalho, os equipamentos encontram-se na maior parte das vezes em condições de bom uso. Um trabalhador empregado na usina há mais tempo alegou que os EPI's estão conservados porque são novos e a empresa demora a trocá-los, repetindo-os por diversas safras.

A distribuição desses equipamentos choca-se, no entanto, com outros agravantes relacionados às condições e relações de trabalho. É o caso da disseminação sequencialmente elevada do uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos (herbicidas e maturadores) nas plantações. Esta medida representa um risco direto sobre a vida e a saúde dos trabalhadores que

entram em contato com tais substâncias; risco que extrapola, além do mais, o lugar de trabalho, pois os aviões que aplicam o veneno também contaminam as comunidades próximas, as cacimbas, rios etc. Isto posto, as doenças ocasionadas por contaminação persistem nos canaviais, mas nem sempre são reconhecidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Daí um agravante. Os cortadores consideram insatisfatório o atendimento por parte da política social da previdência (RELATÓRIO DO ENCONTRO DOS CANAVIEIROS DO NORDESTE, 2005).

Outro elemento que merece atenção é a situação dos alojamentos. No panorama da década de 1990, apresentamos os dados que indicavam as condições precárias de infraestrutura do lugar que deveria ser de descanso e por tantas vezes até de morada dos cortadores de cana. A situação era reconhecidamente insalubre. Segundo a FETAG (2017), os alojamentos permaneceram por anos na pauta de negociações, cujas primeiras conquistas datam da última década.

Oito das nove unidades produtoras do CAI canavieiro da Paraíba reformaram suas estruturas de alojamento, dotando-as de melhores condições. A lona preta cedeu lugar à alvenaria. Itens de cozinha, cama, mesa e banho incluem-se nessas melhorias que contribuem, sem dúvidas, com as condições materiais de reprodução da força de trabalho.

“A estrutura dos alojamentos também era muito ruim. Precário demais. Conseguimos acabar com aquelas lonas pretas e construir alojamento de alvenaria, quando precisa. Só uma usina, até hoje, que ainda tá dando trabalho quanto a isso” (José, sindicalista).

Em certa medida, esse avanço também resulta da diminuição da demanda dos trabalhadores por moradia nos locais de trabalho, tendência inversa aos anos 1990. Como demonstraremos ao analisar mais adiante a nova mobilidade do trabalho nos canaviais, os alojamentos tornam-se cada vez menos importantes. São, em geral, demasiadamente passageiros, o que acaba por evitar maiores custos aos empresários. No intervalo do almoço, por exemplo, muitos sequer deslocam-se para os alojamentos, que às vezes ficam distantes da lavoura. Em função disso, visualizamos durante a pesquisa tendas armadas no meio dos canaviais, especialmente destinadas a esse intervalo.

Fotografia 8 - Tendas nos canaviais, destinadas ao intervalo dos trabalhadores



Fotografia: Lucas Bezerra – Pesquisa de campo (2017).

Como o trabalho no corte exige atenção e não há tempo para muita conversa entre os comparsas, a tenda costuma ser um importante espaço de vivência coletiva, por mais curta que esta seja. Notamos a satisfação dos trabalhadores com aqueles momentos rápidos e intensamente aproveitados. Com pedaços de madeira, criam banquinhos e mesinhas em torno das quais a conversa flui por alguns poucos minutos. Uma partida de baralho ou dominó costumam embalar esses instantes, conforme demonstra o registro abaixo:

Fotografia 9 - Canavieiros no intervalo do almoço



Fotografia: Lucas Bezerra – Pesquisa de campo (2017).

As conquistas que elencamos até aqui, civilizatórias em termos “modernos”, devem ser valorizadas e encaradas como fruto da ação-reação dos cortadores de cana. Esta reafirmação insistente deve-se sobretudo ao fato de que tais avanços não são definitivos. A depender das circunstâncias histórico-conjunturais, podem arcar com agudas (e violentas) tendências regressivas. Reconhecido isto, torna-se viável sinalizar que **as melhorias observadas nas condições e relações de trabalho dos canavieiros ao longo da última década convivem contraditoriamente com um processo de intensificação do trabalho**, originado a partir da necessidade empresarial de elevação dos índices de produtividade e derivado das demandas econômicas do novo ciclo restaurador da cana-de-açúcar. Esta contradição representa um dos principais dilemas que explicitam a configuração contemporânea da relação capital/trabalho na agroindústria canavieira da Paraíba.

Sem desprezar as correlações de forças em disputa, as conquistas que elencamos acabam por se subordinar à dialética concessão-conquista, análogo ao demonstrado por Behring e Boschetti (2012) ao discutirem os fundamentos da política social. Nem só uma coisa nem só outra, mas uma inter-relação entre ambas. Em termos táticos, para que o empresariado da cana alcançasse com maior êxito seu fim estratégico (o lucro), era cogente abrir mão em alguns aspectos de suas imposições mortificadoras. É como dar com uma mão para tirar com a outra.

Estas “concessões”, que contraditoriamente estabelecem conquistas obtidas pela ação organizada das instâncias representativas dos canavieiros, possuem uma consequência passível de explicação no âmbito da extração da mais-valia. A partir delas, a usinagem do capital prepara um terreno supostamente mais seguro e fraterno para suas novas exigências produtivas. Passa a se valer do argumento de que as condições de trabalho estão melhores e, com isso, alarga sua margem de pressão em torno do ritmo e da intensidade do trabalho. Amplia a produção, incrementa a taxa de mais-valia e festeja a elevação da taxa de lucro, resultado de sua inserção cada vez mais bem posicionada no mercado competitivo.

Por consequência, acentua-se a desigualdade mais medular e flagrante na agroindústria canavieira: enquanto o capitalista acumula mais e mais, a pauperização relativa dos trabalhadores ingressa numa curva ascendente. É por isto que faz sentido apreender produtividade e pauperização enquanto unidade inserida num mesmo processo – “casamento” sem divórcio marcado, como sustentado em ocasião anterior (BEZERRA; TAVARES, 2016). E é nas decorrências oriundas dessa relação unitária que a precarização das condições e relações de trabalho dos cortadores de cana na Paraíba segue seu curso, num novo patamar de complexidade.

No universo analisado, as condições precárias jamais limitaram-se ao ambiente de trabalho. Possuem dimensão extensiva, sintetizada nas condições de habitação, de acesso à educação e saúde, de transporte, cultura e lazer etc. – tudo aquilo que deveria, no plano ideal, ser direito básico. No instante em que o trabalho lhes mantém a vida, também a definha (MARX; ENGELS, 2011).

Assim, a exploração à qual os cortadores da cana-de-açúcar estão submetidos possui novidades neste início de século, como demonstramos, em consonância com a configuração político-econômica peculiar a qual está inserida. De um lado, um discurso pronto, pautado na eficácia, na competitividade internacional, nos selos de responsabilidade socioambiental e na “geração de emprego e renda”; do outro, vidas que beiram a negação da própria vida, em face da exaustão, do desgaste, de um arranjo produtivo e de uma modalidade de salário (o salário por peça) que não incitam outra coisa a não ser a tendencial antecipação da morte.

4.2.5 O cortador-flutuante: impactos do ciclo agrícola sobre o assalariamento temporário

Na agroindústria canavieira da Paraíba, registra-se um permanente movimento atração-repulsão da força de trabalho. Isto é determinado conforme os imperativos econômicos do empresariado. A racionalização do trabalho confunde-se com a sazonalidade. Há geralmente uma safra anual. O período coincide com o verão, e a entressafra com o inverno.

O trato com a força de trabalho obtém respaldo na engenharia econômica do setor sucroalcooleiro, uma vez que a sazonalidade requer o maior ápice possível da capacidade produtiva da unidade agroindustrial no período safrista (IAMAMOTO, 2001). Para os trabalhadores da Zona da Mata paraibana empregados no corte manual da cana o inverno constitui-se como um pesadelo, enquanto o verão lhes apresenta a chance do assalariamento, mesmo que temporário. Um pesadelo porque lhes retira majoritariamente a possibilidade do salário, do emprego, colocando-lhes numa situação de agonia.

“Na entressafra é difícil demais. Eles contratam, depois demitem. Todo ano é assim. Oito meses aqui e depois é agonia” (Binho, cortador de cana).

Afora o caráter permanente, esse movimento atração-repulsão da força de trabalho adquire uma feição frenética. Dos 28.000 trabalhadores contratados em média para o período safrista, cerca de 15.000 são demitidos no período da entressafra, o equivalente a mais de 50% do montante geral de assalariados rurais nesse ramo (FETAG, 2017). Somente 13.000

compõem o coletivo denominado de “trabalhadores fixos”, enquanto a massa restante aposta a sorte da sobrevivência no destino, geralmente representado pelo desemprego ou pelas variadas formas do trabalho informal através de “bicos” na cidade ou no campo.

Esse quantitativo de trabalhadores, que oscila reiteradas vezes entre o emprego e o desemprego, entre o salário e sua negação temporária, é por nós caracterizado enquanto cortador-flutuante. O “flutuante” provém da análise de Marx (1980) sobre as formas de existência da superpopulação relativa,¹³² expressão do “[...] fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da procura de trabalho. Graças a ela, o raio de ação desta lei se encerra dentro dos limites que convém em absoluto à cobiça e ao despotismo do capital” (MARX, 1980, p. 745). Ainda no século XIX, com a consolidação da Grande Indústria, o autor já observava que nos polos dinâmicos da produção os trabalhadores são “[...] ora atraídos, ora repelidos em quantidade maior, de modo que, no seu conjunto, aumenta o número de empregados, embora em proporção que decresce com o aumento da escala da produção. Aí a superpopulação assume a forma flutuante” (id., p. 743-744).

De acordo com essa proposição, o cortador-flutuante expressa uma força de trabalho em plenas condições de assalariamento, porém atraída e repelida com frequência, oscilando entre o emprego o desemprego. São trabalhadores sazonais, instáveis, dispostos e disponíveis para qualquer tipo de trabalho, desprovidos de qualquer possibilidade de planejamento da vida a longo prazo, já que a reprodução material encontra-se ameaçada de modo programado. Possuem disposição para o trabalho independente das condições em que ocorra. Vinculam-se aos canais como resposta à necessidade imperativa da sobrevivência. Assim, atendem às exigências da acumulação de capital na agroindústria canavieira, sobretudo em função da possibilidade que oferece ao empresário-usineiro na contenção de gastos com capital constante na agricultura, por um lado, e com capital variável por outro, através da pressão para baixo da remuneração da força de trabalho.

A existência concreta do pauperizado cortador-flutuante afirma o modo pelo qual opera a unidade entre as esferas da produção e da reprodução nesse ramo agroindustrial; isto é, a presença desse trabalhador temporário, enquanto parte do exército dos ofertantes da força de trabalho, partícipe da superpopulação relativa, é confirmadora do sistema em voga nos dias de hoje no setor sucroalcooleiro. Assim como na realidade do “boia-fria” analisada por D’Incao

¹³² “A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação. Mas, além dessas formas principais que se reproduzem periodicamente assume ela, continuamente, as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnada” (MARX, 1980, p. 743).

(1983) décadas atrás, o cortador de cana empregado temporariamente para a safra, em ritmo irregular, decorre do *quantum* excedente da força de trabalho em relação à demanda.

O cortador-flutuante não representa uma realidade privativa dos anos 2000. Existe desde a deflagração do processo de assalariamento na agroindústria canavieira, acompanhando os trânsitos econômico-produtivos do ramo em análise. Traduz-se, portanto, enquanto um elemento de continuidade em relação aos anos 1990, embora apresente traços distintivos.

Naquele contexto, de crise do setor e desregulamentação estatal, os períodos de alternância entre emprego e desemprego foram significativamente mais longos em relação aos verificados neste início de século.¹³³ Por isso nossa insistência na dimensão frenética, instável, acelerada entre a necessidade da força de trabalho e sua repulsão nos anos 2000. Ampla atração e ampla repulsão tem convivido em dimensões mais expressivas hoje do que antes. Fato é que, tanto lá quanto cá, o desemprego faz parte do calendário anual. Trata-se de um nefasto impacto socioeconômico do ciclo agrícola.

Os trabalhadores desdobram-se o máximo que podem durante os oito meses da safra, atingindo altos níveis de produtividade a fim de angariar um salário que atenda a uma mesma necessidade imediata em dois períodos distintos: alimentação e moradia durante o período em que trabalham e, do mesmo modo, alimentação e moradia para o período em que estarão ameaçados pelo desemprego. As condições de vida tornam-se ainda mais comprimidas, impondo ao cortador-flutuante restrições básicas, já expressas na exposição que articulou intensidade, produtividade e pauperização. É tudo mais precário, mais apertado, mais incerto.

Em uma das unidades produtoras do estado, por exemplo, todos os anos são contratados e demitidos cerca de 900 cortadores de cana. A modalidade de contratação é pelo tempo da safra, isto é, um contrato por tempo determinado. Em comparação aos anos 1990, essa modalidade representa um avanço, uma conquista dos trabalhadores: primeiro, porque estabelece uma relação formal entre capital e trabalho; segundo, porque a contratação é feita nos dias de hoje diretamente pela usina, e não mais por intermédio daqueles “gatos” parasitas caracterizados no panorama da década de 1990.

“Agora tudo do contrato é pela usina. Não tem mais aquele negócio de empreiteiro por aqui não” (Binho, cortador de cana).

Estudos sobre a realidade do eixo Centro-Sul, como o de Guanais (2016), apontam uma permuta dos trabalhadores em diferentes unidades produtoras. Não foi isso o que observamos

¹³³ Informação extraída das entrevistas com o dirigente da FETAG-PB, mas que não possui dados numéricos devidamente sistematizados.

empiricamente ao analisar a situação de um estado do Nordeste. Um quantitativo razoável de trabalhadores costuma empregar-se durante anos na condição de safrista na mesma usina ou destilaria. As distâncias geográficas entre uma unidade produtora e outra na Zona da Mata paraibana atuam como um fator que corrobora com essa configuração, a não ser no caso de Santa Rita, o único município que concentra duas usinas.

“Estou aqui faz 11 anos. Quando nos contratam, é pelo tempo da safra. Daí isso só dura oito meses, porque depende de muita coisa, né? Depende do tempo, depende do inverno, depende da cana... Tanto que você corta, às vezes a chuva atrapalha...” (Serafim, cortador de cana).

“Quem me contrata é a empresa. Todo ano vou na usina. Faço tudo por lá” (Binho, cortador de cana).

De tal modo, as usinas e destilarias contam, sempre, com força de trabalho disponível e até mesmo em excesso. Não lhes faltam braços à disposição, o que confere ao empresariado uma razoável margem de manobra no movimento atração-repulsão da força de trabalho, valendo-se da unidade interna entre intensidade do trabalho, produtividade e pauperização.

Convém observar que a ampla atração e a ampla repulsão correspondem, em suma, à atividade do corte manual. Este fator não é desprezível desde o ponto de vista estritamente numérico, uma vez que revela o peso econômico da atividade desempenhada pelos cortadores de cana. Os que compõem o coletivo de trabalhadores fixos desempenham outras tarefas durante o inverno, como a queima do solo (de alta periculosidade, por sinal) e o preparo de terras para a plantação de cana. Quando não são intermitentes, são largamente volantes, alternando entre uma exigência e outra do ciclo produtivo da agroindústria canavieira.

“Eu sou trabalhador fixo. Mas a grande maioria fica é desempregado. Porque a empresa vai contratar agora pro corte, né, pra safra. Na entressafra, eu faço todo o resto. Fico mais na parte da queima e no preparo do terreno pro plantio” (Manuel, cortador de cana).

Enfim, mesmo que o trabalhador fixo apresente uma condição mais regular em relação ao trabalhador temporário, é certo que as incertezas abatem sobre todos. Em tempos distintos, mas uma angústia objetiva praticamente inescapável ao conjunto dos assalariados rurais da cana-de-açúcar.

“A empresa teve uma diminuição de gente danada aí. Isso tem preocupado a gente demais. Nós do sítio e a maioria dos que trabalham aqui, que moram na rua [na cidade]” (Miguilim, cortador de cana).

Mesmo os fixos não fogem da possibilidade de mais dia ou menos dia tornarem-se,

também, cortadores-flutuantes. Demonstram medo, receio das movimentações “modernizantes” das empresas, contidas nos reordenamentos de gestão da força de trabalho. Esboçada essa condição, esse relato de Miguilim indica-nos uma novidade: a maioria dos assalariados rurais no corte de cana mora na cidade, e não mais no campo.

4.2.6 A nova mobilidade do trabalho: o deslocamento cidade-campo

O desenvolvimento capitalista permite-nos afirmar, num espectro geral, que a mobilidade em função do trabalho constitui uma dimensão vital à sua reprodução. A terra, enquanto meio universal de produção, realça ainda mais este traço. Assim tem ocorrido no caso brasileiro e, por conseguinte, na realidade paraibana. Historicamente, o circuito desigual e combinado da produção canavieira no Brasil localiza no interior de sua dinâmica fortes movimentos migratórios. Uma migração interna, em larga medida derivada das antinomias da expansão capitalista no campo brasileiro e da crescente industrialização da agricultura.

Paul Singer (1973), em *Economia Política da Urbanização*, considerando as particularidades da agricultura em nossa formação econômico-social, aponta que os fatores de expulsão que conduzem às migrações são de duas ordens: mudança e estagnação. Os fatores de mudança decorrem da introdução de relações de produção especificamente capitalistas, “tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego”; enquanto os de estagnação “[...] se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis, que pode ser limitada tanto pela insuficiência física da terra aproveitável, como pela monopolização de grande parte da mesma, pelos grandes proprietários” (SINGER, 1973, p. 38).

O autor faz alusão, nesse caso, à migração campo-cidade que informa o Brasil desde o século XX. No entanto, não somente a produção industrial mobilizou largos contingentes de trabalhadores em busca da sobrevivência. Também a economia agrária tem registrado no transcurso da história intensos fluxos migratórios. Se as migrações campo-cidade se fizeram presentes (e fazem-se, ainda hoje) na realidade nacional, é igualmente real que o deslocamento interno campo-campo possui uma dimensão significativa.

Aliás, as migrações campo-campo são as que mais possuem expressão no desenvolvimento da agroindústria canavieira. O Pro-Álcool, em especial, estimulou em vasta proporção essa tendência, sintetizada sobretudo na figura do “boia-fria”. A expansão da cultura

da cana-de-açúcar no eixo Centro-Sul, desde os anos 1970, registra até hoje uma intensa mobilidade no sentido Nordeste-Sudeste, tema discutido por inúmeras pesquisas.¹³⁴

No caso da Paraíba, até os anos 1990, como demonstrado anteriormente, o principal fluxo migratório no ciclo agrícola da produção canavieira ocorria no sentido Sertão/Agreste-Zona da Mata. Do interior do estado provinha o maior contingente de cortadores de cana empregados nas usinas e destilarias. O cortador-flutuante daquele período era, também, um migrante oriundo de pequenos lugares interioranos.

Nessas circunstâncias, a luta pela sobrevivência relacionava-se às variações climáticas naturais de todos os anos. Regra geral, os trabalhadores deslocavam-se para as zonas canavieiras durante o verão. No Sertão, o verão equivale ao momento de estiagem, enquanto o inverno possibilita fartura aos que dispõem de um pedaço de chão para o plantio e a colheita. Não é à toa que os meses de junho, marcados por chuvas, motivam inúmeros festejos em torno da cultura do milho. Parcela razoável desses trabalhadores eram pequenos agricultores; e a outra parcela, mais pauperizada, era sem-terra. Sob condições distintas, ambos se deslocavam para a Mesorregião da Mata paraibana no período da safra, na ânsia pelo assalariamento temporário.

A partir das indicações empíricas, confirmadas através dos registros da Diretoria de Assalariados da FETAG-PB, foi possível observar uma mudança em relação a esse quadro que de tão consolidado mais parecia um fato natural. Está em curso, na agroindústria canavieira da Paraíba, um redesenho na mobilidade do trabalho: a tendência atual reside na contratação de trabalhadores da própria Zona de Mata, e não mais oriundos do Sertão e do Agreste. Os trabalhadores dessas outras regiões dão prosseguimento, sim, ao movimento migratório para usinas e destilarias do eixo Centro-Sul. Mas a mobilidade interna, em âmbito estadual, praticamente acabou.

“Antes era comum demais os canavieiros vir do Sertão para cá [...] Ali do Alto Sertão, Vale do Piancó, até mesmo do Brejo... vinha era muito trabalhador. Hoje eles são mais é daqui mesmo, das cidades vizinhas [da Zona da Mata]. Aquele movimento do Sertão pra cá acabou” (José, sindicalista).

“Acordo é cedo. Moro na cidade. Quase todo mundo aqui mora lá na cidade” (Serafim, cortador de cana).

“É muito trabalhador no corte. A maioria mora na cidade”. (Francisco, cortador de cana).

¹³⁴ A dissertação de mestrado de Nataly de Sousa Pinheiro, intitulada *Trabalhadores migrantes no corte da cana-de-açúcar: precarização e exploração do trabalho*, realiza um interessante estudo dos cortadores de cana que se deslocam da Paraíba para São Paulo nos anos 2000.

Trata-se de um fenômeno novo, dos anos 2000, indicador de um aspecto de descontinuidade em relação aos anos 1990. Não somente as falas de trabalhadores e sindicalistas confirmam esse suposto. A própria estrutura atual das unidades produtoras, tanto do ponto de vista infraestrutural como dos mecanismos de gestão da força de trabalho, corrobora com isso.

Na década de 1990, como ficou patente, era comum localizar na agroindústria canavieira da Paraíba vilas com centenas de famílias de trabalhadores do corte. E afora as vilas, que ficavam em redor das usinas, haviam os alojamentos, instalados no interior das unidades produtoras, destinados aos trabalhadores que vinham do interior sozinhos, sem suas famílias. As vilas foram extirpadas e os alojamentos reduzem-se cada vez mais ao espaço de curto repouso dos trabalhadores durante o almoço.

A mobilidade do trabalho assume nos anos 2000 outra configuração, outro sentido: cidade-campo. Substitui-se o padrão campo-campo pelo padrão cidade-campo no assalariamento da força de trabalho nos canaviais paraibanos. Os canavieiros de hoje são em sua grande maioria moradores do espaço urbano. Esta prospecção, a princípio, pareceu-nos instigante por algumas razões, justamente pelo fato de apresentar-se enquanto uma contradição nova.

Uma primeira ponderação é a de que, com esse cenário, o capital acaba por reduzir ainda mais seus custos com a reprodução da força de trabalho. Se a pressão dos trabalhadores ao longo dos anos 1990 suplantou a precariedade absoluta dos alojamentos, é certo que hoje essas estruturas tornam-se cada vez mais acessórias. Uma coisa é morar dentro do alojamento; outra coisa, expressamente distinta, é ter no alojamento um espaço de rápido repouso no intervalo do almoço. O empresário-usineiro livra-se da responsabilidade de anfitrião físico dos trabalhadores, amortizando seus custos com a reprodução da força de trabalho, consequentemente.

A segunda incide numa contradição importante, relacionada à organização política. Tendencialmente, as condições objetivas para processos organizativos de trabalhadores da própria Zona da Mata paraibana são mais favoráveis se comparadas ao trabalhador-migrante oriundo do interior e que passava somente uma curta temporada nos canaviais. No cenário atual, os trabalhadores lidam de modo permanente com as contradições advindas da produção canavieira na Paraíba. Isto se manifesta, por exemplo, nas condições socioeconômicas dos municípios em que vivem, os quais são geridos em grande parcela por aliados do empresariado sucroalcooleiro. Da perspectiva dos trabalhadores, é importante que este elemento seja

apropriado enquanto potencializador de lutas por melhores condições e relações de trabalho, já que o lugar de origem e vida coincide com o lugar de trabalho.

A terceira ponderação reside no fato de que os cortadores de cana da Paraíba dos anos 2000 lidam todos os dias com a realidade de dois espaços distintos: o campo e a cidade. Trabalham num lugar, moram noutro, o que provoca impactos na subjetividade, mas sobretudo no cotidiano concreto enquanto parte da classe, pois em vista de suas condições socioeconômicas enfrentam essas contradições sob a face mais amarga.

Estamos a sustentar, assim, o entendimento de que os cortadores de cana-de-açúcar se deslocam do que há de mais supérfluo na cidade para o que há de mais supérfluo no campo. O mais supérfluo da cidade é justamente os lugares onde moram: as periferias, em habitações minúsculas, de parca infraestrutura e condições básicas de saneamento, saúde pública, educação, emprego e renda. E o mais supérfluo do campo é, certamente, o trabalho por eles desempenhado: o corte manual de cana-de-açúcar. Do pior da cidade ao pior do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

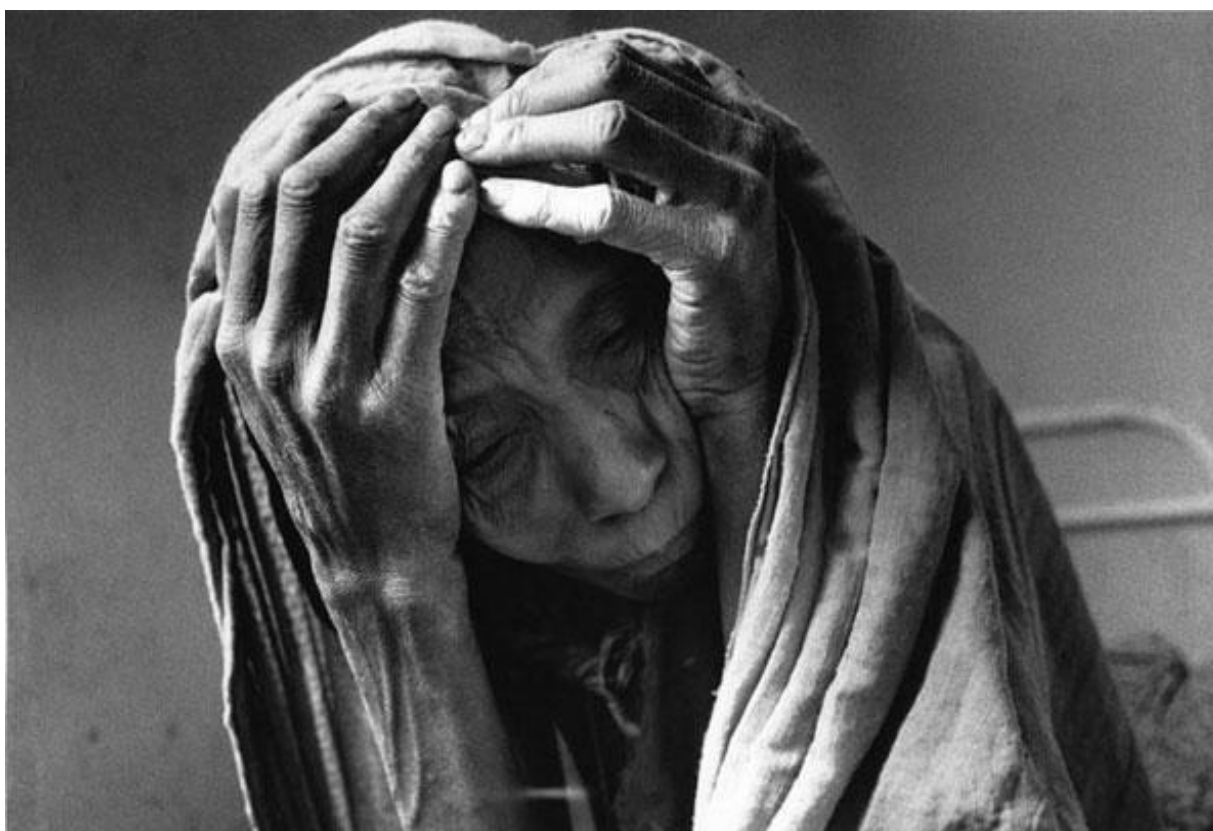


Foto: Sebastião Salgado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Octávio Ianni, num curto ensaio intitulado *A metáfora da viagem* (2000), que data de seus últimos anos de vida, diz que “aquele que parte não é nunca o mesmo que regressa”. O mestre tem razão. Em se tratando da pesquisa contida nesta dissertação, foi exatamente esta a sensação entre o momento da investigação e o da exposição; entre o colocar-se perante o objetivo traçado pela pesquisa, os dados acessados, a pesquisa empírica e a forma explicativa que melhor calharia à explicitação das transformações econômico-produtivas e histórico-sociais que particularizam a cena contemporânea do trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar da Paraíba.

Ao definir como objeto da investigação a realidade de trabalhadores rurais sem escolaridade, sem qualificação profissional, periféricos em relação ao mundo e à região do país em que vivem, construímos um percurso de exposição que, a fim de atender ao nosso problema, contemplou:

- i) as transformações históricas na produção agroindustrial canavieira;
- ii) as mudanças para o seu trabalhador no discurso e na prática empresariais;
- iii) o contexto que tenta construir uma narrativa de negação do trabalho, tese sustentada a partir do carro-chefe do “colaboracionismo” e do “empreendedorismo”;
- iv) a verificação das indicações teóricas fornecidas pela realidade ao pesquisador: a crescente dinâmica de concentração e centralização do capital, que dão maior visibilidade a contradição capital-trabalho; a lei do desenvolvimento desigual e combinado, em sua íntima relação com a divisão internacional do trabalho, que se revela nas relações centro/periferia, urbano/rural, indústria/agricultura.

Para deslindar a problemática, não nos parecia suficiente recorrer tão-somente a noções como crise capitalista, reestruturação produtiva e neoliberalismo. Estes fenômenos, internamente articulados, embora sejam indispensáveis à compreensão da realidade atual, tornam-se empobrecidos quando não mediados pelas particularidades de distintas formações econômico-sociais. É o que ocorre, por exemplo e por extensão, no âmbito dos estudos sobre o trabalho, com a ideia de “precarização”, que por vezes mais parece um rótulo numa embalagem vazia, despida de conteúdo. Pensar noções como essas no Brasil, no Nordeste e na Paraíba demanda inseri-las num arcabouço histórico mais amplo, esforço que se lança na contramão do

automatismo teórico que reproduz processos ou eventualidades sócio-históricas de um lugar para outro sem que para tanto estabeleçam-se as devidas mediações que conjuguem, ao fim e ao cabo, o universal, o particular e o singular.

Nesse sentido, sob a cadência do complexo esforço da análise concreta de situações concretas, localizamos na relação moderno/arcaico uma possibilidade interpretativa da totalidade do processo produtivo na agroindústria canavieira. Na proporção em partilharmos do entendimento de que essa relação é dialética, e não dual, tornou-se teoricamente viável averiguar suas repercussões sobre o âmbito do trabalho na particularidade de um ramo agroindustrial, fornecendo amparo e substância à construção da problemática real de nosso objeto. O recurso à tese do desenvolvimento desigual e combinado serviu-nos, a bem da verdade, como uma bússola para a apreensão dos dilemas centrais que informam a expansão do capitalismo na agricultura do Brasil e o trajeto percorrido pela agroindústria canavieira da Paraíba, desde os engenhos às modernas usinas e destilarias que hoje presidem sua estrutura produtiva, fundada sob a lógica da Grande Indústria e da subsunção real do trabalho ao capital.

Ao priorizar a interlocução com o pensamento social crítico brasileiro e categorias da crítica da economia política, colocamo-nos perante o que havia de mais intrigante, a nosso ver, no emaranhado da produção canavieira: a **ampliação da taxa de mais-valia sem o empreendimento de alterações de relevo nos instrumentos de trabalho e na jornada de trabalho**. Este aspecto, talvez, é o que mais ressalta à primeira vista na realidade analisada na dissertação, composta por uma categoria de trabalhadores rurais sacudidos pelas marcas concretas da herança colonial, ao mesmo tempo em que estão inseridos num espaço (a usina) cada vez mais injetado de ciência e tecnologia no eixo industrial.

Argumentamos que tal convivência entre os traços do “passado”, sobretudo na agricultura, e as inovações do “presente”, sobretudo na indústria, não esbarram nem em “menos capitalismo” nem numa suposta reversão neocolonial.¹³⁵ O que ocorre entre nós, de fato, é uma interação permanente e reiterada entre ambos aspectos que, no evoluir de suas contradições, expressam uma tendência histórico-universal do modo de produção capitalista que rebate de modo particular, com seus mais nefastos efeitos, sobre as economias de capitalismo dependente, estruturalmente subordinadas ao ordenamento imperialista.

No intuito de atualizar esse debate em seus nexos com nosso objeto, tornou-se absolutamente fundamental decodificar as bases que estruturam o CAI canavieiro no Brasil dos anos 2000. Em sucessão à crise vivenciada na década de 1990, quando da desregulamentação

¹³⁵ No debate brasileiro, o expoente dessa hipótese é Plínio de Arruda Sampaio Jr., mediante a publicação de *Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

do Pro-Álcool, esse setor reergue-se no limiar do século XXI sob uma configuração peculiar, centrada na produção de etanol, na retomada sistemática de investimentos estatais etc. Para dar consequência prática a essa retomada, o empresariado recorre: i) à ampliação territorial da cultura da cana-de-açúcar; ii) à intensificação da produtividade. A “receita” deu certo, inclusive no estado da Paraíba, onde entre as décadas de 1990 e 2000 a produção chegou a atingir um aumento em torno de 260%.

Concluimos que a central de comando desse processo – o **novo ciclo restaurador da cana-de-açúcar** – possui uma complexidade infinitamente superior em relação aos tempos anteriores, nos quais a figura do usineiro limitava-se quase que exclusivamente à aura tradicional, legatária dos antigos engenhos. Sugestivamente caracterizada como “bloco capitalista da energia limpa”, esta central de comando atua de modo conjunto e é composta por três principais setores: o agronegócio, a indústria automobilística e as empresas petrolíferas. Tamanha junção, reveladora de uma tendência à centralização de capital no setor sucroalcooleiro, justifica-se, por um lado, em função das demandas particularistas de cada um desses segmentos interdependentes; e por outro, à combinação crescente da unidade entre terra e energia/ produção agrícola e produção energética no segmento agroindustrial em debate. Daí deriva, intensiva e extensivamente, a internacionalização da agroindústria canavieira (desdobrada na estrangeirização das terras), modificações de relevo na gestão da força de trabalho, a sede por novas extensões de terra etc., a fim de consolidar a inserção competitiva das empresas no mercado nacional e internacional.

Esta caracterização sugere que também o setor sucroalcooleiro tem sido capturado pelas requisições impostas pelo atual estágio do desenvolvimento capitalista, submetendo-se às novas regras e redefinições em elementos que contribuam no adensamento do fim último dos empresários, o lucro e o progresso da acumulação. Nesse quadro, presidido pela extração de mais-valia, sugerimos que **os assalariados rurais do corte manual da cana-de-açúcar inserem-se numa condição política e econômica cada vez mais proletária**. Política porque suas formas de organização encontram no meio sindical uma dimensão absolutamente central; e econômica porque encontram-se subjugados às exigências demandadas a qualquer outro operário. Trata-se, no essencial, da evidente expansão do assalariamento sobre essa categoria de trabalhadores rurais, num contexto em que traços da mais-valia absoluta insistem em se reatualizar.

No desenrolar dessa constatação, discutimos as tendências progressivas e regressivas operadas por essa modalidade de exploração da força de trabalho. Ponderando a situação do tempo presente, de retomada e auge (é o que se observa nos dados analisados até o ano de 2016,

pelo menos), o eixo da produtividade do trabalho assumiria um papel investigativo fundamental. E foi esta nossa principal delimitação, em suas necessárias relações com as condições e relações de trabalho. Para tanto, como demonstrado ao longo do trabalho, optamos pela demarcação temporal das décadas de 1990 e 2000.

Nos anos 1990, enquanto reflexo do panorama geral na economia, na sociedade e no Estado, notava-se um nível de intensidade da precarização do trabalho que abarcava, na concretude dos fatos, os seguintes elementos: i) informalidade; ii) depressão salarial; iii) uma heterogênea composição do trabalho coletivo (homens, mulheres e crianças); iv) a presença de intermediários entre canavieiros e empresas, responsáveis tanto pelo recrutamento quanto pelo pagamento dos trabalhadores; v) aviltantes condições e relações de trabalho, expressas na ausência de equipamentos de proteção, nos “gaiolões” que conduziam os trabalhadores à lavoura, no parco acesso à alimentos, nas moradias insalubres etc.

Contrastada essa realidade com a dos anos 2000, notamos que o desenvolvimento histórico da precarização social do trabalho na agroindústria canavieira não obedece nem se reduz à linearidade. A precarização nos anos 2000 não é automaticamente a mesma verificada nos 1990. Entre uma década e outra há novidades significativas que resultam da penetração da reestruturação produtiva no setor, iniciada na década de 1990 e consolidada na década de 2000.

Observamos ainda que, do ponto de vista das condições e relações de trabalho, há inegáveis avanços conquistados ao longo da última década, sistematicamente ordenados em sete pontos principais:

- a) Tendência à formalização dos contratos de trabalho;
- b) Alteração no sistema de contratação, mediante a eliminação do agenciador, o que põe limites ao alastramento de “clandestinos”;
- c) Sindicalização crescente, fruto do estímulo da FETAG-PB e de exigências do MTE;
- d) Distribuição dos EPI’s;
- e) Erradicação do trabalho infantil;
- f) Substituição dos “gaiolões” por ônibus;
- g) Extinção dos alojamentos precários.

Num quadro nacional como o que se vive, com elementos cada vez mais característicos de um “Estado de exceção”, pode-se admitir que todos esses avanços se encontram na berlinda, sob ameaça imediata. O programa político-econômico do Golpe de Estado em marcha possui

um teor que afeta materialmente o conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo por meio de uma retomada ortodoxa da programática neoliberal.

A aceleração da precarização do trabalho tem caminhado no mesmo compasso da subtração dos direitos, cuja somatória em menos de dois anos é assustadora.¹³⁶ Basta fazer menção à contrarreforma trabalhista e à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que congela os investimentos públicos na área social (saúde e educação, principalmente) por vinte anos. Ambas medidas já foram aprovadas e sancionadas; e além do mais, encontram um ponto de acirramento perante uma das mais altas taxas de desemprego já registradas na história republicana, montante que reúne cerca de treze milhões de trabalhadores.

Como desdobramento desse cenário, na dinâmica radicalizada da própria “questão social”, a violência estatal e empresarial tem assumido um caráter ainda mais preocupante. No espaço agrário, 2016 entrou para a história recente como o ano mais violento deste século no campo brasileiro (CPT, 2017).

Feita essa ponderação conjuntural, convém apontar que essas mudanças progressivas processadas nos anos 2000 convivem ao mesmo tempo, no campo da produção, com tendências regressivas relacionadas à produtividade do trabalho. Significa dizer que, **mesmo com importantes avanços nas condições e relações de trabalho, procede uma tendência à intensificação da exploração do trabalho nos canaviais paraibanos, explicitada na elevação das exigências quanto à produção média dos trabalhadores.**

Isto se deve, em especial, à disseminação cada vez maior do pagamento por produção. Os cortadores de cana na Paraíba, como de resto, recebem por tonelada cortada: oito reais a cada mil quilos de cana manualmente cortadas, segundo estabelece a última coletiva entre empresários e canavieiros, eixo da acumulação e eixo da miséria, respectivamente. A adoção dessa política salarial revela por si, e mais uma vez apesar daqueles mencionados avanços, a gravidade contida nas condições e relações de trabalho presentes no corte de cana ainda hoje. Tendências progressivas e regressivas coexistem, portanto, reciprocamente.

Contudo, como o pagamento por produção não representa uma novidade específica dos anos 2000 na agroindústria canavieira da Paraíba, a usinagem do capital tem ativado outros mecanismos “inovadores” no âmbito da unidade produção/gestão da força de trabalho. Para tal fim, no compasso do circuito desigual e combinado, aciona a formação de um “hibridismo” entre formas distintas, mas concretamente complementares, de organização técnica do trabalho, como é o caso do taylorismo-fordismo e do toyotismo. Ao tempo em que assegura ao cortador

¹³⁶ Ver <<https://www.brasildefato.com.br/2017/12/27/retrospectiva-2017-reformas-do-governo-temer-atingiram-principalmente-os-mais-pobres/>>. Acesso em 14 fev. 2018.

de cana a condição de “gorila amestrado” sonhada por Taylor, submersa nas exigências da produção em larga escala, o setor sucroalcooleiro invoca na esfera da gestão da força de trabalho a constituição do ideário do “cortador-colaborador”. A intenção do controle reside nessas mais diversas formas e métodos, que conversam entre si na totalidade do processo produtivo, o que nos leva a afirmar que o trabalho dos cortadores de cana arrasta consigo os piores traços do trabalho escravo, do fordismo e do toyotismo.

Este ideário – do “cortador-colaborador – representa, por sua vez, uma pedagogia do saber-fazer coerente à razão empresarial. Seu principal objetivo é fazer com que os trabalhadores se sintam parte dos resultados da usina ou destilaria, o que representa um profundo ataque do ponto de vista ideológico e que repercute brutalmente sobre a organização política dos trabalhadores, já que: i) sob o engodo desse ideário, o patrão seria parceiro, e não opositor; ii) estimula um disputismo interno entre os trabalhadores, já que em unidade com a política salarial do pagamento por produção acaba por diferenciar as remunerações conforme a produtividade individual.

Afora isso, na análise da década 2000, outro elemento que merece realce é a dinâmica do cortador-flutuante, isto é, dos assalariados temporários no corte de cana. A estes, a possibilidade de reprodução da vida através da venda da força de trabalho limita-se tendencialmente ao período safrista. Raramente contraem um vínculo empregatício formal durante a entressafra, tendo de recorrerem, na maior parte das vezes, à inserção no circuito multifacetado do trabalho informal e, no limite, aos benefícios eventuais da política de assistência social, dentre os quais se destaca a cesta básica – segundo reconhece a própria FETAG (2017).

Nestes termos, se a dinâmica do cortador-flutuante se configura enquanto elo de continuidade, não é o mesmo que se observa ao analisar a mobilidade do trabalho para o corte de cana da Paraíba. Conforme os dados acessados, até a década de 1990 predominava um intenso fluxo de trabalhadores rurais oriundos do Agreste e do Sertão em direção aos canaviais do Litoral. Deslocavam-se tanto para o Sudeste (São Paulo, especialmente) quanto mobilizavam-se internamente, no próprio estado, de uma mesorregião para outra.

A esse respeito, a tendência apresentada no transcurso desta década sinaliza uma mudança emblemática: predominantemente, o fluxo atual é cidade-campo, entre trabalhadores da própria Zona da Mata. Trata-se de um contingente que vive nas periferias de pequenas cidades em redor dos canaviais¹³⁷ e que, durante a safra, coloca-se disponível para a atividade

¹³⁷ Mesmo que muitas pequenas cidades da Zona da Mata manifestem, em muito, aspectos típicos do universo rural.

do corte. Isto dispensa à usinagem do capital: i) gastos com o recrutamento de cortadores em lugares distantes; ii) gastos relacionados à reprodução da força de trabalho, como no caso da moradia; à diferença dos anos 1990, quando as vilas de trabalhadores eram cheias de migrantes em praticamente todas as unidades produtoras.

Todo esse enredo, na conjugação entre tendências progressivas e regressivas, continuidades e descontinuidades, não deixa dúvidas ao leitor quanto à desproporção entre as vantagens obtidas pelo empresariado e as parcas conquistas obtidas pelos trabalhadores, que chegam a fazer festa, com razão, mediante qualquer avanço minimamente civilizatório. O que se verifica, ao fim e ao cabo, é uma ampla permanência do latifúndio vinculada à ampliação da monocultura da cana-de-açúcar. Em comparação ao período colonial, retirou-se apenas o escravo da tríade, substituindo-o pelo assalariado que continua a arcar com um trabalho corrosivo, desgastante, avesso à própria vida.

Enfim, sob a tentativa de sermos justos à longa marcha da história, aqui fizemos nossa denúncia, na perspectiva de que os resultados desta pesquisa possam alguma serventia aos trabalhadores, nem que seja para a publicização, na Universidade e para além dela, das cercas da ignorância do latifúndio e das barbaridades cometidas pelo capital contra os trabalhadores canavieiros. Após tudo o que foi apresentado, só não poderíamos nos conter com a indiferença.

É triste plantar o que não se come. Subjugados ao limite do trabalho amargo que contrasta com o doce da cana-de-açúcar, os trabalhadores canavieiros possuem na reforma agrária a possibilidade histórica de uma vida diferente. Somente saídas estruturais que apontem, por exemplo, para a soberania popular e para a democratização da propriedade da terra, serão capazes de pôr fim a essa história multissecular que se recria em graus cada vez mais elevados. É que não há usineiro que suporte palavras como “reforma agrária” ou “soberania popular”. Tudo entra em choque. Tudo se abala. Ora, mas é exatamente isto o que queremos! O desejo maior, é certo, que convive e se sobrepõe ao confronto, consiste em imprimir à nossa história um outro destino, no qual os trabalhadores, eles mesmos, organizem sua capacidade criativa e produtiva. É justo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. 5. ed. Rio de Janeiro: Liv. Briguet, 1969.
- ADISSI, P. **Processos de trabalho agrícola canavieiro**: proposição de uma taxonomia das unidades produtivas e análise dos riscos a ela associados. 1997. Tese (doutorado em Engenharia de Produção) – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.
- ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? In: Rev. **Saúde e Sociedade**. v. 15, n. 3, p. 90-98, set.-dez. 2006.
- AMARAL, A. S. **Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia**: o embate de projetos classistas (Tese – Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1994.
- ANDRADE, M. C. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.
- ANDRADE, M. C. **Nordeste**: alternativas da agricultura. Campinas: Papyrus, 1988.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARROS, I. F. **Nas trilhas do crédito fundiário**: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira de Pernambuco. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.
- BEAUD, S; PIALOUX, M. **Retorno à condição operária**: investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERNARDES, D. Notas sobre a formação social do Nordeste. In: **Lua Nova** [online]. 2007, n.71, pp.41-79. ISSN 0102-6445.
- BEZERRA, L. **Tudo planta de cana, para uma só boca de usina**: questão social e neodesenvolvimentismo na zona canavieira da Paraíba (Monografia – Curso de Graduação em Serviço Social). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- BEZERRA, L.; TAVARES, M. A. A face amarga da cana-de-açúcar: um esboço sobre a superexploração dos cortadores de cana. In: Anais do XIV ENPESS, Natal, 2014.
- BEZERRA, L.; TAVARES, M. A. Produtividade e miséria: o trabalho assalariado nos canaviais da Paraíba. In: Rev. **SER Social**, Brasília, v. 18, n. 39, p. 562-583, jul.-dez./2016.
- BORON, A. Poder, “contrapoder” e “antipoder”. Notas sobre um extravio político teórico contemporâneo. In: MARTINS et alli (orgs.). **Globalização: dimensões e alternativas**. Ed. PUC Rio, 2004.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRASIL. **Diretrizes de política de agroenergia (2006-2011)**. Brasília, 2005.

- BUKHÁRIN, N. I. **A economia mundial e o imperialismo**: esboço econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CANDIDO, A. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARCANHOLO, M; SALUDJIAN, A. **Integração latino-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro na América Latina**. Buenos Aires, 2014. Disponível em:<<http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSOISA%20BuenosAires%202014/Archive/a5eb220d-d8b3-48f1-a256-5c5c87c3bfa2.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- CARVALHO, S. D.; CARRIJO, E. L. O. **A produção de álcool: do Proálcool ao contexto atual**. XLV Congresso da SOBER, Londrina, 2007.
- CASTELO, R. **Social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CHAUI, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1999.
- CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- COPERSUCAR. **Proálcool**: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Copersucar, 1989.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- COVER, M. **O tranco da roça e a vida no barraco**: um estudo sobre os trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Impactos do monocultivo da cana na Amazônia e no Cerrado**. Brasília: CPT, 2009.
- DABAT, C. P. Y. R. **Moradores de engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Tese (Doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- D'INCAO. **O “bóia-fria”**: acumulação e miséria. 9. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1983.
- DELGADO, G. C.; SANT'ANA, R. S. A expansão do setor sucroalcooleiro e condições de trabalho e emprego no período 2006/2010. In: Sant'Ana, R. S.; Carmo, O. A.; Loureiro, E. A. de S. (Org.). **Questão agrária e saúde dos trabalhadores**: desafios para o século XXI. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trostky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. In: **Anais do V Colóquio Marx-Engels**. CEMARX, Unicamp, São Paulo, 2007.
- DOS SANTOS, T. **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2015.
- DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. 01, p. 37-57, 2011.
- DUMÉNIL, G; LÉVY, D. O imperialismo na era neoliberal. In: **Crítica marxista**, v. 18, 2004.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

- FERNANDES, F. **Em busca do socialismo**. São Paulo: Xamã, 1988.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FERNANDES, F. **Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Ed. Globo, 2006.
- FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5º ed. São Paulo: Global, 2008.
- FETAG-PB. Informações concedidas no dia 02/06/2014, pelo Sr. João Antônio Alves, Diretor de Política Sindical da FETAG-PB, Av. Rodrigues de Aquino, 722 – Jaguaribe – João Pessoa – PB.
- FETAG-PB. Entrevista concedida no dia 08/07/2017, pelo Sr. João Antônio Alves, Diretor de Política Sindical da FETAG-PB, Av. Rodrigues de Aquino, 722 – Jaguaribe – João Pessoa – PB.
- FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.
- GONÇALVES, R. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão do atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- GORENDER, J. **A revolução burguesa**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo, Boitempo, 1999.
- GRAMSCI, A. **Os cadernos do cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUANAIS, J. B. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira** (Tese – Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.
- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, M. **Trabalho e Indivíduo Social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.
- IANNI, O. **A classe operária vai ao campo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- IANNI, O. **A luta pela terra**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2004.

- IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Prefácio: Marcos P. de Araújo. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de C. Neves e A. Torílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEITE LOPES, J. S. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LIMA, Edvaldo. **Dissidência e fragmentação da luta pela terra na “Zona da Cana” nordestina: Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Recife: CRV Editora, 2013.
- LÖWY, M. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. In: Rev. Outubro, n. 1, 1998, p. 73-80.
- LUKÁCS, G. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- LUXEMBURGO, R. **Introdução à economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. São Paulo: Polis/Vozes, 1987.
- MARANHÃO, C. H. M. C. **O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento: a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil**. (Tese de doutorado). Recife: UFPE, 2009.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Rui Mauro Marini – Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, K. **Capítulo inédito d’O Capítulo: resultados do processo de produção imediato**. (Biblioteca Ciência e Sociedade). Publicações Escorpião: Porto, 1969.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Introdução de Eric Hobsbawn. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MARX, K. **Prefácio à contribuição da crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

- MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes (coordenadora). **Os caras pintadas do suor e da fuligem da cana:** um estudo das condições de vida, saúde e trabalho dos canavieiros mirins da cana. Relatório Técnico de Pesquisa (CNPq), 1995.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1997.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1997.
- MOREIRA, Ruy. **Teses para uma geografia do trabalho.** In: Revista Prudentina de Geografia. Vol II, N.22, 2002.
- MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social.** São Paulo: Cortez, 1995.
- MOTA, A. E. (org.). **O mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.
- MOTA, A. E. (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** redução da pobreza e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.
- MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: **Rev. Katálysis**, vol. 16, Florianópolis, 2013.
- MOTA, A. E.; AMARAL, A.; PERUZZO, J. O novo-desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** redução da pobreza e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.
- MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H. M. C.; SITCOVSKY, M. A medida da pobreza: as organizações multilaterais e a mensuração dos pobres. In: **Anais da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social**, 2008, Salvador. 19ª Conferência Mundial de Serviço Social. Salvador, 2008. v. 1. p. 1-8.
- MOTTA, M (org.). **Dicionário da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2005.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas à propósito da questão social. In: NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2011b.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011a.
- NEVES, M. F. et al. **Estratégias para a cana no Brasil:** um negócio classe mundial. São Paulo: Altas, 2010.
- NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. **Migrantes:** trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos:EDUFSCAR, 2007.
- OFFE, C. **Trabalho e sociedade:** problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro:** movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Estudos Avançados, n. 15 (43), 2001.
- OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita.** São Paulo: Graal, 1984.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio: entre Marx, Dickens e Zola. IN: NOVAES, J. R.; ALVES, F. **Migrantes:** trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Paulo: Edufscar, 2007.

- OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C; OSORIO, J; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PADILHA, M. D. **Criança não deve trabalhar**: PETI e sociabilidade familiar. Recife: Editora da UFPE, 2013.
- PASSOS, J. L. O rito da modernização impossível (Apresentação). In: REGO, J. L. **Usina**. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- PERRUCCI, G. **A república das usinas**: um estudo de história social e econômica do Nordeste. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PERICÁS, L. B.; SECCO, L. **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PINHEIRO, N. S. **Trabalhadores migrantes no corte da cana-de-açúcar**: precarização e exploração do trabalho (Dissertação – Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- POULANTZAS, N. **Pouvoir politique et classes sociales**. Petite collection, v.1 e 2, Paris: François Maspero, 1972.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 21. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.
- PRADO JR., **Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PRADO JR., C. A revolução brasileira. In: PRADO JR., C.; FERNANDES, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PUNTONI, P. **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720). São Paulo: Hucitec, 2002.
- QUEDA, O. **A intervenção do Estado na agroindústria açucareira paulista**. Tese (Doutorado). ESALQ/USP, São Paulo, 1972.
- RAMOS, Pedro. **Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil**: uma história secular e... atual. Mimeo, edição do autor, 2011.
- REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Monopólio na produção de etanol no Brasil**. Brasília: RSJDH/CPT, 2008.
- REGO, J. L. **Usina**. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- RODOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto: 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SENNET, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SOARES, José de Nazaré Dantas. **Aos facões de ouro, de prata e de bronze: um estudo sobre as condições de vida, trabalho e saúde dos trabalhadores canavieiros do município de Cruz do Espírito Santo-PB no século XXI**. (Dissertação - Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- STEDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STEDILE, J. P. Verbete Questão Agrária. In: **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canvieira no Brasil (1930-1975)**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- TAVARES, M. A. **Os cortadores de cana e a abusiva exploração da mais-valia absoluta**. (Projeto PIBIC/CNPq). João Pessoa: UFPB, 2009.
- TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.
- TAVARES, M. A.; TRINDADE, R. O. A “liberdade” do trabalho e as armadilhas do salário por peça. In: Rev. **Katálisis**. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 170-177 jul./dez. 2009.
- THOMAZ JR., Antônio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos**. Tese (Livre-Docência). Universidade Estadual Paulista, 2009.
- TORRES, Éricson da Nóbrega. **Espaço agrário e trabalho assalariado na Zona da Mata paraibana**. (Dissertação – Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- TRINDADE, H. **No fio da meada: um estudo acerca da exploração do trabalho na indústria têxtil**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- TROTSKI, Leon. **História da Revolução Russa**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Saga, 1977.
- UNICA. União da Indústria de Cana-de-Açúcar. **Mapa da produção**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/mapa-da-producao>>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- UNICA. União da Indústria de Cana-de-Açúcar. **Mapa da produção – quantidade/safra por estado**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/mapa-da-producao>>. Acesso em: 08 dez. 2017.
- WELCH, C. A. et all. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- WANDERLEY, M. N. B. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- WOOD, E. As origens agrárias do capitalismo. In: **Crítica Marxista**, São Paulo, 1998.
- WOOD, E. Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar. In: **Crítica marxista**, São Paulo, v. 18, 2004.
- YAZBECK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**. Brasília: Abepss, 2004, p. 33-61.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro semiestruturado de Entrevista com cortadores de cana

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (MESTRADO)**

PESQUISA: O “ATRASO” RECONFIGURADO: SOBRE AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO ASSALARIADO NOS CANAVIAIS PARAIBANOS
ESTUDANTE PESQUISADOR: LUCAS BEZERRA DE ARAÚJO
ORIENTADORA: Prof^ª. Dra. JULIANE FEIX PERUZZO

**ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA
TRABALHADORES ASSALARIADOS DO CORTE MANUAL DA CANA-DE-
AÇÚCAR NA PARAÍBA**

1. Dados do entrevistado:

NOME: _____

IDADE: _____ SEXO: () Masculino () Feminino

OCUPA QUE POSIÇÃO NA FAMÍLIA? (pai, mãe, filho, irmã (o), avó/avô, outro):

TOTAL DE PESSOAS QUE MORA NA CASA: _____

ONDE MORA? () Campo () Cidade

EM QUE ESTADO NASCEU? EM QUE MUNICÍPIO? NA ZONA URBANA OU NA ZONA RURAL?

2. Processo de produção e salário

- QUEM O CONTRATA E COMO.
- MODO DE PAGAMENTO DO SALÁRIO.
- MÉDIA DE TONELADAS CORTADAS AO DIA.
- JORNADA DE TRABALHO.
- FAMÍLIA.
- TEMPO DE TRABALHO NO CORTE.
- PROCEDIMENTO DO TRABALHO NO EITO.
- INSTRUMENTOS DE TRABALHO.
- DESLOCAMENTO ATÉ A USINA.
- EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.
- CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.

3. Processo de reprodução da força de trabalho

- ALIMENTAÇÃO.
- MORADIA.
- ESCOLARIDADE.

- SAÚDE.
- ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DE GOVERNO.
- SEGURO DESEMPREGO.
- DESEMPREGO E ENTRESSAFRA.

4. Organização coletiva

- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS; - GREVES E PARALISAÇÕES.

Apêndice B – Roteiro de entrevista com o movimento sindical

ROTEIRO DE ENTREVISTA (FETAG-PB)**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais
Linha de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Questão Social
Projeto: O “atraso” reconfigurado: sobre as tendências do trabalho assalariado nos canaviais paraibanos
Pesquisador: Lucas Bezerra de Araújo (Mestrando em Serviço Social pela UFPE. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).
Orientadora: Dra. Juliane Feix Peruzzo (Professora Adjunta do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE).

DADOS DA ENTIDADE ENTREVISTADA

Entidade: Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG-PB)
Endereço: Av. Rodrigues de Aquino, 722 - Jaguaribe - João Pessoa / PB
Telefone: (83) 3241-1192
Presidente atual: Sr. Liberalino Lucena Secretário dos Assalariados: Sr. João Antônio Alves

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

<p>Sobre as condições e relações de trabalho nos canaviais da Paraíba</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condições de trabalho no corte manual da cana-de-açúcar. Relações predominantes. Estudos e laudos técnicos. • Avanços nas condições e relações de trabalho. • Total de trabalhadores que atuam no corte durante a safra. • Sistema de corte manual da cana-de-açúcar e processo de trabalho. • Salário (salário fixo atual frequência de pagamento, quem paga e como...) • Média de produtividade dos trabalhadores do corte. • Posição da FETAG sobre o pagamento por tonelada cortada. • Trabalho de crianças, jovens e mulheres nos canaviais. • Distribuição dos Equipamentos de Proteção Individual. • Critérios para empregar trabalhadores no corte. • Entressafra e sobrevivência. • Formalização dos contratos de trabalho. • Desemprego.
<p>Sobre os dados da produção e o empresariado da cana, do açúcar e do álcool na Paraíba</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das movimentações do empresariado da cana, do açúcar e do álcool nos últimos anos. • Relação com a Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba (ASPLAN-PB). • Informações sobre as unidades produtoras no estado. • Mecanização. • Impactos sociais e ambientais da elevação recente da produção na Paraíba.
<p>Sobre as Convenções Coletivas</p>

- De que modo ocorrem e onde ocorrem.
- Convenção Coletiva de 2017.
- Avaliação das convenções coletivas dos últimos anos.

Sobre a organização político-sindical e os desafios atuais

- Arquivos referentes às greves dos cortadores de cana nos anos 1980/1990.
- Greves nos anos 2000.
- Iniciativas coletivas recentes dos cortadores de cana em reação ao empresariado.
- Desafios postos atualmente no que diz respeito ao trabalho dos cortadores de cana.

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Comitê de Ética em Pesquisa/Centro de Ciências da Saúde – CEP/CCS/UFPE

Av. Prof. Moraes Rego s/n, Cidade Universitária. Recife-PE. CEP: 50670-901. Tel.: 2126-8588.

Título da pesquisa: O “atraso” reconfigurado: sobre as tendências do trabalho assalariado nos canaviais paraibanos.

Pesquisador: Lucas Bezerra de Araújo

E-mail: lucasbezerra.1917@gmail.com

Telefone: (83) 999833725

Nome da Orientadora: Juliane Feix Peruzzo

A pesquisa possui como finalidade principal analisar a atual composição da força de trabalho empregada no corte manual da cana-de-açúcar no Estado da Paraíba. Num comparativo com a décadas anteriores (dos anos 1980 aos anos 2000) pretende-se investigar as continuidades e mudanças na exploração desses trabalhadores. Pretende-se utilizar, durante pesquisa de campo na Zona da Mata paraibana, acesso a fontes documentais e observação *in lócus*.

A pretensão é entrevistar dirigentes sindicais (da Federação dos Trabalhadores da Agricultura e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais), bem como os próprios cortadores de cana, que necessariamente dirigem-se aos sindicatos, entre os meses de maio e junho, no período de “cadastramento” para safra. As entrevistas serão feitas individualmente e consonância com as exigências éticas do Comitê. Serão gravadas e transcritas, a seguir, como ferramenta analítica.

As cópias das gravações e transcrições serão arquivadas no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho da UFPE (GET/UFPE), em Recife (PE); na sede da Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (FETAG-PB) e na sede da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ambas em João Pessoa (PB).

Os entrevistados serão previamente consultados, no sentido de identificar a disposição para participar da pesquisa. Caso haja, por parte do participante, qualquer espécie de constrangimento durante a realização da entrevista, este possui o completo direito de pedir a interrupção e/ou omissão de qualquer parte que deseje. Ao se prezar pela dimensão do sigilo, os dados serão analisados sem a identificação nominal dos participantes.

No que diz respeito aos benefícios para os entrevistados, vale ressaltar que a perspectiva é que os resultados da pesquisa contribuam com as reflexões dos desafios do trabalho no setor canavieiro, bem como com o fornecimento de dados que subsidiem a formulações de políticas sociais públicas no contexto em questão. Convém ponderar, além disso, sobre a possibilidade da pesquisa tornar público possíveis irregularidades relacionadas ao trabalho dos cortadores de

cana, o que poderá ser alvo de investigações posteriores e processos legais, que não mais competirá à pesquisa.

Vale dizer que os entrevistados não terão nenhum tipo de despesa ao participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Assim, trata-se de uma atividade voluntária, podendo o entrevistado desistir a qualquer momento, retirando este consentimento e comunicando ao pesquisador, sem prejuízo para ambas as partes.

Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O contato para qualquer esclarecimento será realizado com o pesquisador, cujos dados estão no cabeçalho deste termo.

A participação do entrevistado, enfim, será formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida pelo entrevistado e a outra pelo pesquisador. Após ter lido e discutido com o entrevistador os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o entrevistado deve concordar em assinar como participante, a colaborar, desta forma, com a pesquisa. A assinatura deste consentimento não inviabiliza nenhum dos direitos legais do entrevistado.

Assinatura do Entrevistado

Assinatura do Pesquisador

Testemunha 1

Testemunha 2